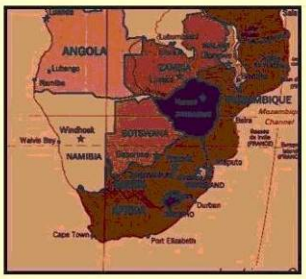
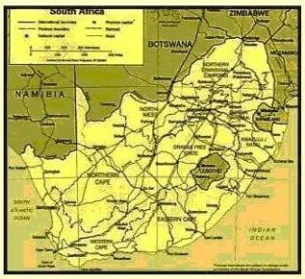
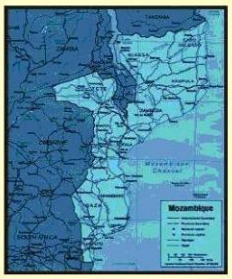
Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA







TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

Relações Económicas entre África do Sul e Moçambique: Cooperação ou Dominação?

JÚRI

Reitor da Universidade Técnica de Lisboa
Professor Doutor Adelino A. Torres Guimarães (Orientador)
Professora Doutora Helena Guimarães
Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso
Professora Doutora Joana Pereira Leite
Professor Doutor João Dias
Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira

AUTOR

José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira

À Teresa

Agradecimentos:

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Adelino Torres, pela sua disponibilidade, leitura cuidada e, sobretudo, o ter-me lançado neste desafio que é a realização da dissertação de doutoramento em economia.

Um agradecimento especial aos familiares e amigos pelo incentivo e compreensão. Também, quero agradecer, às embaixadas da África do Sul e de Moçambique pelo facultar de dados. Ao Vitor e à Manuela por relembrarem a história e ao Pedro pela leitura cuidada.

Mas, o meu agradecimento especial é à Teresa, pela sua enorme disponibilidade, compreensão, força, incentivo, leitura cuidada e ajuda contínua sem a qual não teria sido possível a realização desta dissertação. A ela o meu muito obrigada.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO 6
1.1 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL 8
1.1.1. Teoria Mercantilista 8
1.1.2. Teoria Clássica 10
1.1.2.1 Teoria das Vantagens Comparativas 13
1.1.3. Teoria Neoclássica 17
1.1.3.1. O Modelo de Hecksher-Ohlin-Samuelson (HOS) 17
1.2. INTEGRAÇÃO ECONÓMICA 21
1.3. TEORIAS DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS 26
1.3.1. Abordagem de Ronald Coase 26
1.3.2. Modelo OLI 30
1.4. ECONOMIAS DE ESCALA, CONCORRÊNCIA IMPERFEITA E COMÉRCIO INTERNACIONAL 33
1.4.1. Economias de escala e estruturas de mercado. 33
1.4.1.1. A teoria da concorrência imperfeita 33
1.4.1.2. Concorrência Monopolística 34
1.4.1.3. Concorrência Monopolística e Comércio Internacional 36
1.5. ESPECIALIZAÇÃO DO TIPO PERVERSO 37
1.6. MODELO DE TRANSFERÊNCIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E REDISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO 40
1.6.1. Hipóteses Fundamentais do Modelo 41
1.6.2. Modelo de Inovação e Transferência Tecnológica 42
1.6.3 Investimento Internacional 43
1.6.4. Papel das Multinacionais na Inovação e Transferência Tecnológica 45
1.7. A INTERDEPENDÊNCIA ECONÓMICA 47
1.8. RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS 53
1.8.1. A importância da teoria económica 54

1.8.2. O Poder na Economia Mundial 56
1.8.2.1. Estrutura de Segurança 57
1.8.2.2. Estrutura de Produção 60
1.8.2.3. Estrutura Financeira 64
1.8.2.4. Estrutura de Conhecimento 70
1.8.3. Mudança de Jogo 74
1.8.4. Papel do Estado 75
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA, SOCIAL E ECONÓMICA DA ÁFRICA DO SUL E DE MOÇAMBIQUE 79
2.1. ÁFRICA DO SUL 81
2.1.1.Enquadramento 81
2.1.2. Enquadramento Histórico 83
2.1.2.1 Antecedentes histórico-políticos da situação actual da África do Sul 85
2.1.3. Caracterização estrutural da África do Sul em termos económicos 108
2.1.3.1 Envolvente macroeconómico 108
2.1.3.2 Sociedade Dual 113
2.1.3.3 Política Macroeconómica 115
2.1.4 Questões Sociais 124
2.1.4.1. O Vírus HIV/SIDA 124
2.1.4.2. Reforma para um Poder Económico Negro *(Black Economic Empowerment Strategy)* 127
2.1.4.3. Reforma da Posse da Terra 128
2.1.4.4. Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) 133
2.1.5. Evolução Recente da África do Sul – aspectos conjunturais 135
2.2. MOÇAMBIQUE 139
2.2.1. Enquadramento Geral 139
2.2.1.1 Localização Geográfica 140
2.2.1.2 Caracterização da população 141

2.2.2. Enquadramento Histórico 144
2.2.2.1 História colonial 144
2.2.2.2 Período de colonização efectiva 147
2.2.2.3 Colonização de média intensidade 149
2.2.2.4 Colonização de alta intensidade 152
2.2.2.5 Período socialista pós-independência 166
2.2.2.6 Período de Ajustamento Estrutural 173
2.2.3. Caracterização actual de Moçambique, em termos de estrutura económica 179
2.2.3.1 Sector Primário 180
2.2.3.2 Sector Energético 181
2.2.3.3 Ambiente 183
2.2.4. Grandes Projectos 183
2.2.4.1 Corredor de Desenvolvimento de Maputo 184
2.2.4.2 Projecto MOZAL 193
2.2.4.3. Projecto SASOL 198
2.2.5. Evolução Recente da Economia Moçambicana – aspectos conjunturais 202
2.2.5.1 Actividade Económica 202
2.2.5.2 Programa de Apoio à Redução da Pobreza Absoluta 208
2.2.5.3 Impacto da SIDA na Economia Moçambicana 211
3. QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE A ÁFRICA DO SUL E MOÇAMBIQUE 214
3.1. ACORDOS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO 218
3.2. COMÉRCIO 220
3.3. INVESTIMENTO 231
3.3.1. Caracterização do Investimento da África do Sul em Moçambique 231
3.3.2. Resultados do Inquérito do Instituto Sul-Africano de Relações Externas (SAIIA) 238
3.3.3. Impacto dos investimentos sul-africanos em Moçambique 244

3.3.3.1 Impacto dos Grandes Projectos....245
3.3.3.2. Impacto dos Investimentos no Mercado de Trabalho....247
3.3.3.3. Impacto dos Investimentos na Balança Comercial....250
3.3.3.4. Impacto do Investimento na Especialização do tipo perverso....251
3.3.3.5. Impacto dos Investimentos na Transferência de Tecnologia 253
3.3.3.6. Impacto do Investimento sobre o consumidor moçambicano, em termos de aumento de escolha e estabilidade de preços....256
3.3.3.7. Impacto do Investimento na Confiança Externa....257
3.4. MOBILIDADE DO FACTOR TRABALHO: A IMIGRAÇÃO....260
3.4.1. Caracterização da Imigração de trabalhadores moçambicanos na África do Sul....260
3.4.2. Imigração e Integração dos trabalhadores moçambicanos na sociedade sul-africana....263
3.5. PARIDADE ENTRE O METICAL E O RAND....265
3.6. AVALIAÇÃO DA DEPENDÊNCIA VERSUS COOPERAÇÃO....267
3.6.1. A nível do Comércio....267
3.6.2. Ao nível dos Investimentos....267
3.6.3. Ao nível do Factor Produtivo Trabalho....270
3.6.4. Ao nível do Mercado Monetário....270
3.7. ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA USANDO UMA MATRIZ DE PODER ESTRUTURAL....271
3.7.1. Estrutura de Segurança....272
3.7.2. Estrutura de Produção....273
3.7.3. Estrutura Financeira....274
3.7.4. Estrutura de Conhecimento....275
4. CONCLUSÕES....277
BIBLIOGRAFIA....284
ADENDA....303
I - PROVÍNCIAS MOÇAMBICANAS....303
II - PROVÍNCIAS SUL-AFRICANAS....308

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Custo na Produção de Vinho e Tecido em Portugal e Inglaterra..14
Quadro 2 – População Sul-africana por "Raça" 82
Quadro 3 – Repartição partidária do acto eleitoral de 1994.....107
Quadro 4 - Evolução eleitoral na África do Sul 107
Quadro 5 - Comparação da População e Rendimento Nacional Bruto entre África do Sul e alguns países/regiões.....109
Quadro 6 - Comparação de outros dados económico-sociais entre África do Sul e alguns países/regiões 109
Quadro 7- Dados básicos dos países da SADC em 1999 110
Quadro 8 - Comparação de alguns dados básicos da África do Sul em Relação ao Total da Região da África Austral 111
Quadro 9 - Comparação de alguns dados básicos da África do Sul em relação ao total da África Austral.....111
Quadro 10 - Reservas Minerais da África do Sul em 2003 112
Quadro 11 - Produção Mineral da África do Sul em 2003 112
Quadro 12 - Desigualdade no rendimento ou no consumo.....113
Quadro 13 - África do Sul, Fontes do Crescimento Económico, 1980-2003 (médias anuais, em pontos percentuais).....116
Quadro 14 - Alguns Indicadores Económicos e Financeiros da África do Sul (taxa de variação homóloga, em %).....117
Quadro 15 - Tarifas Aduaneiras da África do Sul 122
Quadro 16 - Estrutura Sectorial das Tarifas Sul-Africanas 123
Quadro 17 - Prevalência do vírus da Sida sobre as mulheres grávidas (em % do total).....124
Quadro 18 - Valor Acrescentado Bruto (taxa de crescimento real, %) 138
Quadro 19 - Referências Religiosas em Moçambique.....143
Quadro 20 - Sistema Ferro-Portuário de Moçambique em 1973 155
Quadro 21 - Estimativa da evolução do n.º de moçambicanos trabalhando nos países vizinhos.....156

Quadro 22 - Receitas da Balança de Transferências Correntes de Moçambique (10 6 escudos) 157
Quadro 23 - Produção e número de cultivadores indígenas 158
Quadro 24 - Preço médio do Quilo de algodão em rama importada por Portugal 159
Quadro 25 - Produção e Exportação da Castanha de Cajú 160
Quadro 26 - Indústria Transformadora (1955-1974) 162
Quadro 27 - Evolução da população colona em Moçambique (taxa de crescimento, em % do total) 163
Quadro 28- Estrutura do Produto Interno Bruto, 1970-73 (preços constantes de 1970) 165
Quadro 29 - Evolução do Produto Social Global de Moçambique (10 6 escudos) 169
Quadro 30 - Desenvolvimento da Produção e Comércio Externo (1973-1986) 172
Quadro 31 - Evolução das Principais Produções Agrícolas Comercializadas por Moçambique (milhares de toneladas) 175
Quadro 32 - Evolução do PIB, em termos reais (em %) 179
Quadro 33- Composição Sectorial (em % do PIB) 180
Quadro 34– Principais produtos agrícolas Moçambicanos (em milhares de toneladas) 181
Quadro 35 - Percurso das Linhas 189
Quadro 36 - Capacidade das Linhas 189
Quadro 37 - Linha de Ressano Garcia 190
Quadro 38 - Linha de Goba 190
Quadro 39 – Crescimento Económico de Moçambique (1998-2004) 203
Quadro 40 - Evolução PIB por sectores (em termos reais, %) 204
Quadro 41 - Receitas e Despesas Totais das Administrações Públicas (milhões de meticais, preços correntes) 205
Quadro 42 - Iniciativa de alívio da Dívida Multilateral 208
Quadro 43 - Indicadores Sociais (1960-2001) 208

Quadro 44 - Despesas nas áreas prioritárias do PARPA (2003-2005).....211
Quadro 45– Estimativa da Taxa de Prevalência do Vírus da SIDA (em 2002) 211
Quadro 46 - Alguns Acordos entre Moçambique e África do Sul (1964-2005) 215
Quadro 47 - Alguns indicadores básicos da África do Sul e de Moçambique (em 2003) 216
Quadro 48 - Total de Exportações e Importações de Moçambique e da África do Sul (1950-2004, milhões de dólares).....220
Quadro 49 - Rácio entre as Exportações e Importações Moçambicanas sobre as Exportações e Importações de África do Sul (1950-2004).....221
Quadro 50 - Principais parceiros comerciais de Moçambique –Exportação (1996-2004, em % do total) 222
Quadro 51 - Principais parceiros comerciais de Moçambique –Importação (1996-2004, em % do total) 223
Quadro 52 - Exportações Sul-Africanas para Moçambique (1994-2004, milhões de Rands).....223
Quadro 53– Importações Sul-Africanas de Moçambique (1994 - 2004, milhões de Rands).....224
Quadro 54 - Resumo das Trocas Comerciais entre a África do Sul e Moçambique (1994 -2004, milhões de Rands).....224
Quadro 55- Balança Comercial de Moçambique.....225
Quadro 56 - Exportações Sul-Africanas para Moçambique por tipo de Bens (2002-2005, milhares de Rands).....226
Quadro 57 - Importações Sul-Africanas de Moçambique por tipo de Bens (2002-2005, milhares de Rands).....227
Quadro 58 - Comércio Regional da África do Sul com o SADC– Exportações (milhões de Rands) 228
Quadro 59 - Comércio Regional da África do Sul com o SADC–Importações (milhões de Rands) 228

Quadro 60 - Investimento Sul-Africano por sectores de actividade (milhões de dólares, 1998-2002) 231
Quadro 61 - Número de Empresas Sul-Africanas por sectores de actividade 232
Quadro 62 - Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique: Principais Cinco Investidores (1997-2002) 233
Quadro 63 - Investimento Directo Total de África do Sul em Moçambique (milhões de Rands, 2003) 234
Quadro 64 - Número de Projectos de IDE da África do Sul em Moçambique (1985-2003) 234
Quadro 65 - Problemas e Obstáculos que as Empresas Moçambicanas se deparam na performance empresarial 241
Quadro 66 - Tempo e Custo necessários para o registo de uma empresa em alguns países do SADC 242
Quadro 67 - Alguns dos Investimento mais significativos de empresas sul-africanas, ou com participação de Capital da África do Sul, em Moçambique 244
Quadro 68 - Síntese dos impactos dos Projectos MOZAL e SASOL em Moçambique 246
Quadro 69 - Taxa de Cobertura da Exportações Moçambicanas (1999-2004) 246
Quadro 70 - Impacto em número de trabalhadores do investimento sul-africano (1998-2002) 248
Quadro 71 - Balança Comercial Moçambicana (2000-2005, milhões de US dólares) 250
Quadro 72 - Investimento Directo Externo em Moçambique (1996-2003) 253
Quadro 73 - Estrutura do Comércio 255
Quadro 74 - Diferencial de preços de alguns bens essenciais entre Moçambique e África do Sul (2001) 257
Quadro 75 - Índice de Concorrência Global de Moçambique e África do Sul 258
Quadro 76 - Índice de Percepção de Corrupção 259

Quadro 77 - Trabalhadores migrantes com contrato de trabalho na África do Sul 260
Quadro 78 - Trabalhadores nas Minas sul-africanas (1990-2000) 262
Quadro 79 – Remessas de Imigrantes Moçambicanos (em milhões de US dólares, 1994-2005) 262
Quadro 80 - Moçambicanos nascidos na África do Sul (1911-1985) 263

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Especialização Tipo - Perverso 38
Gráfico 2 – Dimensões do Poder Estrutural 57
Gráfico 3 - Imperativos Económicos, Competitivos e Políticos 74
Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Real do PIB (em %) 135
Gráfico 5 - Taxa de Desemprego (%) 136
Gráfico 6 - Remunerações, Produtividade e Taxa de Desemprego (%) 137
Gráfico 7 - Índice de Preços no Consumidor de Moçambique (taxa de variação homóloga, %) 206
Gráfico 8 - Acordos de Comércio na África Austral 219
Gráfico 9 - Taxa de Câmbio entre o Metical e o Rand versus Dólares 266

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de África 79
Mapa 2 – Situação Geográfica da África do Sul 81
Mapa 3 - Principais Rotas de Navegação nos séculos XVI a XIX 86
Mapa 4 – Movimento Migratório na África do Sul 88
Mapa 5 – "Grand Trek" 90
Mapa 6 – Complexo Minerealífero da África Austral 91
Mapa 7 - Moçambique 139
Mapa 8 - Grupos Étnicos de Moçambique 142
Mapa 9 - Linhas de Caminho de Ferro de Moçambique 154
Mapa 10 - Corredor de Desenvolvimento de Maputo – Rodovia N4 185

Mapa 11 - Rodovia N4 186
Mapa 12 - Corredores de Transporte e Portos Regionais do SADC 193
Mapa 13 – Localização do Projecto MOZAL 194
Mapa 14 – Dimensão Geográfica do Projecto SASOL 199
Mapa 15 - Implantação do Projecto de Gás Natural 200
Mapa 16 – Norte de Moçambique 303
Mapa 17 – Centro de Moçambique 304
Mapa 18 - Sul de Moçambique 306
Mapa 19 - Western Cape 308
Mapa 20 - Eastern Cape 309
Mapa 21 - KwaZulu-Natal 310
Mapa 22 - Northern Cape 311
Mapa 23 - Free-State 312
Mapa 24 - North West 313
Mapa 25 - Gauteng 314
Mapa 26 - Mpumalang 315
Mapa 27 - Limpopo 316

INTRODUÇÃO

O objectivo da dissertação é avaliar as relações económicas entre Moçambique e a África do Sul no período mais recente da economia destes dois países, isto é, pós-1994. Escolhemos este período, tendo em conta que 1994 foi um ano fulcral para os dois países, em que se realizaram as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique bem como as primeiras eleições multirraciais na África do Sul, após o fim do regime de Apartheid. Estes dois factos são, em termos estruturais muito importantes, e determinam a actual evolução económica dos dois países.

O tema da dissertação, "Relações Económicas entre a África do Sul e Moçambique: Cooperação ou Dominação?", teve como origem o desenvolvimento da dissertação de mestrado realizado no ISEG alguns anos atrás que versava sobre uma área mais alargada, o SADC[1], e que analisava, na altura, as perspectivas de entrada da África do Sul no SADC, tendo como pano de fundo o fim do Apartheid, o facto do país ser, em termos económicos, maior do que a zona que integra e, também, as questões da interdependência económica existentes entre estes dois blocos.

Assim, o tema da actual dissertação surge como um aprofundamento centrando-se nas relações entre Moçambique e a África do Sul, numa óptica em que se considera primordialmente as questões económicas, e dessa forma realça a matriz de relações em termos comerciais e investimento, mas também em termos políticos e sociais.

O contexto actual das relações económicas internacionais pode ser caracterizado por ser um período de "transformação" ou de "transição"[2], em que a globalização ou a interdependência económica entre quase todas as nações do mundo é uma realidade. A desagregação do bloco de leste e a integração da economia chinesa neste mercado de âmbito mundial levou ao

---

[1] *Southern African Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

[2] HETTNE, B. 2006.

fim de formas alternativas ao sistema de produção mercantil. Esta quase imposição de uma economia de mercado[3] originou grandes transformações que, em muitos casos, ainda não estão determinadas.

Moçambique e a África do Sul são dois países do extremo austral do continente africano, situando-se na periferia das decisões geo-estratégicas, no contexto da economia internacional. Contudo, entre estes dois países existem diferenças consideráveis. A África do Sul pode se considerada uma potência regional, tanto a nível do sub-continente da África Austral, como mesmo em todo o continente africano, e que, comparativamente, tem recursos minerais e de capital humano superiores aos seus vizinhos africanos. Moçambique, por sua vez, é um dos países mais pobres do mundo, e que após 30 anos de independência tem um dos índices de desenvolvimento mais baixos do mundo, e só nos últimos anos, fruto de diversos investimentos, tem ganho algum impulso de crescimento e está a dar os primeiros passos na economia mundial, sendo extremamente dependente da ajuda externa.

É neste contexto de dois países com graus diferentes de desenvolvimento que se pretendeu verificar se as relações entre eles seriam de cooperação ou dominação.

A dissertação está dividida em três partes: a primeira composta pelo enquadramento teórico, a segunda pela caracterização histórico-política, económica e social dos dois países e finalmente uma terceira que se analisa e avalia o grau das relações entre Moçambique e a África do Sul.

Para o enquadramento teórico resolvemos dar ênfase às questões relacionadas com a economia política internacional. Em primeiro lugar abordamos a caracterização convencional das teorias do comércio internacional, da integração económica e da concorrência imperfeita. De

[3] Para Karl Polanyi, "uma economia de mercado é um sistema económico controlodo, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. (...) a auto-regulação significa que toda a produção é para venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. (in POLANYI, K. 1944: pag. 89-90)

seguida, referimos as questões da interdependência económica, tendo em conta que as relações entre Moçambique e a África do Sul se enquadram perfeitamente neste tipo de abordagem. Ainda nas questões teóricas, constatamos a necessidade de recorrer à abordagem de Susan Strange (1923-1998), que de forma esquematizada apresenta as relações económicas internacionais como resposta à evolução das estruturas de poder e dos agentes económicos, considerando que é a partir da sua interconexão que se dá a evolução actual da globalização.

Para a determinação das relações económicas entre a África do Sul e Moçambique foi indispensável efectuar uma caracterização histórico-política, económica e social dos países. Esta questão pareceu importante tendo em conta que se verificou que estes dois países já tinham um grau aprofundado de relações, as quais se esbateram durante o chamado período socialista de governação de Moçambique (entre 1975-86).

Desta forma, podemos compreender que a matriz das relações entre estes dois países pende naturalmente para o lado sul-africano, com uma dependência elevada por parte de Moçambique em relação às trocas comerciais, ao investimento, e também, ao nível das remessas dos emigrantes moçambicanos a trabalhar na África do Sul.

Nas relações entre os países, para além desta dependência substancial em termos económicos, podemos intuir que o forte incremento destas relações se insere numa estratégia mais vasta. Esta estratégia pode ser vista no âmbito da NEPAD[4], impulsionada por Thabo Mbeki, o presidente sul-africano, com intuito de aumentar o protagonismo e o peso regional da África do Sul na África Austral e também numa estratégia empresarial das grandes empresas sul-africanas que, como tudo indica, pretendem controlar os recursos de minérios e de energia da região.

[4] *New Economic Partnership for Africa Development* (Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento de África)

Assim, podemos verificar que, por exemplo, os grandes investimentos efectuados pelas empresas sul-africanas em Moçambique estão situados em áreas industriais em que este país dispõe de elevados recursos em matérias-primas e também numa área deficitária na África do Sul, que é a energia, daí o investimento no Gás Natural e Energia Hidráulica. Lateralmente, também se tem investido no comércio e no turismo, que são pontos comuns ao desenvolvimento dos dois países.

Uma forma de intuirmos o cerne das relações entre Moçambique e a África do Sul prende-se, com a percepção de que, para o crescimento económico de Moçambique, foi fundamental o envolvimento e o aprofundamento das relações comerciais e empresariais com a África do Sul. Contudo, o mesmo não se passou com a África do Sul em relação a Moçambique.

Em contrapartida, em termos teóricos, podemos chegar à conclusão que o aprofundamento das relações entre os dois países é benéfico para ambos. No entanto, apesar de, para a África do Sul, o recrudescimento das relações com Moçambique ser importante, estas só têm crescido a um ritmo elevado porque têm existido verdadeiras oportunidades de negócio.

Na elaboração deste estudo, deparamo-nos com o facto de que para um futuro verdadeiramente promissor para os dois países se torna importante que, nos próximos tempos, se criem ambientes propícios ao crescimento do investimento. Contudo, existem algumas limitações, de parte a parte, para um crescimento económico e desenvolvimento sustentado em ambos os países, como sejam o facto destes países se situarem num nível de desenvolvimento baixo, com níveis de formação e habilitação literária muito baixos. Outro factor, que se apresenta como uma fortíssima ameaça ao desenvolvimento destes países tem sido o alastramento do Vírus da SIDA, que afecta uma percentagem elevada da população.

Para a elaboração da dissertação foi importante a escolha bibliográfica, que se realizou tendo em conta os objectivos do trabalho. Naturalmente, que a

formação académica e profissional do autor influenciou essas opções bibliográficas, mas não o condicionou, tendo em conta que se procurou rever a bibliografia mais relevante.

Para as fontes estatísticas, foram utilizadas os dados das autoridades nacionais de cada país, sempre que possível, ou em alternativa os dados dos organismos internacionais. No que se refere aos factos históricos recorreu-se à vasta literatura existente sobre o assunto, socorrendo-nos complementarmente de diversos testemunhos de pessoas que viveram o período em causa, e que de alguma forma foram protagonistas dos acontecimentos.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Pretende-se, com esta tese, demonstrar que as relações entre Moçambique e a África do Sul são desequilibradas, havendo um grande predomínio e influência da África do Sul nesse contexto.

Na busca de um enquadramento que desse as bases teóricas a esta relação procurámos abordar a teoria da Economia Política Internacional. Sendo esta, segundo Chavagneux, "... a necessária complementaridade entre a ciência económica e a ciência política e que tenta responder às questões suscitadas pela aparente desordem internacional."[5].

No que respeita à abordagem económica daremos maior ênfase à economia política do comércio internacional. Assim, faremos uma apresentação das Teorias do Comércio Internacional, considerando que parte substancial das relações entre Moçambique e a África do Sul se baseiam nas trocas comerciais. Neste sentido, será também importante evidenciar os novos desenvolvimentos da teoria, explicitando as questões da integração e da interdependência económica. Neste enquadramento da teoria económica, iremos abordar, também, as questões relacionadas com a concorrência imperfeita, as quais passam pela Teoria das Firmas Multinacionais, as Economias de Escala e Concorrência Imperfeita, a Especialização do Tipo Perverso e a Transferência da Inovação Tecnológica e Redistribuição do Rendimento.

Em relação à Economia Política Internacional, Chavagneux, apresenta três modelos que mostram visões diferentes do estado do mundo e das suas relações de força. Uma primeira visão, que não será referida nesta dissertação, é apontada por Robert Cox, por exemplo, que considera que a mundialização resulta de uma "nebulosa" relação entre as empresas transnacionais e os Estados com o intuito de atingirem o poder. Essa classe transnacional

[5] CHAVAGNEUX, C., 2004.

dominante impõe o "Neoliberalismo", e reorganiza a ordem global para que o mercado domine sobre o social e o político.

Uma segunda visão é representada por autores como Robert Gilpin, Robert Keohane e Joseph Nye que consideram que os Estados são os actores dominantes da economia mundial. Os Estados exercem um chamado poder relacional, exprimindo-se num confronto directo entre os actores, seja em conflito ou em cooperação. Esta questão é fundamental nesta dissertação, tendo em conta que o seu objecto assenta na questão de saber se as relações entre os dois países são de cooperação ou de dominação. Este apontamento teórico será apresentado quando referirmos as questões da interdependência económica.

Finalmente, a terceira visão é apresentada por Susan Strange, que se situa numa perspectiva crítica em relação às abordagens tradicionais. Para esta autora o poder é visto de uma forma estrutural e pode ser definido como a capacidade de influenciar. Isto significa que, o poder mundial resulta de um conjunto complexo de autoridades nas diferentes estruturas de poder (em termos de segurança, produção, finanças e conhecimento). Devido à sua actualidade para as questões das Relações Económicas Internacionais, iremos dar ênfase a esta abordagem, que consideramos essencial para a compreensão das relações entre estes dois países.

Iniciaremos este ponto da dissertação pela apresentação da teoria tradicional, para de seguida referirmos as questões da concorrência imperfeita, após o que abordaremos a interdependência económica para finalizar com a apresentação da matriz de poder estrutural no âmbito da Relações Económicas Internacional elaborada por Susan Strange e que nos parece que consubstancia de forma relevante esta abordagem teórica.

1.1 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

No âmbito desta dissertação, o estudo das teorias da Economia Internacional, nomeadamente das Teorias do Comércio Internacional são de crucial importância, tendo em conta que as relações comerciais entre Moçambique e a África do Sul são históricas.

Em termos teóricos o estudo do comércio internacional inicia-se com os mercantilistas. Depois faremos uma breve apresentação da teoria Clássica em Adam Smith e David Ricardo, e finalizaremos esta referência com a teoria Neoclássica.

1.1.1. Teoria Mercantilista

Segundo Guimarães, "o estudo do comércio internacional inicia-se nos séculos XVII e XVIII com os mercantilistas, ainda que não de forma sistemática"[6]. De facto, a maior parte dos economistas[7] considera que os mercantilistas foram os primeiros a estudar as vantagens do comércio internacional para os países, iniciando-se com os chamados bulionistas[8] e terminando em Colbert.

O mercantilismo, mais do que uma teoria ou do que uma doutrina, foi considerado um conjunto de medidas práticas que foram sendo adoptadas ao longo dos quase 3 séculos de vigência. Em termos gerais, a "doutrina" mercantilista pode ser definida como a necessidade de proteger as forças económicas do Estado e incentivá-las no maior grau possível, com objectivo da sua defesa e expansão. O termo mercantilista foi primeiramente apresentado por Mirabeau[9], em 1763, para designar um sistema de ideias económicas que domina o discurso económico desde o princípio do século XVI até ao final do século XVIII.

---

[6] GUIMARÃES, M. H. 2005: pag. 13.

[7] PRADA, V. V. 1991 e DENIS, H. 1987.

[8] Os bulionistas consideravam que a riqueza do Estado consistia na posse de metais preciosos (PRADA 1991).

[9] EKELUND, R. e HÉBERT, R.F. 1990: pag. 43.

O sistema mercantilista, no período em causa, favoreceu a unificação das economias nacionais, devido ao fortalecimento do poder do Estado e de todo um sistema proteccionista que tentava proteger a produção nacional. Contudo, os resultados destas políticas nem sempre resultaram de forma positiva a nível internacional. Por exemplo, no caso francês, a aplicação por Colbert do sistema mercantilista no reinado de Luís XIV, apesar de ter melhorado a produção industrial e o comércio, não aumentou o poderio económico da França na disputa pelos mercados mundiais[10].

A óptica inerente à teoria mercantilista pressupunha que cada país tem vantagens em não comprar mas sim em vender, tendo em conta que o que interessava era o amealhar ouro para o país.

Segundo Ekelund e Hébert[11], foi Von Hornick que melhor exemplificou o sistema mercantilista ao definir as principais regras da economia nacional como:

- Cada pedaço do solo do país deve ser usado para a agricultura, extracção mineira, ou indústria transformadora.
- Toda as matérias-primas encontradas no país devem ser utilizadas na produção da indústria transformadora, tendo em conta que os bens finais têm um valor superior ao das matérias-primas.
- Deve ser incentivado o trabalho de uma larga percentagem da população.
- Deve ser proibida a exportação de ouro e prata, e toda a moeda nacional deve estar em circulação.
- Sempre que possível, toda a importação de bens deve ser desincentivada.
- No caso de bens indispensáveis e que não sejam produzidos internamente, a sua importação deverá ser efectuada,

[10] PRADA, V.V. 1991.
[11] EKELUND, R. e HÉBERT, R.F. 1990: pag 43 e 44.

preferencialmente, por troca por outros bens ao invés de ouro e prata.

- Sempre que possível a importação de bens deverá ser apenas de matérias-primas que possam ser posteriormente transformadas em bens finais no país.
- O país deverá encontrar oportunidades para negociar os bens excedentários exportando-os em troca de ouro e prata.
- Nenhum bem deverá ser importado caso esse bem possa ser produzido e fornecido internamente.

Estas regras, de facto, incentivavam a existência de comércio internacional, como forma de um país adquirir o ouro e prata necessários à sua riqueza. No entanto, se todos os países as praticassem, muito rapidamente todos os países iriam tentar impedir a importação de bens e a saída de ouro e prata, dificultando ou mesmo impedindo a troca de bens entre si.

Como foi referido, o pensamento mercantilista foi importante, na óptica do comércio internacional pelo facto de ter dado importância à existência deste comércio e por ter criado as bases da existência de um Estado forte. A centralização das funções do Estado na pessoa dos seus governantes foi fundamental para a implementação de um Estado de direito que funcionasse como interlocutor de outros Estados.

A grande importância da doutrina mercantilista assenta na construção de um Estado nação e na necessidade de fomentar políticas comerciais[12].

1.1.2. Teoria Clássica

A teoria Clássica segue, em termos temporais, a teoria Mercantilista. A Escola Clássica do Pensamento Económico tenta ver as vantagens da

[12] GUIMARÃES, M.H 2005: pag. 13.

existência do Comércio Internacional a partir da resposta a três questões fundamentais:

- Explicitação da divisão de trabalho inerente às novas trocas comerciais;

- Vantagens para os dois países das trocas comerciais e;

- Cálculo das novas razões de trocas, isto é, o preço internacional das trocas comerciais.

Adam Smith (1723-1790), com o seu livro "A Riqueza das Nações", foi considerado o fundador da Economia e o primeiro teórico do pensamento Clássico. Nesse livro, Smith, depois de ter exposto a sua teoria sobre o papel da divisão do trabalho[13], dedica-se a esclarecer o problema da formação dos preços e da natureza dos rendimentos dos particulares. Partindo do princípio que a divisão do trabalho é a fonte de enriquecimento das nações desenvolve a ideia que a divisão do trabalho é consequência da propensão dos indivíduos a trocar[14] e desta forma concebe o problema do valor de troca dos bens[15]. É desta forma que se inicia o processo decisivo da construção da Economia como ciência.

No que respeita ao Comércio Internacional, Smith ao sistematizar um quadro de referências da teoria económica, permitiu o estudo da importância das trocas comerciais e da especialização internacional dos países, e assim,

---

[13] "O maior acréscimo dos poderes produtivos do trabalho e grande parte da perícia, destreza e bom senso com que ele é em grande parte dirigido, ou aplicado, parecem ter sido os efeitos da divisão do trabalho" (SMITH, A., 1776: pag 77).

[14] "A divisão do trabalho, de que derivam tantas vantagens, não procede originariamente da sabedoria humana, (...) É antes consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa propensão para cambiar, permutar ou trocar uma coisa por outra" (SMITH, A. 1776: pag 93).

[15] "Deve observar-se que a palavra VALOR tem dois significados diferentes; umas vezes exprime a utilidade de um determinado objecto; outras, o poder de compra de outros objectos que a posse desse representa. O primeiro pode designar-se por «valor de uso»; o segundo por «valor de troca». (...) Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e não intenciona usá-la ou consumi-la, mas sim trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que ela lhe permite comprar ou dominar. O trabalho constitui, pois a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens. (SMITH, A. 1776: pag 117-119).

conjuntamente com David Ricardo, foram os primeiros a reconhecer as vantagens da existência do Comércio Internacional.

Em termos concretos, Adam Smith considera que "quando um produto de um determinado ramo de actividade, excede a quantidade que a procura do país requer, o excedente tem que ser enviado para o exterior e trocado por qualquer coisa de que exista uma procura interna. Sem essa exportação, parte do trabalho produtivo teria que cessar a sua actividade, reduzindo-se o valor do produto anual."[16]

Como podemos verificar, Adam Smith via o comércio internacional como vantagem, pois permitia o escoamento da produção interna excedentária, pela troca de bens que fosse necessário à produção interna[17]. Mas, considera que a importação de bens deve ser restrita aos bens que o país não consegue produzir, mais acha que a importação deverá restringir-se às matérias-primas, e que os outros bens deverão ser de tal forma onerados que desincetive a sua importação.

Em Adam Smith as vantagens do Comércio Internacional são enquadradas na perspectiva da produção nacional, com excedentes internos, e assim o comércio internacional serviria para incentivar a manutenção de uma produção elevada, supondo que não existe procura via exportações. Assim, mais do que dar importância à existência do comércio internacional, Adam Smith, considera-o vantajoso na medida em que aumenta a capacidade de troca da economia[18].

---

[16] SMITH, A.1776: pag 644.

[17] "Sejam quais forem os locais entre os quais o comércio externo se exerça, todos retiram dele duas vantagens distintas. Faz sair a parte excedentária da produção da terra e do trabalho, para o qual não existe procura, e, em troca, traz ao país algo para o qual existe procura. Confere um valor ao que é supérfluo, trocando-o por qualquer outra coisa, que pode vir a satisfazer as necessidades e aumentar a sua satisfação. Devido a ele, a insuficiência do mercado interno não impede que a divisão do trabalho atinja em qualquer ramo de actividade ou manufactura a maior perfeição" (SMITH. A 1776: pág. 745).

[18] "Sendo a capacidade de troca a que dá origem à divisão do trabalho, a extensão desta deve ser sempre limitada pela extensão daquela capacidade ou, por outras palavras, pela dimensão do mercado" (SMITH, A.1776: pag. 99).

1.1.2.1 Teoria das Vantagens Comparativas

Foi com David Ricardo (1772-1828), seguidor de Adam Smith, que melhor se explicitou as vantagens do comércio internacional, e em que a teoria do comércio internacional teve a sua base mais fundamentada.

Para David Ricardo, "o comércio externo, por mais importante que seja, não pode aumentar imediatamente a totalidade dos valores dum país embora contribua poderosamente para aumentar o volume dos bens e, por consequência, a soma das satisfações"[19]. Os pressupostos da teoria Ricardiana têm como base a ideia de que se, os preços relativos de dois bens diferem de um país para o outro, os dois países podem beneficiar de uma troca de bens com rácios intermédios de preços.

A Teoria Clássica é elaborada nas seguintes premissas fundamentais, subjacentes a todas as conclusões:

- Mercado de concorrência perfeita;
- Mobilidade perfeita de produtos;
- Imobilidade internacional de factores de produção;
- Homogeneidade e identidade dos bens produzidos;
- Maximização do rendimento global.

David Ricardo constrói um modelo com dois países que produzem dois bens com um factor de produção, o trabalho. Este factor de produção é limitado, por isso o país só consegue produzir um número limitado de bens, que depende da sua curva de possibilidade de produção.

A fronteira da curva de possibilidade de produção mostra o montante máximo de produção de um bem e quanto tem que diminuir a produção desse bem para produzir o outro bem. Dá-nos também o valor do preço relativo desses bens nesse país.

---

[19] RICARDO, D. 1817:pag. 143.

Com esta curva, conseguimos determinar que se produzimos o máximo de um bem deixamos de produzir o outro, visto que o factor de produção é limitado. Assim as decisões de produção de um país dependem não só da procura desse bem mas do preço relativo do bem em causa.

Para a decisão de existência de comércio entre os 2 países, compara-se as curvas de possibilidades de produção nos dois países, e, desta forma, pode-se verificar se existem ou não vantagens na comercialização entre os países.

No modelo de David Ricardo, os bens em causa são o vinho e o tecido e os países são a Inglaterra e Portugal.

Quadro 1 – Custo na Produção de Vinho e Tecido em Portugal e Inglaterra

	Portugal	Inglaterra
Vinho	80	120
Tecido	90	100

Nota: custo na produção de uma unidade de vinho/tecido nos dois países em homens/trabalho.

Fonte: RICARDO, D.1817: pág. 150-151.

Para David Ricardo "A Inglaterra pode encontrar-se em tais circunstâncias que para produzir os tecidos necessita do trabalho de 100 homens durante um ano e se tentasse produzir vinho poderia precisar do trabalho de 120 homens durante o mesmo período. Portanto, a Inglaterra teria interesse em importar vinho e em comprá-lo com a exportação dos tecidos. Em Portugal a produção de vinho poderia só necessitar do trabalho de 80 homens durante um ano e a produção dos tecidos exigiria o trabalho de 90 homens durante o mesmo período. Teria portanto vantagem em exportar o vinho em troca de tecidos. Esta troca poderia mesmo verificar-se apesar da mercadoria importada por Portugal poder ser produzida neste país com menos trabalho do que em Inglaterra. Embora Portugal pudesse fabricar os seus tecidos só com 90 homens, importá-los-ia de um país onde são necessários 100 homens para os produzir porque teria mais vantagem em empregar o seu capital na produção de vinho, em troca do qual obteria da Inglaterra uma maior quantidade de tecidos do que a que poderia produzir

desviando uma parte do seu capital utilizado na cultura da vinha para a fabricação de tecidos.[20]"

O custo português na produção de vinho é 66% do custo inglês e em relação ao tecido esse custo é de 90%. Então Portugal deverá especializar-se no bem que tem maior vantagem relativa, isto é, no vinho, enquanto que a Inglaterra deverá especializar-se no bem que tem menor custo relativo, isto é, nos tecidos.

A razão de troca internacional será balizada pelo preço interno dos bens, assim o intervalo do preço será definido nos seguintes intervalos:

0,89 unidades de tecido < 1 unidades de vinho < 1,2 unidades de tecido

0,83 unidades de vinho < 1 unidades de tecido < 1,13 unidades de vinho

Este modelo vai, assim, dar razão à existência de comércio internacional, mesmo quando um dos países tem vantagens na produção dos dois bens, por isso este modelo chama-se Modelo das Vantagens Comparativas.

A existência de recursos limitados obriga a uma especialização que traz vantagens aos dois países, e o preço internacional será fixado num intermédio entre os preços internos relativos nos países. O país que mais beneficia com o comércio é aquele cujo preço internacional fixado se aproxima mais do seu preço interno.

O modelo de Ricardo foi, ao longo dos anos, alvo de inúmeras críticas e interpretações menos consistentes, como explica Krugman[21], que contra-argumentou essas interpretações e críticas com os chamados argumentos falsos:

Naquele que é considerado o 1º argumento falso, os críticos do modelo Ricardiano consideram que o modelo apresenta ganhos no comércio apenas para os países desenvolvidos. Contudo, Krugman refuta considerando que na

[20] RICARDO, D. 1817: pág. 150-151.
[21] KRUGMAN, P e OBSTFELD, M., 1991: pág. 20-30

verdade o facto do modelo assentar em vantagens comparativas apresenta uma possibilidade de comercialização para qualquer tipo de país.

No 2º argumento, os críticos do modelo consideram que este modelo assenta em ganhos de comércio via baixos salários. Este argumento é rebatido por Krugman ao considerar que o que realmente tem influência directa nos ganhos de comércio são os ganhos de produtividade.

Como podemos concluir, a teoria das vantagens comparativas é fundamental para a prossecução do comércio entre dois países, mesmo quando, aparentemente, um dos países tem vantagem na produção de grande parte dos bens. No caso específico de Moçambique e da África do Sul, a vantagem de se efectuar o comércio entre os dois países é, então evidente, tendo em conta a abundância relativa dos factores produtivos nos dois países. O que pode acontecer, é que devido à especificidade de produção e à capacidade de mão-de-obra existente nos dois países, tal como aconteceu com Portugal e Inglaterra, poder-se-á verificar um maior afastamento de desenvolvimento entre os dois países. Um àparte a esta questão que pode ser referido tem a ver com o facto de, segundo Ricardo, Portugal deveria especializar-se em vinho e a Inglaterra em tecido. Assim, esta divisão de trabalho levou a que Portugal continuasse uma país agrícola e pouco desenvolvido, enquanto a Inglaterra iniciou o processo de industrialização e se tornou rapidamente numa das potências mundiais.

1.1.3. Teoria Neoclássica

A teoria neoclássica do comércio internacional, como refere Guimarães, "centrou-se na maximização da eficiência económica e na maximização da utilidade. É geralmente normativa na sua abordagem ao comércio, isto é analisa como este se *deveria* organizar para atingir aqueles objectivos. As considerações políticas eram irrelevantes para as suas construções teóricas e para os seus modelos"[22]. Em termos gerais, a teoria neoclássica admite para além das premissas clássicas, as seguintes hipóteses:

- A função de produção comportar dois factores de qualidade idêntica;
- A utilidade intervém na determinação do valor, verificando-se decréscimo daquele à medida que aumenta a quantidade possuída;
- O rendimento dos factores pode ser crescente, decrescente ou constante.

1.1.3.1. O Modelo de Hecksher-Ohlin-Samuelson (HOS)

Eli Hecksher num artigo[23] publicado em 1919 demonstrou que a teoria do comércio internacional constitui uma parte da Teoria Geral da Localização, explicando a origem das vantagens comparativas com base na interacção entre os recursos das nações (abundância relativa dos factores de produção) e a tecnologia de produção (que influencia a intensidade relativa com os quais os factores de produção são utilizados na produção dos bens). Neste artigo, Hecksher refere que a sua preocupação principal passa por percepcionar a influência do comércio internacional sobre o rendimento e mais especificamente sobre os factores de produção. Isto é, interessa-lhe descobrir a redistribuição da riqueza entre terra, capital e trabalho.

As premissas fundamentais deste modelo passam pela dotação factorial e intensidade factorial.

---

[22] GUIMARÃES, M.H. 2005: pag. 14.
[23] HECKSHER, E. 1919.

Bertil Ohlin, discípulo de Hecksher, desenvolve um pouco mais esta teoria, dizendo que a especialização e orientação do comércio internacional só depende dos recursos produtivos de cada país e que a procura e a tecnologia não são factores explicativos, pois são idênticos nos dois países.

TEOREMA DE HECKSHER-OHLIN(HO)

- A causa do comércio internacional reside fundamentalmente nas diferenças entre as dotações dos factores dos diferentes países. Um país tem vantagem comparativa na produção do bem que usa mais intensivamente o factor mais abundante no país (teorema da dotação de factores).

Samuelson e Stolper[24] num artigo escrito em 1941, tentam explicar o efeito do Comércio nos preços relativos dos factores, e para tal aprofundam as teses anteriores introduzindo a premissa da não-universalidade dos factores de produção, mostrando que as trocas internacionais contribuem para a igualização dos preços dos factores de produção.

TEOREMA STOLPER-SAMUELSON (SS)

- Como consequência do comércio internacional produz-se uma tendência para a igualização do preço dos factores. Neste sentido o comércio internacional funciona como um substituto da mobilidade internacional de factores (teorema da igualização dos preços dos factores)[25].

Neste modelo admitem-se as seguintes premissas:

---

[24] "*... A country will export those commodities which are produced with is relatively abundant factors of production, and will import those in the production of which its relatively scarce factors are important*." (SAMUELSON, P. A. e STOLPER, W. F. 1941).

[25] "*... as a result of the shift towards increased production of those goods in which factors abundant predominate, here will be a tendency- necessarily incomplete- towards an equalization of factor prices between the two or more trading countries. Although partial, the movement in the direction of equalization is nevertheless real and can be substantial*." (SAMUELSON, P. A. e STOLPER, W. F. 1941)

- Dois países, que produzem os mesmos dois produtos, e dois factores de produção de qualidade idêntica;
- Mobilidade e concorrência perfeita para os dois produtos;
- Cada país tem uma dotação fixa de factores de produção (o que significa imobilidade internacional dos factores);
- A função de produção é idêntica nos dois países (o que significa que a tecnologia é a mesma);
- Um bem é sempre mais intensivo num factor que o outro (intensidade factorial).

Podemos enunciar o teorema da seguinte forma:

- Para que um país exporte um produto é necessário que o ofereça a um preço inferior ao praticado no estrangeiro.
- A diferença entre preços absolutos do País A e preços absolutos do País B implica uma diferença nos preços relativos.
- As diferenças nos preços relativos devem-se à diferença na dotação de cada país em factores de produção. Os preços relativos e absolutos dos produtos e dos factores são, em última análise, função da procura e oferta dos produtos.

O modelo de HOS tem, contudo, alguns aspectos críticos que importa analisar:

- A dotação de factores é considerada estática em contradição com as várias teorias de desenvolvimento económico;
- Não faz referência às ligações inter-industriais, quer a nível dos vários processos de produção quer na óptica da complementaridade;
- Perfilha a lei da concorrência perfeita, ignorando os grupos económicos;

- Adopta a imobilidade dos factores de produção entre os países;
- Não entra em linha de conta com a diferente qualificação dos factores de produção.

Ao simplificar considerando que as estruturas de produção são idênticas em todos os países pode-se chegar a conclusões erróneas, como observou Wassily Leontief[26]. Leontief esperava concluir que os EUA eram importadores de bens que incorporavam uma menor quantidade relativa de capital face ao trabalho e exportavam bens que incorporavam mais capital que trabalho. Contudo, chega à paradoxal[27] conclusão, que os EUA são exportadores de bens que incorporam mais trabalho e menos capital e importadores de bens que contêm mais capital que trabalho.

Como podemos verificar, a construção do modelo HOS assenta, acima de tudo, numa maximização de eficiência económica, sendo por isso um bom instrumento de análise de comércio entre dois países e das possibilidades que o comércio pode trazer aos países. Contudo, as premissas em que se baseia são muito restritivas, o que dificulta a sua aplicabilidade.

Para esta dissertação, podemos considerar que nas relações entre Moçambique e África do Sul se aplica o teorema HO. Contudo, o teorema de SS, não é tão evidente, uma vez que não se verifica a equalização dos remunerações dos factores, nomeadamente no trabalho, mas sim uma forte migração da população moçambicana para a África do Sul, o país com melhores salários.

---

[26] Este autor, que foi Prémio Nobel em 1973, tentou testar a teoria da dotação de factores de produção, aplicando à economia norte-americana. O seu trabalho consistiu na subdivisão da economia norte-americana em sectores de produção e determinar em cada um desses sectores a relação entre os factores produtivos. A partir desta relação determinou quais os sectores exportadores e os importadores.

[27] Por isso se chama o Paradoxo de Leontief. A resposta que o próprio autor encontra para este paradoxo prende-se ao facto dos trabalhadores norte-americanos apresentarem uma produtividade elevada, o que se traduz numa maior eficiência de produção do trabalho.

1.2. INTEGRAÇÃO ECONÓMICA

O estudo da integração económica torna-se importante nas relações entre Moçambique e a África do Sul, tendo em conta que o objecto da dissertação prende-se com o aprofundamento das relações entre dois países com ligações crescentes e com uma dimensão económica diferenciada.

O actual debate sobre as relações económicas internacionais aponta para um período de transformação ou transição, o que alguns autores designam como mudança estrutural de larga-escala[28]. A integração económica é, nesta óptica, vista como uma processo de regionalização que concorre com o processo de globalização que actualmente vivemos. Assim, o processo de integração não é mais do que uma nova forma de proteccionismo, tendo em conta que os processos de integração são feitos por blocos regionais com objectivos económicos e que actuam tendo em vista a eliminação de barreiras entre os países pertencente a esse bloco, e a criação de uma barreira aos países não pertencentes[29].

Desta forma, este proteccionismo não deve ser visto como uma situação perversa, mas como uma nova forma de política comercial[30], uma vez que o processo de integração económica consubstanciado na criação de blocos regionais é um meio fundamental de os países ganharem algum peso na cena mundial.

A integração económica pode ser vista como um processo ou como situação.

Como processo porque implica que os países tendam a tomar medidas destinadas à abolição de discriminações existentes em relação às unidades económicas de cada um deles.

---

[28] Este termo foi adoptado por Karl Polanyi em 1944, e foi actualizada por Susan Strange em várias das suas obras (ver capítulo 1.8. RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS).

[29] HETTNE, B. 2006.

[30] HETTNE, B. 2006: pag 61.

Como situação porque significa que, num dado momento, existe uma ausência de discriminação entre as economias nacionais.

Em relação aos instrumentos e meios de integração económica podemos referir, de acordo com Tinbergen[31], uma integração positiva e uma integração negativa.

Por integração positiva entendem-se todos os aspectos que levam à modificação dos instrumentos e das instituições e à criação de outros instrumentos e instituições. Ou seja, quando existe uma actuação do ou dos países no sentido de favorecer um aprofundamento da integração económica. Como exemplo de integração positiva podemos referir a União Europeia e o SADC[32].

Por integração negativa entende-se os aspectos que envolvem a remoção das discriminações e das restrições à circulação dos factores produtivos, como por exemplo acontece no âmbito dos acordos do GATT[33], actualmente Organização Mundial de Comércio (OMC). Também, a EFTA[34] (*European Free Trade Area*), que é uma associação de comércio livre que tem a eliminação das barreiras comerciais como objectivo fundamental, pode ser dada como exemplo de integração negativa.

No que respeita a formas de integração económica existentes, podemos abordar as apontadas por Bela Balassa[35] e Chacholiades[36]: o clube de comércio

---

[31] TINBERGEN,J. 1985, *Internacional Economic Integration*, e de acordo com ROBSON, 1985: pag.12.

[32] O SADC irá ser referido mais em detalhe no ponto 3.1. ACORDOS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO.

[33] GATT-*General Agreement of Tariffs and Trade*, é a organização que regulamenta as regras de comércio, e que na última ronda do *Uruguay Round* foi decidido, pelos países membros, a passagem para Organização Mundial de Comércio.

[34] A EFTA surgiu em 1960, como contraponto à Comunidade Económica Europeia por iniciativa do Reino Unido, mas com a entrada de alguns membros da EFTA na União Europeia, nomeadamente, o próprio Reino Unido, a Dinamarca, Portugal, Suécia, Áustria e Finlândia, a organização perdeu parte do seu vigor. Actualmente é composto por 4 países: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suiça, e com excepção deste último, os outros têm um acordo de comércio livre com a União Europeia, criando o maior espaço de comércio livre mundial, o Espaço Económico Europeu.

[35] BELA BALASSA 1961 (pag.13).

[36] CHACHOLÍADES 1981 (pag. 256-258).

preferencial, a zona de comércio livre, a união aduaneira, o mercado comum, a união económica e a união política.

O Clube de Comércio Preferencial pressupõe que os direitos aduaneiros recíprocos sobre a importação de bens são reduzidos pelos respectivos países membros, mantendo, cada um deles, os direitos aduaneiros, de forma independente, sobre o resto do mundo. É exemplo desta situação a actual liberalização efectuada no âmbito dos acordos do GATT e da actual OMC.

Na Zona de Comércio Livre os direitos e restrições quantitativas entre países participantes são abolidas mas cada país mantém as suas próprias pautas aduaneiras em relação aos países não-membros.

A União Aduaneira implica a supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no seu interior e a igualização dos direitos em relação ao comércio com os países não-membros, o que significa a existência de uma pauta externa comum. Podemos referir a Comunidade Económica Europeia como exemplo da União Aduaneira.

O Mercado Comum tem como objectivos não só a eliminação das barreiras à livre circulação de mercadorias, tal como na união aduaneira, mas também a eliminação das restrições aos movimentos dos factores produtivos. Ou seja, pressupõe uma total liberalização dos quatro factores: bens, serviços, capital e trabalho. A Comunidade Europeia (CE), após o Acto Único Europeu, é um exemplo de mercado comum, que entrou em vigor em 1992, com algumas restrições para alguns produtos e para alguns países considerados menos desenvolvidos.

A União Económica caracteriza-se pela harmonização das legislações económicas nacionais, pela coordenação das políticas económicas e pela substituição de certas políticas económicas nacionais por políticas comuns. A União Monetária supõe a criação de uma moeda comum, entre os países integrantes, ou a fixação das taxas de câmbio. A União Económica e Monetária caracteriza-se, assim, pela existência de políticas económicas comuns e de uma moeda comum (ou fixação das taxas de câmbio) entre os

Estados Membros. Actualmente, a União Europeia (UE), é a expressão máxima deste tipo de integração. Dentro da UE, ainda comporta uma união monetária descrito nos actuais doze países que compõem a área do euro[37].

Podemos, ainda, referir a União Política como a mais abrangente forma de integração, e que implica a total coordenação das políticas económicas nacionais, a existência de uma moeda única, de uma instituição supranacional com poderes alargados e de uma política de defesa comum.

Estas formas de integração económica podem ser vistas como processos concêntricos, em que um círculo superior integra os anteriores. Todavia, a realidade é mais complexa, na medida em que uma organização pode ter características de várias formas de integração económica.

A Teoria Económica[38] considera que a integração económica tem as seguintes vantagens:

a. Aumento da produção, como consequência da especialização realizada de acordo com as vantagens comparativas e de um melhor aproveitamento das potencialidades das economias de escala;

b. Melhoria dos termos de troca da organização em relação ao resto do mundo;

c. Mudanças forçadas na eficiência causadas pelo aumento da concorrência no interior da organização;

d. Mudanças induzidas pela integração afectando a quantidade e a qualidade dos factores de produção, tais como o aumento do fluxo de capitais;

e. Mudança na taxa de avanço tecnológico.

---

[37] A área do euro é actualmente composto por 12 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal). A partir de 1 de Janeiro de 2007, junta-se a Eslovénia como 13º país da área do euro.

[38] ROBSON, P. 1985: pag. 14-15.

Existem também muitos estudos teóricos sobre a teoria das uniões aduaneiras, que são importantes no que diz respeito a uma análise mais aprofundada de eficiência. No entanto, interessa acrescentar que a teoria da integração económica, também ligada à problemática da associação económica, ultrapassa a teoria das uniões aduaneiras em alguns aspectos importantes, por exemplo:

1. Tem em conta os movimentos internacionais de factores,
2. Considera preferencialmente o uso coordenado de instrumentos de política económica nacional, no seu todo e não apenas os instrumentos de carácter comercial, e
3. Avalia a integração por critérios diferentes dos da eficiência na orientação dos recursos.

No caso de uma possível integração entre Moçambique e África do Sul o processo de integração económica é, ao mesmo tempo, um processo e uma situação. Pois, como iremos ver mais adiante, as relações entre os dois países pode permitir o rápido aparecimento de uma zona de comércio livre[39], consubstanciando uma forte interligação que já existe, não só em termos económicos mas também em termos sociais e políticos.

[39] Esta situação está prevista tendo em conta que os dois países fazem parte da SADC que tem como um dos objectivos a longo prazo chegar a ser um Mercado Comum em 2015, tendo já como objectivos intermédios obter uma zona de comércio livre em 2008 (com porrogação até 2012 para os produtos mais sensíveis).

1.3. TEORIAS DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS

A importância das empresas multinacionais é por demais evidente, sendo actualmente um dos veículos fundamentais do comércio mundial.

Nesta dissertação o aspecto relacionado com as empresas multinacionais é extremamente importante tendo em conta que grande parte das relações entre os dois países tem como base o investimento de grandes multinacionais sul-africanas em Moçambique. Assim, importa referir alguns estudos sobre as empresas multinacionais.

1.3.1. Abordagem de Ronald Coase

Um dos pioneiros do estudo das Empresas Multinacionais foi Ronald Coase. No seu artigo, "A Natureza da Firma"[40], tenta perceber porque é que as empresas existem e, uma vez criadas, porque é que estas aumentam de dimensão.

Em resposta às questões, o autor considera que a empresa e o mercado são formas alternativas de organização da produção, ou seja, enquanto que fora da empresa, as oscilações dos preços determinam a produção através das transacções mercantis, no seu interior as transacções de mercado são eliminadas e a complicada estrutura das transacções mercantis é substituída pelo empresário coordenador que dirige a produção. Assim o carácter distintivo da empresa é substituir o sistema de preços.

A principal razão explicativa para a criação e o crescimento das empresas tem a ver com o facto da empresa ser uma instituição eficiente que economiza em custos de transacção, ou seja, os custos relacionados com o mecanismo de preços.

No entanto, a economia em custos de transacção tem limites, por um lado, nem sempre a eficiência relativa da empresa é superior à do mercado;

[40] COASE, R. (1937).

por outro lado, o crescimento da empresa enquanto processo de internalização de transacções gera custos de coordenação acrescidos. A perda de eficiência de uma empresa em relação ao mercado, ou em relação a outra empresa, pode dever-se, segundo Ronald Coase, ao "rendimento decrescente do empresário", por aumento da frequência das transacções. Contudo, as inovações organizativas a que se assiste têm permitido ultrapassar os limites do crescimento dimensional das firmas, por aumento da sua eficiência relativa.

As implicações da consideração da empresa e do mercado como formas alternativas de organização da produção são da maior importância e portanto, importa darmo-nos conta da eficiência das transacções mercantis no que concerne ao mercado. Quanto à empresa importa estudar a eficiência do seu modelo organizacional. Na abordagem iniciada por Coase a empresa é vista como uma estrutura de governo baseada numa teoria de custos de transacção. A transacção, em vez da produção, passa a ser a questão básica do estudo das formas de organização da actividade produtiva.

Assim, e a partir desta análise sucinta podemos passar à análise da questão central da teoria de Coase que deu um apreciável contributo à análise das empresas multinacionais (EMN).

Comecemos por analisar as três formas clássicas de envolvimento internacional das empresas, que são as exportações, o investimento local e o licenciamento, e definamos as EMN como uma empresa que controla activos em vários países. Assim:

- Se considerarmos que os mercados internacionais de bens funcionam de forma perfeita, isto é, sem custos de transporte elevados, sem barreiras aduaneiras ou não aduaneiras e sem risco de câmbio, as empresas tenderiam a permanecer no seu espaço local e o abastecimento de outros mercados far-se-ia pela via das exportações.
- Se a mobilidade internacional dos factores for superior à dos bens finais então o abastecimento de outros mercados far-se-ia

preferencialmente pela transferência internacional dos activos associados àquela vantagem competitiva, isto é, através de investimento local.

- Se, por outro lado, o "*Know-How*" puder ser corporizável em activos materiais ou convertível num título de registo (marca ou patente) que garanta direitos de propriedade à empresa inovadora, então poder-se-á proceder à transacção destes activos materiais ou imateriais no mercado internacional através da via contratual entre empresas independentes, designadamente através das licenças.

Uma das características mais notórias da empresa moderna é a sua capacidade para o desenvolvimento de novas tecnologias de produção ou de processos que permitem-lhe implementar eficientes técnicas de gestão e de marketing, diferenciar produtos, etc., à qual designamos por "*Know-How*"[41], que pode ser resultado de actividades sistemáticas de Investigação e Desenvolvimento ou de novos processos de aprendizagem assentes na experiência.

O "*Know-How*", é frequentemente, fonte de vantagens competitivas diferenciadas das empresas nos locais onde estas interagem, sejam eles mercados domésticos ou os internacionais.

O exame das características do mercado de "*Know-How*" conduz à identificação de várias dificuldades transaccionais, razão pela qual a empresa se pode substituir ao mercado internacional, explorando de forma internalizada, noutros países, os activos associados à sua vantagem competitiva. Assim, a EMN é conceptualizada como uma organização que internaliza transacções que poderiam realizar-se livremente nos mercados internacionais, se estes não operassem com fricções transaccionais. Importa realçar, que essas transacções têm custos, que são tanto maiores quanto mais específicos forem esses activos, por exemplo: descobrir um parceiro para

[41] GUERRA, A.1990.

negociar, convencê-lo a negociar, conceber o contrato que regulamenta a transacção e fiscalizar as condições de execução.

No caso dos activos intensivos em informação, as dificuldades transaccionais aumentam, pois como é a própria informação que está em negociação, a contratualização desta informação tem que ser efectuada de forma a impedir a sua proliferação. Também, em alguns casos, é muito onerosa a transferência de "*Know-How*" sem contactos pessoais estreitos, pois a confidencialidade da informação a ser negociada implica um rigor elevado nos termos contratuais, devido ao risco de dissipação da informação e utilização abusiva da mesma.

A superioridade da transacção intra-firma é absoluta quando o "*Know-How*" não é comercializável, o que acontece, por exemplo, quando a vantagem competitiva da empresa é resultado do trabalho de equipa e de sinergias próprias da actividade normal da empresa. Desta forma, a transferência intra-firma tem vantagens sobre a troca autónoma, que se opera a custos de transacção mais baixos do que os associados à transferência intra-firma.

Naturalmente, é no interior da empresa que a difusão do "*Know-How*" mais se aproxima da característica de bem público, pois a transferência dessa informação tecnológica é efectuada quase sem custos de transacção. É também no seu seio que se tenta preservar as condições de monopólio daqueles activos, permitindo a extracção de rendas potenciais, ao serem explorados, com discriminação de preços, nas diferentes filiais.

A internalização permite ainda a remoção ou redução de impactos de outro tipo de imperfeições próprias dos mercados internacionais, como por exemplo a intervenção dos governos em matéria aduaneira e nos movimentos de capitais e as discrepâncias fiscais e monetárias entre países.

À luz da teoria dos custos de transacção, as EMN são consideradas como instrumentos de eficiência na afectação de recursos à escala internacional, e não como expressão das distorções de mercado.

Em termos políticos esta teoria leva a que os governos adoptem posições mais liberais em matéria de movimentos internacionais de capitais e em particular do Investimento Directo Externo.

1.3.2. Modelo OLI

O modelo OLI, de John Dunning é um modelo eclético, que tenta explicar o aparecimento das firmas multinacionais através de um modelo empírico: o chamado modelo OLI, O- vantagens próprias (*ownership*); L- vantagens de localização; e I- vantagens de internalização. Este tipo de vantagens reportam-se a um determinado tipo de análise, assim o "O" corresponde à questão da concorrência imperfeita; o "I" à internalização e à organização da empresa e o "L" à vantagem comparativa do país de acolhimento.

Podemos caracterizar as vantagens específicas das empresas como:

a. As que não são imputáveis à condição de multinacionalidade da empresa, isto é as relacionadas com:

   i) A dimensão, a diversificação de produtos e dos processos, a capacidade para obter vantagens da divisão do trabalho e da especialização, o poder de monopólio, a maior capacidade e a melhor utilização de recursos (são portanto vantagens relacionadas com a existência de economias de escala);

   ii) A propriedade tecnológica, as marcas comerciais (protegidas por patentes e legislação);

   iii) A superioridade organizacional ao nível da produção, o sistema de marketing, a capacidade de Investigação e Desenvolvimento;

   iv) O acesso exclusivo ou mais favorável (com custos mais baixos) aos factores produtivos: trabalho, a existência de recursos naturais, financeiros, ou de informação;

v) O acesso privilegiado aos mercados dos produtos;

vi) A protecção governamental (barreiras legais à entrada, etc.)

b. Vantagens das firmas ou estabelecimentos já instaladas, sobre os potenciais entrantes, relacionam-se com:

i) O acesso ao potencial que a casa-mãe detém nos preços mais favoráveis em relação aos processos administrativos, empresariais, de Investigação e Desenvolvimento, ao Marketing, etc.

ii) As economias de oferta conjunta, não só na produção, mas também nas Compras, no Marketing, no Capital, nos contratos, etc.

c. Vantagens derivadas da condição de multinacionalidade da empresa, têm a ver com:

i) O acesso privilegiado a um melhor conhecimento da informação, dos *inputs* e dos mercados;

ii) A capacidade para tirar vantagens das diferenças internacionais em matéria factorial e mercados. Capacidade para diversificar riscos (devido à sua maior capacidade financeira).

Em relação às vantagens de localização estas estão relacionadas com:

a. Distribuição espacial dos *inputs* e mercados;

b. Diferenças nos preços, na qualidade e na produtividade dos *inputs*;

c. Custos de transporte e de comunicação;

d. Intervenções governamentais;

e. Controle de importações (incluindo barreiras aduaneiras), taxas de juros, incentivos, clima de investimento, estabilidade política, etc.;

f. Infra-estruturas em termos comerciais, jurídicos, e de transportes;

g. Distâncias em termos "psíquicos", isto é, diferença em termos de linguagem, costumes, cultura empresarial, etc.;

h. Economias nas actividades de Investigação e Desenvolvimento e de Marketing.

Complementarmente, ao modelo OLI, Mucchielli[42] parte da abordagem de Dunning e tenta responder ao porquê da existência de alianças estratégicas entre as empresas. Em termos sintéticos, este autor, considera que além das vantagens comparativas e competitivas, existem ainda as vantagens estratégicas que se relacionam com as necessidades estratégicas de competição em termos globais, e que levam à existência de alianças estratégicas entre as empresas. Em geral, estas estratégias situam-se no campo da Investigação e Desenvolvimento.

Neste trabalho verificou-se que as razões do investimento das empresas sul-africanas em Moçambique prendem-se com as vantagens estratégicas[43] ligadas à proximidade geográfica e existência de recursos. Num inquérito realizado pelo Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais[44] sobre o investimento efectuado por empresas sul-africanas concluiu-se que a maior parte das empresas multinacionais de grande dimensão investiam em Moçambique por razões estratégicas, e apenas as pequenas empresas o faziam por questões de proximidade[45]. As razões estratégicas têm a ver com as infra-estruturas rodo-ferroviárias e portuárias de Moçambique, bem como pelo seu potencial energético.

---

[42] MUCCHIELLI, J 1991.

[43] Ver capítulo 3.3.2. Resultados do Inquérito do Instituto Sul-Africano de Relações Externas (SAIIA).

[44] SAIIA - *South-African Institute of International Affairs*.

[45] GROBBELAR, N. 2004: pag. 41 e 42.

1.4. ECONOMIAS DE ESCALA, CONCORRÊNCIA IMPERFEITA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os modelos apresentados, das vantagens comparativas, relativas ou absolutas, têm como base rendimentos constantes à escala, isto é, assume-se que se duplicarmos os *inputs* de factores produtivos numa determinada indústria, então a produção dessa indústria duplicará também. Contudo, a maior parte das indústrias são caracterizadas por terem economias de escala (também conhecidas como crescentes à escala), ou seja, quando se duplica os inputs, mais que duplica a produção. Vamos considerar, neste capítulo, as economias de escala que são internas às empresas, isto é, aquelas que provocam um decréscimo nos custos unitários à medida que a produção aumenta[46].

As economias de escala dão razões suplementares à existência de comércio internacional. Uma vez que, em autarcia, o mercado é, de certa forma, restrito, a existência de comércio internacional vai aumentar a procura de produtos, incentivando o aumento de *inputs* dos factores produtivos.

1.4.1. Economias de escala e estruturas de mercado.

As economias de escala externas ocorrem quando os custos por unidade dependem do tamanho da indústria, mas não necessariamente do tamanho da empresa em si. Já as economias de escala internas ocorrem quando os custos por unidade produzida dependem do tamanho de uma empresa em termos individuais, mas não necessariamente da indústria em si. Assim, devemos analisar os efeitos das economias de escala nas estruturas de mercado.

1.4.1.1. A teoria da concorrência imperfeita

Como é referido habitualmente, num mercado de concorrência perfeita, as empresas têm o preço como um dado (tomadoras de preços), isto é os

[46] ROBSON, P. 1985.

vendedores dos produtos acreditam que eles podem vender o que quiserem ao preço actual, e que não podem influenciar esse preço.

Contudo, quando apenas poucas empresas produzem para um determinado mercado, as coisas alteram-se de forma radical. Na concorrência imperfeita, as empresas têm o poder de influenciar os preços dos seus produtos[47].

Quando as empresas não são "tomadoras de preços" a análise da sua actuação deve ser vista de forma diferenciada. O mais simples de examinar em termos de estrutura de mercado é o monopólio puro, quando uma empresa se encontra sozinha no mercado.

Seguindo a análise de Krugman e Obstfeld[48], a análise do mercado de concorrência imperfeita inicia-se pela determinação das relações entre o preço recebido por unidade produzida pela empresa monopolística e as receitas marginais, sendo estas sempre inferiores ao preço praticado. A relação entre as receitas marginais e o preço depende de duas coisas: em primeiro lugar do montante actual de produção que a empresa já vende, e em segundo lugar, da elasticidade da curva de procura em relação ao preço do produto, que permite ao monopolista perceber quanto tem de reduzir no preço do seu produto para vender mais. Se a curva for muito inelástica (ou quase horizontal), o vendedor poderá vender mais com pequenas quebras em termos de preços, e se a curva for muito elástica, ou mais vertical, então, pequenas mudanças em termos de produção, implica grandes mudanças em termos de preços.

1.4.1.2. Concorrência Monopolística

A existência de lucros elevados num determinado mercado atrai sempre muitos competidores e, por isso, as situações de monopólio puro são raras. Quando internamente as empresas usufruem de economias de escala estão, em geral, em oligopólio, ou seja, o mercado é composto por algumas

[47] KRUGMAN e OBSTFELD (1991).
[48] KRUGMAN E OBSTFELD (1991).

empresas, com peso suficiente que possam influenciar o preço, mas nenhuma isoladamente com poder a esse nível.

A análise geral de uma situação de oligopólio é de certa forma complexa, tendo em conta que os oligopólios supõem que a determinação dos preços é feito de forma interdependente. Cada empresa, numa situação de oligopólio ao fixar um preço, considera não só a reacção dos consumidores, mas também a reacção dos seus competidores directos nesse mercado. Essas respostas têm, também, a ver com as expectativas dos competidores em relação ao comportamento e reacção das empresas concorrentes.

O modelo, em termos gerais, assume que a empresa aumenta as suas vendas consoante a procura total do produto por si vendido e quanto maior o preço que as empresas concorrentes praticarem. Por outro lado, também se espera que as empresas vendam menos quanto maior for o número de empresas que concorrem nesta indústria e quanto maior for o seu preço interno, comparativamente com o praticado no mercado.

No equilíbrio de mercado, o modelo assume que o comportamento competitivo das empresas monopolísticas é simétrico, isto é, a função procura e a função custo são idênticas para todas as empresas, mesmo que de alguma forma as empresas vendam produtos diferenciados. Sendo assim, a caracterização do mercado e a determinação de preços depende mais do número de empresas concorrentes e do preço que as empresas praticam.

As limitações deste modelo residem no facto dos principais elementos denominadores deste mercado comportarem a existência de economias de escala e logo uma concorrência imperfeita. Contudo, são poucas as indústrias que são realmente bem descritas por este tipo de modelos. Nesta situação, o modelo de concorrência imperfeita, que tem como chave principal o assumir que a maior parte das empresas actua como se fosse realmente monopólio, perde a sua razão de ser, pois na verdade, o que acontece é que as empresas actuam tendo em atenção que as suas acções influenciam a acção das outras empresas, tendo por isso um comportamento interdependente.

Dois tipos de comportamento podem surgir, um chamado comportamento colusivo e outro estratégico de forma a manter uma situação de oligopólio neste mercado e dominando tanto o preço como o output.

O comportamento colusivo, ou em conluio, significa que as empresas entram em entendimento de forma a manterem os preços elevados e, assim, garantir um lucro elevado.

O comportamento estratégico é adoptado, em geral, para impedir ou para criar barreiras à entrada de novos concorrentes no mercado em causa, de forma a manter um lucro substancial.

1.4.1.3. Concorrência Monopolística e Comércio Internacional

A aplicação do modelo de concorrência monopolística ao comércio internacional tem em si internalizada a ideia de que o comércio aumenta o mercado. As empresas que num mercado mais reduzido tinham poucas capacidades para aumentar a sua produção, mesmo que tivessem uma produção passível de economias de escala, num mercado mais alargado poderiam utilizar essas facilidades num forte acréscimo da produção e dos lucros.

De facto, as empresas ao comercializarem entre si criam um mercado integrado único maior que necessitam para ganharem dimensão. Assim, cada país pode especializar-se na produção de determinado tipo de bens, que não poderia fazer na ausência de comércio, e ao mesmo tempo, proporcionam uma maior gama de produtos aos seus consumidores. Temos assim vantagens mútuas na existência de comércio entre países, mesmo quando os países têm diferenças a níveis de recursos e de tecnologia.

O modelo de concorrência monopolística pode ser assim usado para mostrar que a existência de comércio permite aos produtores escolherem entre aumentar a escala de produção ou a variedade de produtos oferecidos.

1.5. ESPECIALIZAÇÃO DO TIPO PERVERSO

A especialização do tipo perverso é um dos problemas postos pela existência de economias de escala nas uniões aduaneiras.

A existência de um mercado alargado favorece a produção em larga escala a um custo unitário mais reduzido, visto que o mesmo custo fixo é repartido por um maior número de bens produzidos.

A existência de economias de escala levou alguns economistas, como Grubel[49], a defender que a liberalização do comércio não produz, necessariamente, uma especialização vantajosa.

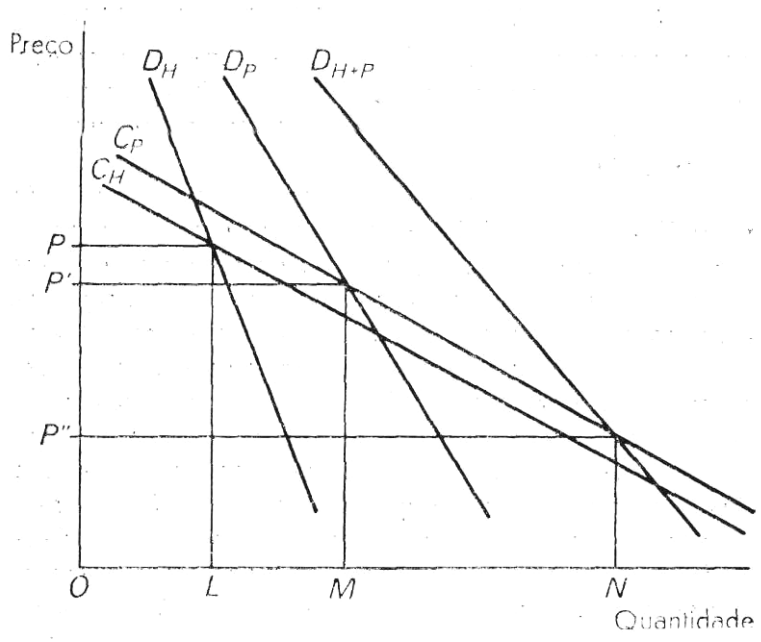
Vamos supor que um país (País P), por hipótese, produz dois bens, um em que tem vantagens absolutas na sua produção, porque a dotação factorial o permite, e outro em que tem custos médios superiores aos do país parceiro (País H), antes da união. Em condições consideradas normais, após a união, o país A tenderia a especializar-se no bem em que tem vantagens absolutas, e o país parceiro especializar-se-ia no outro bem. No entanto, pode acontecer que, se, um deles for um país grande, que dispõe de um grande mercado doméstico, numa situação de equilíbrio, consegue satisfazer as necessidades totais do mercado da união tanto no bem em que tem vantagens comparativas como no outro bem. Na verdade, as condições iniciais permitem-lhe alcançar custos marginais mais baixos, pois consegue produzir para um mercado maior, esbatendo o custo fixo e reduzindo o custo marginal. Desta forma, o país tem a possibilidade de praticar preços de mercado inferiores aos do outro país no bem em que tem menores vantagens de produção.

Suponhamos que os dois países H e P apresentem as curvas de procura interna D_H e D_P e a curva de procura conjunta após a existência de união aduaneira D_{H+P}, e as curvas de custo médio C_H e C_P de um determinado produto homogéneo nos países respectivos. Assim, antes da união, a produção no país H é OL enquanto no país P é OM, apesar dos custo médios

[49] GRUBEL, 1967 de acordo com ROBSON, P. 1985: Pag.67.

no país H serem inferiores ao do país P, o preço praticado no país P é inferior ao país H (OP'<OP) porque o país P tem uma procura superior. Como podemos observador no gráfico seguinte:

Gráfico 1 – Especialização Tipo - Perverso



Fonte: ROBSON, P. 1985.

Com a constituição da união aduaneira, os consumidores do país H tenderão a substituir o consumo do país H pelo do país P, pois os preços praticados são inferiores, e assim a produção do país P tenderá a expandir-se ainda mais, devido à existência de economias de escala internas à produção. Por sua vez, o país H tenderá a baixar a sua produção em virtude de uma concorrência mais feroz em termos de preço do país P, apesar do país H ter níveis de custos de produção unitários mais baixos que o país P.

Numa situação extrema, o país P açambarcará toda a produção dos dois países, não obstante o país H ter vantagens competitivas na produção desse bem.

Este é um dos tópicos que importa dar alguma ênfase, no âmbito da dissertação. A África do Sul é um país grande, comparativamente a Moçambique, com condições económicas muito melhores ao nível da

produtividade, das infra-estruturas e dos meios de transporte, o que significa que tem características semelhantes às que são referidas como especialização do tipo "perverso".

Sendo assim, podemos concluir que uma possível integração económica entre estes dois países pode trazer problemas muito grandes a Moçambique. Estes problemas consistem na absorção do mercado por parte da África do Sul, em alguns produtos actualmente produzidos por Moçambique, mas que devido à pequenez do seu mercado, ou devido à sua pouca produtividade,[50] não consegue atingir economias de escala, ou pelo menos um nível de produção equivalente à África do Sul, tendo, por isso, custos unitários mais elevados.

Com base nestas conclusões podemos defender que em caso de existir economias de escala na produção de alguns bens, torna-se necessário um acordo sobre a especialização, envolvendo uma maior planificação e uso de políticas interdependentes, de forma a garantir os benefícios de uma integração económica para os dois países em questão.

Uma outra conclusão que se pode tirar é que neste mercado alargado algumas empresas poderiam instalar-se no país mais avançado, aproveitando as suas potencialidades. Assim, devido às melhores condições apresentadas pela África do Sul, em termos de índices de produtividade, redes de transporte, etc., as empresas tenderão a instalar-se, preferencialmente, neste país criando maiores disparidades entre Moçambique e a África do Sul.

[50] Em parte, estas duas condições estão interligadas.

1.6. MODELO DE TRANSFERÊNCIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E REDISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO

A transferência tecnológica é um aspecto importante a ter em conta na área do Comércio Internacional. Na verdade, muitos autores têm-se debruçado sobre este processo, em geral, seguindo o trabalho pioneiro de Vernon sobre a teoria do ciclo do produto[51]. A especificação do modelo de transferência da inovação tecnológica e redistribuição do rendimento foi feita por Paul Krugman[52], a partir da teoria do ciclo do produto.

Krugman considera que existe um Norte inovador, e que a partir de um certo tempo se dá uma transferência tecnológica para o Sul não inovador. O modelo é relativamente simples, e a partir de certas hipóteses explica como é que este processo se passa, e quais são as consequências para cada uma das partes.

Numa altura em que os países desenvolvidos, em geral do norte, tentam a todo o custo inovar, para não perder a batalha do crescimento económico e em que os países menos desenvolvidos tentam aproximar-se dos outros adaptando a tecnologia existente, não há dúvida que um modelo com estas características se torna muito interessante e de grande actualidade.

Nesta breve abordagem pretende-se analisar este modelo tentando dar a maior actualidade possível e acrescentando, em certa medida, o papel das multinacionais em todo este processo.

O resultado mais importante deste modelo tem a ver com o facto do Norte ter quase a obrigatoriedade de inovar, pois se assim o não faz a transferência tecnológica, após o período de estandardização dos produtos, fa-lo-á perder rendimentos para o sul, tendo também consequências negativas ao nível do emprego.

---

[51] VERNON, R. (1966).
[52] KRUGMAN, P. (1979).

1.6.1. Hipóteses Fundamentais do Modelo

Para se perceber de forma clara o modelo é necessário esclarecer as hipóteses em que se está a trabalhar, e sobre que conceito Krugman se baseia para explicar todo este processo.

Mira Godinho e João Caraça (1988)[53] definem inovação como o "casamento" da invenção com o mercado, ou seja a ideia com a sua aplicação comercial. A transferência tecnológica pressupõe um "*lag*" de imitação, ou seja o tempo de espera em que o produto passa da novidade, com a utilização de tecnologia de ponta, para a sua estandardização no mercado internacional, e a sua consequente deslocalização para outros países. Enquanto isso, a sua produção é massificada, com meios de produção mais banalizados.

Em Krugman a inovação é o processo pelo qual novos produtos são criados, e a transferência tecnológica não é mais do que a transformação de bens novos ("*new goods*") em bens antigos ("*old products*").

Assim, existem dois tipos de bens: bens novos e bens antigos. Os bens novos são produtos desenvolvidos recentemente e apenas podem ser produzidos no país inovador, isto é no norte. Os bens antigos são bens com uma tecnologia mais banalizada, e que foram desenvolvidos há algum tempo, podendo ser produzidos tanto no norte como no sul. Então a inovação toma a forma de introdução de novos produtos que podem ser produzidos imediatamente no norte, e só passado algum tempo no sul, e é este tempo de espera a principal causa do comércio.

Numa primeira fase Krugman aceita o modelo Ricardiano com apenas um factor de produção - o trabalho. E assim todos os bens são produzidos com a mesma função de custos em cada país e sendo, também, igual a produtividade do trabalho nesses bens. Apenas a maior habilidade dos trabalhadores do norte na produção de novos bens poderá conduzir a salários mais elevados.

---

[53] GODINHO, M.M., e CARAÇA, J.M.G. (1988).

1.6.2. Modelo de Inovação e Transferência Tecnológica

Neste modelo, a quantidade de bens novos ou antigos é determinada, ao longo do tempo, por dois processos em contínua alteração: a inovação e a transferência tecnológica, que são, respectivamente, criação de novos bens e transformação de bens novos em antigos. Ou seja, o processo de inovação traduz-se no aumento da quantidade de bens existentes, enquanto, o processo de transferência tecnológica também pode ser definido como o processo de transformação de bens novos em antigos[54]. Por outro lado, o progresso tecnológico, não conduz a um aumento da produtividade, mas sim ao aparecimento de novos produtos ou à possibilidade de o sul produzir mais bens, e este facto deve-se à manutenção da hipótese inicial de que l unidade de trabalho produz l unidade de qualquer bem.

Cada bem é produzido e exportado pelo norte, mas quando a tecnologia se torna disponível para o sul, a indústria desloca-se para o país com taxas salariais mais baixas. Este é o caso típico da teoria do ciclo do produto de Vernon, como diz Krugman[55].

Pode-se concluir que, a inovação tem um efeito positivo no aumento da produtividade real do mundo, devido ao aumento da quantidade de bens produzidos. É menos visível que a transferência tecnológica tenha um efeito positivo a nível mundial. Mas isso realmente acontece, pelo facto da produção do bem passar a ser feita no sul, o que significa uma redução dos custos e logo dos preços. Isto quer dizer que, a produção pode aumentar, tanto por via da redução dos custos, como por via do aumento da procura do seu bem, devido à diminuição dos preços.

Se é verdade que tanta a inovação como a transferência tecnológica tem um efeito positivo no aumento da produção mundial, os efeitos ao nível do norte e do sul são diferentes: enquanto a inovação melhora as performances

---

[54] Para Krugman este processo é igual a uma taxa do total de produtos novos. Ou seja, existe um tempo de espera, ou de imitação, até que os produtos novos se tornem em antigos.

[55] KRUGMAN, P. (1979).

do país inovador, a transferência tecnológica pode colocar o norte em condições desfavoráveis, por via do aumento do desemprego ou então pela redução dos salários reais.

O aspecto mais importante deste modelo é, pois, considerar que para o norte não perder as suas vantagens, tanto como país inovador, como país com salários mais elevados e taxas de desemprego baixas, deve estar constantemente a inovar, ou pelo menos a uma taxa idêntica ao do nível de transferência tecnológica. Como diz Krugman[56] é como na Alice no País das Maravilhas em que o coelho tem que estar sempre a correr para não sair do mesmo sítio. O país vai ter que estar continuamente a investir e a crescer, e a criar novos produtos.

No que respeita ao sul, o raciocínio é precisamente o oposto, interessa-lhe que o "lag" de imitação seja reduzido de forma a que a transferência tecnológica seja mais rápida.

1.6.3 Investimento Internacional

No que se refere à questão do Investimento Internacional, o Modelo de Transferência Tecnológica traz algumas alterações às hipóteses iniciais. Mantendo-se a existência de bens novos e antigos, com uma procura simétrica, o norte especializa-se nos bens novos e o sul nos bens antigos, e a quantidade de bens novos e antigos é determinado pelo processo de inovação e de transferência tecnológica já descrito.

Mas, Krugman passa a considerar dois factores de produção: trabalho (L) e capital (K). sendo o factor trabalho imóvel de país para país, e o factor capital perfeitamente móvel internacionalmente. Todos bens são produzidos com **K** e **L**, com a mesma função de produção de rendimentos constantes à escala. Assume-se que existe um stock de capital fixo $\mathbf{K= K_n+K_s}$[57] e que o rendimento líquido desse capital pode ser visto de forma global.

---

[56] KRUGMAN, P. (1979).

[57] Stock de capita total= stock de capital do norte + stock de capital do sul.

Para analisarmos o equilíbrio de curto-prazo podemos considerar, que tantos os bens novos como os antigos podem ser vistos como mercadorias compostas, visto que o preço relativo não se altera dentro de cada grupo. A procura relativa em relação a estas mercadorias vai depender do preço relativo dos bens novos em relação aos antigos. A oferta relativa dos tipos de bens vai variar devido à possibilidade de deslocação do capital de um país para outro. Por exemplo um aumento do preço relativo dos bens novos, devido à introdução de um novo bem, origina a deslocação do capital do sul para o norte, isto porque a produtividade marginal do capital dos bens novos aumenta, como k mantém-se fixo, um aumento do stock de capital do norte ($\mathbf{K_n}$) significa uma redução do stock do capital do sul ($\mathbf{K_s}$), logo há um aumento de número de bens produzidos no norte ($\mathbf{n_N}$) e redução dos bens produzidos no sul ($\mathbf{n_S}$), até que o salário dos trabalhadores do norte ($\mathbf{W_n}$) aumente a um nível tal que a produtividade marginal do capital se torne idêntica nos dois países.

Durante este processo os rendimentos dos trabalhadores do norte aumentam porque tanto os preços relativos dos bens novos como os salários reais aumentam devido à re-afectação do factor capital. Contrariamente, os rendimentos dos trabalhadores do sul reduzem-se.

Por outro lado, com a transferência tecnológica a procura de bens antigos aumenta, levando à deslocação de capitais para o sul e por isso há, também, um aumento dos rendimentos dos trabalhadores do sul.

Podemos então concluir que:

1. As alterações tecnológicas (seja na inovação ou transferência tecnológica) implicam movimentos de capitais para a região que apresenta avanços tecnológicos mais rápidos.
2. Os rendimentos mais elevados detidos pelo monopólio do norte nos bens novos são amealhados pelos trabalhadores do norte, pois este é o factor imóvel.

Se por acaso houvesse, também, mobilidade do factor trabalho, nem que fosse do qualificado, o rendimento do factor trabalho tenderia a igualizar-se rapidamente.

1.6.4. Papel das Multinacionais na Inovação e Transferência Tecnológica

A partir do modelo de Krugman, podemos analisar o papel das multinacionais no processo de inovação e transferência tecnológica.

As multinacionais, que em geral são empresas com sede nos países desenvolvidos e portanto conhecedoras da inovação e com potencial económico para deslocalizar-se para qualquer parte do mundo, têm um papel preponderante no comércio internacional.

Assim, quando se dá uma inovação, em geral nos países desenvolvidos, estes potentados económicos amealham-se dela para aumentar os seus lucros e são elas próprias que tornam possível a transferência tecnológica para os países do sul para aproveitar os seus baixos salários, deslocalizando para uma das suas filiais situadas num desses países menos desenvolvidos. O objectivo é aproveitar o seu mercado, ou reexportar para países vizinhos, chegando mesmo a haver uma reimportação para o país de origem. Muitas vezes estes movimentos são enviesados ou mesmo fictícios, e grande parte deste comércio é feito intra-grupo económico.

Assim, podemos concluir que o modelo sobre inovação, transferência tecnológica, e distribuição do rendimento mundial, é extremamente simplificado, com hipóteses muito redutoras da realidade, mas mesmo assim é um bom ponto de partida para a explicação deste fenómeno se for integrado com as restantes explicações da existência desse comércio.

Os principais resultados do modelo são que a inovação traz benefícios muito grandes ao país desenvolvido, tanto a nível do rendimento, como a nível dos ganhos de comércio (com o aumento dos preços relativos), e também em relação aos rendimentos salariais, em detrimento dos países

menos desenvolvidos. Enquanto que a transferência tecnológica, por sua vez, melhora os termos de troca do sul, com ganhos para os trabalhadores, e em termos gerais para o país, com perdas a nível do salário e do emprego para o norte.

Para que a transferência tecnológica não prejudique o norte, os países desenvolvidos são obrigados a inovar a uma taxa pelo menos igual à transformação de bens novos em antigos.

Por fim deva-se dizer que o papel das multinacionais é muito importante em todo este processo de inovação e transferência tecnológica.

Este aspecto da dissertação está intimamente ligado ao papel das multinacionais. No caso moçambicano, o papel do investimento das empresas multinacionais sul-africanas no país trouxe melhorias significativas, nomeadamente na própria transferência tecnológica, mais desenvolvida. Também, como é apresentado no relatório do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais[58], o investimento das empresas sul-africanas trouxe um efeito arrastamento a outras empresas, incrementando outros investimentos com cariz tecnológico elevado e fez aumentar o nível médio dos salários dos trabalhadores moçambicanos, esta que é uma das principais conclusões do modelo de Krugman.

[58] GROBBELAR, N. 2004.

1.7. A INTERDEPENDÊNCIA ECONÓMICA

O termo de interdependência económica é definido pela OCDE como: "facto ou condição de dependência de uns em relação aos outros: Dependência Mútua"[59].

Um país é, assim, dependente, quando é afectado de forma significativa por forças externas[60]. De forma idêntica, também podemos definir interdependência como mútua dependência[61], ou seja é uma situação caracterizada por efeitos recíprocos entre os países. Estes efeitos podem resultar das relações internacionais em que os países são intervenientes, como em fluxos monetários, de bens e serviços e de pessoas.

A interdependência económica pode ser medida a partir do valor das transacções económicas entre dois países, ou entre o país e o resto do mundo. A interdependência económica depende de uma melhoria dos transportes internacionais e das comunicações, bem como da difusão de técnicas de produção e gestão, de uma maior integração dos mercados, da redução das barreiras ao comércio e da redução das barreiras ao movimento de capitais.

Podemos considerar que existe uma forte interdependência entre dois ou mais países quando as importações são cruciais no processo produtivo de cada um desses países em relação ao outro (ou aos outros). Se a dependência é recíproca, poderá ser apelidada de interdependência mútua[62].

Existe uma diferença entre interdependência e integração de mercados: enquanto que interdependência económica reporta-se à elevada substituibilidade entre vários produtos no espaço, a integração de mercados refere-se a uma tendência de igualização dos preços dos produtos nos mercados a integrar.

---

[59] COOPER, R. 1985: pag. 1199.
[60] KEOHNE, R. e NYE, J. 1977.
[61] KEOHNE, R. e NYE, J., 1977: pag. 8.
[62] COOPER, R., 1985: pag. 1199.

Podemos ter um alto grau de integração de mercado sem que haja uma forte interdependência, mas, no entanto, o contrário pode não ser verdade, pois uma elevada integração de mercados é necessária para uma elevada interdependência, apesar de a não assegurar.

A interdependência também pode ser estrutural, quando dois países estão muito abertos um ao outro, de tal forma que os acontecimentos económicos de um país influenciam o nível ou as orientações económicas do outro país[63], e política, quando já existe uma interdependência estrutural e de objectivos de política económica[64].

Segundo Hamada[65], na elaboração das políticas económicas deve-se contar com a problemática dos objectivos conflituais. Ou seja, vivendo num mundo interdependente, cada país pode seguir objectivos de política económica incompatíveis com os de outros países, correndo o risco de não obter os resultados esperados.

Hamada apresenta três hipóteses, em que na primeira os países cooperam na formulação das políticas económicas que cada um pretende seguir, na segunda cada país segue os seus objectivos de forma independente e, na última, cada país segue os seus objectivos mas há um país líder que consegue antecipar as reacções do outro país às suas próprias acções.

Isto origina três soluções conhecidas da teoria do duopólio:

a. Solução cooperativa, em que os dois países cooperam entre si de forma a atingir simultaneamente os objectivos a que se propõem. Esta solução é apresentada como Óptimo de Pareto, em que se considera que com a existência de cooperação os dois países melhoram as suas condições, melhorando o seu bem-estar económico;

b. Solução *Nash-Cournot*, em que cada país segue os seus objectivos sem se preocupar com o outro. Pelo facto de estarem numa situação de

[63] COOPER, R., 1985: pag. 1199.
[64] COOPER, R., 1985: pag. 1200.
[65] HAMADA, 1974, e de acordo com COOPER, R. 1985: pag. 1213.

interdependência, as acções de cada um têm influência no outro. O resultado será quase sempre sub-óptimo, pois as reacções às políticas do outro país podem ser tardias e surgirem apenas como um confronto, o que pode levar a um maior desgaste da economia;

c. Solução *Nash-Stackelberg*, em que os países seguem os seus objectivos sem cooperarem, mas existe um deles, o líder, que consegue antecipar as reacções do outro país às suas acções.

A partir das três soluções de interdependência podemos concluir que a solução óptima é a solução cooperativa ou Óptimo de Pareto. Nesta solução as duas regiões melhoram com a cooperação existente entre elas.

Na solução *Nash-Cournot*, as regiões, apesar de interdependentes, trabalham de forma isolada, e quase sempre descoordenada. Isto ocasiona que a maior parte das decisões sejam de base conjuntural, pois o país não tem capacidade de decidir mais além, devido às constantes incertezas quanto ao futuro.

A solução *Nash-Stackelberg* é, por vezes, solução mais vantajosa para o país líder e a razão é simples: o país líder ao antecipar as reacções do outro país às suas decisões torna mais eficaz a tomada de decisões, tanto a curto como a longo prazo. Todavia, não é claro que o país seguidor fique em melhor situação, estando dependente das decisões tomadas pelo país líder.

Outros estudos[66] referentes aos efeitos da coordenação de políticas em economias interdependentes com a existência de modelos dinâmicos do crescimento económico chegam às seguintes conclusões:

- Na política monetária:
  - O efeito de transmissão das políticas monetárias é positivo quando há coordenação dessas políticas;

[66] Tais como CORDEN, W.M. 1985 e FRENKEL, J. e RAZIN, A. 1985.

- Já a política expansionista praticada por apenas um país, tem efeitos positivos, mas inferiores, no outro país no período seguinte através do crescimento das suas exportações;

- Um comportamento não cooperativo pode ter, ao invés, efeitos de transmissão negativos[67].

- Na política fiscal:

  - Um aumento nos gastos públicos tem um efeito no aumento das taxas de juro e uma diminuição da riqueza tanto interna como externa, quando existe uma integração do mercado de capitais[68].

Richard Cooper[69] apresenta quatro situações onde é evidente a vantagem da coordenação das políticas internacionais:

1. Quando existem os chamados bens públicos. Ou seja, quando o benefício alcançado se repercute por todos os países envolvidos, é fundamental a coordenação das políticas;

2. Quando existem externalidades, que não são transmitidas unicamente pela via do mercado, mas sim através de decisões governamentais ou supra-governamentais. Por exemplo, quando determinadas externalidades ou efeitos de difusão de uma decisão tomada por um país tem efeitos no outro;

3. Pelo facto da concorrência internacional não se efectuar de forma atomística, isto é, existirem alguns países com um peso mais preponderante no Comércio Internacional do que outros, significa que as Políticas de Cooperação e Coordenação Internacionais são fundamentais para que os países mais pequenos possam de alguma forma controlar as estruturas de produção;

---

[67] CORDEN, W.M. 1985.

[68] Em virtude dos efeitos de transmissão negativos que sucedem por via do mercado de capitais integrado. (em FRENKEL, J. e RAZIN, A. 1985).

[69] COOPER, R. 1985.

4. Finalmente, a existência de efeitos de políticas fiscais e monetárias de um país sobre o outro, torna importante que haja uma coordenação de políticas para que se atinja um Óptimo de Pareto.

O tema da interdependência económica é fundamental nesta dissertação para percebermos se as relações entre Moçambique e a África do Sul são de dominação ou de cooperação. Como vimos, a caracterização convencional para os problemas das interacções estratégicas apontam para soluções derivadas da teoria dos jogos, e aqui podemos distinguir entre jogos "cooperativos" e "não-cooperativos"[70]. Uma resposta cooperativa consubstancia-se numa acção concertada entre duas economias, e, que, segundo a teoria, obtém um resultado melhor. Contudo, apesar de vivermos num mundo interdependente, a condução das políticas macroeconómicas têm sido marcadas por opções não-cooperativas[71].

No caso dos dois países em estudo, existe um país líder, a África do Sul, e importa verificar se a sua actuação baseia-se num comportamento à *Nash-Stackelberg* ou à *Nash-Cournot*. Antecipando as respostas que observaremos ao longo da dissertação, podemos perceber que o comportamento dos dois países nem sempre resulta de uma resposta racional. Assim, Bryant[72] sugere que apesar das abordagens teóricas serem fundamentais para clarificar a utilização dos testes empíricos, na "vida real" as discussões entre as autoridades nacionais não se passam da mesma forma. A resposta dos governos está mais concentrada nas opções de política conjuntural do que em verificar os possíveis ganhos de eficiência e de recursos que, por exemplo, se obtém na utilização de uma solução cooperativa.

Desta forma, da observação do comportamento dos dois países em estudo, pode-se concluir que a África do Sul tem um comportamento de país líder (como na solução *Nash-Stackelberg*) no condicionamento das políticas fiscais e monetárias, levando a um certo "seguidismo" por parte de

[70] BRYANT, R. 1985.
[71] CURRIE, D. e LEVINE, P. 1985.
[72] CURRIE, D. e LEVINE, P. 1985: pag. 216-217.

Moçambique. A cooperação existente entre os dois países focaliza-se essencialmente nos investimentos que impliquem os dois países, na área dos transportes, e também na área da energia. Outras áreas de acção cooperativa verificam-se nas políticas de imigração e no turismo. Esta forma de actuação dos dois países pode levar a uma antecipação das conclusões da dissertação: a África do Sul domina as relações económicas que tem com Moçambique.

1.8. RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS

Como podemos constatar, a teoria do comércio internacional é pouco abrangente para a especificidade das relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, apesar de podermos encontrar alguns aspectos que nos podem ajudar a caracterizar o aprofundamento das relações e o seu possível impacto nos dois países. Por isso, considerou-se necessário alargar a análise teórica a uma concepção menos ortodoxa, mas que nos últimos anos tem ganho actualidade e importância na explicação das inter-relações na economia internacional.

Neste contexto damos particular relevo à abordagem de Susan Strange (1923-1998), que criou uma estrutura de pensamento que enquadra as relações económicas internacionais numa base de poder, ou antes de tipos de poder. É a partir desta abordagem que vamos caracterizar as relações entre Moçambique e a África do Sul.

Susan Strange divide a sua análise das Relações Económicas Internacionais em cinco temas principais[73]:

1. O primeiro grande tema centra-se naquilo a que Susan Strange chama poder estrutural. Neste âmbito, a autora sempre se interessou mais pela estrutura do que pelos processos, os quais considerou que eram consequência da estrutura e não causa fundamental. Assim, para a autora, o poder estrutural é o que permite escolher e formatar as estruturas das políticas económicas globais entre os diferentes Estados mundiais, as instituições políticas, as empresas e os profissionais que operam nas diferentes áreas. Susan Strange identificou quatro domínios do poder estrutural: segurança, produção, finanças e conhecimento.
2. O segundo tema fundamental relaciona-se com os agentes económicos. Para Susan Strange, o corpo fundamental da política

[73] KEHONE, R. 2000.

económica internacional está baseado nas relações entre o "mercado" e as "autoridades". Nesta competição mundial entre estes agentes, a autora considera que muitas vezes eles actuam de forma irracional, não procurando o seu próprio interesse mas muitas vezes a competição por si só. O grande objectivo passa pela procura da melhor actuação dos agentes e não de uma melhoria em termos morais, mas sim por uma competição mais apropriada à sua sustentabilidade a longo-prazo.

3. O terceiro tema centra-se na falta de imparcialidade em que as organizações internacionais e supranacionais funcionam. A autora considera que mesmo quando existem interdependências, elas não são mais do que uma forma assimétrica de dependência.

4. O quarto tema que Strange dá relevo situa-se na alteração do papel dos Estados, dando ênfase à competição existente entre as autoridades e os diferentes sectores do mercado económico mundial, na sua luta pelo controlo ou domínio desse(s) sector(es). Assim o papel do Estado torna-se, muitas vezes, decisivo pela forma como influência o desempenho de determinados sectores produtivos.

5. O quinto tema, importante na condução da política económica mundial, mas menos referido neste trabalho, refere-se ao incremento da globalização e à continuação da hegemonia norte-americana na condução das Relações Económicas Internacionais.

1.8.1. A importância da teoria económica

No seu livro, *States and Markets*[74], Susan Strange descreve como deveria ser a teoria económica, em contraste ao que, habitualmente, é considerado como tal. E para tal, apresenta um corpo teórico com quatro assunções negativas e três positivas.

Como assunções ou premissas negativas da teoria temos:

---

[74] STRANGE, S. 1988.

1. Muitos teóricos usam a descrição de fenómenos conhecidos sem explicações teóricas, isto é, sem apresentarem as explicações causais;
2. Algumas teorias apresentadas são apenas "re-arranjos" de teorias anteriores, e, por isso, não podem ser considerados per si uma nova teoria[75];
3. Muitos teóricos tendem a criar modelos de explicação, que à partida simplificam, mas que se afastam da realidade que pretendem mostrar e assim são teorias inúteis para os decisores políticos e económicos;
4. O incremento da utilização de métodos quantitativos para a explicação económica é, muitas vezes, e na óptica de Strange[76], a escolha de determinantes arbitrárias, no sentido de reforçar ideias já feitas e não na busca de novas explicações económicas.

As assunções positivas, nas quais uma teoria económica deve ser baseada, segundo a autora, passam por:

1. Uma explicação de alguns aspectos do Sistema Económico Internacional que não é facilmente entendível por senso comum;
2. A teoria não deve ter como pretensão prever ou "receitar" determinado tipo de políticas. Para Susan Strange os economistas são muito maus a prever no que concerne à economia mundial, pois a maior parte da teoria tradicional baseia-se em premissas que já não aderem à realidade que vivemos;
3. A Economia, ou, neste caso, a Economia Internacional, é uma disciplina científica na medida em que a teoria respeita os valores habitualmente considerados científicos: racionalidade e imparcialidade, e que alcançam proposições explanatórias com formulação sistemática.

[75] STRANGE, S. 1988: pag. 10.
[76] STRANGE, S. 1988: pag. 10.

Assim, a partir destas premissas, Susan Strange começa por questionar a questão do poder, ou antes aquilo a que chamou o poder estrutural, na condução das políticas económicas internacionais.

1.8.2. O Poder na Economia Mundial

Para o estudo da Economia Internacional torna-se fundamental a análise do papel do "poder" na vida económica. Na verdade, é o "poder", ou antes quem tem o poder, que determina a relação existente entre as autoridades e o mercado. O mercado não pode exercer um papel dominante se o não for permitido por quem tem o poder ou exerce autoridade. Pode-se dizer que a grande diferença entre uma economia de mercado, orientada por empresas privadas e uma economia estatizada, orientada por empresas controladas pelo Estado, está não só no grau de liberdade que é dada ao mercado pelas autoridades mas também pelo contexto do funcionamento do mercado[77].

Assim, mais do que perguntarmos quem tem o poder devemos questionar qual é a fonte do poder, sendo esta questão a preocupação central do pensamento de Susan Strange. Para a autora, em Política Económica existem dois tipos de poder: poder estrutural e relacional, mas, devido ao forte incremento da competitividade entre as nações e entre as empresas, é o poder estrutural que tem ganho peso e forma.

Podemos definir poder relacional como o poder que é exercido por um país, empresa ou agente sobre um outro país, empresa ou agente, para que este faça algo que de outra forma não o faria[78].

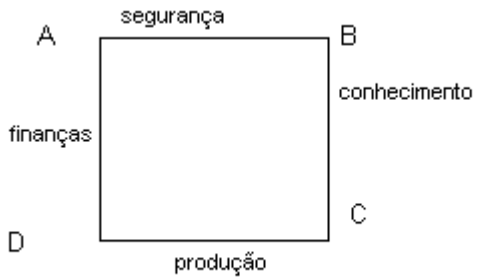
O poder estrutural determina as estruturas da política económica global entre os diferentes Estados, as suas instituições políticas, as suas empresas e os agentes que laboram nessas empresas e instituições. Em resumo, o poder estrutural confere o poder de decidir como as "coisas" podem ser feitas,

[77] STRANGE, S. 1988.
[78] STRANGE, S. 1988: pag. 24.

permite moldar novas estruturas e enquadramentos das relações entre os Estados e as Empresas[79].

O poder estrutural pode ser encontrado em quatro estruturas diferentes mas interdependentes: segurança (defesa), produção, finanças e conhecimento (informação). O poder é exercido por quem controla a segurança, a produção, o crédito, o conhecimento, o pensamentos e as ideias.

Gráfico 2 – Dimensões do Poder Estrutural



Fonte: STRANGE, S. 1988.

1.8.2.1. Estrutura de Segurança

Em política económica, a estrutura de segurança é todo o enquadramento que providencia a segurança da população. Os chamados "protectores" – aqueles que asseguram a segurança - adquirem um certo poder sobre outros o que determina, e por vezes limita, o leque de opções e escolhas que os Estados, empresas e pessoas têm e fazem.

Em todas as sociedades mundiais a estrutura de segurança é um dos principais pilares de poder, e que tem ganho cada vez mais maior relevo.

O aumento da criminalidade, a existência de focos de tensão entre países com diferentes rendimentos e o terrorismo, são apenas alguns exemplos de situações que têm vindo a aumentar o sentimento de insegurança nas populações, empresas e Estados e que os tem levado à criação de novos sistemas de controlo com vista a um maior domínio ou poder.

[79] STRANGE, S. 1988: pag. 25.

A estrutura de segurança é construída à volta da instituição Estado, em que este reclama a autoridade política e o monopólio do aprovisionamento da segurança. Contudo, o Estado não vive nem trabalha de forma isolada e, por isso, importa tomar em atenção as seguintes questões centrais para a compreensão da estrutura de segurança[80]:

- Será que o aprovisionamento da segurança varia conforme a natureza dos Estados individuais, quando competem entre Estados no Sistema Político Internacional?
- Será que o aprovisionamento da segurança é influenciado pelo papel dos mercados, pelo nível de industrialização, e pelo estádio de desenvolvimento económico?
- Será que existe um padrão de relações entre os Estados, em que a estrutura de segurança dos mesmos é dominado por um certo número de países dominantes que influenciam os outros Estados na prossecução das suas políticas internas de segurança e defesa?
- Como e em que medida a estrutura de segurança é afectada pelas alterações tecnológicas. Em que medida os países são afectados pelo desenvolvimento de novas tecnologias no armamento?

A segurança pode ser entendida, no âmbito da política económica internacional, de forma negativa. Isto é, estamos em ausência de segurança quando existem factores que afectam a sobrevivência de empresas e indivíduos, e existem ameaças por via de forças naturais ou de agentes humanos.

Na verdade, a maior parte das ameaças em termos de segurança provêem dos agentes humanos, seja em termos individuais (criminosos), crime organizado, guerra civil e fronteiriça, ou a uma guerra em termos globais[81].

---

[80] STRANGE, S. 1988: pag. 46.
[81] STRANGE, S. 1988: pag. 48.

Actualmente, o terrorismo tem ganho um peso substancial, passando de casos isolados para um fenómeno global, tornando-se cada vez mais um obstáculo a superar. Outros problemas têm vindo a surgir ou a aumentar de dimensão, tais como, a imigração ilegal, o tráfico de droga, a lavagem de dinheiro, etc., e que afectam a estrutura de segurança. A resposta das autoridades governamentais tem implícito cada vez mais a limitação dos direitos, liberdades e garantias dos indivíduos per si, para garantir a segurança de um todo.

Cada vez mais constata-se que a ameaça à segurança passa pela existência de uma multiplicidade de autoridades que discordam entre si e que por isso entram em conflito, seja entre Estados, ou entre um Estado e as empresas, ou indivíduos ou grupo de indivíduos[82].

Na política económica internacional esta questão da segurança deve ser vista como um todo, e assim, no que respeita às relações entre Estados, a ameaça à segurança acontece quando existe qualquer situação de conflito em que dois Estados discordam, explícita ou implicitamente, sobre um determinado assunto, e o Estado considerado mais fraco excede o limite "imposto" ou determinado pelo Estado mais forte.

Com o actual cenário económico mundial, em que passamos de um sistema bipolar para um sistema multipolar, com um Estado dominante, (os Estados Unidos da América), emergiram novos Estados com tendências agressivas, não existindo uma organização que consiga controlar adequadamente os actuais conflitos e prevenir novos.

A questão que se põe é se existem bases suficientes para a construção de uma estrutura de segurança que limite a violência e conflitos destrutivos entre os Estados. Susan Strange considera que, em termos conceptuais, apenas a existência de um Estado Mundial, ou de uma Organização Mundial (tipo Nações Unidas, mas muito mais eficaz e com mais poderes) poderia reduzir

[82] Os grupos de indivíduos podem ser de diversa ordem como: sindicatos, grupos religiosos, ou criminosos, por exemplo.

os conflitos existentes[83]. Contudo, também para a autora esta situação parece pouco plausível, tendo em conta os diferentes interesses de cada um dos Estados envolvidos.

1.8.2.2. Estrutura de Produção

A estrutura de produção pode ser definida como a soma de todas as questões que determinam o que é produzido, por quem, para quem, de que forma ou método e em que condições[84].

A produção é considerada o elemento fundador da Política Económica, pois determina não só os factores produtivos (capital e trabalho) mas também a riqueza e sua distribuição. Sendo assim, todas as sociedades organizadas estão assentes na estrutura de produção.

Da observação da evolução dos últimos anos, mesmo séculos, se conclui que houve duas principais alterações de fundo na estrutura de produção. A primeira respeita a uma orientação de produção virada para o mercado, marcadamente capitalista, nomeadamente no Hemisfério Ocidental, mas que após a queda do muro de Berlim e com a desagregação do Bloco Soviético, se alargou à maior parte dos países do mundo. A segunda alteração tem a ver com a globalização dos mercados, em que passamos de uma produção mercantil orientada para o mercado nacional, para uma produção global, com competidores globais.

Nesta internacionalização da produção ganha particular peso a importância das multinacionais, ou transnacionais. Contudo, não são só as grandes empresas e corporações que estão presentes nesta dinâmica de internacionalização, pois, cada vez mais a sobrevivência das empresas passa pela internacionalização ou por dinâmicas de alianças estratégicas. Esta alteração estratégica perpassa por toda a sociedade empresarial, desde as

[83] STRANGE, S. 1988: pag. 51.
[84] STRANGE, S. 1988: pag. 64.

pequenas e médias empresas, empresas públicas e privadas, que supõe todas as etapas desde o design até à produção e venda.

Se há um poder estrutural que se tem espalhado por todo o mundo, tem sido a estrutura de produção. Assim, países emergentes, tanto da Ásia, como da América Latina ou da Europa de Leste, até há poucos anos com dinâmicas de crescimento diferenciadas, têm usado a globalização da produção como meio de crescimento económico. Casos paradigmáticos são a Índia e a China, que têm registado elevados crescimentos reais do Produto Interno Bruto[85].

Estamos, pois, perante um fenómeno de competição global, resultante da forma como as empresas individualmente reagem ao longo do tempo às alterações de equilíbrio entre as oportunidades e as ameaças.

As oportunidades têm sido continuadas tendo em conta que se têm vindo a retirar os obstáculos de regulação tanto em termos técnicos como em termos das actividades de internacionalização das empresas. Contudo, as ameaças têm aumentado, porque muitas vezes não tem havido resposta rápida às novas solicitações requisitadas por esta nova forma de actuar e liderar.

As estruturas competitivas têm sido moldadas pelo somatório de acções levadas a cabo pelas empresas que competem no mercado. Elas reflectem uma forma de gestão baseada nas opções que os gestores tomam para servir o mercado. Essencialmente estas resumem-se a três tipos de acção: exportação, fornecimento local e licenciamento[86].

A exportação é a forma mais usual e é habitualmente usada quando os custos de transporte são baixos e os benefícios de produção em grande escala são elevados.

---

[85] Segundo o FMI, no período de 2000-2005, em termos médios reais, a China cresceu 9,5% e a Índia 6,5%, estimando-se uma aceleração do crescimento para os próximos anos (FMI, "Word Economic Outlook 2006", Abril de 2006).

[86] Ver capítulo 1.3. TEORIAS DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS.

De forma alternativa, uma empresa pode apostar em criar réplicas no exterior das suas empresas de forma a aproveitar os mercados externos, quando os custos de transporte são elevados e as barreiras à entrada são intransponíveis.

Por fim a terceira opção prende-se com a concessão de licenças ou efectuando *franchisings* para empresas locais.

Tendo em conta estes aspectos, torna-se importante questionar as razões pelas quais as empresas se expandem para o exterior. Em geral a resposta a esta questão prende-se com três factores essenciais: a necessidade de aumentarem a sua capacidade produtiva, a vontade de manter o controlo sobre a produção e o imperativo de reduzir os custos.

Sendo assim, podemos considerar que os tipos de estratégia utilizados pelas empresas são:

- Procura de mercado: as empresas estão à procura de um mercado maior, mais desenvolvido, ou pelo menos com maior poder de compra para poder aumentar as suas vendas.
- Procura de recursos: as empresas procuram uma redução dos custos tendo em conta o custo elevado dos recursos ou do transporte.
- Procura de eficiência: as empresas tentam ganhar vantagens na procura de uma posição dominante, isto é, a possível vantagem em termos de investimento situa-se no melhor aproveitamento das infra-estruturas, ou dos recursos em mão-de-obra do país receptor do investimento.

A procura, tanto de mercados como de recursos, tem como objectivo a possibilidade de controlo do mercado interno, considerando que, muitas vezes, a expansão significa a criação de uma procura num país onde ela não existia e assim obter o controlo desse mercado antes que surjam novos concorrentes. Nessa óptica também permite o uso de economias de escala, derivadas de uma concorrência imperfeita do mercado aumentando a

produção e reduzindo os custos[87]. Pretende, também, minorar os riscos, pois a diversificação dos mercados e dos recursos permite à empresa introduzir possíveis alterações de padrões de consumo e de preço.

O desenvolvimento de uma nova tecnologia ou a exploração de uma marca torna-se, em geral, o primeiro objectivo na expansão de um negócio. As empresas exportadoras utilizam a estratégia de controlar uns quantos empresários locais de forma a expandir os seus negócios aumentando a possibilidade de controlar o mercado interno.

Em relação à redução dos riscos, o que os investidores procuram, como foi referido, é uma diversificação dos mercados, com vista a manter os lucros, via preços ou produção, sem se preocupar com a possível redução da procura.

Alguns investidores também tentam reduzir os custos através de uma integração vertical, pois permite-os controlar desde o processo de captação dos recursos até à venda final.

Temos assim uma estrutura de produção que está em constante mutação, e que tendo por base uma competição entre países, é claramente uma competição global entre as empresas, com estratégias próprias, e em que o papel das autoridades passa, por um lado, por criar condições monetárias e financeiras, e por outro, por criar infra-estruturas fundamentais para atrair empresas. Outro papel importante do Estado passa por regular a concorrência entre estas empresas, e que se for efectuado num âmbito supranacional deve concertado e muitas vezes negociado nas Instituições Internacionais.

[87] Ver o capitulo 1.4. ECONOMIAS DE ESCALA, CONCORRÊNCIA IMPERFEITA E COMÉRCIO INTERNACIONAL.

1.8.2.3. Estrutura Financeira

Na Política Económica Internacional o poder é detido por quem pode oferecer (ou negar) a segurança, pelos que podem criar riqueza através da produção e, não menos importante, pela estrutura financeira.

A possibilidade de conceder crédito traduz-se no poder de permitir aos outros gastarem hoje pagando algures no futuro, e assim, dessa forma influencia a estrutura de produção e os sistemas monetários em termos de taxa de juro e taxa de câmbio dos diferentes países.

Podemos definir, estrutura financeira como o somatório de todas as questões ligadas à disponibilidade e concessão de créditos aos países, empresas e particulares, e todos os factores que determinam a variação da taxa de câmbio.

O incremento da importância da estrutura financeira está intimamente ligado ao forte desenvolvimento do sistema monetário internacional. As consequências deste desenvolvimento monetário podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Forte aceleração do crescimento económico, ao facilitar as trocas comerciais, via mercado cambial, e ao encorajar o crescimento da produção, via investimento.
- Um grupo reduzido de detentores de capital e dos que concedem crédito, ganhou um poder suplementar na medida em que passou a dominar os mecanismos de negociação com os outros agentes, isto apesar da globalização e da liberalização.
- Aumento da desigualdade entre os detentores dos factores produtivos.
- Aumento da instabilidade macroeconómica, com destaque para a inflação, em parte devido ao excesso de crédito concedido e às variações cíclicas da actividade económica.

- Necessidade de uma maior supervisão dos reguladores monetários, de forma a garantir que as instituições de crédito e mercados monetários funcionem de forma transparente.

Nos últimos anos, o Sistema Financeiro Internacional tem-se desenvolvido de forma substancial e foi nesse que as alterações se sucederam de forma mais rápida e mais sustentada, passando de um sistema centrado e concentrado nas nações per si, para um sistema integrado do mercado financeiro mundial.

Podemos definir sistema financeiro internacional como o sistema pelo qual, numa economia mercantil, o crédito é criado, emprestado ou vendido, e pelo qual podemos determinar o custo do utilização do capital[88].

Este conceito não deve ser confundido com o Sistema Monetário Internacional que regula as paridades das taxas de câmbio. Naturalmente que os dois campos podem interagir, quando por exemplo os países tentam controlar o movimento de capitais de forma a manter uma determinada taxa de câmbio. Mas conceptualmente os dois conceitos diferem consideravelmente.

Em vez de muitos sistemas financeiros nacionais ligados por alguns operadores que compravam e vendiam créditos, passámos a ter um sistema global, em que os mercados nacionais, separados fisicamente, funcionam como se estivessem todos interligados.

Actualmente podemos afirmar que não existe nenhum Estado que esteja fora do sistema financeiro internacional. Contudo, a maior parte dos países em vias de desenvolvimento tem criado laços com o novo sistema financeiro internacional, um pouco devido às suas necessidades de fundos e em resposta às exigências do Banco Mundial e do FMI.

---

[88] "o custo de utilização do capital é um instrumento analítico importante para prever as distorções intersectoriais dos países e, pode ser definido como a pré-taxa mínima de retorno que um projecto deve ter para ser rentável." (SINN, H.W. 1991) .

As consequências das mudanças nas estruturas financeiras internacionais podem ser sintetizadas em duas palavras: Inovação e Mobilidade. Conjuntamente, foram condições necessárias e suficientes para o crescimento dos empréstimos bancários aos países em vias de desenvolvimento nos anos 70 e para a inversão dos fluxos dos fundos dos chamados países do Sul para o Norte nos anos 80.

Os anos 90 foram caracterizados por uma forte desregulamentação do sistema financeiro internacional e o aparecimento de novos produtos financeiros, para, finalmente, nos anos mais recentes registar-se uma elevada integração dos mercados mundiais com a chamada globalização dos mercados.

Para percebermos o total significado das recentes inovações no sistema financeiro internacional, devemos lembrar-nos que nem sempre foi possível a negociação do dinheiro nos mercados ditos capitalistas, tal como acontece com qualquer tipo de bem.

Nos últimos trinta anos houve uma enorme mudança nos instrumentos de crédito, tendo estes se transformado em "massa monetária". Isto é, o aparecimento de muitos títulos negociáveis, como o Eurodólar, os Certificados de Depósito e outros, permitiram aos bancos a oferta de massa monetária criadora de moeda. O resultado deste incremento de moeda no sistema internacional foi positivo enquanto o crescimento económico foi elevado e o comércio internacional, através das negociações do GATT/OMC, sustentou o forte crescimento das transacções comerciais via redução dos direitos aduaneiros.

A expansão dos bancos em termos das suas operações financeiras esteve dependente de dois tipos de inovação: técnica e estrutural. Nas inovações técnicas podemos incluir o aparecimento de todo o tipo de novas facilidades de transferência de dinheiro, como os cheques, cartões de crédito e débito, transferência electrónica de fundos e sistema de pagamentos interbancários.

As inovações estruturais tiveram o seu início na criação de zonas francas internacionais sem regulação das principais organizações internacionais e sem as restrições internas a determinados tipos de operações financeiras. Este tipo de operações esteve muitas vezes ligado a alguma falta de transparência no tipo de transacções efectuadas, e desta forma, as zonas francas poderiam estar de certa forma associadas a processos de "lavagens de dinheiro" com ligações menos lícitas.

Outro tipo de inovações surgiu quando os bancos começaram a ver as suas filiais externas como centros de lucros elevados e não apenas como serviços externos para grandes clientes internos com interesses externos. Esta nova política de internacionalização bancária aumentou a transnacionalização do mercado global, até porque uma vez que o dinheiro circulava rapidamente, o sistema financeiro é o que mais rapidamente se internacionaliza.

A mobilidade do sistema financeiro internacional, por sua vez, não deixou de ser uma consequência das mudanças estruturais. Assim, em vez de um sistema em que a maior parte dos empréstimos e instrumentos de crédito são negociados dentro dos sistemas nacionais de transacções supervisionados pelas autoridades nacionais, de acordo com regras estáveis e reconhecidas, o novo sistema é um sistema interligado mundialmente entre bancos e operadores financeiros de uma forma económica, simples, segura e por meios de comunicação instantâneos que operam com regras menos exigentes e definidas.

Assim, em vez de um mundo de economias nacionais ligadas essencialmente pelo comércio entre eles, temos um mundo muito ligado pelo constante fluxo de fundos que se cruzam entre as fronteiras nacionais. Para termos uma noção mais clara da importância destes fluxos basta dizer que estes representam cinco vezes mais que os fluxos de bens e serviços.

Contudo, esta mobilidade criou também uma enorme volatilidade. Enquanto a teoria económica previa que uma maior mobilidade dos capitais

com flexibilidade das taxas de câmbio traria maior equilíbrio do mercado de capitais e eliminaria as crises financeiras, verificou-se que tem acontecido precisamente o contrário, uma vez que com a grande mobilidade dos capitais, os países deixaram de ter os instrumentos de política monetária para controlar as políticas macroeconómicas do seu país.

Na maior parte dos casos, e em particular nos países em vias de desenvolvimento, a grande volatilidade nos mercados financeiros internacionais aumentou o impacto das flutuações monetárias e cambiais nos planos e políticas internas dos seus países. Naturalmente que esta situação tornou cada vez mais os Estados Unidos na potência hegemónica tendo em conta a importância do dólar como moeda de transacção internacional preferencial. Neste momento apenas o Euro pode, até certo ponto, contrabalançar este poder hegemónico.

A mudança estrutural combinada com uma maior mobilidade dos capitais fez aumentar o papel dos mercados financeiros (e dos operadores de mercado) em contraposição com um menor papel dos Estados. As facilidades concedidas na forma como os países superavitários transferem fundos para países deficitários tornou o sistema muito instável, o que só poderia ser controlado se os países devedores pagassem as suas dívidas. O que aconteceu foi que esta situação se agravou, principalmente a partir da crise de 1982 quando alguns países declararam a moratória da sua dívida.

O impacto da crise da dívida nos países subdesenvolvidos pode ser vista num agregado de 4 grupos diferentes:

- O primeiro grupo inclui países como a Índia, que têm um endividamento pequeno face ao seu tamanho e população, e que durante os anos de forte crescimento do crédito não se endividaram, mas que nos anos 80 tiveram que manter o seu nível de endividamento baixo devido ao forte crescimento da taxa de juro e

das restrições ao crédito entretanto impostas pelos organismos internacionais[89].

- O segundo grupo de países inclui países exportadores de matérias – primas não energéticas e produtos agrícolas, como o Quénia, e mesmo Moçambique, que nunca tiveram acesso aos fundos internacionais bancários mas que viram as suas necessidades de endividamento crescerem exponencialmente, devido não só à queda dos preços internacionais dos produtos por si exportados, como também em virtude do crescimento das taxas de juro que agravaram a sua dívida externa. Para este grupo de países, o Banco Mundial e o FMI tiveram que fazer concessões especiais e facilidades de crédito.
- O terceiro grupo pertence aos países fortemente endividados mas que são considerados seguros, tendo em conta a sua capacidade de pagamento, como por exemplo a Malásia, e outros devido à sua capacidade negocial, como por exemplo a Coreia do Sul. A razão principal para uma excepção de tratamento das instituições internacionais prende-se com a sua importância geo-estratégica.
- Finalmente, ao último grupo pertencem países como o Brasil, que estão fortemente endividados, que não têm tido apoio diplomático e que têm sido forçados a efectuar uma estratégia de ajustamento estrutural no sentido de realizarem os seus pagamentos às Instituições Internacionais e Fundos de Investimento.

A necessidade de pagamento de créditos concedidos, acrescidos pelos juros elevados, fez com que houvesse uma alteração do sentido dos fluxos financeiros. Assim em vez de termos, como habitualmente, um fluxo positivo dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos, deu-se uma inversão

[89] Por exemplo, o endividamento da Índia era nos princípios dos anos 80 cerca de 30 dólares per capita enquanto no Brasil esse endividamento chegava aos 480 dólares per capita. (NUNNENKAMP, 1986).

do sentido dos fluxos, criando um fosso maior na estratégia de desenvolvimento dos países do Sul.

Temos, assim, uma estrutura financeira que tem um peso substancial nas relações de poder entre os países, e que determina, na maior parte dos casos, as estratégias de desenvolvimento dos países.

1.8.2.4. Estrutura de Conhecimento

O poder resultante da estrutura de conhecimento é, actualmente, um dos mais estudados[90].

A estrutura de conhecimento abrange todo o conhecimento existente, como é que ele é compreendido, e os canais pelos quais os pensamentos, ideias e conhecimentos são comunicados, através do qual incluem determinados indivíduos, empresas e Estados e excluem outros[91].

Esta forma de considerar a estrutura de conhecimento leva a que o exercício do poder se faça de forma negativa (ao invés das outras estruturas de conhecimento), isto é, tem poder quem restringe o acesso de certo tipo de "conhecimento", considerado importante, a determinados indivíduos, empresas e Estados.

Assim, podemos definir a estrutura de conhecimento como aquela que determina que tipo de conhecimento é descoberto, como é guardado, quem o comunica, com que meios o fazem, a quem o faz e em que termos o faz.

Como também se pode perceber, o poder que advém da estrutura de conhecimento é intangível. Por outro lado, este poder é detido por reconhecidas autoridades na matéria, a quem lhes é concedida não só a capacidade de apreensão desse conhecimento como de guardá-los, e que

---

[90] No entanto, para Susan Strange é um dos menos compreendidos pela comunidade científica (STRANGE e STOPFORD 1991).

[91] STRANGE e STOPFORD 1991: pag. 119.

dessa forma controlam os canais pelos quais a informação e o conhecimento são transmitidos. Em resumo, o conhecimento é cumulativo e comunicável.

As mudanças que ocorrem na tecnologia são uma das forças mais importantes para consubstanciar as estruturas das indústrias já existentes, as quais tem sido motivados pela existência da concorrência.

As principais mudanças tecnológicas aconteceram essencialmente em áreas como a micro-electrónica, a biotecnologia e no aparecimento de novos materiais que se traduziram na criação de mudanças extraordinárias.

Neste momento é evidente que se vive um ponto de viragem, em que as mudanças ocorridas na estrutura de conhecimento têm sido motivo de conflito. Por um lado, temos vários grupos de interesse na área científica a questionar a supremacia das autoridades governamentais na limitação do seu próprio sistema de valores[92]. Por outro lado, a construção científica tem ultrapassado as barreiras fronteiriças, o que significa uma menor capacidade de supervisionar a comunidade científica por parte do Estado.

Um outro aspecto importante é que esta estrutura de poder tem interagido com as outras estruturas, contribuindo significativamente para mudanças ocorridas nessas estruturas. Por exemplo, duas inovações tecnológicas centrais, que são o desenvolvimento de uma gama de computadores poderosos e sofisticados e o desenvolvimento das comunicações electrónicas têm proporcionado alterações ao nível social, económico e político, e implicaram uma nova forma de abordar a sociedade e o mundo.

Segundo Ernst e O'Connor (1989)[93] a tecnologia não pode ser reduzida às máquinas, mas acima de tudo ao conhecimento, que permite a adaptação dos meios aos fins. Naturalmente que parte desse conhecimento está

---

[92] Por exemplo têm sido questionado a limitação à investigação ás células estaminais pela comunidade científica europeia e americana, quando outros países como a Coreia do Sul e Japão têm alcançado resultados importantes nesta área.

[93] Citado em STRANGE e STOPFORD 1991.

integrado nas máquinas, mas o mais importante está no cérebro das pessoas, na estrutura das organizações e nos padrões de comportamento. Todo esse conjunto, por sua vez, está condicionado pelas estratégias dos diferentes factores sociais e dos padrões tanto em conflito como em cooperação. Por outras palavras, as mudanças tecnológicas não podem ser separadas das estruturas de mercado, dos padrões de concorrência e de competição e da própria regulação social existente, tal como da qualidade do sistema educacional e das consequentes habilitações da força de trabalho.

Porém, a tecnologia é uma espada de dois gumes, pois pode criar enormes vantagens para os inovadores, como pode gerar uma situação prejudicial aos que já fazem parte do mercado, na medida em que a nova oferta leva a uma redução da sua produção e a nova tecnologia trará outros concorrentes mais adaptados a essa nova tecnologia.

Todavia, esta possibilidade de constante inovação é uma boa notícia para os países que só recentemente se desenvolveram em termos tecnológicos e estão assim mais preparados para as novas produções. Esta nova concorrência de países que antes eram considerados em "vias de desenvolvimento" é um facto recente que importa tomar em consideração.

Com algumas excepções, os custos de inovação são extremamente elevados e têm aumentado ao longo do tempo reforçando as barreiras à entrada nas indústrias com alto valor tecnológico, o que muitas vezes leva a uma maior concentração em poderosas indústrias oligopolísticas.

A aplicação da tecnologia aos sistemas de gestão tem levado à criação de Novas Formas de Produção.

As consequências económicas destas mudanças ocorridas por via da inovação tecnológica são vastas:

- A interacção com a estrutura produtiva implicou alteração nas formas de produção, que levou à mudança tanto no tipo de

indústrias existentes, como também no tipo de mão-de-obra necessária para laborar.

- A diversificação de várias indústrias transformadoras para o sector de informação, garantido a manutenção de lucros elevados e do controlo da inovação tecnológica.
- As empresas tornam-se cada vez mais dependentes de um tipo de trabalhadores, os "trabalhadores especializados na informação"[94], os quais dominam a maior parte do "Know-How" da empresa.
- Muita da inovação e conhecimento é desenvolvido pelas empresas, o que tem como consequência a necessidade de novas formas de gestão por parte dos responsáveis dessas empresas, como também do crescendo de poder que estas empresas têm em negociações com outras empresas e mesmo alguns Estados.

Desta forma, a estrutura de conhecimento é uma das mais importantes para uma compreensão da interacção do poder, em termos globais.

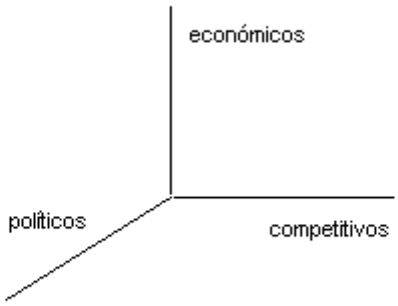
[94] "Knowledge Workers" (em STRANGE, S. 1988).

1.8.3. Mudança de Jogo

Da análise da concepção teórica de Susan Strange, verificamos que a autora pretende demonstrar que a mudança estrutural da política económica internacional alterou a natureza e a forma como o jogo de relações internacionais é efectuado. Isto é, registou-se o aparecimento daquilo a que pode chamar a "nova diplomacia económica".

Neste momento, os governantes deparam-se com uma tripla agenda que comporta imperativos de tipo político, económico e competitivo[95]. Os três imperativos muitas vezes jogam de forma oposta, não respeitando os apertados calendários eleitorais.

Gráfico 3 - Imperativos Económicos, Competitivos e Políticos



Fonte: STRANGE e STOPFORD 1991.

Os imperativos económicos têm como base as mudanças efectuadas nas estruturas de produção, de segurança, financeira e de conhecimento.

Os imperativos competitivos implicam as opções empresariais estratégicas das empresas, e de alguma forma também se relacionam com os factores económicos nacionais.

Os imperativos políticos são as opções que os Estados enfrentam, quando vistos por si só ou relacionados com as suas alianças estratégicas.

[95] STRANGE, S. e STOPFORD, J. 1991.

Os países têm, na maior parte das vezes, dificuldades em resolver estas contradições, devido às tensões económicas e alterações competitivas existentes, que, em geral, não combinam com as necessidades da população que vota.

A maior mobilidade dos principais factores de produção, nomeadamente da tecnologia e das finanças, aumentou os focos de tensão e de incerteza na definição da estratégia global das empresas. Esta instabilidade também tem implicações nos imperativos políticos, tanto internos como externos.

Desta forma, aos Estados cabe um papel fundamental, mas que está muitas vezes condicionado por toda a envolvente doméstica e global.

1.8.4. Papel do Estado

O objectivo deste trabalho não é pormenorizar as funções do Estado, mas sim dar ênfase ao papel que o Estado pode desempenhar no novo enquadramento político internacional e, por consequência, na zona geográfica da África Austral em análise nesta dissertação.

São várias as razões que podem justificar a intervenção do Estado numa economia de mercado, mas os principais prendem-se com os objectivos de eficiência e os objectivos de equidade[96]:

1. Uma economia encontra-se em situação de eficiência quando já não é possível, através de uma acção correctiva, melhorar o nível de bem-estar de pelo menos outro indivíduo[97]. A razão para a intervenção do Estado assenta, pois, na convicção de que a economia entregue ao funcionamento espontâneo dos mecanismos de mercado ficará localizada num ponto ineficiente, e que, portanto, a acção correctiva do Estado passará pela promoção da eficiência;

---

[96] BARBOSA, A.S.P. 1997.
[97] Este é o conceito de eficiência de Pareto.

2. O segundo objectivo da intervenção do Estado, é claramente de ordem política (que também pode ser considerado de ordem moral e ética) e passa pela promoção da equidade quando, se verifica que a solução de mercado alcançada, através do funcionamento do mesmo, atinge pontos de desigualdade na distribuição da riqueza, como acontece frequentemente.

Entretanto, Richard Musgrave[98], além dos anteriores objectivos, acrescenta a estabilização económica como a terceira razão pela qual o Estado deve intervir na economia. Esta última razão, tem como objectivo, procurar assegurar o pleno emprego dos recursos, a estabilidade na evolução dos preços e o crescimento económico segundo um caminho predefinido pelos decisores macroeconómicos.

Para Susan Strange, as mudanças ocorridas no último quarto de século implicaram uma alteração do papel do Estado, que importa redefinir e tomar em consideração. No livro, *Rival States, Rival Firms*[99], Strange e Stopford apresentam uma série de conselhos aos governantes que são extremamente actuais e que nos podem servir como ponto de partida para a prossecução das tarefas exigidas aos governos nacionais, e nomeadamente para Moçambique e para a África do Sul, no sentido de melhorarem as condições económicas dos países e das populações. Os conselhos dirigidos aos governantes são:

1. Procurar um crescimento sustentável, ou seja, deve-se evitar um crescimento baseado no endividamento, ou que aumente as divisões sociais, pondo em causa a coesão social indispensável a um crescimento social. Devem, contudo, manter uma forte disciplina económica.

2. Focalizar no essencial com o objectivo de definir as prioridades na afectação dos recursos. Isto implica opções concretas nas áreas da saúde, da educação, da construção de infra-estruturas eficientes, nas

[98] MUSGRAVE, R. e MUSGRAVE, P. 1989.
[99] STOPFORD, J. e STRANGE, S. 1991.

reformas da legislação e da burocracia, e na eliminação de qualquer tipo de corrupção e de compadrio.

3. Promover a competição entre as indústrias e os serviços, tanto em termos locais como em termos globais.
4. Deixar de proteger os chamados "Campeões Nacionais". Isto é, os países devem deixar de depender de algumas indústrias, em geral de propriedade nacional, mas que muitas vezes exigem apoios e subsídios que distorcem as regras de concorrência e podem levar a uma elevada dependência em relação a essas empresas que não é benéfica para o país.
5. Liberalizar em passos graduais, e neste ponto, Strange e Stopford consideram que não deve ser feito tudo de uma vez, tendo em conta que são poucos os países totalmente preparados para as alterações profundas que uma liberalização total pode implicar. Desta forma, é essencial prestar atenção à sequência das reformas a realizar, não as descurando mas também não as precipitando.
6. Utilizar, de forma construtiva, os mecanismos de intervenção, nomeadamente no uso de instrumentos de regulação e de subsidiação da economia, isto porque muitas vezes a utilização destes mecanismos pode ser contra-produtiva.
7. Modernizar a administração. Os custos da burocracia são muito elevados, e, para aumentar a competitividade de um país, as autoridades devem apostar em criar mecanismos de procedimento simples e eficazes.
8. Tornar as regras claras e transparentes para todos os agentes económicos, não só para diminuir possíveis "ruídos" na comunicação entre os outros agentes, mas também porque a administração deve ser discreta tanto quanto possível.

9. Prestar atenção à concorrência, tanto das empresas como de outros Estados, de forma a actuar pro-activamente na procura de caminhos mais eficazes na prossecução dos seus objectivos.

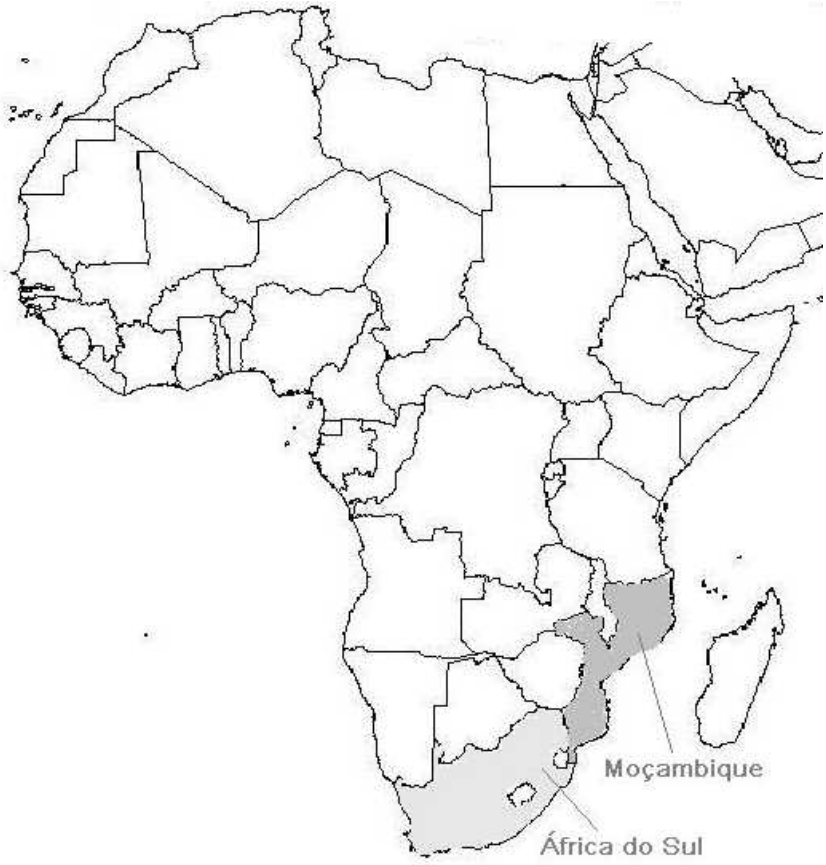
Como podemos constatar pelos conselhos aos governantes, Susan Strange é pouco adepta de uma concepção funcionalista do Estado[100], contudo, na sua perspectiva do papel do Estado, espera e deseja que, apareçam novos agentes políticos determinados a enfrentar as novas situações geradas pela política económica internacional que não apenas intervenham na esfera internacional mas também que respondam aos objectivos pelos quais foram eleitos.

[100] KEOHANE, R. 2000.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA, SOCIAL E ECONÓMICA DA ÁFRICA DO SUL E DE MOÇAMBIQUE

Após o enquadramento teórico referido no capítulo anterior, neste segundo ponto da dissertação pretendemos caracterizar os dois países em estudo, a África do Sul e Moçambique.

Mapa 1 - Mapa de África



Fonte: http://geography.about.com/library/blank/blxafrica.htm

Esta caracterização passa por um enquadramento histórico, com o intuito de contextualizarmos as relações entre os dois países, para, de seguida efectuarmos uma análise estrutural em termos económicos e sociais de cada um, após o qual pretendemos dar ênfase à evolução conjuntural mais recente.

A caracterização em termos histórico-político, social e económico dos dois países é voluntariamente sintética. Pretendemos apenas encontrar uma

base histórico-política, social e económica que fundamente as actuais relações entre os dois países para verificar se as relações entre Moçambique e a África do Sul são de cooperação ou dominação. Neste contexto vamos focalizar-nos no período pós-1994, ano central para os dois países, em que se realizaram as primeiras eleições multirraciais na África do Sul e as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. Contudo, consideramos, também, importante recuar, quando estritamente necessário, a um período anterior, para conhecer os antecedentes que deram origem ao actual grau de desenvolvimento dos países e das respectivas relações económicas.

2.1. ÁFRICA DO SUL

2.1.1.Enquadramento

Localização

A República da África do Sul é um país que está situado, como o nome indica, no extremo austral do continente africano.

Mapa 2 – Situação Geográfica da África do Sul

Fonte: http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/

A República da África do Sul ocupa uma superfície de 1 219 090 Km², situada no extremo sul de África, no cruzamento entre os Oceanos Índico e Atlântico, localizando-se entre os 22º e os 35º de latitude Sul e entre os 17º e os 33º na longitude Este. O país detém, ainda, o domínio das ilhas *Prince Edward e Marion*, situadas no Oceano Índico. As suas fronteiras terrestres são com a Namíbia e o Botswana a noroeste, a Swazilândia e Moçambique a nordeste. O

Lesoto é um país enclavado no meio da África do Sul, entre as Províncias do *Orange Free State*, *Eastern Cape* e *Kwazulu – Natal*[101]. A cidade de Pretória é a capital administrativa da África do Sul.

Em 2001, a população da África do Sul era constituída por 44,8 milhões de pessoas[102], segundo os Censos efectuados nesse ano, sendo 52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino. Do total da população, 79% classificaram-se como africanos; 9,6% como brancos; 8,9% como mestiços; e 2,5% como indianos/asiáticos.

Quadro 2 – População Sul-africana por "Raça"

Raças	Censos 2001		Estimativa 2003	
	Nº	*%*	*Nº*	*%*
Negros	35 407 625	79,0%	36 914 284	79,5%
Brancos	4 302 699	9,6%	4 244 346	9,1%
Mestiços	3 988 960	8,9%	4 131 096	8,9%
Indianos/Asiáticos	1 120 494	2,5%	1 140 097	2,5%
Total	44 819 778	100,0%	46 429 823	100,0%

Fonte: South African Yearbook 2004/05.

Em termos étnicos o grupo populacional subdivide-se nos povos de Nguni (dos quais fazem parte a tribo Zulu, os Xhosa, os Ndebele e os Swazi), nos povos do Sotho-Tswana, (que incluem a população Sotho do sul, do norte e do ocidente-tswana), nos Tsonga, nos Venda, nos Africânderes, nos Ingleses, nos Mestiços e nos Indianos, e aqueles que entretanto imigraram de outros países africanos e com os quais ainda mantêm uma forte identificação cultural. Alguns membros de tribos algo primitivas dos Khoi e dos San vivem também na África do Sul.

As línguas oficiais[103], consignadas na Constituição, são 11, a saber: Afrikaans, Inglês, IsiNdebele, IsiXhosa, IsiZulu, Sepedi, Sesotho, Setswana, SiSwati, Tshivenda e Xitsonga. De acordo com os Censos de 2001, o IsiZulu é a língua mãe falada por cerca de 23,8% da população, seguido pelo IsiXhosa

[101] Ver Adenda II - PROVÍNCIAS SUL-AFRICANAS.
[102] South Africa Yearbook 2003/04.
[103] South Africa Yearbook 2003/04.

(17,6%), o Afrikaans (13,3%), o Sepedi (9,4%), e o Inglês e o Setswana (8,2% cada um). A língua indígena menos falada na África do Sul é o IsiNdebele (1,6% da população).

Em termos topográficos, a África do Sul subdivide-se em duas zonas principais: o planalto interior, com uma elevação média de cerca de 1200 metros, e a zona marginal entre a costa e o planalto. Os planaltos atingem cerca de 3300 metros nas Montanhas Drankensberg a sul e a este, e na Grande Escarpa a oeste, em formato de meia-lua. Com uma costa regular de cerca de 3 mil Kms, o país possui, porém, poucos portos naturais.

2.1.2. Enquadramento Histórico

O dia 4 Abril de 1994 marcou o início de uma nova etapa para a África do Sul. Durante quatro dias, mais de 19 milhões de sul-africanos, cerca de 91% da população eleitoral, foram votar, naquela que foi a primeira eleição multirracial da África do Sul.

O estabelecimento de um governo liderado pelo Congresso Nacional Africano (ANC – *African National Congress)* sob a presidência de Nelson Mandela, assinalou, de forma profunda, o fim do sistema de *Apartheid* (que vigorava desde 1948) e o regresso do país às organizações internacionais após décadas de afastamento devido às sanções impostas pela comunidade internacional.

O processo de mudança foi extremamente rápido, e ainda mais se considerarmos que até então eram vetados à comunidade negra os direitos fundamentais de cidadania, o ANC era considerada uma organização ilegal, e, mesmo apenas cinco anos antes, os eleitores, constituídos pela comunidade branca, mestiça e asiática, tinham eleito um governo comprometido em manter o sistema de Apartheid. As mudanças ocorridas na África do Sul entre 1989 e 1994 foram de tal forma importantes que só podem ser comparadas com o que aconteceu com a queda do muro de Berlim na Europa de Leste.

Contudo, o fim do Apartheid não significou o fim das divisões raciais. Embora, os eleitores votassem, em 1994, para pôr fim ao sistema de segregação racial, a sua participação eleitoral representou um retrato das suas linhas raciais e étnicas. A maioria de eleitores africanos votaram no ANC, excepto na província *KwaZulu-Natal*, onde o Partido da Liberdade (*Freedom Party*) de Mangosuthu (Gatsha) Buthelezi's Inkatha (IFP) registou a maioria dos votos da Tribo Zulu (maioritária da província) e ganhou o controle do governo provincial entretanto estabelecido.

Em termos nacionais, o Partido Nacional (*National Party* - NP), de Frederick W. de Klerk, ficou em segundo lugar, tendo o apoio da maior parte dos eleitores brancos - africânderes e ingleses. Inclusive, venceu na província de *Western Cape*, com o apoio dos eleitores de raça mestiça.

Mas, o fim do Apartheid e o fim das sanções económicas não significou a resolução dos problemas sociais que, aliás, continuam a ser uma constante no actual panorama sul-africano. As políticas de discriminação racial, que foram permanentes ao longo do século XX, fizeram com que a maioria da população africana ficasse na posse de somente 13% da terra (sendo esta de pouca qualidade), não permitindo uma subsistência agrícola, levando-a a deslocar-se para as cidades, engrossando a miséria que caracteriza os subúrbios das grandes metrópoles sul-africanas. A migração urbana criou, assim, enormes bairros de lata, particularmente na província de Gauteng, nas cidades de Joanesburgo (nomeadamente no Soweto) e em Pretória.

A estas condicionantes junta-se o facto da maioria dos habitantes destes bairros, tal como quase metade da população adulta de origem africana, não conseguir encontrar emprego dentro do sector formal da economia.

Naturalmente, em resultado desta situação, a pobreza tornou-se num dos grandes problemas da região, levando a um forte incremento do crime, sendo a taxa de criminalidade total considerada das mais elevadas do

mundo[104]. O governo sul-africano reconhece a importância da questão, mas o elevado índice de pobreza aliado à forte desigualdade social ainda existente torna este problema de difícil resolução.

De uma forma geral, as perspectivas económicas para um negro sul-africano são piores do que para a restante população, tendo em conta que os salários de um trabalhador negro são substancialmente mais baixos que os de um trabalhador branco. Em 1995, o governo sul-africano, ainda sob a presidência de Nelson Mandela, disse que não tinha recursos para igualar os escalões salariais no sector público de forma a compensar a discriminação existente. Dadas estas circunstâncias, uma das tarefas mais difíceis que o novo governo enfrenta é equilibrar a enorme expectativa que os seus apoiantes negros têm na melhoria do seu padrão de vida, com a realidade económica de um país que tenta encontrar o seu padrão de crescimento e desenvolvimento económico.

Após as históricas eleições de 1994, o carisma pessoal e o enorme respeito que o presidente Mandela beneficiava junto da população negra e branca, ajudou a assegurar uma transição política e social com grande estabilidade. Contudo, Nelson Mandela apenas permaneceu um mandato presidencial tendo-se retirado da vida política em 1999. O seu sucessor, Thabo Mbeki, continuou as reformas iniciadas por Mandela.

2.1.2.1 Antecedentes histórico-políticos da situação actual da África do Sul

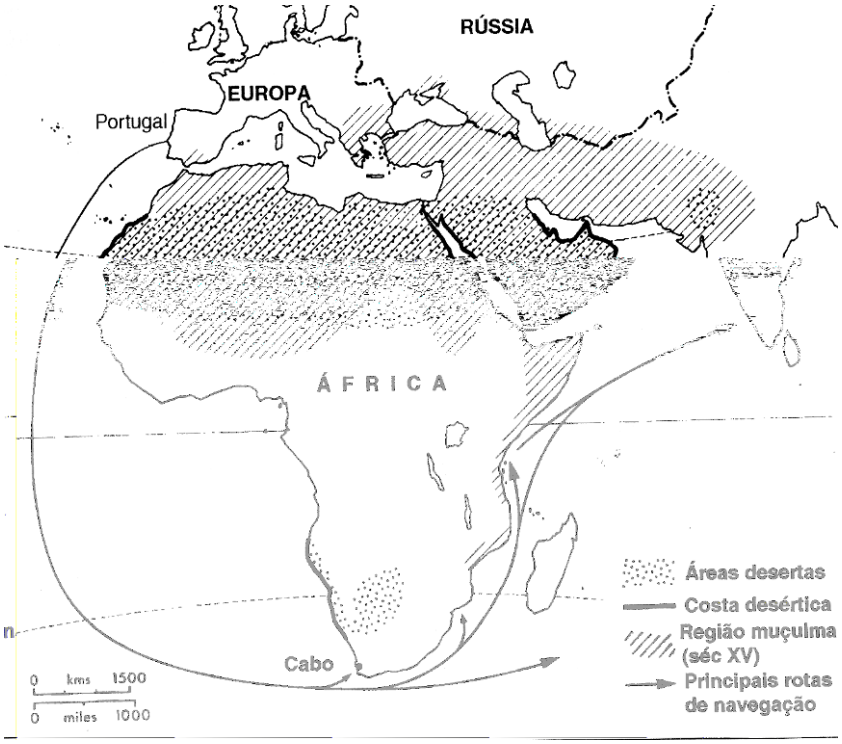
Podemos subdividir este enquadramento histórico-político da África do Sul em três grandes períodos: desde a chegada dos primeiros colonos até à independência em 1910, da independência até 1994 e de 1994 até aos dias de hoje.

[104] FMI 2004c.

Dos primeiros colonos à independência

Os actuais problemas da África do Sul têm raízes históricas profundas. Embora o estabelecimento humano no sub-continente austral de África seja bastante antigo, o conflito racial começa com a chegada holandesa ao Cabo da Boa Esperança em 1652, quando a Companhia Holandesa das Índias Orientais estabeleceu um posto de abastecimento na cidade do Cabo para suas frotas, que viajavam entre a Holanda e seu império no Sudeste da Ásia[105].

Mapa 3 - Principais Rotas de Navegação nos séculos XVI a XIX



Fonte: CAMPOS, A. (1996).

Durante os primeiros 150 anos do controle europeu da cidade do Cabo, a empresa responsável por estas transacções somente estabeleceu um porto de características comerciais, apenas adquirindo bens transaccionáveis (como água fresca, géneros alimentícios e madeira) para reabastecer os seus navios, não estando interessada em expandir-se territorialmente. Quando os povos indígenas se recusaram a fornecer estes bens nos termos de troca ajustados

[105] DESCHAMPS citado em GUERRA, J. 1998.

pela companhia, os Europeus resolveram expandir os seus negócios para o interior.

Com o tempo, decidiram que seria mais proveitoso o estabelecimento de fazendeiros brancos que produzissem localmente os bens que as suas frotas necessitavam. Na verdade, verificou-se que a fraca produtividade dos soldados da companhia holandesa e as dificuldades de manutenção do comércio de troca com os povos indígenas, levou a que o responsável da companhia licenciasse uma parte dos funcionários de forma a que trabalhassem por conta própria na agricultura[106]. Entretanto, chegaram à cidade do Cabo os primeiros escravos negros, prisioneiros de um navio português que provinha das regiões da actual Angola[107]. A partir deste primeiro contingente, foram chegando à região grandes contingentes de mão-de-obra escrava oriunda sobretudo da ilha de Madagáscar e das regiões de Moçambique[108]. No final do século XVII, com a vinda de indivíduos de origem holandesa, alemã e francesa, essencialmente por razões religiosas, começou a surgir na região o primeiro mosaico étnico, composto por brancos, negros e mestiços.

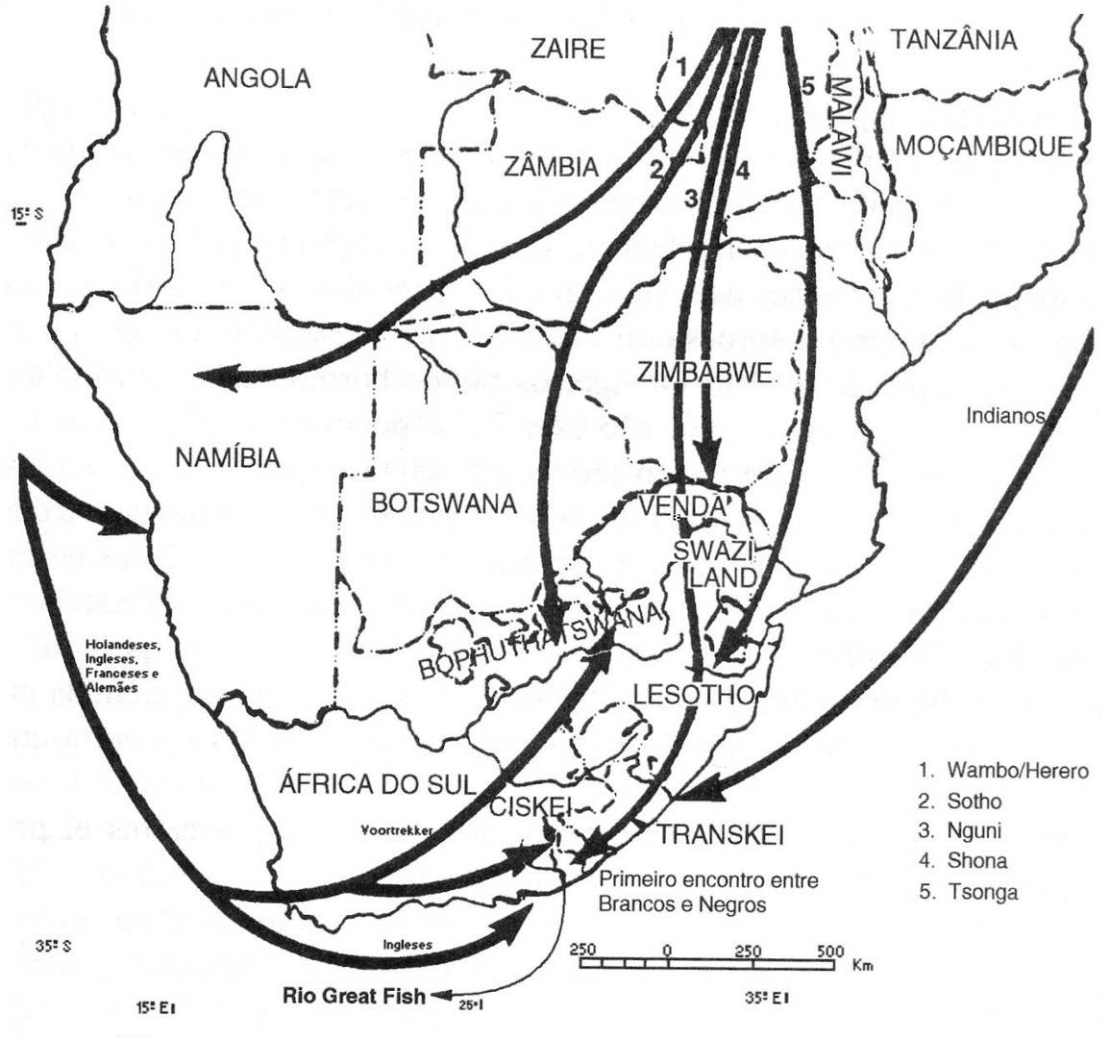
Entretanto, com o objectivo de fugir às regras e práticas monopolísticas e autocráticas dos responsáveis da Companhia das Índias, os fazendeiros de origem europeia (conhecidos como Bóers[109]), resolveram deslocar-se para o interior à procura de terras. Se numa primeira fase, a migração da população Bóer teve como intenção afastar-se do controlo da administração da Companhia Holandesa, que impunha pesados impostos, posteriormente, teve

---

[106] GUERRA, J.B.A. 1998.
[107] GUERRA, J.B.A. 1998.
[108] GUERRA, J.B.A. 1998.
[109] "Os Bóers, também denominados africânderes, são descendentes de colonos calvinistas da Holanda, e também da Alemanha e da França, tendo-se estabelecido na África do Sul nos séculos XVII e XVIII, cuja colonização disputaram com os britânicos. Desenvolveram uma língua própria, o africânder, derivado do holandês, com influências de outras línguas europeias, e que actualmente é umas onze línguas oficiais da África do Sul" in www.wikipedia.org.

também fins políticos, com a falência da Companhia e da tomada da cidade do Cabo pela marinha inglesa.

Mapa 4 – Movimento Migratório na África do Sul



Fonte: CAMPOS, A. (1996).

Em 1806, por questões estratégicas e militares, a marinha inglesa toma, definitivamente, a cidade do Cabo, pois tratava-se de um local fundamental de passagem das rotas entre o Atlântico e o Índico, e havia o perigo crescente do aumento do poderio militar francês na época napoleónica. Inicialmente, tal como a Companhia das Índias Holandesa, a Companhia Inglesa não interferia nos negócios dos fazendeiros, limitando-se a gerir o abastecimento das suas

frotas marítimas e a manter o tráfico de escravos para garantir uma produção agrícola abundante.

Contudo, a necessidade de deter um maior domínio sobre a região, fez com que as autoridades inglesas impedissem um aumento da colonização dos fazendeiros Bóers no norte e, simultaneamente, trouxessem para a região fazendeiros ingleses.

Por volta do ano 1830, a população Bóer com o aumento da concorrência inglesa e com a possibilidade de perder a sua população escrava negra[110] resolve expandir-se para norte, é o chamado "*Grande Trek*", esta expansão irá ter repercussões que irão perdurar ao longo do Século XX. O objectivo desta progressão era o de fugirem à Lei Britânica e assim poderem manter o seu domínio e as suas formas de vida. E, como se tinham visto impedidos de construir uma República na Costa do Oceano Índico, onde a Colónia Inglesa do Natal mantinha um domínio, os Bóers deram forma a duas Repúblicas: o Estado do *Transvaal* e o Estado de *Orange*, chamado de *Free-State*. Esta população vivia exclusivamente da Agricultura e da Caça de subsistência, mas assumia o domínio cultural da "raça branca"[111]. Foi a partir desta

---

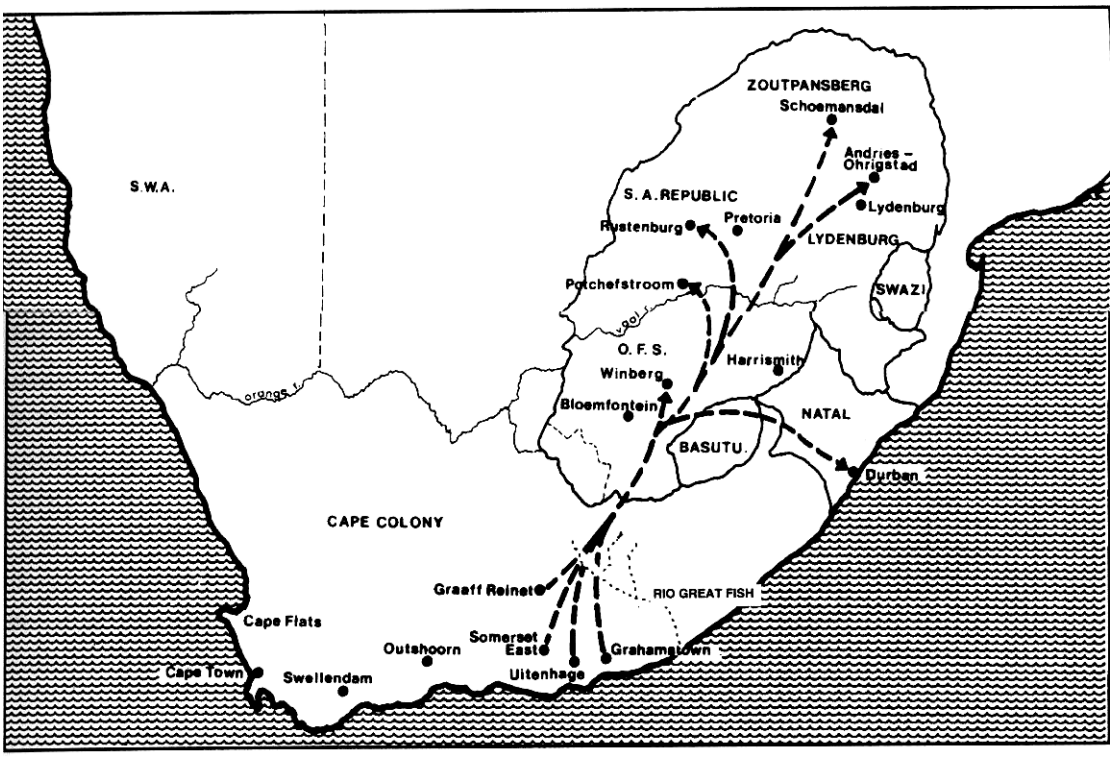
[110] O poder instituído inglês põe fim à escravatura negra em 1833. (GUERRA, J.B.A., 1998).

[111] A problemática da questão das raças tem sido debatida exaustivamente. Em MARTINIELLE, Marco, 1995, "*L´ethnicité dans les sciences sociales contemporaines*", essa questão é esmiuçada dando relevo à inexistência de diferentes raças, isto é, apenas existe uma raça humana.

Também em www.wikipedia.org a mesma questão é reforçada: "A definição de raça envolve diferenciação biológica de algum tipo entre seres humanos. As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética. Os conceitos de raça não se confundem com o de subespécie e com o de variedade, aplicados a outros seres vivos que não o homem. Por seu carácter controverso (seu impacto na identidade social e política), o conceito de raça é questionado por alguns estudiosos como construto social; entre os biólogos, é um conceito com certo descrédito por não se conformar a normas taxionómicas quaisquer. Algumas vezes utiliza-se o termo raça para identificar um grupo cultural ou étnico-linguístico, sem quaisquer relações com um padrão biológico. Nesse caso prefere-se o uso de termos como população ou mesmo cultura. Os zoólogos geralmente consideram a raça um sinónimo da subespécie, caracterizada pela comprovada existência de linhagens distintas dentro das espécies, portanto, para a delimitação de subespécies ou raças a diferenciação genética é uma condição essencial, ainda que não suficiente. Na espécie Homo sapiens - a espécie humana - a variabilidade genética representa 93 a 95% da variabilidade total, nos subgrupos continentais, o que caracteriza, definitivamente, a ausência de diferenciação genética. Portanto, inexistem raças humanas."

penetração para o norte e interior, quando se iniciaram os primeiros conflitos com os povos africanos. A população Bóer, apesar de ser em número muito inferior, a sua maior capacidade militar, permitiu-lhes uma supremacia sobre a população autóctone[112].

Mapa 5 – "Grand Trek"



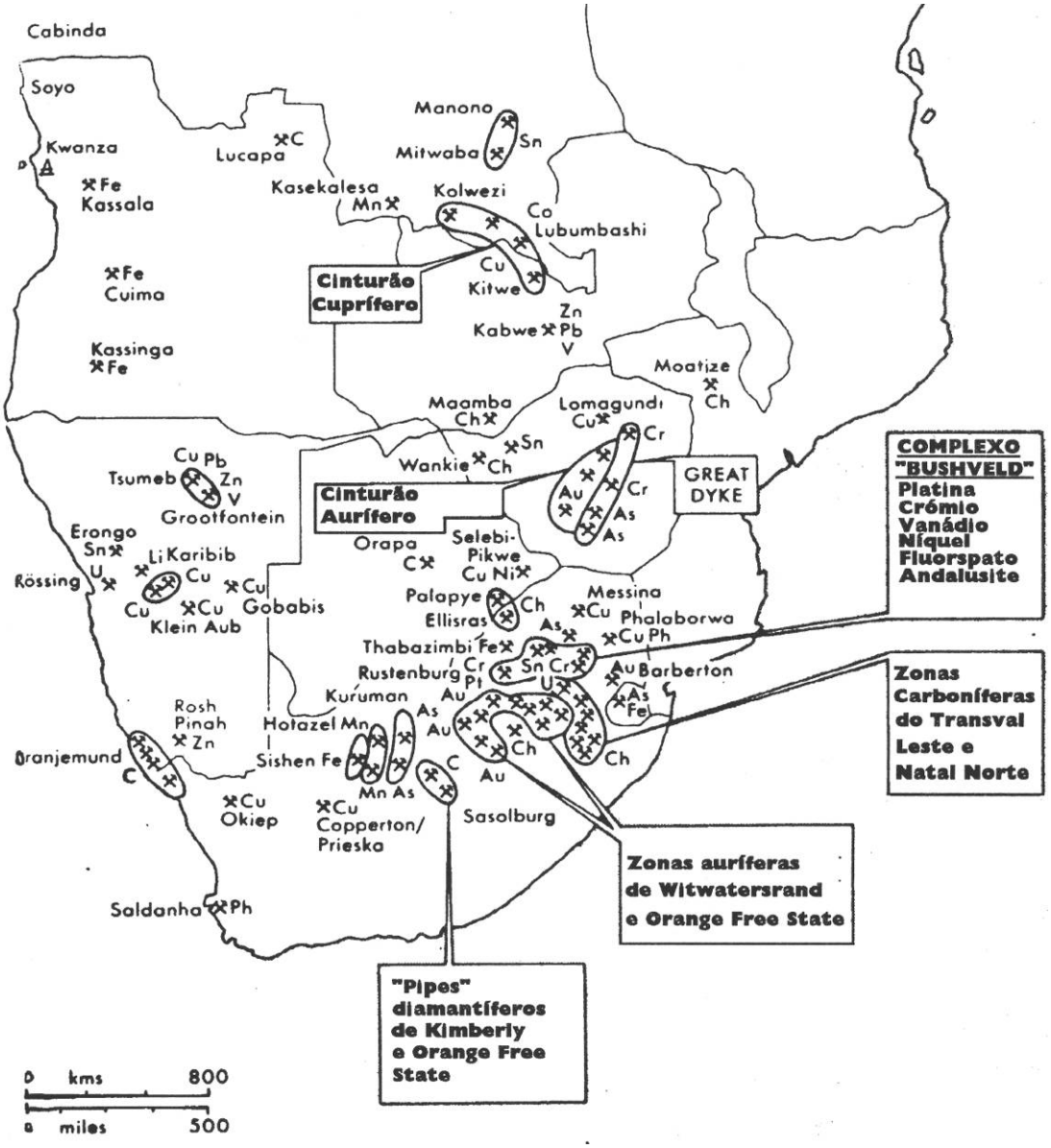
Fonte: CAMPOS, A. (1996).

Contudo, no final do Século XIX, a descoberta de importantes jazidas minerais em *Witwatersrand*[113] alterou de forma dramática a estrutura económica e política da África do Sul. A indústria extractiva ganhou um peso crescente e criou uma maior divisão entre a potência dominante inglesa e os Bóers. Também, pela primeira vez, a África do Sul teve um recurso extremamente valioso que atraiu capital estrangeiro e imigração em grande escala.

[112] GUERRA, J.B.A., 1998

[113] Foram encontrados diamantes em 1867 e ouro em 1886. (GUERRA, J.B.A., 1998).

Mapa 6 – Complexo Minerealífero da África Austral



Fonte: CAMPOS, A. (1996).

No *Transvaal*, o local das descobertas do ouro, houve uma forte expansão da indústria extractiva, acompanhada pela vinda de centenas de milhares de negros para trabalhar nas minas e nas cidades entretanto criadas.

A apetência por estas novas terras levou à conquista por parte da Potência Inglesa, que passou a ser dominante em toda esta região entre 1870 e 1880. Para manter um lucro elevado, por parte dos exploradores, manteve-se uma situação de quase escravatura da população negra, em que toda a família

trabalhava nas cidades ou no campo por um salário baixo, criando guetos e uma forte discriminação entre a população branca e a negra.

A descoberta das minas de diamantes, levou a uma alteração da estratégia britânica. Antes tinha dado a independência às colónias Bóers, achando-as economicamente inviáveis, mas, assim, anexam a região mais rica em minerais e tentam chegar a um acordo que unifique, sob seu domínio toda a região[114]. Não conseguindo a unificação por via diplomática, os ingleses passam a uma ofensiva militar, dando origem à primeira guerra Anglo-Bóer, ganha por estes últimos em 1881.

Entretanto, a descoberta de novas minas de ouro, aumentou a apetência dos ingleses pelo domínio desta região, levando à eclosão de novo conflito militar, que se arrastaria até 1902, agora com vitória inglesa. Esta Guerra foi descrita como uma das mais devastadoras da época, o tipo de armamento utilizado era de tal forma sofisticado que só, mais tarde, voltaria a ser utilizada nas duas Grandes Guerras Mundiais[115].

Após o fim da Guerra, e para manter uma certa paz na região, os ingleses permitiram que a administração das riquezas passasse para a população branca local, que era maioritariamente Bóer. E, com o seu apoio, criaram um estado em que esta detinha o poder e a riqueza.

A República da África do Sul tornou-se um Estado Independente, no seio do Império Britânico, no dia 31 de Maio de 1910, com uma legislação própria que dava o poder à população branca e restringia o poder dos negros sul-africanos, com a única excepção dos eleitores negros das Províncias da Cidade Cabo e do Natal.

---

[114] SA Yearbook 2003/04.
[115] SA Yearbook 2003/04.

Da independência até às primeiras eleições multirraciais em 1994

Após a independência da África do Sul, foram surgindo algumas leis que tendiam, especificamente, a limitar o poder da população negra. Em 1911 surgiu a lei *Mines and Works Act*, pela qual só a população branca poderia manter trabalhadores qualificados na indústria extractiva. Em 1913, com a *Natives Land Act*, restringiu-se a posse das terras apenas à população branca, com excepção de uma pequena parcela (7,5% do total das terras) que foi aumentada para 13% em 1930.

Estas leis permitiam ao empregador branco garantir um salário mais baixo para os negros, e como estes tinham restrições em termos de posse de terra e de possibilidade de votar não conseguiam alterar a situação.

Com o nascimento desta nova república surgiram dois movimentos nacionalistas, o Movimento Africânder e o ANC (*African National Congress*). O Movimento Africânder era de cariz nacionalista, criado em torno do Partido Nacional, e dava sustentabilidade ao aumento desta segregação entre os brancos e os negros. O ANC congregava a população que se opunha a este aumento de discriminação racista e étnica, e, naturalmente, era formado maioritariamente por negros, tendo, contudo, um âmbito mais amplo.

Com a vitória inglesa na Guerra Anglo-Bóer, a maior parte das terras foram confiscadas aos Africânderes e dadas aos fazendeiros ingleses, e assim a maior parte da população Africânder deslocou-se para as cidades, tendo que competir com a população negra pelos melhores empregos. Desta forma, a população de origem Bóer foi a que mais lutou por uma política segregacionista que lhes permitisse ter uma remuneração mais elevada que os negros. Com o tempo, os Bóers, que queriam alcançar rapidamente sucesso, resolvem investir os seus fundos e recursos na constituição de Bancos, Companhias de Seguro e outras empresas que lhes permitissem gerir os fundos capitalistas e deter uma maior riqueza do país. Estes novos líderes capitalistas e políticos criaram lobbies de interesse e conseguiram de uma forma diferenciada tomar conta das instituições políticas e administrativas,

criando também as suas próprias organizações culturais e sociedades secretas, que lhes permitiram governar a África do Sul segundo os seus interesses. Entre os anos de 1920 e 1940 este movimento nacionalista branco foi ganhando adeptos, suportado pelo receio de competição que a população negra pudesse realizar aos seus trabalhos, pela recordação dos efeitos da Guerra Anglo-Bóer que lhes retirou a terra e pelas duas Guerras Mundiais, em que a população Africânder apoiava a Alemanha, mas o poder Inglês apoiava, naturalmente os aliados.

Em 1948, com o apoio maioritário dos Africânderes, o Partido Nacional (*National Party*- NP) ganhou as eleições com o ideário do Apartheid, em que o governo teria responsabilidades em dar corpo a uma estrutura de governação branca e que apoiasse especialmente os Africânderes. Nestas condições, o NP sempre tentou impedir que os negros, asiáticos e mestiços ganhassem força política para alterar estas condições.

O movimento nacionalista negro não teve grande sucesso, pois a restrição efectuada à participação da população negra à votação, não permitiu que esta ganhasse corpo político que pudesse lutar pelos seus interesses nas instituições políticas do país. Apenas podiam apelar aos deputados eleitos e efectuar petições ao governo inglês para que lhes desse tratamento idêntico perante a lei. Os ingleses responderam, dizendo que a existência de um governo sul-africano autónomo não lhes permitia imiscuir-se na política interna do país.

Entre a própria população segregada (negros, asiáticos e mestiços) não havia unidade na luta contra o Apartheid, pois cada organização lutava de forma diferenciada, o que não ajudava a que tivessem um rápido sucesso. Mesmo a organização mais conhecida, o ANC, apenas contava com alguns milhares de militantes, quando a população negra representava mais de 8 milhões de habitantes.

Com a introdução legal do Apartheid em 1948, o Partido Nacional (NP) estruturou toda a política e organização económica do Estado em função de

uma supremacia racial branca. A cada residente foi atribuído um cartão com a sua identificação racial: branco, negro, mestiço ou asiático. A África do Sul foi proclamada como um país branco em que as pessoas de outras "raças" não tinham direitos. Aos negros sul-africanos foi-lhes dito que eventualmente poderiam alcançar independência numa das chamadas *homelands* situadas em áreas rurais e sem recursos minerais.

O regime do Apartheid assentava, principalmente, em 10 leis segregacionistas[116]:

Group Areas Act, que criava a segregação racial numa base geográfica;

Population Registration Act, que obrigava o registo de toda a população segundo a sua raça, determinando os direitos e deveres de cada um;

Native Laws Amendement Act, que limitava e controlava o direito de permanência dos negros sul-africanos, esta lei obrigava os negros a serem portadores de um passe (tipo salvo-conduto);

Immorality Act, que proibia o contacto e qualquer outro acto imoral e indecente entre raças diferentes;

Mixed Marriages Act, que proibia os casamentos inter-raciais;

Bantu Education Act que segregava os sistemas educativos, sendo o sistema de ensino branco diferente dos outros;

Job Reservation Act, que reservava certas profissões exclusivamente aos brancos, e mesmo em profissões idênticas a diferença salarial era enorme. Por exemplo, numa escala de 1 a 100, enquanto que um branco poderia ganhar 100 um negro apenas ganhava 56;

Revogation of Separate Amenities Act, que impunha a segregação de todos os locais públicos e privados, bem como dos serviços, tais como nos

---

[116] Revista *Terra Solidária* 1987: pag. 31-35.

hospitais, nos correios, nas esquadras de policia, nos cinemas, nos parques públicos, na praia, nos hotéis, nos transportes e mesmo nas casas;

Bantu Homeland Development Corporation Act, que cria o sistema dos Bantustões, ou seja, pequenos semi-estados negros, em geral extremamente pobres e com poucos recursos económicos, que permitia ao regime do Apartheid controlar a população negra;

Publications Act que atribuía plenos poderes à censura para banir qualquer publicação indesejável.

Também a população mestiça e asiática foi excluída da governação política do país, e deveria viver separada segundo as suas raças. A própria instrução deveria ser dada de acordo com os padrões que se podiam esperar da população. Esta era uma forma enviesada de garantir que a população não branca nunca pudesse alcançar os lugares de topo em nenhuma organização política, económica e militar, pois não tinha as habilitações e qualificações necessárias.

Hendrik Verwoerd, principal ideólogo do sistema de Apartheid e primeiro ministro de 1958 a 1966, ano do seu assassinato dizia que os negros sul-africanos fariam mal em pensar que alguma vez poderiam alcançar direitos iguais à população branca, na verdade, dizia ele, não havia lugar no interior da África do Sul para os negros acima de um determinado nível de trabalho.

Estas posições tiveram como consequência um aumento da repressão sobre a população não branca para que o poder político e económico pudesse controlar a situação. Para isto, houve necessidade de manter uma política repressiva, que significou a proibição de todas as organizações que pusessem em causa o regime, desde o ANC, o Partido Pan-Africano[117], as organizações sindicais e outras organizações que fossem consideradas fora do regime.

[117] O Partido Pan-Africano surgiu em 1959 em dissidência com o ANC, considerando que só os negros e os mulatos tinham direitos fundamentais na África do Sul.

Um exemplo desta legislação repressiva passou pela introdução do Acto de Supressão do Comunismo, definindo comunismo de forma muito vaga e abrangente como qualquer acto, que, de alguma forma tentasse alterar o sistema político, económico ou social, que promovesse o distúrbio ou a desordem. Era também, considerado como comunista qualquer acto hostil a qualquer membro da população branca. Esta legislação permitia à polícia sul-africana etiquetar todos oponentes do regime do Apartheid como comunistas.

A partir de 1950, os negros sul-africanos, conduzidos por Nelson Mandela e Oliver Tambo, do ANC, lideraram uma campanha em prol da mudança não violenta, incentivando os negros a queimar os seus cartões de raça, a usar os locais reservados aos brancos (como as casas de banho, bancos de jardim, entradas de instituições públicas), e também boicotaram os empregadores e instituições que eram mais discriminatórios. Estas tácticas não trouxeram uma mudança de regime mas ganharam muitos adeptos na população jovem negra sul-africana.

Em 1955, os representantes do ANC, tal como algumas organizações com membros da população branca, mestiça e asiática, criaram um esboço de uma carta, a Carta da Liberdade, que continha uma indicação de princípios políticos básicos. Nesta Carta era preconizada uma convivência sã entre toda a população independentemente da "cor", em que nenhuma "raça" poderia ter privilégios e que todos deveriam ter igual tratamento perante a lei. Também, era referido, que todos os sul-africanos deveriam beneficiar dos recursos do país. Este último princípio originou falsas interpretações, com os seus oponentes a considerarem que supunha a nacionalização de empresas privadas.

O governo do Partido Nacional tratou duramente todos os que se opuseram às suas políticas. Cerca de dez mil pessoas que participavam em demonstrações ou em boicotes públicos foram presas. Muitas outras pessoas eram presas todos os anos, sempre que eram apanhadas a destruir os cartões de raça e a utilizarem locais públicos restritos aos brancos. Todos os que

tivessem em seu poder a Carta da Liberdade eram considerados traidores e condenados a prisão que poderia ir até aos 5 anos.

Este aumento de repressão teve como consequência um aumento da oposição, liderada pelo ANC, e da repressão, que aquela oposição conduzia. Em 1960, uma rusga policial em *Sharpeville*, uma cidade negra sul-africana perto de Joanesburgo, levou à morte de 67 negros que participavam numa manifestação pacífica. Após este confronto que levou a uma condenação mundial, o governo sul-africano tornou ilegal a existência do ANC, do Partido Pan-Africano, e de outras organizações opostas ao Apartheid. Após um referendo efectuado apenas à população branca foi decidida a Constituição da República da África do Sul e a retirada do país da *CommonWealth*, a Comunidade Britânica das Nações.

Durante a década de 60, o Apartheid e a execução de uma repressão à oposição interna mantiveram-se, mesmo com o crescendo da posição crítica da Comunidade Internacional à violência racial discriminatória das políticas e da polícia sul-africana.

Uma das políticas sul-africanas seguidas, entretanto, foi a deslocação de cerca de 3,5 milhões de negros, asiáticos e mestiços para as chamadas *homelands,* que eram terras que não tinham recursos hídricos nem minerais, com objectivo de no futuro ser concedido a sua independência. Contudo, estes Bantustões (como também eram chamados) nem sequer tinham continuidade física, para de alguma forma poderem ganhar algum estatuto independentista. Por exemplo o *Bophuthatswana* era constituída por cerca de dezanove áreas não contínuas de terra, que não os permitia de forma alguma constituir-se como um Estado independente. Nos anos 80 a África do Sul constituiu cerca de quatro *homelands* independentes, mas que na realidade a Comunidade Internacional nunca reconheceu.

Com a proibição do ANC e do PAC, após o confronto de *Shaperville*, a perda dos líderes moderados do ANC, com a prisão de Nelson Mandela em 1964 e o exílio de Oliver Tambo, a oposição ganhou contornos de violência,

passando a atacar os postos de polícia e alguns estabelecimentos públicos. Naturalmente que estas acções violentas trouxeram uma radicalização das posições entre o governo e o ANC, mesmo estando este na clandestinidade.

Entre 1963 e 1972, a estabilidade económica e social, mediante um forte dispositivo de repressão, e o elevado crescimento económico, com taxas de lucro na ordem dos 15 a 20% anuais, levou a uma forte atracção do investimento externo, mais do que duplicando o seu valor neste período. Esta aparente estabilidade atraiu, também, uma forte imigração de população branca que cresceu na ordem dos 50%.

Contudo, na década de 70, alguns acontecimentos abalaram os pilares do Apartheid, tais como:

1. Em 1973, começaram a surgir as primeiras greves gerais em Durban e que se espalharam pelo país. As autoridades policiais nunca conseguiram controlar este movimento, tendo em conta que, com a proibição dos movimentos oposicionistas ao Apartheid, nomeadamente os sindicatos, as autoridades não conseguiam identificar os dirigentes destes movimentos populares. Os presos nunca delataram quem os dirigia e os empregadores, como não tinham ninguém com quem negociar, não conseguiam pôr fim às greves, e elas eram uma constante.
2. Também, em 1973, as Nações Unidas declararam que toda a forma de discriminação racial e, em particular, o Apartheid, eram crimes contra a Humanidade. Em 1977, a ONU declara um embargo à venda de armas à África do Sul.
3. O isolamento da África do Sul aumenta com o processo de independência tanto das colónias portuguesas em África a partir de Abril de 1974, como de Zimbabwe em 1980. A independência destes países é um facto muito importante tendo em conta que adoptam regimes de cariz marxista apoiando, e mesmo servindo de base, aos movimentos de oposição ao governo sul-africano.

A oposição interna ganhou novo fôlego quando os estudantes universitários boicotaram o sistema de ensino recusando-se a ter aulas em Africander, indo contra as autoridades sul-africanas. O objectivo das autoridades em diferenciarem o ensino era o de manter os lugares de topo das administrações nas mãos da população branca, pois esta tinha um grau de ensino mais adequado para exercerem funções nesses cargos.

Este crescendo de instabilidade interna levou à saída de muitos investidores estrangeiros, e dessa forma, a economia começou a dar sinais de estagnação. A fim de lidar com os problemas das greves, o governo sul-africano permitiu a existência de organizações laborais e sindicatos tentando garantir alguma estabilidade e paz nas suas empresas e indústrias. Mas esta mudança de atitude trouxe um novo fôlego e alento à oposição interna ao Apartheid, pois ao dar direitos de associação aos negros sul-africanos, permitiu-lhes tomarem uma posição de maior cidadania.

Em termos geo-estratégicos, esta situação só permaneceu devido a uma estratégia internacional seguida pelas grandes potências mundiais, nomeadamente com o desenrolar da chamada Guerra-fria entre os EUA e a União Soviética que tentavam alargar o seu domínio a todas as zonas do globo. Assim, e tendo em consideração que a influência soviética se estendia a quase toda a África Austral com excepção da África do Sul, os países chamados ocidentais sempre foram permissivos com o regime de Apartheid sul-africano para manterem o país na mesma órbita de interesses. Consideravam não haver vantagem em apoiar a desagregação de um regime que lhes faria perder a influência numa zona considerada estratégica, tendo em conta que, a oposição interna liderada pelo ANC teve sempre incluído nas suas fileiras apoiantes comunistas.

Com o tempo foi-se tornando cada vez mais difícil à população branca, minoritária no país[118], manter o controlo do país.

No princípio dos anos 80, alguns ideólogos reformistas do partido no poder, o *National Party* (NP), tentaram alterar algumas leis com o objectivo de dar maior visibilidade a esta nova realidade, mas que, apesar disso, mantivessem a estrutura básica do Apartheid. O primeiro-ministro de então, Pik Botha, conduziu a uma alteração constitucional que consistia num governo com uma maior participação de outras "raças", mas ao mesmo tempo que perpetuasse uma separação racial. A nova Constituição estabelecia a existência de três tipos de parlamento consoante a "raça": brancos, asiáticos e mestiços. Os negros continuavam afastados do exercício da cidadania. O que os partidários de Pik Botha esperavam, com esta decisão, era aumentar a sua base de apoio com a população asiática e mestiça.

Esta nova Constituição, que entrou em vigor em 1984, aumentou os conflitos entre as autoridades policiais e a população negra, visto que tornou mais anacrónica e desajustada a existência de um regime de Apartheid, que ia incluindo na governação outras "raças", mas que continuava a excluir a população negra.

Os sindicatos negros, que entretanto foram legalizados, constituíam o principal motor de oposição ao regime do Apartheid, organizando greves que provocaram uma elevada instabilidade no país. Por outro lado, as novas bases de apoio do ANC, situadas nos países fronteiriços da África do Sul, trouxeram novo alento à luta armada, generalizando o combate. Esta nova vertente também tornou possível a infiltração de tropas sul-africanas nesses países como resposta ao seu apoio ao ANC, o que agudizou e extremou as facções dos apoiantes do Apartheid e dos que lutavam contra este regime.

---

[118] A população branca passou de cerca de mais de 20% do total da população no princípio do século XX para cerca de 16% em 1980 e apenas cerca de 10% no final do século XX (Censos da África do Sul) .

Estas acções repressivas com o objectivo de aumentar o controlo do Estado resultaram no curto-prazo, mas a repressão policial e incursões militares nos Estados fronteiriços rapidamente criaram um clima de grande instabilidade. Esta tensão interna, acompanhada da condenação externa da política levou a uma saída maciça de capitais e o *rating* atribuído pelas instituições financeiras internacionais caiu fortemente, aumentando o risco de dívida e, consequentemente, das taxas de juro dos empréstimos. Por outro lado, a queda do preço do ouro (a sua principal exportação durante este período) levou a um agudizar da crise económica e a uma situação de inflação crónica.

Face a este cenário, o Partido Nacional, pressionado pelos empresários sul-africanos no interior do partido, procedeu à alteração substancial das políticas de Apartheid.

Em 1989, teve lugar um acontecimento fulcral para o fim do Apartheid: uma crise cardíaca do Presidente em exercício, Pik Botha, levou à sua renúncia do cargo, tendo sido substituído por Frederik de Klerk, que apesar de fazer parte da linha dura de apoio ao Apartheid, irá conduzir ao fim deste regime ao iniciar as reformas do sistema político Africânder. Entre 1990 e 1991, Frederick de Klerk aprova todo um conjunto de legislação que põe termo ao sistema de discriminação racial implementado a partir de 1948.

Em consequência destas reformas, em Fevereiro de 1990, Nelson Mandela é libertado, após 27 anos de cativeiro, tornando-se o presidente do ANC. Também, o ANC, o PAC, o SACP e outras organizações, até então na clandestinidade, são legalizados. O ritmo de mudança foi extremamente rápido e obviamente contestado dentro da comunidade branca.

É importante enquadrar estas alterações no contexto das mudanças que a nível global se verificaram em todo o mundo. Assim, em 1985, tinha tomado o poder, na URSS, Mikhael Gorbatchev, que iria trazer profundas alterações ao regime soviético e conduzir ao desmantelamento do chamado Bloco Soviético em 1989, com o derrube do Muro de Berlim, introduzindo no léxico

geo-estratégico a Perestroika e a Glasnost. Estas duas novas políticas levaram a uma mudança gradual do regime político da URSS, permitindo aos países do Leste da Europa saírem da órbita comunista iniciada com o fim da 2ª Guerra Mundial. O período áureo da Guerra-fria passou por um apoio explícito ou implícito das duas potências mundiais, os EUA e a URSS, aos regimes favoráveis à sua política. A URSS apoiava os países que rodeavam a África do Sul de cariz marxista-leninista, enquanto o eixo ocidental era permissivo com a existência do regime sul-africano. O fim da Guerra-fria trouxe o fim da necessidade desse apoio, e um crescendo de pressão internacional que levou à necessidade de mudança das políticas que existiam na África do Sul.

Também motivos económicos tornaram inevitável o fim do Apartheid. As sanções à África do Sul e os embargos às suas exportações e ao investimento no país, que foram impostos a partir dos anos 70, provocaram um isolamento que não permitia o seu desenvolvimento.

Apesar deste ambiente de alguma mudança, De Klerk confrontava-se com dois tipos de pressões: do partido conservador, que pretendia manter ao *status quo* existente, boicotando as mudanças; e dos que sempre criticaram o Apartheid e que pretendiam um ritmo de mudança mais acelerado.

Com o início das primeiras negociações para a transição do regime no final de 1991, os representantes das organizações políticas encontravam-se regularmente para discutir as mudanças que seriam necessárias operar para que essa transição fosse a mais pacífica possível. Assim, criou-se um fórum de discussão, denominado CODESA (Convenção para a democratização da África do Sul) que juntava todas as organizações políticas interessadas e que tentava conceptualizar a nova África do Sul.

As negociações não foram nem fáceis e nem sempre bem sucedidas, o que se ficou a dever a diversas situações, provocadas pelos membros das várias facções presentes. São exemplo, as tensões que surgiram entre brancos e negros aquando da criação de uma comissão de inquérito oficial ao

assassinato de vários membros do ANC e que envolvia forças de segurança. Mesmo entre a população negra existiam divisões, nomeadamente entre os de origem Zulu (considerados apoiantes do regime anterior) e os Xhosas (maioritários no país e base de apoio do ANC). Estas tensões, de alguma forma, legitimavam a argumentação de que a população negra não teria a capacidade para formar governo.

O próprio ANC foi criando alguns receios nos empresários brancos ao defender a nacionalização da indústria e a necessidade de redistribuição da riqueza.

Contudo, alguns factos contribuírem para o sucesso das negociações no âmbito do CODESA:

- A extrema-esquerda, representada pelo Partido Comunista da África do Sul (SACP), foi perdendo a sua influência com o fim do Comunismo na Europa de Leste e a constatação de que os regimes comunistas em África não resultaram da forma esperada. E assim foi aderindo à ideia de uma democracia parlamentar assente no lema: "Uma Pessoa, Um Voto".
- A facção mais extremista da ala de direita da África do Sul, o Partido Africânder (*Weerstandsbeweging* - AWB), com as suas acções violentas e extremadas[119], foi causando receio de um agudizar da situação que levaria à instauração de uma guerra civil, e assim foi perdendo a sua base de apoio, como a força policial e as forças de defesa.
- Os próprios membros do CODESA perceberam a necessidade de apressarem as negociações, visto que estas acções extremistas poderiam levar a um agravamento das relações entre as facções

[119] Um dos factos mais marcantes foi o assassinato de Chris Hani, líder do SACP, em Abril de 1993, por dois membros dessa facção. Outro facto relevante foi o ataque armado preconizado pelo líder, Eugene Terreblanche, ao edifício onde se realizava a convenção CODESA. Também em 1993, o AWB numa acção violenta tentou restabelecer Lucas Mangope como líder do *homeland* Bophuthatswana, com o apoio de mercenários.

presentes e dificultar a margem de manobra de Frederik de Klerk dentro do seu próprio partido, nas vantagens da mudança.

E assim, apesar de todas as divergências, a CODESA foi tendo resultados satisfatórios que conduziram ao novo Regime. Os negociadores acordaram que as eleições se realizariam em Abril de 1994, e vigorariam por um período de 5 anos. Posteriormente ao qual, se discutiria uma nova constituição a entrar em vigor a partir de 1999. Concordaram, também com a existência de uma legislatura bicameral, dirigida por um presidente executivo.

Assim em 1993, entrou em vigor a Constituição Interina (válida até 1996), que deu corpo legal às eleições realizadas em 1994. Esta Constituição permitia que o novo governo eleito pudesse elaborar a nova constituição conforme o desejo da população expresso nas eleições e não sob a influência de um pequeno grupo que já não representava a vontade popular. A Constituição de 1996 entrou em vigor em 1999.

Com a nova constituição, a África do Sul tornou-se numa democracia constitucional com um sistema de três níveis de governação (nacional, provincial e local) e um sistema judiciário independente. Todos os níveis de governo têm a autoridade pré-definida em termos legislativos e executivos na sua alçada. A autoridade legislativa é investida no Parlamento, sendo este limitado pelos poderes conferidos pela Constituição. A Assembleia Nacional pode ter entre 350 a 400 membros eleitos pela população com um mandato de cinco anos. O Presidente da República é eleito entre os deputados da Assembleia Nacional e preside ao Gabinete Ministerial. O Presidente não pode exercer mais do que dois mandatos consecutivos, de cinco anos. O Gabinete Ministerial é formado pelo Presidente, Vice-Presidente e 25 Ministros.

A partir de 1994

As eleições, que se realizaram em Abril de 1994, foram consideradas um sucesso. A votação realizou-se em quatro dias, para que não existisse nenhum tipo de problemas de ordem logística ou burocrática. Assim, as eleições decorreram de forma pacífica, apesar das ameaças de boicote (não realizados) de alguns partidos, como o IFP de origem na tribo Zulu, e existiram poucas queixas de interferência. O ANC venceu as eleições com quase 62,6% dos votos, não tendo atingido a maioria de dois terços que lhe permitiria alterar a constituição unilateralmente, e teve que trabalhar com os outros partidos para proceder às alterações. O Partido Nacional (*National Party* - NP), apesar de ter perdido a liderança governamental, garantiu o 2º lugar no ranking eleitoral com 20,4% dos votos escrutinados. Este resultado inesperado, tendo em conta que teoricamente apenas iriam ter os votos da população branca (cerca de 10,9% do total da população), teve como principal causa o facto da população mestiça e asiática ter votado do NP tentando garantir um maior equilíbrio de forças. O *Inkhata Freedom Party* (IFP) que era apoiada maioritariamente pela população da tribo Zulu, ficou em 3º lugar com 10,5% dos votos, obteve um apoio maciço na Província de *KwaZulu-kwaZulu-Natal* e a maioria no governo provincial. O partido *Freedom Front,* de tendência centro direita, composto exclusivamente por antigos membros da segurança nacional, obteve 2,2% e o Partido Comunista (Partido do Congresso Pan-Africanista), apoiado apenas por negros, obteve 1,3% dos votos.

Quadro 3 – Repartição partidária do acto eleitoral de 1994

Partido Político	1994	
	% de votos	Lugares Obtidos
ANC	62,6%	252
Partido Nacional (NP)	20,4%	82
Inkhata (Partido da Liberdade)	10,5%	43
Frente da Liberdade (Liberty Front)	2,2%	9
Partido Democrático	1,7%	7
Partido do Congresso Pan Africanista	1,3%	5
Partido Africano Cristão	0,5%	2
Outros Partidos	0,8%	0
Total	100,0%	400

Fonte: CAMPOS, A. (1996).

Em 10 de Maio de 1994, Nelson Mandela tomou posse como 1º Presidente da nova África do Sul multirracial, tendo como Vice-presidentes, Thabo Mbeki, seu sucessor e também do ANC, e Frederik De Klerk, antigo presidente, e líder do 2º partido mais votado, o NP. Desta forma, deu-se uma transição pacífica para uma África do Sul multirracial e democrática.

As eleições de 1999 e 2004, já com Thabo Mbeki líder do ANC, confirmaram, de alguma forma, a maturidade democrática da população sul-africana, tendo o ANC ganho as duas eleições de forma conclusiva. Por outro lado, o Novo Partido Nacional, ex-Partido Nacional, que governou o país desde 1948 até ao fim do Apartheid, perdeu expressão, mesmo entre a população branca, reduzindo o seu peso eleitoral para 1,7% (20,4% em 1994 e 6,9% em 1999).

Quadro 4 - Evolução eleitoral na África do Sul

Partido Político	1999		2004	
	Nº de Votos	% de votos	Nº de Votos	% de votos
ANC	10601330	66,4%	10880915	69,7%
Novo Partido Nacional (NNP)	1098215	6,9%	257824	1,7%
Inkhata (Partido da Liberdade)	1371477	8,6%	1088664	7,0%
Movimento Democrático Unido	546790	3,4%	355717	2,3%
Partido Democrático	1527337	9,6%	1931201	12,4%
Partido do Congresso Pan Africanista	113125	0,7%	113512	0,7%
Partido Africano Cristão	228975	1,4%	250272	1,6%
Outros Partidos	489893	3,1%	734566	4,7%
Total	15977142	100,0%	15612671	100,0%

Fonte: http://www.elections.org.za/.

Naturalmente que, em virtude do seu peso eleitoral, o ANC tem governado a África do Sul de forma solitária, sem necessidade de alianças.

As últimas eleições legislativas e presidenciais aconteceram em 12 de Abril de 2004, tomando posse como Presidente da República, Thabo Mbeki[120], constituindo um gabinete ministerial com um Vice-Presidente e 25 Ministros.

O Partido Democrático, ou Aliança Democrática, tem aumentado o seu peso eleitoral, tendo obtido o 2º lugar nas últimas eleições, ainda que a larga distância do ANC, tendo o seu responsável, Tony Leon, sido considerado o líder oficial da oposição.

2.1.3. Caracterização estrutural da África do Sul em termos económicos

Em termos estruturais, a África do Sul representa uma potência regional no seio do continente africano. As suas riquezas naturais e o desenvolvimento relativo das suas infra-estruturas económicas, sociais e culturais dão-lhe essa posição charneira no conjunto de África, sendo um dos países mais ricos e dos mais importantes, em termos económicos, do continente africano.

2.1.3.1 Envolvente macroeconómico

A caracterização da África do Sul como potência regional pode ser verificada nos quadros seguintes, quando comparamos alguns dados básicos do país em questão com outros países e regiões.

[120] O seu último mandato possível, tendo em conta que pela Constituição Sul-Africana, o presidente da República apenas pode servir dois mandatos consecutivos de 5 anos.

Quadro 5 - Comparação da População e Rendimento Nacional Bruto entre África do Sul e alguns países/regiões

	População			Rendimento Nacional Bruto	
	Milhões de Habitantes (2001)	Taxa de Crescimento Anual (1990-2001)	Densidade Populacional por Km2 (2001)	Mil milhões de US Dólares (2001)	US Dólares per capita (2001)
Mundo	6 132,8	1,4	47	31 500	5140
Países com rendimento:					
Baixo	2 510,6	2	76	1 069	430
Médio	2 667,2	1,2	40	4 922	1850
Médio-baixo	2 163,5	1,1	48	2 677	1240
Médio-alto	503,7	1,3	24	2 248	4460
Baixo e médio	5 177,8	1,5	52	5 990	1160
Alto	955,0	0,7	31	25 506	26710
Sudeste Asiático e Pacífico	1 825,2	1,2	115	1 649	900
Europa e Ásia Central	474,6	0,2	20	931	1960
América Latina e Caraíbas	523,7	1,6	26	1 862	3560
Médio Oriente e Norte de África	300,7	2,1	27	601	2000
Sul da Ásia	1 379,8	1,9	289	616	450
África Sub-Saariana	673,9	2,6	29	317	470
África do Sul	43,2	1,9	35	126	2900
Moçambique	18,1	2,2	23	4	210
Portugal	10,2	0,3	112	109	10670
Espanha	39,5	0,2	79	587	14860

Fonte: Relatório do Banco Mundial 2003.

Quadro 6 - Comparação de outros dados económico-sociais entre África do Sul e alguns países/regiões

	Paridades de Poder de Compra (RNB)		Esperança de Vida	Taxa de Mortalidade Infantil (até aos 5 anos)	Taxa de Iliteracia adulta
	Mil milhões de US Dólares (2001)	US Dólares per capita (2001)	Nº de anos (2000)	por mil pessoas (2000)	% das pessoas acima dos 15 anos
Mundo	46 403	7 570	66	78	...
Países com rendimento:					
Baixo	5 134	2 040	59	115	37
Médio	15 235	5 710	69	39	14
Médio-baixo	10 867	5 020	69	42	15
Médio-alto	4 397	8 730	71	30	10
Baixo e médio	20 338	3 930	64	85	25
Alto	26 431	27 680	78	7	. .
Sudeste Asiático e Pacífico	7 383	4 040	69	45	15
Europa e Ásia Central	3 319	6 990	69	25	3
América Latina e Caraíbas	3 704	7 070	70	37	12
Médio Oriente e Norte de África	1 544	5 230	68	54	35
Sul da Ásia	3 176	2 300	62	96	45
África Sub-Saariana	1 094	1 620	47	162	39
África do Sul	411	9 510	48	79	15
Moçambique	18	1 000	42	200	56
Portugal	177	17 270	76	8	8
Espanha	796	20 150	78	6	2

Fonte: Relatório do Banco Mundial 2003.

Assim, podemos concluir que, em termos económicos, a África do Sul pode ser considerado um país de médio rendimento, situando-se contudo, em

termos sociais, numa escala mais baixa. Mas, no que concerne a uma comparação com o continente Africano, nomeadamente em relação à África Sub-Sahariana, a África do Sul é uma potência regional.

Se compararmos os dados económicos da África do Sul com o dos países da SADC[121] (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) a posição de domínio da África do Sul é ainda mais notória.

Quadro 7- Dados básicos dos países da SADC em 1999

País	População	Área	PIBpm	PIB per capita (PPP)	PIB per capita, Atlas	Taxa de Crescimento Real, média anual		
	(milhões)	*mil km2*	*(milhões de USD)*	*(USD)*	*(USD)*	*1980-89*	*1990-94*	*1995-99*
Angola	12,4	1247	5861	632	220	2,62	-5,9	6,8
Botswana	1,6	567	5996	6032	3240	10,6	4,6	4,8
R.D.Congo	49,8	2267	7752	..	130	1,8	-8,6	0,9
Lesotho	2,1	30	874	2058	550	3,6	4,4	3,9
Malawi	10,8	94	1820	581	190	1,7	1	7,3
Maurícias	1,2	2	4233	8652	3590	4,2	5,4	5,2
Moçambique	17,3	784	4169	797	230	0,12	2,6	8,7
Namibia	1,7	823	3075	5369	1890	1,12	4,3	2,8
Seychelles	0,1	0,45	545	10381	6540	2,1	4,8	2,4
África do Sul	42,1	1221	131127	8318	3160	2,2	0,2	2,3
Swazilandia	1	17	1223	4200	1360	6,7	3,8	2,9
Tanzania	32,9	884	8777	478	240	3,93	2,7	3,7
Zambia	9,9	743	3325	686	320	1,4	0,2	1,3
Zimbabwe	11,9	387	5716	2470	520	5,1	2,1	3,1
SADC, total	194,7	9067	184494	24064	9314	3,4	1,5	4
África do Sul em % do total do SADC	21,60%	13,50%	71,10%					

Fonte: LEWIS, J. 2001.

Temos, pois que a África do Sul tendo cerca de 13,5% do total da área do SADC e 21,6% do total da população, representa 71,1% do total do Produto Interno Bruto. Estes números mostram a preponderância do país em relação tanto à região como ao continente. Esta conclusão é igualmente suportada pelos dados apresentados por Campos[122], como podemos ver nos quadros seguintes:

[121] SADC- *Southern African Development Community*, ou Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, composto pelos seguintes países: Angola, Botswana, R. D. Congo, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namibia, Seychelles, África do Sul, Swazilandia, Tanzania, Zambia e Zimbabwe.

[122] Dados relativos a fim da década de 80 (CAMPOS, A. 1996: pag 177-178).

Quadro 8 - Comparação de alguns dados básicos da África do Sul em Relação ao Total da Região da África Austral

Dados	África do Sul em % da África Austral
Produto Interno Bruto	80%
Energia Eléctrica Consumida	80%
Vias Férreas	57%
Estradas Alcatroadas	63%
Veículos Motorizados	82%
Tractores	80%
Produção de Carne	71%
Produção de Trigo	94%
Universidades	70%
Aparelhos de Televisão	90%
Rádios	79%
Jornais	60%

Fonte: CAMPOS, A. (1996).

Quadro 9 - Comparação de alguns dados básicos da África do Sul em relação ao total da África Austral

Dados	África do Sul em % da África Austral
Superfície	4%
População	6%
Produto Nacional Bruto	20%
Produção Industrial	40%
Extracção Mineral	43%
Veículos	48%
Telefones	50%
Electricidade Consumida	60%
Produção de Aço	80%
Produção de Carvão	90%

Fonte: CAMPOS, A. (1996).

Como vimos atrás na evolução histórica da África do Sul, os recursos minerealíferos representam uma das suas principais fontes de riqueza e de financiamento.

Quadro 10 - Reservas Minerais da África do Sul em 2003

Bens	Unidades	Reservas	%	Ranking Mundial
Alumínio (Silicatos de)	Mt	51	37,4	1
Crómio	Mt	5500	72,4	1
Ouro	t	36000	40,7	1
Manganês (minério)	Mt	4400	80,0	1
Vanádio	Kt	12000	44,0	1
Fluorspar	Mt	80	16,4	2
Platina	t	70000	87,8	2
Titânio	Mt	244	27,8	2
Vermiculite	Mt	10	40,0	2
Zircónio	Mt	14	17,4	2
Antimónio	Kt	250	6,4	4
Fosfato (Rocha)	Mt	2500	5,0	4
Urânio	Kt	298	1,6	4
Carvão	Mt	33814	3,7	7
Liga de Ferro	Kt	3000	2,1	7
Ferro	Mt	1500	0,9	11
Cobre	Mt	13	2,0	14
Prata	kt	10	–	–
Zinco	Mt	15	3,3	–

Notas Mt=megatoneladas, Kt=kilotoneladas, t=toneladas

Fonte: Minerals Bureau of South Africa, in SA Yearbook 2004/05.

Quadro 11 - Produção Mineral da África do Sul em 2003

Bens	Unidades	Produção	%	Ranking Mundial
Crómio	kt	7405	49,0	1
Ferrocrómio	kt	2813	46,0	1
Ouro	t	373	16,4	1
Manganês (minério)	kt	3501	14,8	1
Platina	kg	266150	57,3	1
Vanádio	kt	27	41,0	1
Vermiculite	kt	183	41,3	1
Alumínio (Silicatos de)	kt	165	29,8	2
Ferromanganês	kt	843	10,2	2
Antimónio	t	5291	5,4	3
Carvão	Mt	239	4,7	5
Diamantes	k car	11914	9,1	5
Ferrosilicone	kt	184	8,9	5
Ferro	Mt	38	3,5	7
Silicone (metal)	kt	49	4,9	7
Níquel	kt	41	3,3	9
Urânio	t	758	2,1	10
Liga de Ferro	kt	4	1,3	12
Cobre	kt	121	0,9	15
Prata	t	80	0,4	20

Notas Mt=megatoneladas, Kt=kilotoneladas, t=toneladas

Fonte: Minerals Bureau of South Africa, in SA Yearbook 2004/05.

Desta forma, podemos inferir a importância que a África do Sul representa no que concerne à produção de minérios estratégicos.

2.1.3.2 Sociedade Dual

Em termos gerais, a economia sul-africana pode ser considerada uma economia de mercado[123], com um sector privado bem desenvolvido e uma capacidade industrial das mais desenvolvidas do continente africano[124].

Embora a África do Sul tenha um rendimento per capita e um Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, quando comparado com os países africanos, que lhe permite estar classificada entre os países Rendimento Médio[125], estes indicadores escondem um dualismo elevado. Assim, em 1992, mesmo antes do fim do Apartheid, enquanto a população negra era considerada muito pobre, em grande parte em consequência do Apartheid, a população branca estaria posicionada no topo da lista do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[126]. Em 2005, o IDH já coloca a África do Sul na 120ª posição, e mesmo quando comparamos com Moçambique, que tem uma posição inferior (168ª posição), este país tem um nível de desigualdade inferior, com um Índice de Gini[127] mais baixo.

Quadro 12 - Desigualdade no rendimento ou no consumo

	Parcela do rendimento ou consumo(%)				Medidas de desigualdade		
	10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	10% mais ricos para 10% mais pobres	20% mais ricos para 20% mais pobres	Índice de Gini
África do Sul	1,4	3,5	62,2	44,7	33,1	17,9	57,9
Moçambique	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6

Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano, 2005.

Assim, mais do que a existência de uma economia "dupla", a África do Sul caracteriza-se por ter duas sociedades numa[128].

---

123 World Bank 1999.

124 World Bank 1999.

125 Por exemplo, em 1992, o ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para a África do Sul colocava-a na 86ª posição entre 173 países, junto a outros países rendimento médio como o Sri Lanka, o Botswana, e o Peru (World Bank 1999).

126 Segundo o Banco Mundial, se diferenciarmos a população sul-africana por raças, verificamos este dualismo, pois enquanto os brancos sul-africanos estariam na 18ª posição, juntamente com a Nova Zelândia, os negros sul-africanos situar-se-iam na 118ª posição, conjuntamente com países como o Vietname, Bolívia e Lesoto (World Bank, 1999).

127 No Índice de Gini um valor igual a 0 representa igualdade perfeita, enquanto igual a 100 representa desigualdade perfeita.

128 Para maior detalhe ver Quadro 2.

Num extremo temos a "sociedade branca", que conta aproximadamente com 9.6% da população (cerca de 4,2 milhões de pessoas), que vivem num padrão próximo do chamado "primeiro mundo", todos têm electricidade, água corrente, condições de higiene e sanitários nas suas casas, dois em cada três pessoas têm um grau de ensino superior, as taxas de mortalidade infantil são baixas e a pobreza é mínima ou inexistente.

Noutro extremo, temos uma outra sociedade que compreende aproximadamente 53% da população (25 milhões de pessoas), cerca de dois terços dos negros sul-africanos, e em que menos de metade não terminou a escola primária, cerca de um terço das crianças sofrem de má nutrição, apenas um quarto das casas têm electricidade e água corrente, e menos de um quinto das pessoas têm condições sanitárias e de higiene consideradas adequadas.

Esta situação resulta, em grande parte, da grave crise de desemprego que grassa na África do Sul. Estima-se que a taxa de desemprego ronde os 28% da população activa, sendo uma das mais elevadas do mundo. Esta situação é tanto mais grave se, tivermos em conta que, a persistência de um elevado nível de desemprego por um longo período, contribui para potenciar o clima de instabilidade política e social existente no país. Outra consequência grave do elevado desemprego no país prende-se com o crescendo de crime e violência.

Este clima de instabilidade social não é benéfico para o investimento, e assistiu-se à saída de alguma população branca do país, com boas qualificações, bem como de alguns investimentos importantes.

No que respeita à população negra, esta mudança de regime trouxe um clima de confiança e esperança na melhoria das suas condições de vida. Todavia, a necessidade que o novo governo sentiu de que esta transição fosse efectuada de forma gradual, de forma a manter uma estabilidade económica e social no país e, consequentemente, garantir aos investidores externos a sustentabilidade da nova governação, implicou vários compromissos que nem sempre a população mais desfavorecida conseguiu compreender.

2.1.3.3 Política Macroeconómica

Em 1994, o novo governo, movimentou-se rapidamente para resolver alguns dos problemas económicos, nomeadamente os que influenciavam a credibilidade externa. Assim, deu ênfase à resolução dos problemas relacionados com o crescimento do PIB, da taxa de inflação, e do défice orçamental. A política macroeconómica focalizou-se no estabelecimento de uma postura fiscal credível e prudente.

Em relação ao comércio externo, estabeleceu-se uma negociação com a Organização Mundial de Comércio para se proceder a uma liberalização das trocas comerciais, assente num processo faseado de longo prazo. No que respeita à política cambial, programou-se o fim do controlo da taxa de câmbio.

Como foi referido, o governo sul-africano saído das eleições de 1994, resistiu à tentação de efectuar uma mudança radical, de forma a acabar com as desigualdades sociais existentes, optando pela redistribuição de rendimentos via orçamento do Estado. Neste processo de transição, a África do Sul realizou um trabalho notável[129] com o objectivo de estabilizar a economia e reafirmar a importância de um crescimento económico elevado mas sustentado. Para as novas autoridades sul-africanas, era mais importante criar condições de sustentabilidade de longo prazo, do que praticar políticas de redistribuição de rendimento, mas que trariam um desequilíbrio nas variáveis macroeconómicas. Assim, houve a preocupação de consolidar as finanças públicas, controlar a inflação, baixar as taxas de juro reais, e melhorar os desequilíbrios externos.

Além disso, numa óptica de integração nas organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial de Comércio (OMC), a economia foi exposta à forte competição internacional em consequência da liberalização e desregulamentação do comércio internacional. Em consequência, a taxa média do crescimento económico no

[129] Segundo o Banco Mundial (1999) e FMI (2004c).

período pós-Apartheid mais do que duplicou em relação ao período anterior, atingindo valores próximos dos 3%.

Quadro 13 - África do Sul, Fontes do Crescimento Económico, 1980-2003 (médias anuais, em pontos percentuais)

	1980-1994	1995-2003	1980-2003
Crescimento Real do PIB (média anual, %)	1,2	2,7	1,8
Factor Trabalho (incluindo o sector informal)	0,7	0,9	0,8
Factor Capital	0,9	0,6	0,8
Factor Produtividade Total	-0,5	1,2	0,2

Fonte: FMI 2004c.

Em termos gerais, podemos apontar uma melhoria verificada em muitos indicadores sociais, que não foi mais pronunciada devido à incidência da epidemia do vírus HIV/SIDA, que aumentou os problemas sociais entre a população afectada.

As projecções para o curto-prazo na África do Sul sugerem uma melhoria da actividade económica, a manutenção de taxas de juro baixas, e uma expansão orçamental sustentada para os anos económicos de 2004/05, assente numa previsão de crescimento económico de 2,6% em 2004 e 3,3% em 2005[130]. Estas estimativas baseiam-se na evolução positiva dos indicadores mais recentes sobre as Vendas no Comércio a Retalho, nos indicadores de Confiança dos Consumidores e nos índices de volume de negócios e de produção da Indústria Transformadora.

Os riscos principais, no entender das autoridades nacionais e organizações internacionais, prendem-se com o elevado crescimento dos custos salariais, na ordem dos 8 a 9%, e do potencial risco do crescimento do preço internacional do petróleo[131].

[130] FMI 2004d.

[131] Segundo o FMI e o Banco Central da África do Sul um aumento de 10 USD no barril do petróleo tem um impacto de 0,7 pontos percentuais na taxa de inflação e de 0,2 pontos percentuais na redução do crescimento económico. (FMI 2004c).

Quadro 14 - Alguns Indicadores Económicos e Financeiros da África do Sul (taxa de variação homóloga, em %)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004 e	2005 p
PIB real	2,0	3,5	2,7	3,6	1,9	2,6	3,3
PIB real, per capita	-0,2	2,0	0,7	1,5	-0,3	0,7	1,4
Taxa de Inflação (média do período)	6,9	7,8	6,6	9,3	6,8	5,2	5,6
Taxa de Desemprego	23,3	25,8	29,5	30,5	28,2	28,0	28,0
Remunerações Médias (exc. agricultura)	9,4	9,2	8,8	10,2	7,7	7,5	7,1
Produtividade do Trabalho	4,2	6,3	4,7	3,4	3,9	4,1	4,8
Custos Unitários do Trabalho, nominal	2,9	2,7	4,2	6,0	5,0	3,4	2,3
Exportações de Bens e Serviços, volume	1,7	8,9	2,7	-0,8	-0,5	1,2	5,0
Importações de Bens e Serviços, volume	-7,5	7,1	0,2	3,4	9,7	8,3	5,8
Termos de Troca	-3,0	-1,9	0,1	2,4	4,6	-1,4	0,3
Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	-10,9	-5,9	-15,0	-21,7	25,1	...	...
Taxa de Câmbio Efectiva Real	-5,8	-1,3	-8,9	-9,9	25,0	...	...

Notas: e- estimativa; p- previsão

Fonte: FMI 2004d.

Podemos verificar que, dez anos após a mudança de regime, grande parte do esforço de consolidação e estabilização já foi efectuado. Actualmente, a economia sul-africana enfrenta um grande desafio, que é a necessidade de reduzir a taxa de desemprego e a pobreza. É pois natural que muitas iniciativas do actual governo tenham como objectivo impulsionar a produtividade e a melhoria das qualificações dos trabalhadores sul-africanos, simultaneamente põem em prática iniciativas de atracção de investimento externo, programas de liberalização do comércio e privatizações.

Em termos prospectivos, algumas organizações internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, consideraram que os principais desafios da economia sul-africana passam por manter um elevado crescimento económico e simultaneamente combater o desemprego, e para isso, aconselharam as autoridades sul-africanas a seguir uma política de controlo da inflação, gestão cuidada das reservas internacionais, e política fiscal sustentada. Por outro lado, sugerem também o estabelecimento de estratégias de consenso com a restante sociedade civil, que permitam efectuar

as reformas económicas e sociais, nomeadamente no mercado de trabalho, e assim dar os passos necessários para o desenvolvimento do país.

Taxa de Inflação

O controlo da taxa de inflação é fundamental para a manutenção de taxas de juro baixas, e assim propiciar a estabilidade financeira, o crescimento económico e também para permitir a competitividade internacional dos seus produtos. A este nível, o Banco Central tem tido uma actuação muito interveniente, com a prossecução de objectivos bem delineados, procurando obter, num médio prazo, uma taxa de inflação que se situe num intervalo entre os 3% e os 6%.

As causas para a manutenção da taxa de inflação num nível mais elevado, nos anos mais recentes (2002/04) são diversas:

- Em primeiro lugar, está o relacionado com o dinamismo da procura interna em simultâneo com uma política monetária expansionista.
- A segunda razão tem a ver com os efeitos da apreciação do Rand, que ao princípio ajudou ao combate à inflação, tem levado, actualmente, a um efeito de inflação importada.
- Por fim, o desenvolvimento do mercado imobiliário, com os preços das casas a crescer 35% entre Janeiro de 2003 e Junho de 2004[132] contribuíram para uma maior pressão sobre os preços[133].

Desequilíbrio externo

Na economia sul-africana subsistem alguns problemas de desequilíbrio externo da economia, o que tem levado a uma redução significativa das reservas internacionais. Contudo, a condução da política monetária por parte

[132] FMI 2004d.

[133] O aumento dos preços das casas pode, também, ser visto como um factor positivo, na medida em que pode significar uma melhoria das condições de vida dos sul-africanos. Contudo, traz consigo algumas preocupações, nomeadamente, tendo em conta o elevado nível de endividamento das famílias. Na verdade, um aumento das taxas de juro pode levar a estrangulamentos na capacidade de pagamento das famílias.

do Banco Central, com o apoio das organizações internacionais, tem sido permissiva em relação a esta situação, pois considera mais importante a manutenção de uma política de apreciação cambial, com o objectivo de conter a inflação, e deixar que os mecanismos de mercado funcionem, do que intervir no mercado, no sentido de uma depreciação da moeda, o que, na sua óptica, poderia ter repercussões mais graves na economia. É importante realçar que o nível de endividamento externo da economia sul-africana, de médio e longo prazo, mantém-se num nível relativamente baixo, situando-se em 2004 na ordem dos 10% do PIB[134].

Política Fiscal

A política fiscal praticada nos últimos anos tem sido caracterizada pela adopção de políticas prudentes conjuntamente com a aplicação de reformas estruturais no orçamento. Assim, as autoridades têm-se dedicado a manter o défice orçamental reduzido, à administração eficaz dos impostos e ao controlo apertado da despesa. Todas estas medidas têm permitido não só reduzir a Dívida Pública, como manter a credibilidade externa do país.

Quanto aos dados mais recentes apontam para um crescimento no nível da despesa, devido ao aumento das despesas sociais para fazer face aos problemas sociais que grassam no país, nomeadamente a SIDA, e também devido ao crescimento das despesas de investimento, com destaque na aposta do governo sul-africano na melhoria das infra-estruturas.

Estima-se que o défice orçamental para o ano económico de 2004/05 se situe nos 3,1% (em % do PIB), após o valor de 2,4% em 2003/04, prevendo-se que só baixará para níveis inferiores a 3% do PIB em 2006/07. O FMI tem expressado as suas preocupações com o crescimento do défice orçamental previsto, nomeadamente devido às pressões inflacionistas que pode provocar e a possibilidade de subida da taxa de juro[135].

---

[134] FMI 2004d e SARB 2004.
[135] FMI 2004d.

Situação Monetária

A situação monetária da economia sul-africana apresenta-se em níveis saudáveis como apontam os indicadores mais recentes. Os dados do sector bancário mostram que estes se encontram com uma capitalização adequada e com bons rácios de solvabilidade, os créditos de cobrança duvidosa são baixos[136] e a exposição externa dos seus capitais é reduzida.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho, como foi referido[137], é um dos problemas mais graves da economia sul-africana, constituindo um dos maiores impedimentos à redução da pobreza. A taxa de desemprego elevada é resultado de inúmeros factores, estando o principal relacionado com a falta de habilitações de uma grande parte da população negra. Esta falta de habilitações é uma das consequências do Apartheid, que ao discriminar, em termos educativos, entre "raças" e etnias fez com que a população negra não acedesse ao mesmo nível de habilitações e conhecimentos que a população branca. Naturalmente que, a principal razão desta discriminação se prendia com a necessidade da população branca, minoritária no país, garantir os melhores e mais bem remunerados empregos. O resultado desta política é visível, assim, a população negra tem pouca capacidade de competir pelos empregos necessários ao país, e enquanto não se procede a uma re-qualificação desta população, torna-se extremamente difícil a sua integração no mercado de trabalho.

Por outro lado, o mercado de trabalho sofre de uma rigidez institucional, o que, em simultâneo com os elevados custos deste factor de produção, comparativamente com os custos do capital, constitui um factor suplementar para as dificuldades sentidas.

---

[136] Representam apenas 2% do total de créditos (SARB 2004).
[137] Ver Ponto 2.1.3.2 Sociedade Dual.

A taxa de desemprego, nos anos 2004 e 2005, é de cerca de 28%, mas se incluirmos os trabalhadores "desencorajados"[138] o valor da taxa de desemprego atinge os 40% da população activa, um número elevado e que tem um impacto negativo tanto em termos sociais como económicos[139].

O governo sul-africano criou um programa de formação profissional[140] com o objectivo de melhorar as habilitações dos trabalhadores. Porém, este programa ao ser financiado por uma taxa que é aplicada aos trabalhadores activos aumentou os custos salariais e desincentivou, assim, a criação de novas ofertas de trabalho. Também, o facto deste programa se destinar, primordialmente, aos trabalhadores empregados não alterou a situação dos desempregados, que são, naturalmente, os que têm mais dificuldade em encontrar emprego.

O sistema de contratação colectiva na África do Sul é relativamente centralizado. Os sindicatos ainda têm um peso substancial, tendo a adesão destes trabalhadores vindo do tempo da luta contra o Apartheid, e, por isso, grande parte das negociações do trabalho e das remunerações são efectuadas entre as estruturas sindicais e as empresariais. Em geral, os acordos são efectuados com as grandes empresas do sector e depois são alargados para as restantes, pequenas e médias empresas, que são a maioria das empresas do país e que absorvem a maior percentagem de trabalhadores.

Algumas instituições, como o FMI, consideram que a existência de salário mínimo e de alguma rigidez nos contratos de trabalho são impedimentos à melhoria mais substancial do mercado de trabalho. Esta posição do Fundo Monetário Internacional deve ser vista à luz das posições de ortodoxia económica tomadas pela instituição em outros países, não considerando muitas vezes as especificidades do mercado nem do país em questão.

---

[138] Trabalhadores desempregados que praticamente desistiram de procurar emprego devido à dificuldade de o encontrarem.

[139] O governo sul-africano tem como objectivo reduzir a taxa de desemprego para metade até ao ano 2014 (FMI 2004d).

[140] *Skills Development Program*.

Política Comercial e Industrial

A África do Sul encontra-se empenhada na liberalização do comércio, no âmbito dos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC), tendo-se empenhado activamente na Ronda de Doha, nomeadamente na procura da diminuição ou extinção dos subsídios agrícolas por parte da União Europeia e dos Estados Unidos. Neste momento, encontra-se a negociar acordos bilaterais com diversos países do mundo para a diminuição das tarifas aduaneiras.

Quadro 15 - Tarifas Aduaneiras da África do Sul

	1990	1996	1999
Nº de Tarifas aplicadas	12500	8250	7743
N.º de Taxas diferentes	200	49	47
Taxa Mínima	0	0	0
Taxa Máxima	1389	61	55
Taxa Média (sem poderação)	27,5	9,5	7,1

Fontes: 1990 e 1996, Tsikata (1999a); 1999, TRAINS Database (2000) em Lewis, Jeffrey D. (2001).

A liberalização do comércio foi uma das reformas estruturais mais importantes empreendidas pelas autoridades sul-africanas. Sendo considerada uma das principais causas do crescimento do factor de produtividade total[141], tendo ajudado também à melhoria dos indicadores de inflação, e levado à redução dos custos e, desta forma, à competitividade dos produtos sul-africanos.

[141] Ver Quadro 13.

Quadro 16 - Estrutura Sectorial das Tarifas Sul-Africanas

Sector	Taxa Média (ponderada)	Taxa Média (não ponderada)	Taxa Mínima	Taxa Máxima
Todos	3,9	7,3	0,0	55,0
Sector Mineiro	0,1	1,4	0,0	15,0
Agricultura	1,8	4,6	0,0	35,0
Indústria Transformadora	4,4	7,5	0,0	55,0
Alimentação, Bebidas e Tabaco	4,2	11,8	0,0	55,0
Têxteis, Vestuário e Calçado	10,4	18,4	0,0	50,0
Madeira e Produtos Derivados	8,1	10,3	0,0	30,0
Papel e Produtos Derivados	7,0	7,3	0,0	22,0
Químicos	4,2	5,5	0,0	40,0
Minerais Não Metálicos	6,6	7,4	0,0	30,0
Metais Básicos	4,1	4,5	0,0	15,0
Produtos Metálicos e Equipamento	3,8	5,1	0,0	54,0
Outros	4,7	8,3	0,0	30,0

Fonte: TRAINS Database (2000) em Lewis, Jeffrey D. (2001).

No contexto da África Austral, também tem-se desenvolvido algumas políticas de redução das tarifas aduaneiras no âmbito do SACU[142] e do SADC, que inclusive pretende criar uma Zona de Comércio Livre em 2008[143].

Em termos de política industrial tem sido considerado um avanço substancial a aplicação do Programa de Desenvolvimento da Indústria do Motor[144] iniciado em 1995. Este programa tem tido algum sucesso na medida em que tem melhorado os índices de exportação da indústria de motores automóveis e registado ganhos em termos de emprego no sector.

Reforma no Sector Público e Privatizações

Um dos problemas apontados à economia sul-africana prende-se com a ineficiência do Sector Público e das Empresas Públicas ou Para-Estatais. As autoridades Sul-Africanas têm tentado determinar as causas dessas ineficiências e criar programas próprios para melhorar a eficiência. Por outro lado, o governo tem efectuado um programa de privatizações, ainda incipiente, mas que pretende abranger os sectores de telecomunicações e electricidade.

---

142 *Southern African Customs Union* composto por: África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia.

143 Para os produtos mais sensíveis este prazo é alargado para 2012.

144 Motor Industry Development Program, este programa permite aos produtores nacionais ganhos em termos de créditos aduaneiros quando exportam motores ou componentes de veículos automóveis.

2.1.4 Questões Sociais

2.1.4.1. O Vírus HIV/SIDA

A epidemia do vírus HIV/SIDA tem sido um dos maiores problemas da economia sul-africana. Segundo os dados do departamento de Saúde da África do Sul, estima-se que estejam infectados com o vírus da SIDA 6,29 milhões de sul-africanos, aproximadamente 15% da população[145]. Os dados relativos à incidência do vírus em mulheres grávidas dão-nos um retrato ainda mais dramático, cerca de 29,5% estão infectadas, e em algumas províncias, como o Kwazulu-Natal, estes valores atingem 40,7%.

Quadro 17 - Prevalência do vírus da Sida sobre as mulheres grávidas
(em % do total)

Províncias	2000	2001	2002	2003	2004
KwaZulu-Natal	36,2	33,5	36,5	37,5	40,7
Gauteng	29,4	29,8	31,6	29,6	33,1
Mpumalanga	29,7	29,2	28,6	32,6	30,8
Free State	27,9	30,1	28,8	30,1	29,5
Eastern Cape	20,2	21,7	23,6	27,1	28,0
North West	22,9	25,2	26,2	29,9	26,7
Limpopo	13,2	14,5	15,6	17,5	19,3
Northern Cape	11,2	15,9	15,1	16,7	17,6
Western Cape	8,7	8,6	12,4	13,1	15,4
Total Nacional	24,5	24,8	26,5	27,9	29,5

Fonte: Departamento de Saúde da África do Sul, em http://www.avert.org/safricastats.htm

Os estudos mais recentes[146] apontam para as graves implicações do vírus da SIDA, tanto em termos económicos como sociais.

Estes estudos partem de alguns factos considerados comuns a estas situações. Assim:

- O vírus da SIDA tende a atingir, primordialmente, a população jovem compreendida entre os 25 e os 45 anos de idade. O que se traduz num efeito negativo na esperança de vida, no crescimento da população, e na população activa (necessária para a

[145] Segundo o estudo anterior, datado de 2002, cerca de 11,4% da população com mais de 2 anos estava infectado pelo vírus da SIDA (The Nelson Mandela Study, 2002).

[146] Banco Mundial 2000 e FMI 2004d.

sustentabilidade da segurança social, dos cuidados dos inactivos e dos doentes).

- Os efeitos do vírus têm uma progressão lenta, isto é, um portador do vírus pode viver cerca de 8 a 10 anos, e nesse período contagiar muitas pessoas. O que também implica que os efeitos na economia e na sociedade só serão mais visíveis entre os anos de 2010-2015.
- O grupo dos trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados têm um grau de incidência superior do vírus.

Com estes dados, podemos avaliar o impacto do vírus na economia subdividindo entre os efeitos nas empresas, na administração pública e nas famílias.

Para as empresas, os efeitos provêm de um aumento dos custos por via dos seguros de saúde, do aumento do absentismo e da diminuição da mão-de-obra.

Para a administração pública, os efeitos negativos devem-se ao crescimento das despesas sociais e de saúde, à diminuição das receitas fiscais com a redução da produção devido à diminuição da força de trabalho e, finalmente, ao aumento das transferências para as famílias por questões sociais.

Para as famílias, há um forte aumento das despesas em saúde e perdas de rendimento em consequência da redução da população empregada.

Assim, podemos concluir que o vírus afecta o crescimento da população, a produtividade do trabalho e dos factores produtivos. Também, incrementa as despesas públicas[147] e altera a composição das despesas das famílias, com a diminuição da poupança e do aumenta das despesas em saúde.

Os dados sobre a incidência do vírus da SIDA na população sul-africana, levam o FMI a estimar que em caso de forte propagação sem melhorias em termos de saúde pública, cerca de 5 a 7 milhões de pessoas poderão morrer

[147] Banco Mundial 2000.

com esta epidemia, ou seja, cerca de 10 a 15% da população actual da África do Sul.

Se, a estes números, acrescentarmos os efeitos em termos de saúde, da despesa pública[148], da produtividade do trabalho, então prevê-se um menor crescimento económico para os próximos anos.

O Banco Mundial estima que, até 2010, o crescimento económico se reduzirá entre 0,5 a 2,6 pontos percentuais[149] devido aos efeitos directos e indirectos do vírus da SIDA. Outros estudos mais recentes apontam para um impacto mais pronunciado do vírus da SIDA.

Em termos de despesa pública o efeito da doença também tem sido elevado. Por exemplo, no orçamento do Estado de 2003/04, as despesas em Saúde cresceram 0,2% do PIB com o objectivo de colmatar os problemas gerados pela doença[150], ascendendo a despesa total, relacionada com a luta contra o vírus da SIDA, a cerca de 0,8% do PIB.

O governo sul-africano resolveu aplicar unilateralmente uma política de produção e comercialização de medicamentos retro virais[151], à revelia das multinacionais farmacêuticas. Esta decisão levou a uma redução dos custos por paciente, que antes rondavam os 50 mil Rands para um valor entre 4 a 10 mil Rands[152]. Neste momento, segundo dados do departamento de Saúde, apenas 20 mil doentes recebem esse tipo de tratamento, mas o governo espera alargar este número para os cerca de 400 a 500 mil doentes infectados, e estima-se que este número aumente para os 1,2 milhões de sul-africanos num

---

148 Segundo o FMI a despesa pública do Estado Sul-Africano em Saúde e combate à epidemia rondam os 1,5% do PIB.

149 Estima-se que 2008 seja o ano em que os efeitos do vírus da SIDA será o mais elevado, tendo em conta a prevalência do vírus (Banco Mundial 2000).

150 Segundo o FMI, a despesa era na ordem dos 30 milhões de Rands em 1994/5 passando para mil milhões de Rands em 2002/3 (cerca de 0,1% do PIB) e duplicando em 2003/4 (dois mil milhões de Rands, ou cerca de 0,2% do PIB).

151 Não existindo ainda vacinas contra a SIDA, os medicamentos retro virais são considerados os que de alguma forma melhor combatem o vírus.

152 FMI 2004d.

prazo de 5 anos, implicando um forte aumento nos gastos de saúde do Estado[153].

2.1.4.2. Reforma para um Poder Económico Negro *(Black Economic Empowerment Strategy)*

Uma das estratégias seguidas pelas autoridades sul-africanas passou pela reforma do sistema económico de forma a fomentar a criação de uma classe empresarial e de trabalhadores qualificados negros, bem como incrementar a sua presença nos centros de decisão político e económico.

Em Março de 2003, o governo lançou a chamada "Estratégia para um poder económico negro", com o objectivo de fomentar a investigação e desenvolvimento, a igualdade de oportunidades no emprego e o desenvolvimento de empresas sob controlo da população negra, que também supôs o incentivo ao investimento.

A estratégia adoptada pelo governo passou pelo envolvimento de diversas associações empresariais e sindicais de forma a incentivar a transferência de recursos para a população negra, promovendo a sua participação na gestão e administração das empresas. Por exemplo, as autoridades sul-africanas afectaram cerca de 1% do PIB, num período de quatro anos, iniciado em 2003/04, financiando projectos que tinham esse objectivo, e, mais do que uma redução de impostos ou a aplicação de benefícios fiscais, apostou-se na transferência de recursos em favor dos que pretendessem implementar projectos de reforço de uma classe empresarial negra, fomentando a competitividade do sector empresarial sul-africano.

[153] O FMI estima que o custo em medicamentos retro virais atinja cerca de 0,3% do PIB em 2007/8, contra os cerca de 4% do PIB, caso a África do Sul não tivesse aplicado unilateralmente a política de não pagamento dos direitos de utilização às empresas farmaceúticas. (FMI 2004d).

2.1.4.3. Reforma da Posse da Terra

A reforma da posse da terra é considerada um dos factores mais importantes para manter a estabilidade social, para reduzir o desemprego e a pobreza das zonas rurais.

Mas, esta reforma é considerado um dos passos que contém mais dificuldades de implementação, e que pode constituir um dos principais obstáculos ao desenvolvimento.

A necessidade desta reforma é por demais evidente, quando cerca de 87% da terra é detida pela população branca (representando menos de 10% da população total) e 13% pela restante população sul-africana, sendo esta uma das heranças do sistema de Apartheid.

Antecedentes

Um dos mais antigos pilares da discriminação racial surgiu em 1913, com o *Black Land Act* que repartiu a terra pela população branca e negra. À população branca foi-lhe atribuída a maior parte da área existente, enquanto que a população negra ficava restringida a pequena parcela e, em geral, de baixa qualidade e sem recursos hídricos[154].

Em 1936, surge uma segunda lei, *Black Trust and Land Act*, que confirmava a lei anterior e afectava apenas 13% da terra à população negra, que era então cerca de 80% do total.

De 1960 a 1983, cerca de 475 mil negros sul-africanos migraram das zonas rurais, onde trabalhavam ou tinham terras, para as *homelands*, (conhecidos por *Bantustões)* ou mesmo para as cidades[155].

A re-alocação desta população foi efectuada com muita violência, e o país ainda sofre em consequência desses actos. Neste momento, estima-se que cerca de 32% da população ainda viva nessa área.

Como se pode compreender, estas terras ainda se encontram sobre-utilizadas e como não conseguem "alimentar" toda a população envolvente

[154] VILLIERS, B. 2003.
[155] VILLIERS, B. 2003 e DEININGER, K. e MAY, J. 2000.

leva a um aumento da deslocação das pessoas para as cidades, fazendo aumentar aí a taxa de desemprego, a pobreza e a violência.

Desta forma, o sector agrícola, tornou-se um sector dualista, coexistindo vastas extensões de terras sob posse da população branca muito mecanizadas e bem estruturadas, com pequenas extensões de terra sobrepovoadas com a população negra numa agricultura tradicional.

Sem estratégia de produção, a população negra limitou-se a tentar sobreviver, utilizando os escassos recursos naturais existentes, quase sempre complementados com remessas de familiares que trabalhavam em outros sectores de actividade. Enquanto, nas fazendas brancas, os recursos naturais eram abundantes e os proprietários tinham como objectivo, definido pelas autoridades nacionais, tentar ganhar auto-suficiência em termos de produção agrícola, usando para isso técnicas de produção de elevada tecnicidade.

O impacto desta distorção produtiva levou a que o país se tenha especializado numa produção assente na baixa utilização do trabalho[156], em vez de uma produção intensiva em trabalho com elevado valor acrescentado e com forte componente de exportação.

Reforma da Terra

Em 1993, ainda antes da eleições multipartidárias, Frederik de Klerk aboliu as Leis da Posse de Terra, e criou uma Comissão de Re-afectação da Terra[157] que tinha como objectivo verificar se a terra que estava na posse do Estado tinha sido adquirida de forma legal ou devido à leis de Apartheid existentes e proceder à devolução das terras após a reclamação dos proprietários, da análise detalhada do processo e da história da terra em questão. Em três anos, esta comissão recebeu cerca de 300 reclamações cobrindo cerca de um milhão de hectares[158]. A Constituição interina que

[156] Por exemplo na produção de Trigo.
[157] *Comission on Lands Allocation*.
[158] DEININGER, K. e MAY, J. 2000.

entrou em vigor em 1993 deu corpo legal à restituição da terra a esta população que tinha sido espoliada.

A política da reforma da terra do primeiro governo multiracial compreendeu três elementos, a saber: reforma da posse da terra, redistribuição e restituição.

Actualmente, o programa da reforma da terra é baseado num princípio de mercado, em que o Estado adquire a terra para redistribuir pela população negra. A expropriação apenas acontece em alguns casos especiais e em circunstâncias limitadas. O objectivo fixado para este programa compreende um espaço temporal alargado, tendo sido fixado o ano de 2015, prevendo-se que então a população negra detenha já 30% da terra do país.

A reforma da terra é um dos pontos mais sensíveis de toda a política sul-africana, tendo em conta que do sucesso deste programa depende o sucesso de toda uma mudança estrutural que os novos dirigentes pretendem tranquila[159]. Os dados mais recentes apontam para um processo muito lento em que apenas 3% da terra tinha sido distribuído até final de 2004[160].

Reforma da Posse da Terra

A reforma da posse de terra teve como objectivo enquadrar os direitos dos trabalhadores e da população negra nas fazendas comunais e nos *homelands.* As estimativas das autoridades apontavam para que cerca de quatro milhões de pessoas poderiam beneficiar desta reforma, tendo em conta que esta visava uma reestruturação legal, que actualizava os direitos sobre a terra e, que, assim, estimularia o investimento e o seu melhor aproveitamento[161]. Devido à complexidade das questões em causa, o governo decidiu que a execução da reforma passava, numa primeira fase, por criar uma série de projectos-piloto e pela análise caso a caso em cada província.

[159] O primeiro caso de expropriação de terra foi deliberado a 22 de Setembro de 2005, pelo Tribunal de Reclamações de Terra, devido ao facto do proprietário pretender uma indemnização superior ao concedido pelas autoridades. Mesmo assim o proprietário irá receber cerca de 1,75 milhões de Rands.

[160] FMI 2004d.

[161] DEININGER, K. e MAY, J. 2000.

Esta decisão levou a que a reforma se tornasse um processo lento, mas, mesmo assim, necessário tendo em conta a complexidade da situação e possibilidade de aproveitamento por parte de alguns fazendeiros negros.

Em termos legislativos esta reforma assenta, fundamentalmente, em duas leis: Lei da Reforma da Terra (Posse da Terra) de 1996[162] e a extensão dessa lei de 1997[163]. Assim, a posse da terra passa a ter expressão legal e permite ao proprietário e à sua família o uso da terra que detinham até ao dia 2 de Junho de 1995. As garantias permitem que o proprietário garanta a posse não só da terra, como da casa e dos recursos existentes, que apenas pode ser retirado por ordem do Tribunal das Reclamações da Terra (*Land Claims Court*)

Em 2001, foi realizada uma conferência nacional com o objectivo de debater todos os problemas desta reforma e foram tomadas diversas resoluções no sentido de tentar equilibrar os direitos individuais e comunitários, em consonância com o que diz a lei e a tradição, de verificar as necessidades locais e determinava a relação entre os líderes tradicionais e os diversos níveis de governação.

Redistribuição da Terra

A redistribuição destinava-se ajudar os indivíduos que, não estando abrangidos pela lei anterior, ainda assim pretendessem terra para cultivar.

Os alvos principais desta reforma eram os agricultores negros que, não tendo recursos, pretendiam investir numa produção agrícola que fosse comercialmente lucrativa e que não diminuísse a produção efectuada pelos fazendeiros brancos. O Estado ajudava na compra da terra aos fazendeiros brancos para redistribuí-la pela população negra que pretendia enveredar pela produção agrícola.

No âmbito deste programa cerca de um milhão de hectares foi redistribuído entre 1994 e 2001[164], e o governo afectou 16 milhões de Rands[165]

---

[162] *Land Reform (Labour Tenants) Act 3 of 1996 ('the Labour Tenants Act'*).
[163] *Extension of Security of Tenure Act 62 of 1997 ('the Extension Act')*
[164] DEININGER, K. e MAY, J. 2000.
[165] DEININGER, K. e MAY, J. 2000.

para a compra de terra, uma quantia ainda reduzida tendo em conta o objectivo tão ambicioso.

Mas este programa tem sido alvo de diversas críticas tendo em conta a morosidade do processo, pois apenas 1,2% da terra foram redistribuídas enquanto o objectivo definido é de 30% para 2015. É de realçar, que, para atingir este objectivo, o Estado terá que incrementar a despesa orçamental, que neste momento ronda os 0,1% do PIB sul-africano. Têm surgido outras críticas à implementação deste projecto:

- Por levar a uma queda da produção agrícola[166].
- Por ser um projecto dirigido à comunidade negra.
- E, por não reduzir a pobreza rural.

Restituição da Terra

A restituição, o terceiro pilar da reforma da terra, tem como objectivo restituir à população negra as terras que lhes tinham sido retiradas indevidamente em virtude das leis de posse de terra na época do Apartheid.

O enquadramento legal é a Lei de Restituição da Terra de 1994[167], e assenta nas reclamações das pessoas, posteriormente verificada pelo Tribunal de Reclamações, cujo princípio subjacente é que todas as comunidades ou pessoas individuais podem reclamar pela restituição de terra que tenha sido expropriada pelas leis raciais aplicadas após 1913. É importante frisar que só tinham direito à restituição as pessoas que pudessem provar a posse terra antes de 1913, e que fizeram a sua reclamação até Dezembro de 1998. Até essa data foram recebidas cerca de 63 mil reclamações, podendo beneficiar cerca de 600 mil pessoas.

Até 2000, só cerca de 40 mil processos tinham sido analisados, e destes apenas 1% dos casos foram resolvidos com sucesso[168]. Por outro lado, a maior parte dos pedidos de reclamação são de pessoas que vivem actualmente em

---

[166] Por substituição de uma produção mecanizada nas fazendas brancas por uma menos eficiente nas novas fazendas negras (em DEININGER, K. e MAY, J. 2000).

[167] *Restitution of Land Rights Act 22 of 1994 Act ('Restitution Act').*

[168] DEININGER, K. e MAY, J. 2000.

áreas urbanas[169], o que supõe uma dificuldade suplementar para a resolução destes casos.

Outros factores têm contribuído para o insucesso deste programa tanto ao nível de redistribuição da terra como de redução da pobreza[170], nomeadamente o facto de a verba afecta a este programa ser reduzida. Também, a elevada incidência do vírus da SIDA na população rural tem sido um factor acrescido ao insucesso desta reforma, pois mesmo com a redistribuição da terra, a melhoria das condições de vida não se verifica, devido ao aumento das despesas em saúde e à diminuição da mão-de-obra.

2.1.4.4. Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) foi criada, em Julho de 2001, no âmbito da União Africana (UA), por iniciativa dos Chefes de Estado e de Governo da Argélia, Egipto, Nigéria, Senegal, e África do Sul, sendo neste momento um dos instrumentos privilegiados das Relações Económicas Internacionais da África do Sul. O actual Presidente, Thabo Mbeki, tem dado um forte ênfase a este programa.

A adopção do NEPAD pelo governo sul-africano inseriu-se numa estratégia que tinha como objectivo primordial obter um estatuto de potência regional, e ao mesmo tempo, ser uma nova estratégia para o desenvolvimento tanto da África do Sul como do continente africano, tentando repor na agenda internacional as questões e as especificidades de África.

O desenvolvimento do programa no âmbito do NEPAD baseia-se nos seguintes aspectos:

- Implementação de instrumentos para que, em África, se crie um desenvolvimento sustentado, centrado nas pessoas e baseado em valores democráticos.
- Estabelecimento de premissas que reconheça que o Continente é abundante em recursos naturais, e que, as pessoas têm a capacidade

[169] Cerca de 90% dos casos (em DEININGER, K. e MAY, J. 2000).
[170] Que é o objectivo principal da implementação deste programa.

de serem agentes de mudança, e detêm a chave para o seu próprio desenvolvimento.

- Fornecimento de uma plataforma africana comum que permita negociar com a Comunidade Internacional, de forma a criar uma parceria dinâmica que possibilite um crescimento mais harmonioso para todos.

Este princípio de parceria é um dos pilares principais do NEPAD, assente no facto de que todos devem ter um respeito mútuo, dignidade, e responsabilidade e custos partilhados.

Os resultados previstos para este programa são:

- Desenvolvimento e crescimento económico e aumento do emprego;
- Redução da pobreza e da desigualdade;
- Diversificação das actividades produtivas;
- Aumento da competitividade internacional e das exportações;
- Reforço da integração.

O Comité de Implementação do NEPAD deve efectuar um relatório anual à UA sobre o andamento dos resultados do Programa.

Foi também criado um Plano Regional Indicativo para o Desenvolvimento Regional[171] entre os países do NEPAD e o SADC[172], na reunião realizada em Setembro de 2001 no Malawi, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças do SADC.

Os ministros reconheceram que o NEPAD é uma estrutura e um processo dentro da UA, enquanto o SADC é uma organização reconhecida pela União Africana, e assim os membros do SADC, cujos países membros são comuns às duas organizações, participam tanto nas reuniões do NEPAD como da UA.

---

[171] Regional Indicative Strategic Development Plan (RISDP).

[172] SADC- Southern African Development Community, ou Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, composto pelos seguintes países: Angola, Botswana, R. D. Congo, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namibia, Seychelles, África do Sul, Swazilandia, Tanzania, Zambia e Zimbabwe.

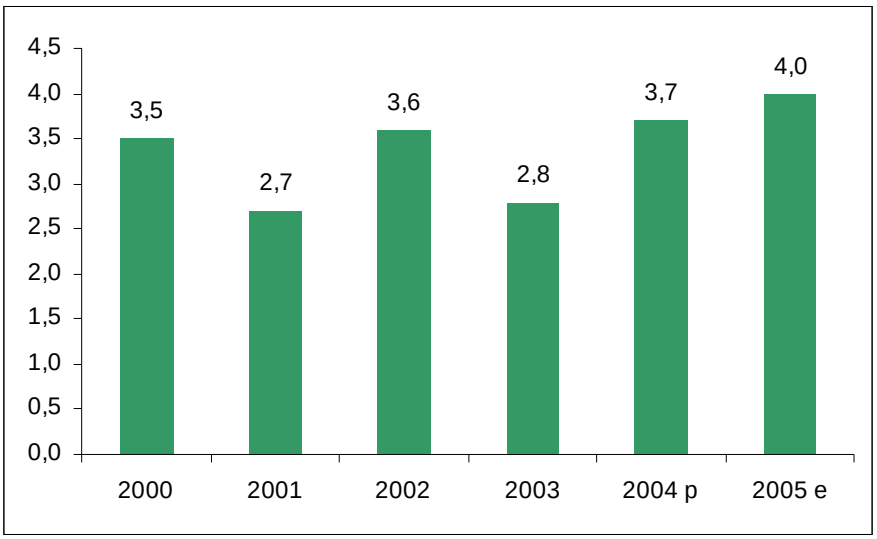
Um dos principais esforços da organização é o de ser um factor de congregação dos países africanos nas principais organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Comércio, e ser um parceiro privilegiado tanto nas Conferências de Doadores Internacionais como nas Conferências de Desenvolvimento Sustentado.

Num contexto mais abrangente, os países do sul subscreveram as prioridades esboçadas no NEPAD e têm-se comprometido nas suas actividades de solidariedade e sustentação moral, tal como têm considerado muito positiva a participação e o papel desempenhado pela África do Sul no NEPAD.

2.1.5. Evolução Recente da África do Sul – aspectos conjunturais

O PIB sul-africano tem registado crescimentos reais, em termos médios na ordem dos 3,4%, no período 2000 a 2005.

Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Real do PIB (em %)



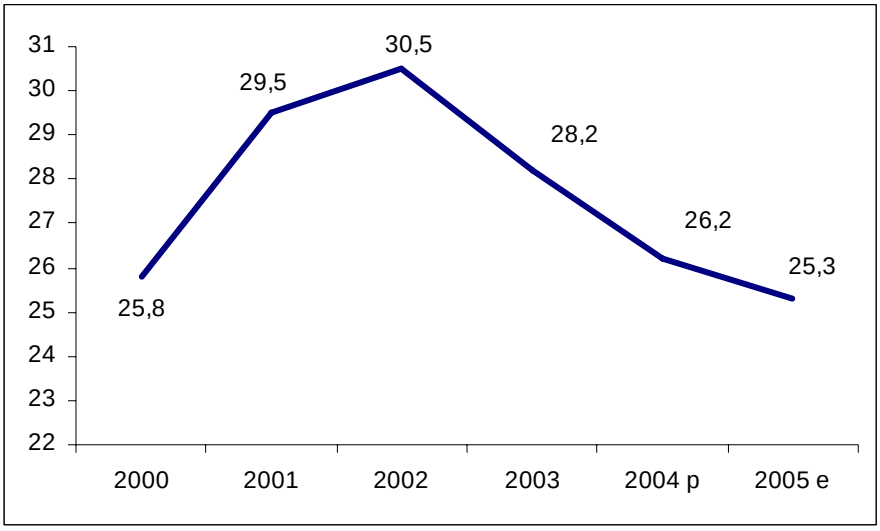
Fontes: FMI 2005c e SARB 2004.

O crescimento económico tem sido suportado por uma política monetária e fiscal expansionista, assente na descida da taxa de juro[173] e no aumento das despesas sociais. Esta política conduziu a um "aquecimento" da procura interna, que tem sido o motor do crescimento económico, que, em simultâneo com a apreciação do Rand, tem levado a um crescimento das importações, não acompanhado pelas exportações, repercutindo-se no agravamento do défice externo.

A taxa de juro tem vindo a reduzir-se no período mais recente, estimando-se uma ligeira subida nos tempos mais próximos, tendo em conta as pressões inflacionistas que o país enfrenta. A taxa de inflação tem permanecido no intervalo de previsão entre os 3 e os 6%, contudo, a pressão da procura interna e do crescimento dos salários, acima da produtividade pode levar a uma subida da inflação.

A taxa de desemprego mantém-se num nível elevado, tendo passado de um pico de 30,5% em 2002, para cerca de 25,3% em 2005. Contudo, dados não oficiais apontam para um valor mais elevado, cerca de 40% da população activa, o que se deve ao facto de juntarmos as pessoas que se encontram "desencorajadas" na procura de emprego.

Gráfico 5 - Taxa de Desemprego (%)

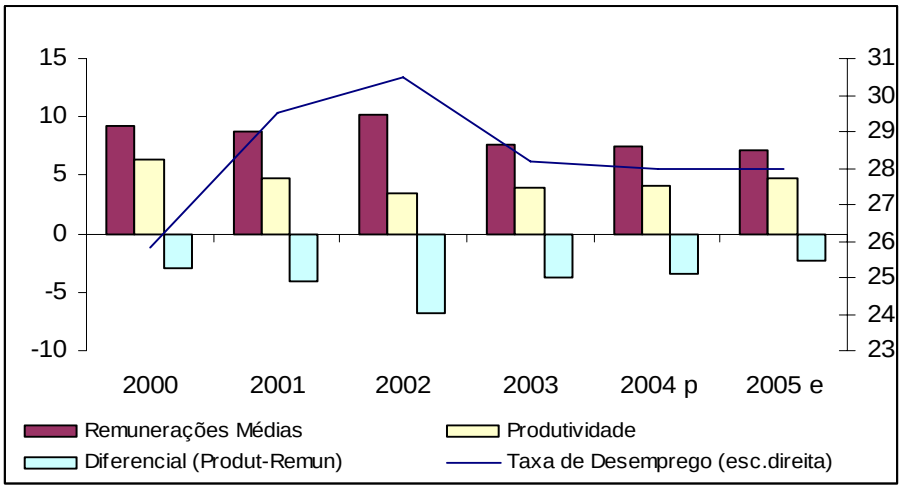


[173] A taxa de juro reduziu-se em cerca de 550 pontos base de Janeiro de 2003 a Julho de 2004 (SACB, 2004)

Fontes: FMI 2005c e SARB 2004.

Como já referimos, as baixas qualificações do trabalhador sul-africano, e a pouca flexibilidade do regime de contratualização do trabalho, são algumas das razões apontadas para a elevada taxa de desemprego. Contudo, o FMI apresenta também, como uma outra razão para esta pior performance do desemprego, o elevado crescimento das remunerações, não acompanhado pelo crescimento da produtividade[174].

Gráfico 6 - Remunerações, Produtividade e Taxa de Desemprego (%)



Fontes: FMI 2004c e SARB 2004.

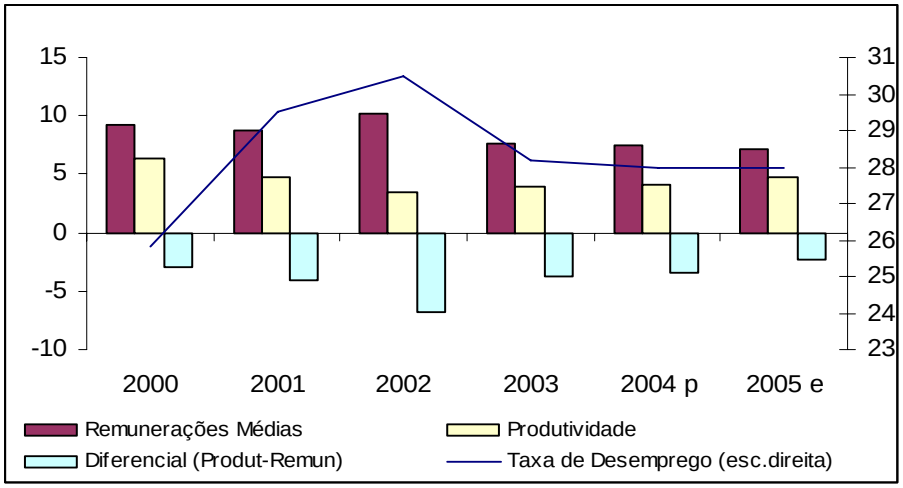
No que se refere à taxa de câmbio, o Rand tem continuado a apreciar-se face aos seus principais parceiros comerciais. Este facto, em simultâneo com o crescimento dos preços internos e o aumento dos custos unitários do trabalho levou a uma perda da competitividade internacional da África do Sul. Assim, o país passou de um superavit da balança corrente em 2002 de cerca de 0,6% do PIB, para um défice de 0,8% em 2003. Este valor menos favorável, é, contudo, um valor muito bom face ao existente na maior parte dos países africanos.

A subida do preço do petróleo nos mercados internacionais, que tem ocorrido num processo continuado desde 2004, tem sido um factor

[174] FMI 2005.

suplementar negativo, reflectindo-se num menor crescimento do PIB, na subida da taxa de inflação e num maior agravamento do défice externo.

Quadro 18 - Valor Acrescentado Bruto (taxa de crescimento real, %)



Fonte: Relatório Anual do Banco Central da África do Sul 2005.

Como podemos observar pelo quadro anterior, o Valor Acrescentado Bruto registou uma evolução diferenciada por tipo de sector. Assim, enquanto o Sector Terciário se tem mantido dinâmico, o Sector Secundário, nomeadamente a indústria transformadora, registou uma desaceleração em 2003, em consequência da quebra da procura externa, em parte devido à apreciação do Rand. O sub-sector agrícola tem registado, também, uma grande oscilação, em consequência de uma quebra nas principais produções agrícolas. Os sub-sectores da Construção, dos Transportes e Comunicações e das Finanças e Outros Serviços têm apresentado um crescimento robusto.

2.2. MOÇAMBIQUE

2.2.1. Enquadramento Geral

Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, com uma população que ronda os cerca de 20 milhões de habitantes e com uma área de mais de 800 mil km².

Mapa 7 - Moçambique

Fonte: http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/.

2.2.1.1 Localização Geográfica

Moçambique está situado na costa sudoeste de África, numa posição estratégica dado que funciona como uma porta de entrada para diversos países. Possui fronteiras com a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe, a Swazilândia e a África do Sul.

Costas

As costas de Moçambique são geralmente baixas, com poucos recortes, arenosas e por vezes rochosas e coralíferas, em especial na zona sul. Destacam-se alguns incidentes e ilhas, desde a foz do rio Rovuma até á Ponta de Ouro: Cabo Delgado, baías de Pemba e Fernão Veloso, ilhas de Ibo, de Moçambique, de Angoche e de Bazaruto, cabos de S. Sebastião, das Correntes e de Santa Maria, baía de Maputo e ilha de Inhaca.

Solos

A constituição do solo de Moçambique é variável. Na parte meridional é arenoso, avermelhado ou branco, excepto nos vales dos rios, onde se encontram terras de aluvião.

Na zona central a terra é escura e argilosa, por vezes pantanosa. A região de Tete, interior e bastante quente, tem bom solo e é também rica sob o ponto de vista mineral (nomeadamente em carvão).

Na região de Nampula, o solo, nos intervalos das formações montanhosas, é leve, escuro e bastante fértil.

Na região mais a Norte e até à fronteira da Tanzânia, aparecem de novo as areias coradas de vermelho pelo óxido de ferro que contém.

Relevo

O relevo de Moçambique pode ser dividido em quatro regiões principais, conforme as altitudes médias que se apresentam:

- A Zona litoral (até 200 m) abrange metade da área total do país.

- A Zona montanhosa (1000 a 2500 m) ocupa aproximadamente 10%.
- E a restante zona corresponde aos planaltos médios (200 a 600 m) e os altiplanaltos (600 a 1000 m).

As principais cadeias orográficas são: a cadeia dos Libombos, a escarpa de Manica e Sofala, os altiplanos de Marávia-Angonia, a cadeia Chire-Namúli e a cadeia Maniamba-Amaramba. O monte Binga, em Manica e Sofala, tem 2453m de altitude.

De um modo geral, o território Moçambicano dispõe-se em anfiteatro sobre o Índico. As formações montanhosas perdem a sua altitude à medida que se aproximam da costa.

Bacias hidrográficas

Os cursos de água escasseiam no sul e abundam no norte. As principais bacias hidrográficas, como podemos ver no Mapa 7, localizam-se de norte para sul, salientando-se as do Rio Rovuma, Rio Lúrio, Rio Ligonha, Rio Zambeze, Rio Púngue, Rio Save, Rio Limpopo e o Rio Incomati.

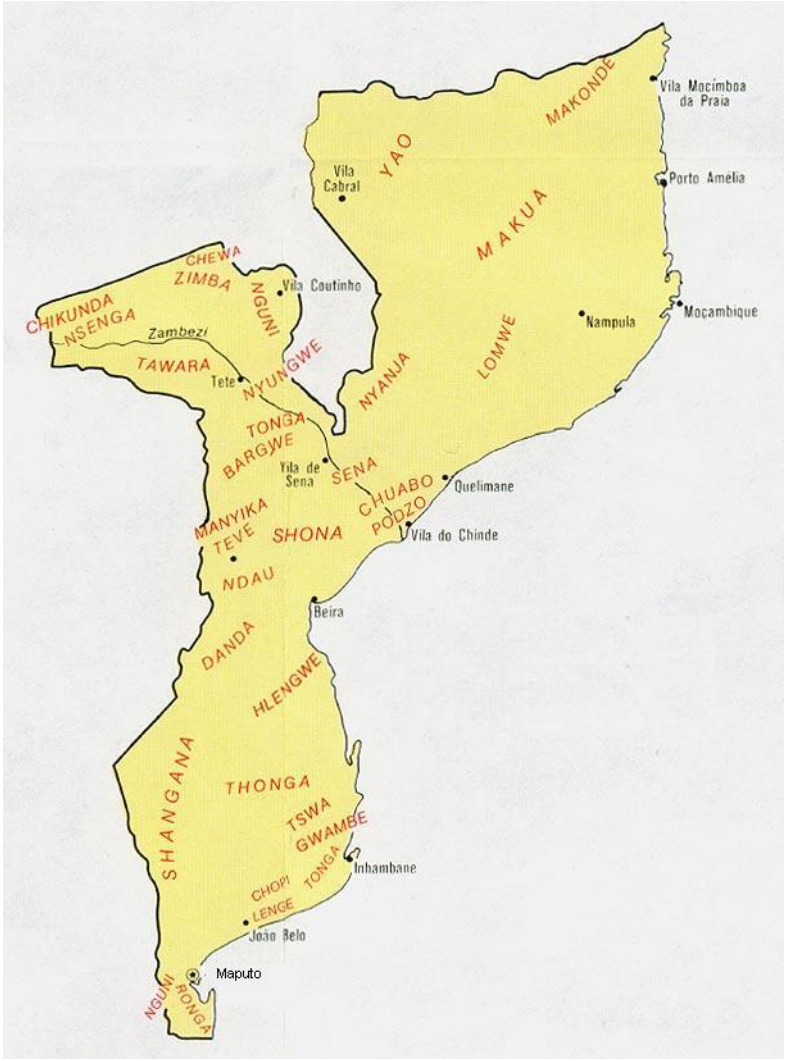
2.2.1.2 Caracterização da população

A população moçambicana é maioritariamente de ascendência étnica africana (99,6%), tendo por base cerca de 10 grupos étnicos principais e abrangendo estes numerosos subgrupos com língua, cultura e história própria, sendo os Makua, os Tsonga, os Lomwe, os Sena, os Makonde e os Ndau, os mais representativos. A maioria da população "negra" (cerca de 70%) vivem em áreas rurais, e restantes vivem nos centros urbanos. Há também um pequeno número de Europeus, Indianos e de Euro-Africanos que vivem, maioritariamente, nas áreas urbanas.

As províncias do centro – norte da Zambézia e Nampula - são as mais populosas, compreendendo aproximadamente 40% da população.

Estima-se que os Makua sejam o maior grupo étnico a viver na parte norte do país, onde também vivem os Makonde. Os grupos étnicos Sena e Ndau são proeminentes no vale de Zambézia, enquanto os Tsonga (chamados também Ronga) são o grupo étnico dominante na parte sul de Moçambique.

Mapa 8 - Grupos Étnicos de Moçambique



Fonte: http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/.

A língua oficial é o português, sendo este um dos principais legados do país colonizador, e, visto que o país compreende uma miscelânea de grupos étnicos, é também a língua que unifica um conjunto tão díspar.

Contudo, o elevado grau de iliteracia da população moçambicana faz com que apenas cerca de 40% da população saiba falar o português, situando-

se 72% deste grupo na zona urbana e 28% na zona rural. A maioria dos Moçambicanos fala uma ou mais línguas locais que fazem parte da família linguística Bantu. Há 13 línguas nacionais principais; Emakhuwa, Xitsonga, Ciyao, Cisena, Cishona, Echuwabo, Cinyanja, Xironga, Shimaconde, Cinyungue, Cicopi, Bitonga, e Kiswahili. Outras línguas europeias e asiáticas são faladas por membros daquelas comunidades.

Após a independência em 1975, o governo deu grande prioridade à instrução, tendo conseguido reduzir significativamente a taxa do iliteracia, passando de 93% para cerca de 40,1%, em 2001. Contudo, ainda podemos considerar que esta taxa de analfabetismo é extremamente elevada.

Em termos religiosos, Moçambique apresenta, também, uma situação muito diversa, devido a questões históricas e a circunstâncias actuais, sendo o Islamismo e o Cristianismo as duas principais religiões organizadas no país.

Quadro 19 - Referências Religiosas em Moçambique

Religiões	%
Católicos	25,0
Protestantes	18,0
Muçulmanos	17,0
Outros	16,9
Sem-Religião	23,1

Fonte: INE, Moçambique.

Os primeiros exploradores que vieram a Moçambique, por volta do século VIII eram árabes e trouxeram o Islamismo. Hoje, cerca de 17% da população pertencem à religião muçulmana, predominantemente nas províncias do norte e litoral, junto à fronteira com a Tanzânia e com o Malawi.

Posteriormente, a partir do final do século XV, deu-se início à presença europeia que trouxe consigo o cristianismo. Esta convivência nem sempre tem sido pacífica, com padrões culturais e influências políticas muito distintas.

Entre os cristãos, as duas principais diferenças de culto, reflectem as duas grandes influências locais, a dos portugueses (católicos) e a dos ingleses (protestantes). Os missionários cristãos faziam parte da dinâmica colonial

portuguesa, e assim, os católicos representam cerca de um quarto da população. Durante nos últimos anos incrementou-se a prática prosélita das religiões protestantes, que antes representavam cerca de 8% da população e que nos censos de 1990 atingiram os 18 %.

Por outro lado, 23,1% de Moçambicanos dizem que não pertencem a nenhuma religião. Durante o período conturbado da pós-independência, a religião organizada foi fortemente reprimida, explicando o número elevado de pessoas nesta categoria.

2.2.2. Enquadramento Histórico

2.2.2.1 História colonial

Moçambique tem uma história muito anterior à chegada dos portugueses nos finais do século XV. Os primeiros habitantes de Moçambique eram caçadores e recolectores, descendentes dos povos Khoisani, da África do Sul. Entre os séculos I e IV, registara-se diversas migrações dos povos Bantu, que se deslocaram do norte do Vale do Rio Zambeze tendo-se estabelecido gradualmente nas planícies e nas áreas litorais de Moçambique.

No período subsequente apareceram os emigrantes árabes essencialmente dedicados ao comércio.

Quando, em 1498, os portugueses chegaram a Moçambique, os estabelecimentos comerciais Árabes eram muito frequentes ao longo da costa do norte. Existiam, no norte de Moçambique, duas comunidades relativamente bem organizadas: o Reino do Monomotapa e os Centros Suailis. Os primeiros haviam entrado numa fase de desintegração, com constantes guerras internas. Os segundos, ligados ao comércio marítimo, tinham localmente uma presença reduzida.

No século XVI, os portugueses estabelecem-se nesta região, que foi sempre considerada estratégica na rota do caminho marítimo para a Índia. A sua presença confinou-se à faixa do litoral, em especial a dois pontos

estratégicos: Sofala e Ilha de Moçambique tendo, em ambos, criado feitorias e fortalezas. Estes entrepostos comerciais e os fortes portugueses funcionavam como fonte de abastecimento para as naus de passagem para a Índia. Ao longo do século foram construídas outras feitorias-fortalezas de menores dimensões, como a de Sena, Tete, Quelimane e Inhambane. Mas entre todas, a da Ilha de Moçambique, criada por Vasco da Gama na sua segunda viagem à Índia, foi sem dúvida a mais importante. Nesta Ilha surgiu uma verdadeira cidade cosmopolita. A administração das possessões portuguesas em Moçambique esteve até meados do século XVIII sob a administração do governador da Índia.

A exploração do interior de Moçambique pelos portugueses foi muito lenta, limitou-se quase sempre ao reino do Monomotapa, tendo em vista a procura de ouro e o comércio do marfim, do cobre e dos escravos[175].

Várias ordens religiosas cristãs (jesuítas, dominicanos e outras) iniciam neste século a cristianização das populações, mas com resultados limitados.

No século XVII, com o objectivo de controlar o comércio e os territórios, a Coroa Portuguesa estabeleceu um regime de concessões de terras: os denominados Prazos[176]. Este sistema adquiriu alguma importância na zona fértil da Zambézia, conhecida por Rios de Sena, tendo inclusive sobrevivido até ao século XX. Os Prazos, profundamente envolvidos no comércio de escravos e de trabalhadores forçados, viveram um grande impulso em finais do século XIX. Novos regulamentos foram publicados em 1890 e em 1896, tentando limitar a exploração da mão-de-obra pelos prazeiros. O sistema de prazos era quase feudal, passando de geração para geração (por via materna, para garantir a presença europeia no controlo dos prazos) e tinha que ser renovada ao fim de cada três gerações[177], funcionando como a única

[175] MOSCA, J. 2005: pag. 27.

[176] "Os prazos eram grandes extensões de terra concedidos com objectivo de «povoamento» por portugueses de origem europeia" (em Capela citado por MOSCA 2005).

[177] LEITE 1989: pag. 18; e MOSCA 2005: pag 26.

autoridade para a região concessionada. Este sistema vigorou até 1930, ano em foram integrados na administração colonial do Estado Novo[178].

Durante o século XVII, as possessões portuguesas na Costa Oriental de África são atacadas a norte pelos árabes e a sul pelos holandeses, o que marcou o fim das feitorias portuguesas nesta região, sendo a de Mombaça a última a terminar em 1688.

No século seguinte, os portugueses centraram-se na região de Moçambique onde procuraram reocupar as suas possessões. Tarefa que não se apresentou fácil. As populações indígenas resistiram à ocupação, e outras potências europeias também procuraram estabelecer-se aí. Nas décadas de 1720 e 1730, os holandeses e ingleses tentam fixar-se na Ilha de Moçambique, e na década de 1740 é a vez dos franceses.

Em 1752, Moçambique passa a ter um estatuto administrativo separado da Índia[179], com o nome de "Governo e capitania geral de Moçambique, Sofala e Rios de Sena". A Ilha de Moçambique é reconquistada pelos portugueses e dá-se a fortificação de Tete, Inhambane e Mossuril. É por esta altura que se desenvolve a pesca da baleia e se introduz a cultura do café.

A primeira metade do século XIX é ainda dominada pelo negócio da escravatura, destacando-se neste tráfico os negreiros suailis, o Império de Gaza, os negreiros franceses e portugueses. No caso dos franceses, o próprio Estado francês intervém activamente em seu apoio. Clandestinamente, os negreiros suailis, macuas e de outras etnias continuarão a traficar escravos até ao século XX.

O tráfico de escravos atinge então valores impressionantes, sobretudo a partir de finais do século. Calcula-se que, entre 1780-1800, tenham sido levados de Moçambique, numa média anual, entre 10 a 15 mil pessoas e, entre 1800-1850, a média anual tinha atingido cerca de 25 mil pessoas. Tratou-se de

---

[178] LEITE 1989: pag. 55.

[179] "Moçambique permaneceu até 1752 dependente da administração portuguesa na Índia, funcionando como uma delegação de Goa" (em MOSCA 2005: pag. 32).

um comércio extremamente lucrativo para os negreiros árabes, suailis e europeus (portugueses, franceses, ingleses, holandeses, austríacos, e outros). Moçambique foi, por diversas vezes, alvo de ataques de piratas.

No final do século XIX, os portugueses procuram avançar para o interior de Moçambique de uma forma sistemática. Ao longo desse século sucedem-se as expedições comerciais, científicas e militares pelo interior de Moçambique, permitindo o seu conhecimento mais exacto, assim como estabelecer uma ligação entre Moçambique e Angola.

Também, em meados desse século, inicia-se a produção agrícola para exportação para as indústrias europeias, de culturas oleaginosas (amendoim, gergelim, girassol, etc.)[180]. Outras culturas, como o arroz, o coqueiro, a bananeira, a mangueira, cana sacarina e produtos hortícolas tinham sido introduzidas pela população indiana implantada no território.

2.2.2.2 Período de colonização efectiva

O período de colonização efectiva de Moçambique teve início no final do século XIX, e foi aí que se formatou o actual Estado Moçambicano.

Na actual dissertação, o enfoque que pretendemos dar prende-se com o período após 1994, ano das eleições multipartidárias em Moçambique. Contudo, por questões de enquadramento histórico-social temos necessidade de recuar no tempo, até à Conferência de Berlim que delimita a constituição e formatação do Estado Moçambicano, e podemos subdividir este período em quatro ciclos económicos distintos[181]:

- Desde a Conferência de Berlim até meados do século XX, de colonização de média intensidade.

- Seguida da colonização de intensidade alta que vai até à independência de Moçambique em 1975.

---

[180] MOSCA 2005: pag.31.
[181] MOSCA 2005.

- Período socialista, de 1975 a 1986.

- Período que abrange o Programa de Reabilitação Económica.

A pequena dimensão territorial e demográfica de Portugal fez com que a colonização portuguesa só fosse realmente efectiva no final do Século XIX e princípios do Século XX. Em Torres[182], salienta-se que a colonização portuguesa teve resultados que se podem considerar insatisfatórios, mais, o modelo de colonização adoptado, centrado essencialmente na dinâmica do Estado, não permitiu um desenvolvimento que o capitalismo moderno pode criar[183].

Portugal centrou a sua política ultramarina na Índia, e Moçambique esteve até muito tarde (1752), como foi referido, sobre a autoridade do Governador de Goa, que se reflectiu na presença elevada de uma população indiana neste país[184].

---

[182] TORRES 1991: pag 41.

[183] "Na história da colonização portuguesa, o fosso entre o imaginário e o real, entre o discurso e a sua prática, é mais profundo do que alguns pretendem. (...)

Nesse sentido, as teorias principais do paradigma multissecular da colonização portuguesa entrecruzam-se e contam verdades parcelares, mas nenhuma delas oferece o modelo sistémico capaz de dar uma resposta coerente e definitiva à complexa teia de movimentos da história. (...)

Se os "cinco séculos" de colonização obtiveram resultados que, na sua maior parte se podem considerar insatisfatórios, mesmo do ponto de vista da nação colonizadora, isso deve-se, antes de mais à permanência do modelo proto-capitalista que predominou nas colónias e , até certo ponto, na metrópole. Esta situação parece-nos ser, essencialmente, uma consequência da derrota liberal dos finais do século XIX e, como já foi sublinhado, da manutenção do mercantilismo. Este último não deve ser confundido com o sistema capitalista, pois não só lhe é anterior mas também adverso. (...)

Assim, da persistência do quadro de referência mercantilista resulta a maior parte dos obstáculos ao progresso imaginado pelos revolucionários do anos 1820: dificuldade em abolir o tráfico de escravos, em aplicar em África a legislação do assalariado livre, (...), fracasso da colonização do povoamento; insuficiência da circulação da moeda fiduciária devido à incapacidade do BNU em assumir-se em África como uma verdadeira instituição financeira.

É, afinal a derrota do liberalismo e, por consequência, do movimento criador do capitalismo moderno, que reside o núcleo duro do modelo colonial português, dominado por um proto-capitalismo proteccionista e autoritário, visceralmente anti-iluminista e antidemocrático, fechado no imaginário que teceu." (em TORRES 1991: pag. 41-42).

[184] LEITE, J. 1989 e MOSCA 2005.

2.2.2.3 Colonização de média intensidade

A colonização efectiva de Moçambique só se inicia verdadeiramente sob o impulso da Conferência de Berlim, em 1884-1885, quando as principais potências europeias procedem à partilha de África. O desejo do império britânico de ter a posse territorial de Cairo à Cidade do Cabo, colidia com o interesse dos portugueses que pretendiam a posse do território entre Angola e Moçambique. Apesar da pretensão portuguesa ter sido salvaguardada na Conferência de Berlim, os Britânicos, com o apoio da Alemanha[185] impuseram a sua vontade, culminando no ultimato inglês de 1890[186]. Portugal cedeu, tendo ficado com a posse de Angola e de Moçambique. E foi a partir dessa altura que se dá uma colonização efectiva desses países, tendo em conta que uma das obrigações derivadas da posse desses territórios passava pela ocupação efectiva do território[187].

Como foi referido, a forma de organização do modelo colonial português, levou a que Moçambique, à semelhança do que acontecia em outras colónias europeias, começasse a ser administrada por grandes companhias, as chamadas Companhias Majestáticas ou soberanas, a quem o Estado Português concedeu vastos territórios[188], .

Entre as mais importantes, contam-se a Companhia de Moçambique (1888), a Companhia do Niassa (1893), a Companhia da Zambézia (1892-1910). Para além destas, destacam-se, nas margens da Zambézia, a Empresa Agrícola de Lugela, Companhia do Boror, Companhia de Madale, Companhia do Luabo e Sena Sugar States. Estas companhias, sobretudo as duas primeiras, comportam-se como verdadeiros Estados dentro de Moçambique. Tendo a seu cargo a gestão do território, construção de vias de comunicação, a

[185] Em 1988, a Inglaterra e a Alemanha acordaram a partilha do território concedido a Portugal pelos dois países (MOSCA 2005).

[186] LEITE, J. 1989.

[187] MOSCA 2005: pag. 32.

[188] MOSCA 2005: pág. 32 e seguintes.

educação, exploração da mão-de-obra e até a cobrança de impostos[189]. Entre os seus negócios mais lucrativos estava a exportação de mão-de-obra forçada para as plantações e minas da África do Sul, Rodésia (Zimbabwe) e São Tomé e Príncipe.

A criação destas companhias tinha como grande objectivo salvaguardar os interesses da soberania portuguesa, que estavam a ser postos em causa com crescente influência inglesa na região. Nomeadamente da empresa *British South Africa Company*, companhia detida por Cecil Rhodes, o grande impulsionador do império britânico em África de Cairo a Cabo[190]. No entanto, estas Companhias, apesar de serem de origem portuguesa, eram, na verdade, participadas por capital fundamentalmente inglês[191].

A implantação destas companhias passou pelo controlo da mão-de-obra, das plantações e pela construção das grandes infra-estruturas públicas. Esta situação implicou a manutenção do trabalho "forçado" da população indígena, que também era enviada para as explorações mineiras e de plantação dos países vizinhos.

Em 1930, foi aprovado o Regulamento do Trabalho Indígena (RTI) que obrigava o "assalariamento de todos os homens durante uma parte do ano, cerca de 6 meses, nas grandes plantações e na construção civil, sobretudo na construção das obras públicas, isto é de estradas, de caminhos de ferro, de portos, de edifícios administrativos, e mesmo de outras infra-estruturas[192].

Moçambique tornou-se, assim, a partir do último quartel do século XIX, num verdadeiro reservatório de mão-de-obra para as explorações das colónias

---

[189] Por exemplo, a Companhia de Moçambique: "... tinha como outra obrigação sustentar missões educativas, escolas de instrução primária e de artes e ofícios. (...) organizar forças policiais de terra e mar." (em MOSCA 2005). Como obrigação, "era a Companhia obrigada a estabelecer no seu território 1000 famílias de colonos portugueses, construir um caminho-de-ferro da Beira à fronteira de Manica, assim como o telégrafo marginal à via férrea e outro da Beira à Zambézia " (em MOSCA 2005).

[190] LEITE 1989: pag 35 e seg.

[191] LEITE 1989: pag 35 e seg.

[192] MOSCA 2005.

vizinhas[193]. Facto que acaba por deslocar o centro político de Moçambique para sul, onde se começam a estabelecer relações de tipo capitalista. O Estado acabou por chamar o controlo deste negócio, retirando lucros por cada trabalhador exportado, na maioria das vezes à força. O trabalho forçado só terminou nos anos 60[194].

Um dos factores que impulsionou o desenvolvimento de Moçambique, a partir de finais do século XIX, foi a sua posição estratégica. Os seus portos de Maputo (Lourenço Marques) e da Beira eram as portas, de entrada e de saída, para os produtos do Traansval e da Rodésia.

A ex-República do Transvaal[195], formada pelos Bóers na sua migração para o Norte, na sua tentativa frustrada de se autonomizar da África do Sul, tentou tomar para si a região de "Delagoa Bay[196]", e só em 1869, um tratado de amizade, comércio e fixação de fronteiras entre Moçambique e África do Sul veio reconhecer a soberania de Moçambique sobre a região[197].

Moçambique fica, assim, confinado a uma economia de serviços, assente no transporte de mercadorias e no "fornecimento de mão-de-obra" para os países vizinhos, tanto para as plantações como para as minas, principalmente sul-africanas[198].

Este período pode ser considerado de colonização de média intensidade, tendo em conta que apesar de ser considerada efectiva, esta baseava-se essencialmente na dinâmica dos prazeiros e das companhias Majestáticas.

---

[193] "Com a criação de grande companhias concessionárias e com uma maior ocupação do território por parte das autoridades administrativas portuguesas, o recrutamento forçado e a venda da mão-de-obra de origem camponesa para empreendimentos na colónia e nos territórios vizinhos tornou-se sistemático e extensivo a todo o país" (em CARDOSO, F.J. 1991: pag. 105-106).

[194] Ver Ponto 2.2.2.4 Colonização de alta intensidade.

[195] Ver Ponto 2.1.2.1 Antecedentes histórico-políticos da situação actual da África do Sul

[196] Região de Maputo, conhecido pelos ingleses por esse nome no século XIX, devido às suas características geográficas.

[197] LEITE, J.P. 1989: pag 27.

[198] CARDOSO, F.J. 1991: pag. 106.

2.2.2.4 Colonização de alta intensidade

Com a subida ao poder do "Estado Novo", em 1928 em Portugal, liderado por Oliveira Salazar a estratégia colonial alterou-se significativamente[199].

Para Oliveira Salazar[200], a metrópole e as colónias formavam um Estado único, aquilo a que chamou a Unidade do Império a partir da implementação do Pacto Colonial.

Em termos sintéticos, o Pacto Colonial significou uma redefinição da governação das colónias, com o fim dos altos comissariados e a perda do poder das Companhias e dos Prazos, a afirmação da Unidade e Solidariedade entre a Metrópole e as Colónias, a autonomia financeira concedida às colónias (instituindo o Banco Nacional Ultramarino como banco emissor) mas que estava condicionada à unidade nacional, o estabelecimento de um regime jurídico aos indígenas, que tinha implicações sobre as regras de contratação e salário dos mesmos.

Em suma, isto significou uma estruturação da complementaridade entre Portugal e as colónias (com as colónias a produzirem as matérias-primas indispensáveis à produção industrial da metrópole, e por sua vez a receberam os produtos manufacturados da metrópole)[201].

Assim, e como é sublinhado por Leite, "da conjugação de três elementos fundamentais (situação socio-económica da metrópole e sua inserção internacional, a crise económica internacional vigente desde os fins dos anos 20 e a existência do império) foi criado um modelo de unidade imperial que determinou a estratégia da transformação da sociedade portuguesa"[202].

Como consequência desta nova política deu-se a cessação dos contratos das grandes companhias, o fim dos prazos e o exercício de uma estratégia

---

[199] LEITE 1989: pag. 172; e NILSON e ABRAHAMSSON 1994: pag 23.

[200] Primeiro-Ministro de Portugal entre 1932 e 1968, tendo sido entre 1928-32 o Ministro das Finanças.

[201] LEITE 1989: pag. 184; CARDOSO 1991 e SERRA 1991.

[202] LEITE 1989: pag. 172.

económica que passava pela complementaridade entre a produção industrial da metrópole e a produção agrícola das colónias[203].

A inserção de Moçambique nesta nova estratégia passou pelo desenvolvimento da produção algodoeira, para o fornecimento das indústrias têxteis portuguesas e, ao mesmo tempo, como mercado para os têxteis e vinhos portugueses[204].

Houve também uma tentativa de maior integração das economias de pequena escala das famílias nos mercados, através de uma monetarização do funcionamento dos mercados agrícolas, com vista a um aumento da procura dos produtos manufacturados. Desta forma, incentivou-se a implantação de indústrias agro-alimentares e de outros bens de consumo para satisfação tanto da população colona como da indígena[205].

Assim, a partir da década de 30, a economia moçambicana ficou condicionada, a três factores principais:

- À nova estratégia colonial portuguesa.
- À posição geo-estratégica do país no contexto da África Austral.
- À emigração de trabalhadores moçambicanos para os países vizinhos[206].

A economia de serviços[207], que passava pela prestação de serviços ferro-portuários e ao fornecimento de mão-de-obra, é de importância primordial para a economia moçambicana, representando, no fim do período colonial[208] cerca de 60% em termos da estrutura do PIB moçambicano.

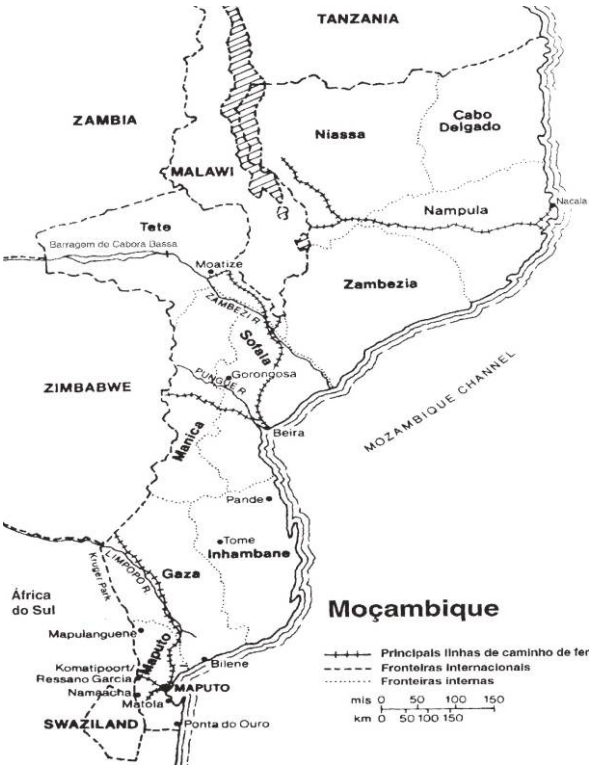
A posição geo-estratégica de Moçambique na região da África Austral oferece-lhe vantagens importantes, nomeadamente como porta de acesso ao

---

[203] LEITE 1989: pag. 173; e NILSON e ABRAHAMSSON 1994: pag 23.
[204] NILSON e ABRAHAMSSON 1994: pag 23.
[205] MOSCA 2005; CARDOSO 1991 e LEITE 1989.
[206] NILSON e ABRAHAMSSON 1994: pag 23.
[207] Como é referido por exemplo em LEITE 1989; CARDOSO 1991 e SERRA 1991.
[208] Citado em SERRA 1991.

mar para os países vizinhos, desde a zona do Transvaal na África do Sul, e para as colónias inglesas Rodésia do Norte e do Sul e a Niassalândia[209]. Desta forma, procedeu-se à construção dos complexos ferro-portuários de Maputo e Beira (e mais tarde de Nacala), o que possibilitou a passagem de mercadorias dos países vizinhos do interior.

Mapa 9 - Linhas de Caminho de Ferro de Moçambique



Fonte: CAMPOS (1995).

O sistema ferro-portuário contribuía de forma importante para a obtenção de receitas de divisas, representando os países vizinhos mais de 75% dos movimentos dos portos e quase 90% das receitas.

[209] Actualmente a Rodésia do Norte é o território da Zâmbia, a Rodésia do Sul, o Zimbabwe e a Niassalândia é o actual território do Malawi.

Quadro 20 - Sistema Ferro-Portuário de Moçambique em 1973

Países	Movimento dos Portos (1000 ton.)	Receitas Totais (em %)
Movimento Nacional		
Moçambique	23,5	10,9
Movimento Internacional	76,4	89,1
África do Sul	38,4	22,3
Rodésia do Sul	18,3	58,1
Suazilândia	15,9	5,6
Malawi	3,8	3,1
Total	100,0	100,0

Fontes: MOSCA2005 e SERRA 1991.

Contudo, se, por um lado, esta prestação de serviços de transporte, significava uma vantagem estratégica, pois tornava os países do interior dependentes dos seus meios de transporte, por outro lado torna Moçambique mais dependente desses países, na medida em que está condicionado à evolução económica dos mesmos e à sua utilização desses meios de transporte[210]. A consequência desta dependência pode ser observada após a independência de Moçambique, em 1975, e o seu novo reposicionamento político, que leva os sul-africanos a boicotarem os portos moçambicanos e, dessa forma, a torná-los praticamente inoperacionais[211], mas que ganhou um impulso significativo nos anos mais recentes.

Outro factor primordial na problemática do fornecimento de serviços prende-se com a questão da emigração de moçambicanos para os países vizinhos. Como é sublinhado por Cardoso[212], "As migrações realizavam-se de norte a sul do país, com destino a plantações agrícolas e a obras públicas nas então colónias britânicas vizinhas (...) no entanto, o surto migratório principal era realizado para as minas e plantações do Transvaal na África do Sul".

A emigração de trabalhadores moçambicanos era não só prática regular, como foi objecto de regulamentação entre os países envolvidos, nomeadamente entre Moçambique e África do Sul. Assim, os primeiros

[210] SERRA 1991.
[211] Como iremos abordar no Ponto 2.2.2.5 Período socialista pós-independência
[212] CARDOSO 1991: pag 99.

acordos aconteceram em 1897, tendo-se procedido a diversas convenções adicionais no princípio do século XX[213]. Este fluxo migratório foi muito elevado, estimando-se que cerca de 80 a 90 mil moçambicanos estivessem a trabalhar nas minas sul-africanas[214], isto é, 25 a 30% da população activa do sul de Moçambique[215].

Quadro 21 - Estimativa da evolução do n.º de moçambicanos trabalhando nos países vizinhos

País	1960	1970
África do Sul	161 000	150 000
Rodésia	107 300	37 000
Tanzânia	15 000	-
Outros	21 700	10 000
TOTAL	305 000	197 000

Fonte: SERRA 1991.

Este elevado número de migrantes teve consequências na economia moçambicana, reduzindo a força laboral do país, mas, ao mesmo tempo, criaram alguma riqueza à população moçambicana, proveniente das remessas dos emigrantes. Portugal beneficiava enormemente com esta migração. De facto, os acordos e convenções entre Portugal e os países vizinhos tinham como intuito que o país recebesse contrapartidas financeiras, que constituíam uma importante fonte de receitas[216].

---

[213] CARDOSO 1991.

[214] CARDOSO 1991.

[215] MOSCA 2005.

[216] "As contrapartidas financeiras do fluxo migratório constituíam uma outra fonte importantes de recursos susceptíveis de acumulação. (...) A existência de um conjunto de acordos com a República da África do Sul e com a Rodésia que tiveram como objectivo o controlo do fluxo real de emigrantes moçambicanos bem como a existência de importantes fluxos financeiros como contrapartida daquela emigração dão consistência à hipótese de que o Estado Colonial procurou não desincentivar tal fluxo mas sim estabelecer as necessárias teias que permitissem tirar proveito da sua existência maximizando os proveitos que ela lhe permitia.

Estes traduziam-se quer na cobrança de impostos e taxas aos trabalhadores migrantes, quer, principalmente, na contrapartida em ouro que o sistema de pagamento diferido dos salários permitia acumular.

Estimativas de serviços oficiais moçambicanos apontam para um volume de 145,5 toneladas de ouro fino como tendo sido transferidas para Portugal entre 1946 e 1970. Por sua vez de 1970 a 1973 teria sido entregues perto de 2 milhões de onças (cerca de 57,3 toneladas)" (em SERRA 2001).

Em suma, tanto a migração como a prestação de serviços através dos complexos ferro-portuários, forneceram a Moçambique uma inestimável fonte de receitas que lhe permitia pagar os défices crónicos da sua Balança Comercial[217]. As receitas destas duas rubricas representavam, em 1969, cerca de 67% da Balança das Transferências Correntes e 30% da Balança de Pagamentos (atingindo os 81,1% e 39,4% em 1972, respectivamente).

Quadro 22 - Receitas da Balança de Transferências Correntes de Moçambique (10 ^{6} escudos)

	1969	1970	1971	1972
1. Total	3676	4259	4555	5094
2. Transportes	2031	2180	2469	2956
3. Salários e Transferências Privadas	434	559	618	1177
4. 2+3	2465	2739	3087	4133
5. (2+3)/1	67,0	64,3	67,8	81,1
(2+3)/ Receitas da Balança de Pagamentos	30,1	30,4	30,8	39,4

Fonte: CARDOSO 1991.

Estes dois pontos, a migração e prestação de serviços, constituíram um dos aspectos fulcrais da dependência que Moçambique tinha, e ainda tem, relativamente às economias dos países vizinhos, nomeadamente à África do Sul.

Na nova estratégia colonial portuguesa, um outro pilar fundamental passava pelo cultivo de matérias-primas indispensáveis à indústria portuguesa, entre elas, o algodão.

A cultura do algodão foi imposta a uma grande parte da população local, o que fez disparar a produção. Segundo Serra, "a primeira legislação publicada em Portugal e que abriu as portas à intensificação da cultura algodoeira em Moçambique foi o Decreto-lei n.º 11994, publicado em 30/7/1926"[218]. Esta legislação vinha na linha do que era praticado por outras potências coloniais, e tinha como principais objectivos, o garantir a matéria-prima indispensável à indústria têxtil da Metrópole, e também,

[217] LEITE 1989: pag. 704.
[218] SERRA 1991: pag 309.

"mercantilizar" a população indígena, tornando-a parte integrante dos circuitos comerciais de Moçambique.

Assim, o incentivo da cultura do algodão entre a população indígena, tendo em conta que esta cultura implicava enormes necessidades de mão-de-obra e que exigia cuidados constantes[219], levava a população indígena a substituir a produção tradicional de subsistência pela cultura algodoeira. Esta situação implicava a entrada desta população nos circuitos mercantis, não só para a venda desses bens como na necessidade da compra de outros bens essenciais, e que deixaram de fazer parte da sua produção habitual.

Assim, a existência de um mercado, ligado à cultura algodoeira, pouco "livre" permitia à metrópole o controle da produção e dos preços, que desta forma se tornavam competitivos como fonte de matéria-prima para a indústria têxtil portuguesa.

Podemos verificar, no quadro seguinte a repercussão desta política de incentivo à produção de algodão.

Quadro 23 - Produção e número de cultivadores indígenas

anos	produção		n.º de cultivadores (milhares)
	toneladas	mil escudos	
1931-35	4 140	-	45
1936-40	18 938	-	200
1941	51 007	59 832	662
1942	70 176	88 396	556
1943	61 115	72 774	569
1944	63 815	75 284	791
1950	56 162	100 907	536
1960	165 000		
1970	285 000		
1973	194 000		

Fontes: SERRA 1991 (até 1950), e MOSCA 2005 (a partir de 1960).

Da observação do quadro, verificamos que tanto a produção algodoeira como o número de produtores indígenas cresceram a um ritmo exponencial.

[219] SERRA 1991: pag 309.

Este incentivo à produção passou, também, por um controle das tarifas aduaneiras e dos preços praticados de forma a compensar largamente a importação para a metrópole.

Quadro 24 - Preço médio do Quilo de algodão em rama importada por Portugal

Unidade: escudos

Origem	1946	1948	1950	1952	1954
1. Colónias	10,4	11,8	12,6	15,5	15,5
2. Estrangeiro	20,7	24,3	35,8	32,7	33,0
3. Diferencial de troca (1/2), em %	50	49	35	47	47

Fonte: SERRA 1991.

Este diferencial de preços, entre o praticado por outros países e o que é importado das colónias, permitiu uma acumulação de capital por parte da metrópole, e que assim detinha ganhos competitivos significativos na produção têxtil. De forma inversa, essa transferência de acumulação de capital fez com que os capitalistas moçambicanos acumulassem menos capital e assim também investissem menos na mecanização e no aumento da produção.

No final da década de 50, os Estados Unidos da América, utilizando uma política de subsidiação à produção, conseguiram baixar os preços internacionais de tal forma que se tornou mais dispendioso aos produtores têxteis portugueses comprar às suas colónias. Contudo, devido à existência do pacto colonial foram obrigados a continuarem a comprar, tendo então, deixado de se incentivar a produção de algodão.

Outras culturas, além do algodão, também tinham sido fomentadas, como o açúcar, o chá, o tabaco e o cajú, que simultaneamente serviram para desenvolver uma indústria agro-alimentar.

A plantação do cajú[220] desenvolveu-se com grande autonomia do poder colonial, estando associado à gestão de comerciantes de origem indiana, que mantinham a sua presença no território desde os finais do século XVII[221].

[220] "Proveniente do Brasil o caju é introduzido na África Oriental e na península industânica na época da expansão portuguesa. Condições climáticas propícias fariam propagar a cultura no litoral este africano e na costa de Malabar, tornando-se o cajueiro, até

Quadro 25 - Produção e Exportação da Castanha de Cajú

	Exportação da Castanha de Caju (mil ton.)	Peso das exportações da Castanha de Caju no total da Exportações (%)
1946	39,0	4,4
1947	50,0	7,2
1948	46,0	4,4
1949	43,0	4,5
1950	69,0	7,5
1951	44,0	6,1
1952	47,0	8,7
1953	56,0	10,0
1954	59,0	8,5
1955	49,0	7,5
1956	38,0	8,3
1957	68,0	11,9
1958	96,0	12,5
1959	62,0	9,3
1960	56,0	9,5
1961	85,0	12,4
1962	80,0	8,8
1963	119,0	14,0
1964	124,0	17,0
1965	99,0	15,9
1966	77,0	13,5
1967	56,0	8,8
1968	133,0	15,8
1969	69,0	9,8
1970	66,0	9,0
1971	53,0	7,2
1972	68,0	8,1
1973	33,0	3,7
1974	73,0	5,9

Fonte: LEITE 1995.

Como é sublinhado em Leite[222], foram os comerciantes indianos os principais agentes e animadores deste negócio, e que dessa forma desenvolveram o lucrativo negócio exportador para posterior torrefacção na Índia. A indústria associada ao processamento do caju em Moçambique, só teve possibilidades de sobrevivência com o apoio do Estado, tornando-se uma das principais indústrias de exportação.

aos nossos dias, elemento indispensável ao equilíbrio ecológico e socio-económico daquelas sociedades" (em LEITE 1995).

[221] LEITE 1999.

[222] LEITE 1999: pag. 2.

Desta forma, verificamos que a produção do algodão e do cajú, assumiram rapidamente a liderança dos principais produtos exportados, e, como é referido em Cardoso[223] se juntarmos o açúcar, o sisal, a copra, o chá e o tabaco, então a soma destas culturas representava entre 70% a 80% das exportações nos últimos anos do período colonial.

A monetarização da economia rural, a partir da intenção colonial de as integrar nos circuitos comerciais, conjuntamente com a emigração da população moçambicana para os países vizinhos, tal como a emigração de colonos portugueses, que se tornou mais intensa a partir dos anos 50, impulsionou o crescimento de uma indústria de bens de consumo[224].

O processo de industrialização de Moçambique deve ser enquadrado, segundo Leite[225], nas dinâmicas que entretanto estavam a decorrer na metrópole. Assim, a deslocalização do capital português através de importantes grupos económicos para as colónias, fez emergir um conjunto de investimentos na indústria transformadora associados ao sector financeiro.

Este investimento no sector industrial pode subdividir-se entre o efectuado nas indústrias do mercado externo e do mercado interno.

No mercado interno destaca-se os investimentos direccionados para as infra-estruturas, o ramo têxtil, e os ramos de alimentação e bebidas[226]. Neste contexto, o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo beneficiou um conjunto de empresas agrárias e pecuárias[227].

No mercado externo, destacam-se as indústrias do algodão, cajú, oleaginosas, chá e sisal.

---

[223] CARDOSO 1991: pag 112.
[224] CARDOSO 1991.
[225] LEITE 1995.
[226] MOSCA 2005 e CARDOSO 1991.
[227] CARDOSO 1991.

Quadro 26 - Indústria Transformadora (1955-1974)

	1955		1960		1965		1970		1972		1974	
	10^6 esc.	peso	10^6 esc.	peso	10^6 esc.	peso	10^6 esc.	peso	10^6 esc.	peso	10^6 esc.	peso
Indústrias Transformadoras	2 294	100	3 693	100	5 631	100	10 502	100	12 824	100	18 000	100
Mercado Externo	1 388	60	1 998	54	2 596	46	4 301	41	5 128	40	6 253	35
Algodão	526	23	779	21	608	11	856	8	935	7	731	4
Caju	23	1	43	1	104	2	489	5	868	7	924	5
Oleoginosas	160	7	155	4	313	6	485	5	485	4	762	4
Açúcar	389	17	524	14	586	10	1 087	10	1 301	10	2 051	11
Chá	121	5	188	5	217	4	315	3	352	3	316	2
Sisal	129	6	144	4	146	3	131	1	159	1	280	2
Serrações	41	2	166	4	268	5	312	3	303	2	304	2
Ref. de Petróleo	0	0	0	0	353	6	626	6	726	6	887	5
Mercado Interno	906	40	1 695	46	3 035	54	6 201	59	7 696	60	11 747	65

Fonte: LEITE 1995.

Podemos verificar que, no período de 1955 a 1974, a indústria transformadora aumentou consideravelmente o seu valor económico. Em termos de estrutura, podemos constatar que houve uma alteração do peso das indústrias do mercado interno, que passou de cerca de 40% em 1955, para quase dois terços da produção industrial em vésperas da independência.

O crescente fluxo de imigrantes da metrópole para Moçambique (que levou ao crescimento dos centros urbanos) e a reorganização das infra-estruturas rodo-ferroviárias impulsionaram um forte crescimento dos ramos ligados à construção[228].

A partir do final da década de 50 e princípios da década de 60, deu-se uma reestruturação da política económica colonial. Em primeiro lugar, a nova envolvente internacional, com a integração de Portugal na EFTA, criou uma nova abertura à economia nacional, nomeadamente com a entrada de capitais externos tanto na metrópole como nas colónias. Um segundo aspecto importante relacionou-se com o aumento dos movimentos independentistas e das pressões internacionais para uma maior abertura e alteração das políticas coloniais.

Uma primeira alteração aconteceu com o fim do Regulamento de Trabalho Indígena (RTI), em 1961. Este regulamento, conjuntamente com o

[228] CARDOSO 1991: pag. 113.

imposto da palhota, o trabalho migratório, as culturas obrigatórias e a comercialização dos excedentes de produção[229], constituíam os instrumentos fundamentais da política económica colonial, na medida em que permitiram a integração da população indígena na economia de mercado. Segundo Serra[230] o fim do RTI, teve como origem não só as pressões internacionais, mas também o desencadear das lutas pela Independência nas colónias, assim como a alteração dos preços internacionais do algodão, como foi sublinhado anteriormente[231].

Nesse período (princípio da década de 60) deu-se início à forte imigração colona de Moçambique[232]. Esta imigração era dirigida sobretudo para o reforço do aparelho administrativo do Estado, para a produção de bens e serviços, para as forças de segurança e defesa, para o comércio e para a implantação de colonatos[233].

Quadro 27 - Evolução da população colona em Moçambique (taxa de crescimento, em % do total)

	Taxa de crescimento da população colona
1920-40	4,5
1940-50	5,8
1950-60	7,3

Fonte: WUYTS, M. 1980 citado em MOSCA 2005.

Este aumento da população colona, deveu-se ao facto terem sido concedidas terras e condições especiais para o início da actividade[234] aos militares que terminavam as suas missões no exército português e aos outros funcionários administrativos que finalizavam a sua comissão de serviços e que pretendiam permanecer no país.

---

[229] MOSCA 2005.

[230] SERRA 1991: pag 316-318.

[231] A diminuição dos preços internacionais do algodão, tornou pouco competitivo a produção nas colónias, desincentivando a sua produção, apesar desta continuar uma produção importante até aos dias de hoje.

[232] MOSCA 2005.

[233] MOSCA 2005.

[234] MOSCA 2005.

Por esta altura, surgiram os primeiros movimentos independentistas nas colónias portuguesas, no seguimento do já ocorrido com o movimento de independência das colónias das outras potências europeias. Em 1962 foi criado a Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO)[235], e em Setembro de 1964, a FRELIMO inicia uma campanha armada contra a dominação portuguesa.

A luta armada situou-se no norte de Moçambique, nunca atingindo as províncias a sul da Zambézia. Segundo Nilson e Abrahamsson[236] a "guerra de libertação nunca chegou a abranger mais do que 30% da área de Moçambique. No fim da guerra, menos de 10% da população vivia em zonas libertadas da FRELIMO".

Contudo, as lutas para a independência levaram ao envio de tropas portuguesas para manter o controlo do país por parte de Portugal. Segundo Nilson e Abrahamsson foram enviados cerca de 70 mil soldados portugueses para Moçambique[237].

O período final da colonização portuguesa foi, pois, caracterizado por uma elevada despesa pública, seja na manutenção das forças armadas portuguesas no terreno, seja em grandes empreendimentos que foram impulsionados, como por exemplo as Barragens de Cabora Bassa e Massangir, as grandes rodovias que ligavam o litoral ao centro e nordeste, algumas metalúrgicas de base e mesmo a criação de colonatos no Limpopo e nas províncias do Norte.

Estes investimentos tiveram como objectivos a criação de novas infra-estruturas e de zonas "tampão" que não permitissem o alastramento da guerra a sul.

---

[235] A FRELIMO surge como a agregação de três movimentos independentistas: a UDENAMO, a UNAMI e a MANU. O primeiro líder da FRELIMO foi Eduardo Mondlane, um sociólogo formado nos Estados Unidos, tendo sido morto com uma bomba colocada num livro em 1969, na Tanzânia.

[236] NILSON e ABRAHAMSSON 1994: pag 30.

[237] NILSON e ABRAHAMSSON 1994: pag 30.

A economia moçambicana podia caracterizar-se por uma economia de prestação de serviços, fortemente dependente das relações económicas com os países vizinhos, e em que o Estado é um agente económico determinante, não só como regulador, mas também como impulsionador das grandes infra-estruturas.

Em termos sectoriais, refira-se a existência de um elevado sector informal, na qual a maior parte dos moçambicanos se enquadrava, dedicado principalmente à agricultura de subsistência e à pesca, coexistindo com as grandes plantações viradas para o mercado externo. A indústria transformadora e a construção foram aumentando o seu peso na estrutura económica moçambicana, à medida que entrava no país capital externo. Eram também impulsionadas pelo crescimento urbano em consequência do incremento da imigração colona. Devido ao esforço da guerra desenvolveram-se os serviços de administração pública e de segurança.

Quadro 28- Estrutura do Produto Interno Bruto, 1970-73 (preços constantes de 1970)

	1970		1973	
	valor	%	valor	%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	5819	18,9	6287	19,2
Indústria, Construção e Electricidade	5648	18,4	7423	22,6
Serviços "Materiais" (Comércio e Transportes)	13059	42,5	12671	38,6
Outros Serviços (Habitação, Ad. Pública e Serv Domésticos)	6225	20,2	6410	19,5
TOTAL	30751	100,0	32791	100,0

Fonte: adaptado de SERRA 1991.

Como podemos constatar, apesar de grande parte da população estar na agricultura, menos de 20% do Produto Interno Produto pertence a este ramo. Também, é importante realçar que, nos anos 70, a população moçambicana, que era constituída por cerca de 8,2 milhões de habitantes, vivia essencialmente no meio rural (cerca de 97% do total da população), e que

mais de 90% era analfabeta. Da população activa, cerca de 70% dedicava-se à agricultura[238].

2.2.2.5 Período socialista pós-independência

Após 10 anos de guerra civil e após as mudanças políticas ocorridas em Portugal, com o 25 de Abril de 1974, Moçambique tornou-se independente em 25 de Junho de 1975, após as negociações de Lusaka entre Portugal e todas as colónias portuguesas. A FRELIMO, o único movimento independentista moçambicano na altura, tomou o poder, sob a liderança de Samora Machel.

A FRELIMO adopta uma estratégia de desenvolvimento socialista, na linha dos apoios que tinha obtido na época da guerra colonial.

Entre o período que decorreu entre o 25 de Abril de 1974 e o ano de 1976, a estrutura económica de Moçambique entrou em colapso[239].

Entre as razões apontam-se as seguintes:

- As opções políticas marxistas-leninistas da FRELIMO eram contrárias a uma economia de mercado, privilegiando o relacionamento com os países socialistas (União Soviética, China, RDA, etc.). Os antigos empresários, sobretudo os portugueses, são encarados como neocolonialistas.
- A estatização da economia, que se traduziu na nacionalização dos principais sectores económicos (industria, agricultura, etc.), criando um sistema altamente centralizado e ineficiente.
- O êxodo de grande parte dos quadros técnicos e empresários, na maioria dos quais de nacionalidade portuguesa.
- O apoio dado por Moçambique aos movimentos de libertação na região, o que provocou o boicote e represálias de países vizinhos, como a Rodésia (actual Zimbabwe) e sobretudo da África do Sul.

[238] MOSCA 2005.
[239] CARDOSO 1991.

Uma razão suplementar, relaciona-se com o deflagrar da Guerra Civil que alastrou por todo o país a partir de 1980, contribuindo para destruir e paralisar as infra-estruturas económicas.

Após a queda do regime colonial português, as forças da ordem registaram muitos problemas na manutenção da segurança nas colónias. Segundo Cardoso[240], entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Junho de 1975 saíram do país cerca de 100 mil pessoas, dos cerca de 200 mil portugueses que viviam no país, estimando-se que tenham saído ao todo cerca de 185 mil portugueses até 1977[241], tendo retornado a Portugal ou tendo-se refugiado nos países vizinhos (África do Sul e Rodésia).

A saída desta população, não só em virtude do processo de descolonização, mas também devido à política de nacionalização de áreas importantes da economia[242], fez colapsar a estrutura produtiva. Como foi referido, a população colona era a que dominava os quadros técnicos de produção, tanto em termos agrícolas, como industriais e de serviços e assim, o seu êxodo obrigou à paragem da produção em grande parte das indústrias e serviços. Também a saída dos empresários, que dominavam os factores de produção e comercialização levou à queda da produção em áreas fundamentais da economia.

O êxodo da população colona, também desestruturou a rede de comercialização, tanto rural como urbana.

A opção marxista-leninista para a economia e para a sociedade é tomada em 1977, com o III Congresso da FRELIMO. Neste Congresso, é inscrito no documento do Relatório do Comité Central e nas suas Directivas Económicas e Sociais, a orientação definida para a economia[243], tendo, o partido no poder, se assumido como marxista-leninista.

---

[240] CARDOSO 1991: pag. 132.

[241] NILSON e ABRAHAMSSON 1994.

[242] "Foram feitas nacionalizações em cinco áreas: terra, bancos, prédios, saúde e educação" (em NILSON e ABRAHAMSSON 1994).

[243] MOSCA 2005.

Torna-se, apesar de tudo, necessário enquadrar a política económica seguida por Moçambique na política económica internacional que se vivia em termos globais. Devemos, também, ter em consideração que os principais dirigentes moçambicanos foram apoiados e suportados durante todo o período da guerra colonial pelos países da Europa de Leste. Assim, é com naturalidade que o socialismo surge como projecto para a sociedade e para a economia moçambicana.

O Estado passava, assim, a ser o principal agente, que tinha como meios de produção o sector estatal e as cooperativas.

Um dos instrumentos fundamentais para o governo estruturar o novo modelo económico a implementar foi a planificação económica, nomeadamente o Plano Estatal Central, que traçava os objectivos gerais e específicos para a actividade económica e social e para as principais variáveis macroeconómicas, tal como para os sectores não-económicos (como a saúde, habitação e educação)[244].

Para a prossecução destes planos o país teve o apoio de técnicos de países socialistas, que assessoravam os gabinetes ministeriais e também faziam parte dos grupos de trabalho e comissões organizadoras.

Na agricultura, apostou-se em aldeias comunais mas organizadas de forma a que fosse mecanizada, para que se perdesse a dependência em relação ao trabalho manual.

Nestes planos era dada grande importância à indústria ligeira, considerada dinamizadora da economia, e à indústria pesada, determinante para a independência económica externa. Contudo, a forma de organização dessas indústrias era desadequada para a estrutura produtiva económica do país. A inexistência de quadros técnicos qualificados e de responsáveis de

[244] CARDOSO 1993.

produção fez com que os planos e as metas definidas nunca fossem alcançados[245].

Com o processo de independência, uma das primeiras políticas implementadas pelo novo governo passou pela hostilização dos países que antes eram coniventes com o regime colonial, no caso, os regimes de Apartheid da África do Sul e de Ian Smith da Rodésia. Ora, estes dois países constituíam a base central da economia de prestação de serviços anterior à independência (por exemplo, a África do Sul representava um dos principais parceiros comerciais), e com a nova política moçambicana deu-se fim a essa economia de serviços.

Apesar de tudo, entre 1977 e 1981, registaram-se alguns sinais de recuperação, como podemos observar no quadro seguinte:

Quadro 29 - Evolução do Produto Social Global de Moçambique (10^6 escudos)

	1975	1977	1980	1981
Produto Social Global	71100	75000	82200	83700

Fonte: CARDOSO 1991.

Em 1978, surge a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), com origem e apoio do Regime de Ian Smith da Rodésia do Sul[246], e dá-se a deflagração da guerra civil com confrontos entre a FRELIMO e a RENAMO.

Em 1980, com a independência da Rodésia do Sul (actual Zimbabwe), a RENAMO perde o seu principal apoio, mas passa a ser apoiada pelo governo sul-africano, que tinha sido desde o início a base de sustentação e de treinamento logístico.

Assim, a situação económica do país altera-se substancialmente, com o alastramento da guerra a todo o país, alcançando zonas de grande

[245] Para maior detalhe ver CARDOSO 1991; SERRA 1991; NILSON e ABRAHAMSSON 1994; MOSCA 2005 e ADAM 2005.

[246] Ian Smith, à semelhança da África do Sul tinha criado um regime descriminatório na Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) e tentava fomentar o aparecimento de regimes próximos do seu nos países vizinhos.

importância económica. De uma forma sintética, e segundo Mosca[247], podemos destacar as consequências da guerra nos seguintes dados:

- Moçambique chegou a ter perto de 40% da população em situação de deslocados da guerra.
- Entre 1980 e 1986, o PIB decresceu mais de 30% .
- As despesas militares chegaram a representar entre 12 a 18% do PIB.
- A dívida externa aumentou em quase 500% entre 1984 e 1992.
- Entre 1985-93, 63% do IDE foi cancelado ou não se iniciou.
- A destruição das infra-estruturas foi devastadora. Apresentam-se alguns dados: cerca de 15% das barragens, 14% de pequenos sistemas de irrigação, 23% das lojas, 11% dos correios, 22% das administrações distritais, 40% das administrações municipais foram destruídas pela guerra.
- De um efectivo de cerca de um milhão e trezentos mil cabeças de gado bovino existente em 1980, passou para 250 mil cabeças em 1992.
- Em 1989, estavam destruídas ou danificadas perto de 27% das locomotivas dos caminhos-de-ferro.
- Foram destruídos centros de saúde e assassinados técnicos de saúde
- O número de deslocados e refugiados nos países vizinhos alcançou 40% da população moçambicana.

Para além da guerra, a África do Sul tem uma actuação sistemática de desestabilização da economia moçambicana, em que podemos destacar:

- O contínuo bloqueio efectuado pela economia sul-africana, com acções, directas e indirectas, de destruição das principais vias de comunicação.

[247] MOSCA 2005: pags 216-217.

- O fim das contrapartidas financeiras resultantes dos contratos de trabalho de moçambicanos na África do Sul[248], que poderia originar milhões de contos de receitas a Moçambique.
- O fim do recrutamento de trabalhadores migrantes para as minas, que levou a uma forte quebra de receitas e um aumento do desemprego.
- A deslocalização do transporte mercadorias do porto de Maputo para outros portos sul-africanos, levando à quase desactivação dos portos de Moçambique e, assim, de uma das principais fontes de receitas[249].

Este bloqueio sul-africano teve um grande impacto em Moçambique, dando a entender a elevada dependência estrutural da economia moçambicana em relação à sul-africana.

Se acrescentarmos a crise das economias socialistas do leste europeu e o ataque sistematizado da RENAMO aos outros corredores rodo-ferroviários compreendemos facilmente o porquê do país ter entrado numa crise económica e social. Assim, entre 1982 e 1985, o PIB registou uma quebra real de 5,9%, tendo a situação da balança comercial tornando-se insustentável. A condição de vida dos moçambicanos piorou de forma dramática e centenas de milhar de pessoas morreram à fome.

[248] Ver Nota de rodapé 216.

[249] Segundo CARDOSO (1991) o volume de tráfego do porto de Maputo diminuiu em 1982 para cerca de 30% do que era efectuado em 1973.

Quadro 30 - Desenvolvimento da Produção e Comércio Externo (1973-1986)

	1973	1974	1975	1977	1981	1983	1985	1986
Produto Social Global (biliões de meticais, preços de 1980)	112	92	71	75	84	64	54	56
dos quais:								
Agricultura	37	32	25	31	31	24	25	25
Indústria, Pescas	42	35	28	28	34	23	15	15
Transportes	12	11	9	7	9	6	4	4
Exportações (milhões de USD, preços correntes)	226	296	185	153	280	132	77	79
Importações (milhões de USD, preços correntes)	465	460	395	336	801	636	424	543
Taxa de Cobertura das Exportações (%)	49	64	47	46	35	21	18	15

Fontes: Comissão Nacional do Plano da República Popular de Moçambique e NILSON e ABRAHAMSSON 1994.

Neste período, os principais produtos exportados continuavam a ser os produtos agrícolas e derivados e o camarão, e os produtos importados eram bens de consumo (alimentares e não alimentares), matérias-primas e equipamentos[250]. Naturalmente que esta dependência nas exportações de produtos de baixo valor acrescentado, que, em geral, tinham grande concorrência, levou à deterioração da balança comercial e a uma maior dependência do país em relação ao exterior.

Em Março de 1984, os governos de Moçambique e da África do Sul assinaram o acordo de Inkomati, em que os dois países se comprometiam em cessar hostilidades, e aumentar a cooperação económica entre ambos, estando subjacente o fim do apoio de Moçambique ao ANC e da África do Sul à RENAMO. Mas, apesar da redução de apoios, o governo moçambicano continuava incapaz de derrotar o movimento rebelde. A continuação da guerra levou a que os dois lados iniciassem as conversações de paz, em Roma, sob os auspícios de Itália e da Igreja Católica[251].

[250] MOSCA 2005.

[251] Nomeadamente os grandes impulsionadores foram a Comunidade de S. Egídio de Roma.

Nos anos seguintes, a situação política de Moçambique continuou a degradar-se. Em Outubro de 1986, Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique, morre num acidente de aviação junto à África Sul[252] e Joaquim Alberto Chissano, então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, sucede-o, como presidente de Moçambique. É já sob a sua presidência que se dão as principais modificações económicas e sociais no país.

2.2.2.6 Período de Ajustamento Estrutural

Face à crise económica generalizada e ao aumento da pobreza para níveis incomportáveis, o governo moçambicano iniciou uma mudança na sua política, no sentido da liberalização da economia.

Em 1984, adere ao FMI, ao Banco Mundial e à Convenção de Lomé. Em 1985, reintroduz a cultura obrigatória do algodão. Dois anos depois, após intensas negociações, é lançado o Programa de Reabilitação Económica (PRE), com o apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. O partido e o país abandonam, também, a orientação marxista-leninista.

O PRE é aprovado pela Assembleia Nacional em Janeiro de 1987[253], e é implementado segundo a lógica habitual dos programas de ajustamento estrutural do FMI, isto é, liberalizando os preços e os mercados, efectuando cortes orçamentais nos sectores sociais e alterando os sistemas gratuitos na educação e na saúde.

As principais medidas podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- Controlo monetário, com a desvalorização da moeda e ajustamentos tanto no crédito como nas taxas de juro.

---

[252] Actualmente existem fortes suspeitas que este acidente tenha sido provocado pelos serviços secretos sul-africanos, sendo mesmo conduzido um inquérito oficial à investigação desta morte.

[253] MOSCA 2005.

- Melhoria do desempenho económico e financeiro das empresas e aumento da produtividade, através da recompensa salarial e da possibilidade de despedimento dos trabalhadores menos produtivos.
- Redução, até a eliminação, do controlo administrativo dos preços.
- Restauração da disciplina fiscal.
- Controlo da Balança de Pagamentos, utilizando, para o efeito, a desvalorização do metical e pagamento tanto da dívida externa como do serviço da dívida, que crescia a valores muito elevados[254].

O crescente aumento da pobreza começou finalmente a ser travado, tendo o PIB apresentado crescimentos reais de 4,6%, 5,5% e de 5,3% em 1987, 1988 e 1989, respectivamente. Em 1989, a produção agrícola (a base da economia do país), registou um crescimento de 9%, e a produção industrial um aumento de 12%.

Todavia, esta melhoria das condições internas não se reflectiu numa melhoria na balança de transacções correntes. O défice comercial aumentou, assim como o endividamento do país. O fim da União Soviética, em 1989, acabou por contribuir para esta situação, na medida em que se fechou o acesso aos mercados dos países socialistas. A taxa de inflação atingiu então valores impressionantes: 50,1% em 1988, e 42,1% em 1989.

Na primeira metade dos anos 90, persistiram as dificuldades. O crescimento do PIB em 1990, situou-se nos 1,5%, mas, em 1991 foi de apenas 0,9%, o valor mais baixo desde 1987, e a inflação continuava elevadíssima, situando-se acima dos 45% no período entre 1990 e 1992. A escassez de divisas era um impedimento à renovação e expansão das empresas moçambicanas. Também a situação de Guerra Civil não permitia melhorias significativas em termos económicos, o que se reflectia na evolução desfavorável dos produtos exportados.

---

[254] MOSCA 2005.

Quadro 31 - Evolução das Principais Produções Agrícolas Comercializadas por Moçambique (milhares de toneladas)

	1975	1980	1990	1992
Milho	95	65	97	75
Arroz	94	44	26	17
Algodão	52	65	30	50
Castanha de Caju	160	88	23	54
Copra	50	37	31	17
Chá	59	90	4	1
Madeira	199	138	56	39

Fonte: Comissão Nacional do Plano da República Popular de Moçambique.

Podemos constatar que a aplicação do PRE não teve os resultados esperados, e as razões apontadas são diversas, entre as quais o facto da economia debilitada e em guerra não ter suportado modificações tão bruscas, gerando maior instabilidade económica e social. Assim, em 1990 dá-se início a um novo programa, o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) que já tinha uma maior preocupação na luta contra a pobreza.

Os principais objectivos do PRES eram:

- Assegurar que as populações das zonas rurais teriam receitas mínimas que lhes permitissem um consumo mínimo.
- Manutenção dos habituais equilíbrios em termos orçamentais e nível externo (da balança de transacções correntes e de pagamentos)[255].

Apesar de se continuar a dar um ênfase à reestruturação económica do país, a partir das alterações impostas na política monetária, fiscal e nas privatizações, era depositado um esforço suplementar na população rural, aquela que constituía a maior percentagem de população e que vivia num nível absoluto de pobreza.

Em Dezembro de 1990, a FRELIMO e a RENAMO concordaram com um acordo de paz parcial que cobria as principais artérias de transporte do país e os corredores de Limpopo e da Beira. Este acordo de paz, que se manteve

[255] NILSON e ABRAHAMSSON 1994.

vigente até meados de 1992, foi alargado em Outubro do mesmo ano, com a assinatura de um acordo geral que dava origem ao fim da guerra civil. O balanço dos 14 anos de Guerra Civil foi trágico, com cerca de 1 milhão de vítimas e de 2 milhões de refugiados.

Com o apoio das Nações Unidas foi estabelecida uma força de Manutenção de Paz (ONUMOZ) para garantir a prossecução deste acordo, para supervisionar o processo de desmobilização, e para ajudar a distribuir o apoio alimentar em áreas atingidas pela seca.

Uma nova Constituição foi aprovada em 1990, marcando o fim do partido único em Moçambique. Durante os anos de 1991 e 1992, as negociações finais da paz progrediram lentamente, no entanto, os partidos concordaram com três protocolos, respeitante a: sistema eleitoral, partidos políticos e regulamentação das conversações. Com estas conversações foi conseguido um acordo que dava garantias constitucionais a um sistema político multipartidário.

As eleições de cariz multipartidário foram programadas para 1994, e o mandato de ONUMOZ foi alargado em dois anos, para incluir a monitorização da transição até às eleições e o próprio processo eleitoral. Às primeiras eleições democráticas de Outubro de 1994, concorreram 14 partidos para o Parlamento e 12 candidatos à Presidência da República.

A comunidade de doadores internacionais teve um papel preponderante no financiamento e na supervisão das eleições, que estavam sob alçada de uma comissão independente de eleições. As votações foram monitorizadas e foram consideradas livres e justas pelas Nações Unidas e por outras organizações internacionais.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou, então, uma resolução de forma a prolongar o mandato existente da ONUMOZ até à tomada de posse do novo governo. Sob as estas condições, os últimos contingentes de ONUMOZ saíram de Moçambique no final de 1995.

Em meados de 1995, cerca de 1,7 milhões de refugiados moçambicanos que tinham fugido à guerra e à seca para os países vizinhos (Malawi, Zimbabwe, Swazilândia, Zâmbia, Tanzânia, e África do Sul) voltaram para o país. Este retorno constituiu um dos maiores esforços de repatriamento que se verificou na África Sub-Sahariana. Adicionalmente, existiam cerca de 4 milhões de pessoas deslocadas internamente e que com o fim da Guerra, poderiam regressar à sua terra de origem. Contudo, em muitos casos, a população não regressou à sua região de origem, mas dirigiram-se às grandes cidades, aumentando os seus níveis populacionais.

Um dos maiores problemas a ser resolvido por Moçambique, prende-se com a justa e equitativa distribuição das terras pela população moçambicana, e tanto a comunidade académica como o Banco Mundial estão activamente interessados e actuantes nesta matéria.

Em 1996, o governo de Moçambique iniciou um processo negocial com grupos de fazendeiros sul-africanos, na maior parte Afrikanders, para estabelecer fazendas em grande escala na província do norte de Niassa. [256]

Em Abril e Maio de 2000, o então presidente moçambicano, Joaquim Chissano convidou, também, os fazendeiros brancos do Zimbabwe a virem estabelecer-se em Moçambique, em virtude dos problemas existentes no Zimbabwe com a expropriação de terras efectuada pelo presidente Mugabe[257].

Em Fevereiro e em Março do mesmo ano, o país foi assolado por cheias e inundações que devastaram o sul de Moçambique, levando à deslocação de centenas de milhares de pessoas e causando milhões de euros de prejuízos. As forças armadas sul-africanas, conjuntamente com outros países e organizações não governamentais, tiveram um papel preponderante no apoio e na ajuda

[256] Este processo não teve desenvolvimentos nos últimos tempos, tendo em conta em primeiro lugar as dificuldades financeiras da África do Sul, e depois pela necessidade da África do Sul manter o Know-How dos fazendeiros brancos enquanto decorre a Reforma da Terra, após o qual este processo poderá conhecer novos desenvolvimentos.

[257] Nos fins da década de 90, no Zimbábwe, foram decretados a expropriação de 850 fazendas que compreendiam uma área de 2,3 milhões de hectares, que entretanto foram ocupadas pelo "Sem-Terra". (Banco Mundial 2001).

internacional concedida. As Nações Unidas coordenaram este enorme esforço de relevo.

O governo, com o apoio do FMI e Banco Mundial, comprometeu-se a reconstruir as infra-estruturas, entretanto destruídas, e continuar com seu programa do desenvolvimento económico[258].

Joaquim Chissano ganhou as duas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, tendo a FRELIMO, o seu partido, vencido as eleições legislativas. Nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2004, tiveram lugar as terceiras eleições após o acordo de paz, às quais o Presidente Chissano não concorreu. Estas eleições foram ganhas por Armando Guebuza, o seu sucessor à frente da FRELIMO, com cerca de 64% dos votos. Afonso Dhlakama, o líder histórico da RENAMO, teve 32% dos votos, e apesar de ter contestado o resultado das eleições, estas foram consideradas justas por todos os observadores internacionais, compostos por membros da União Africana, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e União Europeia.

[258] O FMI acordou com Moçambique um programa de apoio à redução da pobreza absoluta (PARPA) com objectivos claros e bem definidos.

2.2.3. Caracterização actual de Moçambique, em termos de estrutura económica

As mudanças ocorridas em Moçambique tiveram como resultado um elevado crescimento económico nos últimos anos, como podemos observar no quadro seguinte:

Quadro 32 - Evolução do PIB, em termos reais (em %)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agricultura	9,5	6,5	-10,8	13,0	8,5	7,2
Pescas	-11,0	-1,9	9,5	9,0	-4,3	13,4
Indústria, Elect. e Construção	43,6	18,6	11,8	19,7	23,9	2,3
Extractiva	20,6	-6,5	52,8	12,4	66,2	34,5
Transformadora	14,4	14,7	20,3	27,2	4,0	14,3
Electricidade e Água	279,0	78,3	-6,1	13,9	6,2	-27,9
Construção	26,2	3,4	4,7	9,7	60,8	10,3
Serviços	7,5	5,1	6,4	11,5	-1,0	6,0
Comércio e Reparações	11,9	2,5	2,4	5,5	1,1	5,2
Restauração e Hotelaria	-2,1	5,4	6,4	19,1	3,3	10,3
Transportes e Comunicações	4,8	9,0	1,2	21,6	-12,8	9,0
Actividades Financeiras	-17,4	-26,9	41,9	9,2	9,4	0,8
Actividades Imobiliárias	3,8	2,2	-2,8	5,7	2,5	2,5
Serviços Empresariais	20,9	4,4	-0,1	11,9	11,9	2,4
Serviços Governamentais	5,0	15,1	6,7	15,8	-2,0	6,4
Outros Serviços	9,7	10,0	10,5	10,3	6,2	5,4
PIB real	**12,6**	**7,5**	**1,9**	**13,1**	**8,2**	**7,8**

Fontes: Banco de Moçambique, FMI 2005a e Banco de Portugal.

Em termos estruturais a composição sectorial do PIB tem tido a seguinte evolução:

Quadro 33- Composição Sectorial (em % do PIB)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agricultura, Silvicultura e Pescas	28,0	23,5	22,1	22,3	20,9	25,5
Agricultura e Pecuária	25,5	21,1	20,2	20,8	19,5	23,4
Pescas	2,5	2,4	1,9	1,5	1,4	2,1
Indústria, Electr. e Construção	22,2	24,0	25,3	24,0	27,7	27,3
Extractiva	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	1,8
Transformadora	11,5	12,0	13,6	12,0	11,7	14,0
Electricidade e Água	2,8	3,0	3,2	3,8	3,9	1,9
Construção	7,7	8,7	8,2	7,9	11,8	9,6
Serviços	49,0	52,0	53,2	54,2	52,1	47,0
Comércio e Reparações	22,0	21,5	22,9	24,9	22,7	21,2
Restauração e Hotelaria	1,2	1,3	1,4	1,3	1,3	1,0
Transportes e Comunicações	9,5	10,4	10,8	11,3	12,3	9,6
Actividades Financeiras	2,0	4,0	3,7	3,8	3,2	2,7
Actividades Imobiliárias	2,2	1,9	1,5	1,2	1,2	1,7
Serviços Empresariais	0,8	0,7	0,5	0,4	0,4	1,1
Serviços Governamentais	6,9	7,4	7,3	7,1	7,4	4,1
Outros Serviços	4,4	4,8	4,9	4,2	3,6	5,6
Direitos de Importação e SIFIM*	0,8	0,5	-0,6	-0,6	-0,7	0,2
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Serviços de Intermediação Financeira.

Fonte: FMI 2005a, baseado nas Autoridades Oficiais

2.2.3.1 Sector Primário

O sector agrícola tem diminuído o seu peso no PIB, passando dos 28% do PIB em 1999 para 25,5% em 2004, mas emprega mais de 80% da população activa em Moçambique.

As principais culturas são o maize, o coco, a cana-de-açúcar, o arroz, bananas e batatas. A principal produção animal é o gado bovino, aves, porcos, perus e patos. Os principais produtos agrícolas exportados são o açúcar, o algodão, a castanha de cajú e o copra.

Os produtos piscatórios, nomeadamente o camarão, a lagosta e o caranguejo, são os principais produtos exportados e a par da castanha de cajú eram a principal fonte de divisas do país[259].

[259] Antes da entrada em funcionamento da Fábrica de Alumínio e e Gasoduto de Gás Natural.

Quadro 34– Principais produtos agrícolas Moçambicanos (em milhares de toneladas)

	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Produtos de Exportação	559,1	694,9	571,2	518,4	1012,5	2225,7	5888,4
Algodão	91,0	106,7	35,4	71,0	83,0	54,1	63,4
Copra	36,0	44,4	44,0	29,6	45,7	32,7	36,4
Chá	1,5	5,4	10,5	9,0	12,6	17,6	12,3
Cana de Acúcar	368,7	469,5	417,3	333,9	784,0	2033,5	5695,0
Castanha de Cajú	51,7	58,7	50,4	65,6	63,2	63,8	56,2
Citrinos	10,2	10,2	13,5	9,2	24,0	24,0	25,2
Produtos Básicos	504,4	576,5	6897,9	3208,5	4232,0	7360,9	7650,2
Maize	270,2	304,1	1019,0	180,8	93,4	117,5	128,6
Arroz	26,7	28,9	141,0	150,1	168,0	166,4	183,6
Sorgo	4,1	5,7	4,4	3,4	4,3	4,3	4,9
Cassava	74,8	83,8	5400,0	2496,2	3555,3	6547,3	6756,8
Amendoim	23,8	26,4	114,0	109,0	110,0	110,8	116,8
Feijões	45,7	68,1	146,0	154,0	177,0	202,3	221,3
Vegetais	50,5	51,0	54,5	90,5	116,5	199,0	207,1
Cebola	8,5	8,5	9,0	7,6	7,6	10,2	31,0
Inputs Industriais	38,9	38,1	22,9	23,9	51,6	126,7	134,3
Sisal	24,0	24,0	:	:	:	:	:
Tabaco	0,7	0,7	9,5	11,2	25,6	40,2	17,0
Mafurra	1,5	0,7	0,3	0,1	0,1	0,3	0,1
Tomate	12,2	12,2	12,4	6,1	22,4	82,3	113,3
Girassóis	0,5	0,6	0,7	6,5	3,5	3,9	4,0

Fonte: FMI 2005a.

2.2.3.2 Sector Energético

Moçambique é um dos países de África com maior capacidade de produzir energia tendo em conta as suas vastas capacidades hídricas, as elevadas reservas de carvão e a existência de Gás Natural. Contudo, apesar desta riqueza em recursos, o país é um importador líquido de energia[260].

A existência de um clima de estabilidade política e os incentivos criados para atrair companhias estrangeiras de exploração de petróleo e gás, têm permitido uma exploração mais sistemática destes importantes recursos. Esta articulação entre o governo moçambicano (em conjunto com o governo sul-africano) e a ajuda concedida por empresas estrangeiras tem permitido o

[260] Os dados preliminares sobre a importação de petróleo indicam que o país importa cerca de sete mil barris de petróleo por dia (FMI 2005a).

exame sísmico do fundo do mar e de algumas regiões costeiras, nomeadamente da bacia do Limpopo, na Província de Gaza, do distrito de Temane na província de Inhambane, no distrito de Buzi na província de Sofala, e da bacia de Rovuma na província de Cabo Delgado. Em Março de 1998, a companhia petrolífera britânica BP assinou um acordo de partilha de produção com Moçambique, no qual tem direito exclusivo na exploração costeira nas águas do delta do Rio Zambeze. Um outro consórcio foi também criado entre a companhia SASOL[261], o ARCO (dos Estados Unidos) e a companhia petrolífera ZARARA (dos Emiratos Árabes Unidos), com os quais foram assinados três acordos de exploração com Moçambique, liderados pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), a companhia de petróleo de Moçambique. Os acordos, assinados em Maio e em Julho de 1998, cobrem três blocos da exploração: Temane, Sofala e M10.

Outras duas pequenas centrais eléctricas foram também criadas utilizando o gás natural de Moçambique. Estas duas estações fornecerão energia a dois distritos na província de Inhambane, um local turístico de crescente interesse.

Em fase de projecto está a ser desenvolvido a criação de mais um represa hidroeléctrica no rio Zambeze, a barragem de Mepanda Uncua[262].

Moçambique possui reservas significativas de carvão, mas devido à Guerra Civil, só agora pode voltar a restabelecer a produção deste mineral. Assim, está planeado o investimento na extracção de carvão, aumentando a produção das actuais 44.000 toneladas por ano, para mais de 2,2 milhões de toneladas.

[261] O projecto SASOL será descrito de forma mais detalhada adiante neste trabalho.
[262] O projecto desta barragem é articulado com a África do Sul.

2.2.3.3 Ambiente

Os maiores desafios ambientais colocados a Moçambique estão relacionados com a seca das regiões do interior do país. Esta seca foi resultado, não só da escassez da chuva, mas também em virtude da deslocação da população para as áreas urbanas e litorais, em consequência da guerra civil. O abandono das terras, antes muito produtivas, tornou estas regiões em zonas desérticas.

Actualmente, tem-se verificado um aumento de períodos de secas cada vez mais severas, seguidas de inundações, a que se junta as devastações ciclónicas, o que tem trazido problemas suplementares à produção agrícola. Também, tem ocorrido um aumento significativo da poluição das águas de superfície e litorais, em resultado de crescimento urbano acentuado e do desordenamento do território.

O País tem acordado participar nos principais protocolos internacionais de protecção ambiental, contudo ainda não os ratificou.

2.2.4. Grandes Projectos

Os Grandes Projectos que vamos referir são três projectos de grande dimensão e que alteraram a estrutura empresarial e produtiva do país:

- O Corredor de Desenvolvimento de Maputo, no desenvolvimento de vias de transporte.
- A construção das fábricas de Alumínio, o MOZAL I e II.
- A construção do gasoduto de Gás Natural entre Moçambique e a África do Sul, o SASOL.

De realçar que estes três projectos tiveram a participação da África do Sul, tanto em termos públicos como empresariais, o que reforça o necessário destaque[263].

2.2.4.1 Corredor de Desenvolvimento de Maputo

Como foi referido atrás[264], o relevo da zona costeira sul-africana não permite a atracagem de barcos de grande porte. Por sua vez, Moçambique, com uma extensa costa marítima virado para o Oceano Índico tem portos excepcionalmente bons.

Antes da independência de Portugal, os Corredores de Nacala, Beira e Maputo tinham uma importância geo-estratégica fundamental não só no escoamento dos produtos moçambicanos, mas também dos outros países vizinhos, que não tendo costa marítima necessitavam do país para as suas transacções comerciais.

Durante os anos de Guerra Civil em Moçambique, os portos moçambicanos foram perdendo a sua importância, em grande parte devido à destruição das linhas ferroviárias de transporte de mercadorias.

Com o fim da Guerra Civil em Moçambique e com as eleições multirraciais na África do Sul, a situação alterou-se e os dois países resolveram reactivar o Corredor de Maputo, que liga rodo-ferroviariamente tanto a Swazilândia como a África do Sul ao porto de Maputo.

Assim, em 1996, os governos de Moçambique e África do Sul, criaram um organismo chamado *Maputo Development Corridor*[265] (MDC) para promover os mecanismos que permitiam o reactivamento e desenvolvimento do Corredor de Maputo.

O objectivo que esteve subjacente à construção deste corredor de desenvolvimento foi o de tornar os portos de Maputo e Matola os principais

---

[263] No capítulo da avaliação da dependência entre África do Sul e Moçambique ir-se-á estudar o impacto destes projectos na economia moçambicana.

[264] Ver na caracterização da África do Sul, o Ponto 2.1.1.Enquadramento.

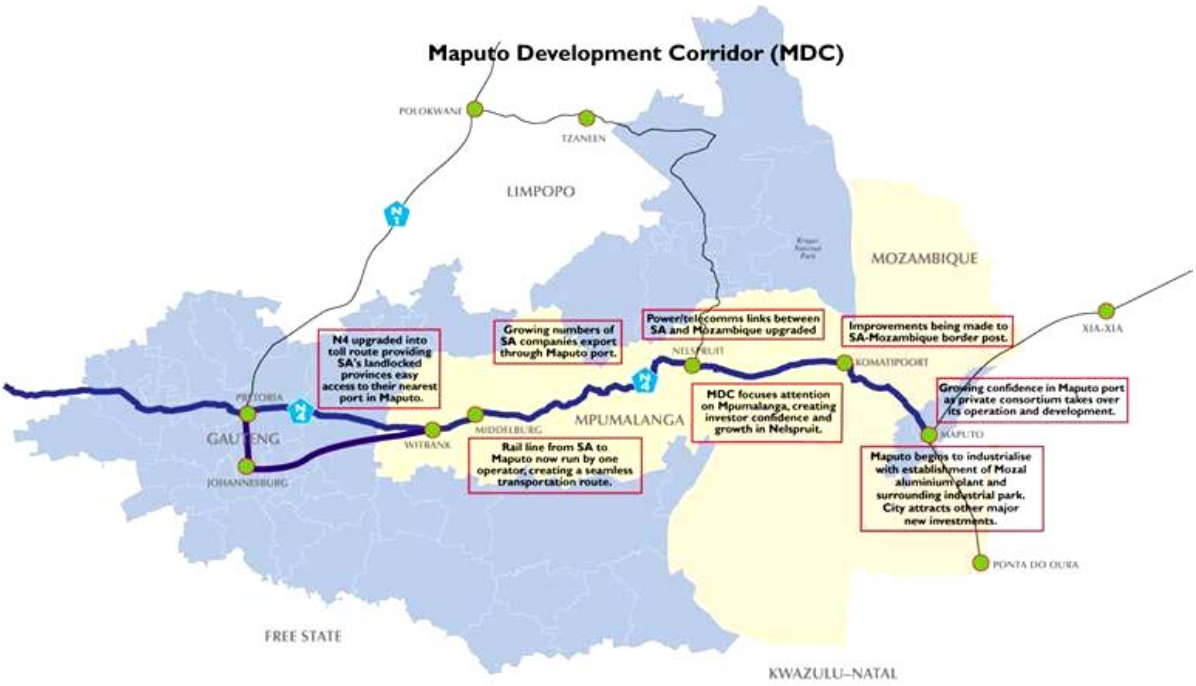
[265] Corredor de Desenvolvimento de Maputo (www.mcli.co.za)

centros de desenvolvimento de Moçambique, bem como portos de trânsito competitivo para o comércio externo sul-africano e de outros países como a Swazilândia, Botswana, Zimbabwe e Zâmbia.

O projecto de construção pressupunha três aspectos principais:

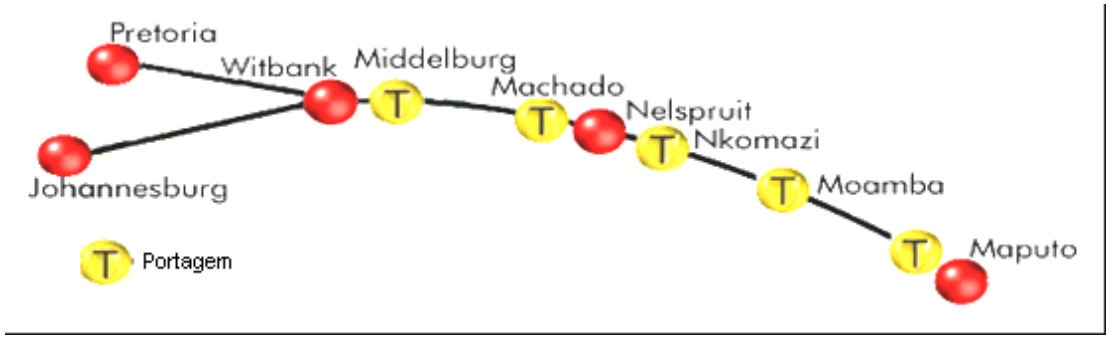
- Estabelecer as ligações rodoviárias entre Moçambique e África do Sul, através da estrada N4, que liga Witbank a Maputo (Mapa 10 e Mapa 11);
- Reabilitar as linhas de caminho-de-ferro de Ressano Garcia;
- Reconstruir o Porto de Maputo para permitir o escoamento das mercadorias que viriam tanto por via ferroviária como rodoviária.

Mapa 10 - Corredor de Desenvolvimento de Maputo – Rodovia N4



Fonte: Maputo Development Corridor (www.mcli.co.za)

Mapa 11 - Rodovia N4



Fonte: Maputo Development Corridor (www.mcli.co.za)

Componente Rodoviária

Como seria de esperar, Moçambique não tinha capacidade financeira para reabilitar as linhas rodoviárias, ferroviárias, nem para reconstruir o porto de Maputo. Resolveu-se, desta forma, utilizar as potencialidades do novo programa de parceria público-privada (NEPAD) impulsionado pela África do Sul, no âmbito da União Africana. Mesmo para a África do Sul, que enfrentava algumas dificuldades financeiras devido à necessidade de canalizar fundos para a resolução dos problemas sociais, a utilização da parceria público-privada foi uma boa solução para o avanço do Projecto.

Em 1996, os governos de África do Sul e de Moçambique assinaram uma concessão de 30 anos com um consórcio privado, *Trans African Concession* (TRAC), para construir e operacionalizar a auto-estrada N4 que liga a África do Sul a Moçambique. Após o período de concessão, o controle e a administração da auto-estrada reverterá para os governos nacionais. O valor do contrato estava estimado em cerca de 3 mil milhões de Rands[266]. Este projecto foi financiado em cerca de 20% com capital próprio e 80% recorrendo ao endividamento. O capital foi patrocinado pelas empresas construtoras[267], em cerca de 331 milhões de Rands e o restante foi patrocinado pelo Fundo de

[266] FARLAN, P. (2005).

[267] As empresas construtoras foram a STOCKS AND STOCKS, BOUYGUES e BASIL READ, em FARLAN, P. (2005).

Infra-estruturas da África do Sul, pelo *Rand Merchant Bank Asset Management*, e por outros investidores. Os empréstimos foram efectuados por um consórcio bancário sul-africano, tendo os governos dos dois países assumido as garantias de pagamento.

Este Projecto Financeiro de Pagamentos foi um projecto pioneiro, tendo sido considerado de grande risco, nomeadamente, tendo em conta a existência de portagens, quando havia rotas alternativas sem pagamento (mas mais lentas), e o facto desta ser uma experiência pioneira. Também, o risco associado ao ritmo de crescimento económico era importante, porque influência o volume de tráfico entre os dois países.

Para fazer face às despesas dos automobilistas de Moçambique, sendo estes mais pobres, foi acordado a existência de taxas de portagens mais reduzidas para a população transfronteiriça e subsídios para os transportes públicos.

Os dados mais actuais[268] apontam para uma taxa de crescimento do tráfico, entre 2003 e 2004, em cerca de 4,5% e a entrada de novos investimentos em Moçambique. O risco comercial foi partilhado por várias entidades e a subsidiação da população transfronteiriça, dos transportadores públicos e dos utilizadores habituais reduziu o risco de pagamento do projecto financeiro.

Este projecto pioneiro relançou a possibilidade de outras parcerias público-privada na construção de rodovias com pagamento de portagem, permitindo a viabilização de projectos de maior dimensão.

Componente Ferroviária

O sucesso da construção da rodovia N4 fez com que as autoridades sul-africanas e moçambicanas incentivassem a criação de um consórcio internacional, que permitisse a reabilitação das linhas de caminho de ferro. Este projecto, tendo como principal responsável a NLPI (*New Limpopo Bridge*

[268] FARLAN, P. 2005.

Project Investments), que conjuntamente com a *Spoornet*, da África do Sul e os Caminhos de Ferro Moçambicanos (CFM), assinaram um acordo de concessão por 15 anos, privatizando completamente a linha de caminho de ferro desde a fronteira da África do Sul até aos portos de Matola e Maputo. A Companhia de Caminho de Ferro de Ressano Garcia investiu aproximadamente 10 milhões de dólares para reabilitar a linha de caminho de ferro, modernizando e permitindo que os passageiros e mercadorias circulassem, de forma ininterrupta, desde a África do Sul até Maputo.

A empresa estimou que este projecto poderá levar a um aumento da fretagem do tráfico de mercadorias dos actuais 2,9 milhões de toneladas para próximo dos 6,8 milhões de toneladas.

A linha ferroviária do Corredor de Maputo inicia-se no Porto de Maputo, localizado na parte sul de Moçambique, e estende-se por três linhas de conexão directa com o Zimbabwe, África do Sul e Swazilândia, nomeadamente:

- Linha de Ressano Garcia
- Linha de Goba
- Linha do Limpopo

A componente ferroviária que irradia do Porto de Maputo, forma a mais importante rede ferroviária de Moçambique fornecendo serviços aos países do "*hinterland*" (República da África do Sul, Swazilândia e Zimbabwe) que são mais desenvolvidos na exportação de bens e consequentemente necessitam de um rápido meio de transporte de acesso ao tráfico internacional de e para os maiores mercados mundiais. Este corredor controla todo o fluxo de zona de influência agro-industrial a sul do Rio Save.

Os tempos de trânsito no CFM-Sul são os seguintes:

- Maputo - Ressano Garcia: 4 horas
- Maputo - Chicualacuala: 13 horas

- Maputo - Goba: 3 horas

A linha de Ressano Garcia, com uma extensão de 88 km, liga o Porto de Maputo à República da África do Sul, dispondo de 11 estações e 2 apeadeiros, e permite a circulação de 12 comboios/ dia, em cada sentido.

A linha de Goba tem uma extensão de 74 km e liga o porto de Maputo à Swazilândia. Esta linha tem 4 estações e 14 apeadeiros. A capacidade da linha de Goba permite a circulação diária de 6 comboios em cada sentido.

A linha de Limpopo com 534 km de distância, é a maior linha-férrea do sistema ferroviário do Sul, estabelecendo ligação entre o Porto de Maputo e o vizinho Zimbabwe. Ao longo desta estratégica via, existem 12 estações e 19 apeadeiros.

Quadro 35 - Percurso das Linhas

Linha	Percursos médios p/ passageiros		Percursos médios p/ mercadorias	
	Nacional	Internacional	Nacional	Internacional
Goba	69 Km	74 km	50 Km	74 Km
Ressano Garcia	88 km	88 Km	50 Km	88 Km
Limpopo	146 Km	-	200 Km	520 Km
Salamanga(ramal)	-	-	100 Km	-

Fonte: Companhia de Caminhos-de-ferro de Moçambique (CFM).

Quadro 36 - Capacidade das Linhas

Linha	Comboios/ Dia	Capac. Anual (ton liq.)	Observações
Ressano Garcia	12	5.000.000	Em cada sentido
Goba	6	2.400.000	Em cada sentido
Limpopo	4	1.900.000	Em cada sentido
Ramal de Salamanga	3	600.000	No sentido descendente

Fonte: Companhia de Caminhos-de-ferro de Moçambique (CFM).

Quadro 37 - Linha de Ressano Garcia

Linha	Comboios/ Dia	Capac. Anual (ton liq.)	Observações
Ressano Garcia	12	5.000.000	Em cada sentido
Goba	6	2.400.000	Em cada sentido
Limpopo	4	1.900.000	Em cada sentido
Ramal de Salamanga	3	600.000	No sentido descendente

Fonte: Companhia de Caminhos-de-ferro de Moçambique (CFM).

Quadro 38 - Linha de Goba

Secção	Comprimento (m)	Patamar (m)
Machava-Luís Cabral	13867	5466
Luís Cabral-Boane	12583	590
Boane-Goba	32389	6124
Goba-Fronteira	4828	1761
Total	**63667**	**13941**

Fonte: Companhia de Caminhos-de-ferro de Moçambique (CFM).

Componente Portuária

Em relação à Reconstrução do Porto de Maputo, utilizou-se um *Project Finance* de parceria público-privada semelhante ao efectuado para a construção da Rodovia.

Desde Abril de 2003, que a Companhia de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), a quem foi atribuída uma concessão para a operação do porto durante os próximos 15 anos, gastou quase 10 milhões de dólares em equipamento e maquinaria.

Os objectivos prioritários deste projecto passam pela:

- Dragagem do porto.
- Construção de novos escritórios portuários.
- Compra de equipamentos de manuseamento.
- Restauração das estradas.

- Desenvolvimento de uma nova entrada para o porto, ligando-o, através dum troço rodoviário, à auto-estrada N4, em direcção à África do Sul.

Este é o primeiro porto Africano a ser inteiramente administrado pelo sector privado através de concessões. O consórcio, que detém 51% da Companhia de Desenvolvimento do Porto de Maputo[269] (MPDC) é constituído pelas empresas: *Mersey Docks Group* (do Reino Unido), a *Skanska* (da Suécia) e a *Liscont* (de Portugal). O governo, os investidores privados Moçambicanos, os serviços públicos e os Caminhos-de-ferro de Moçambique (CFM), possuem os restantes 49%. Estima-se que, nos três anos seguintes à implementação do projecto, sejam investidos mais de 70 milhões de dólares no porto, com o objectivo de restaurar as suas infra-estruturas terrestres e marítimas. O financiamento deste projecto tem a participação de 17 bancos internacionais e é liderado pelo Banco de Desenvolvimento da África Austral.

A concessão inclui todas as áreas do porto de Maputo designadas para o transporte marítimo internacional bem como o terminal de carvão da Matola. Outros terminais existentes no troço concessionado, como é o caso do açúcar e dos citrinos, continuarão a operar sob os termos das suas respectivas licenças. Também, durante a primeira etapa da nova administração, os regulamentos portuários dos CFM, continuarão em vigor. A restauração do porto irá permitir uma competição mais eficiente com outros portos ao longo da costa oriental de África, especialmente com o porto de Durban, na África do Sul. Actualmente, devido à sua degradação, o porto apenas manuseia 4 milhões de toneladas de carga. O MPDC espera aumentar este volume para 18 milhões até ao final do seu período concessionário, atraindo os fretes da África do Sul, Swazilândia e, até mesmo do Zimbabwe. Presentemente, todo o tráfego a partir do Zimbabwe é exportado através da Beira, no centro de Moçambique, ou através da África do Sul.

[269] Maputo Port Development Company (MPDC).

A abertura da gestão dos serviços ferro-portuários, está em voga em todo mundo. O CFM, não se tem apartado destas tendências globais, e já iniciou algumas iniciativas nesta perspectiva, como um caminho credível para melhorar os seus serviços, encorajando a participação externa e interna, através de esquemas de "Leasing", formação de "Joint Ventures", entre outros.

Certas áreas de operação têm sido reservadas para este propósito. A implementação desta estratégia no Porto de Maputo tem demonstrado surpreendentemente resultados encorajadores.

A concessão aumentou a eficiência e a segurança, assim como a fretagem de mercadoria. Os dados mais recentes relativos a 2004, apontam para um manuseio de mercadorias na ordem dos 5,54 milhões de toneladas (4,3 milhões de toneladas em 2002)[270], e o responsável comercial do Porto de Maputo (MPDC) aumentou as projecções de manuseio de cargo para os 20 milhões de toneladas por ano, antes do fim da concessão[271].

Síntese

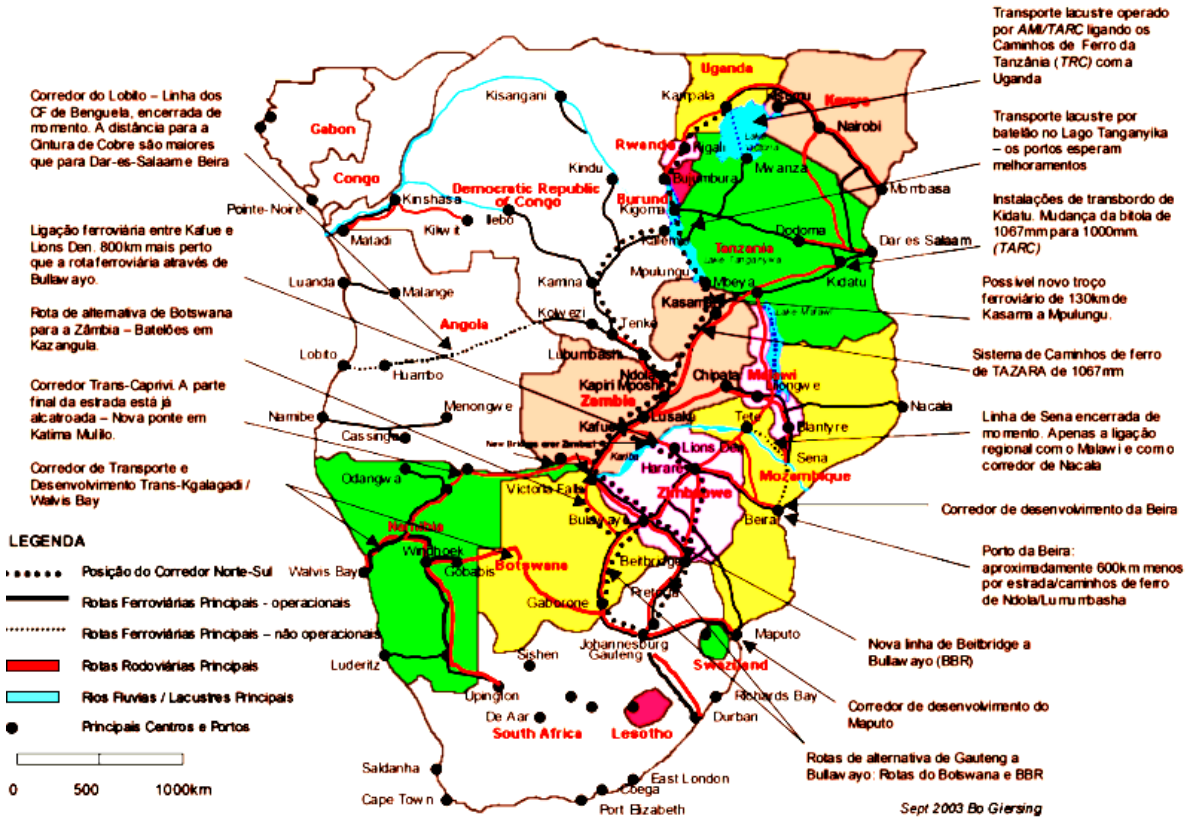
Em síntese, o Desenvolvimento do Corredor de Maputo, com os três projectos integrados (rodovia, ferrovia e porto), permitiu:

1. O relançamento das relações comerciais, empresariais e de investimento entre Moçambique e África do Sul.
2. A reabilitação dos outros dois Corredores de Desenvolvimento, o de Beira e o de Nacala, por efeito arrastamento, propiciando outros meios de escoamento aos produtos dos países do "hinterland" e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de outras regiões de Moçambique.
3. O potenciar do turismo intra-regional, em grande parte devido à diminuição das distâncias rodoviárias e ferroviárias entre os dois países.

---

[270] FARLAN, P. 2005.
[271] MOORE, D. citado por FARLAN, P. (2005).

Mapa 12 - Corredores de Transporte e Portos Regionais do SADC



Fonte: SADC barometer (Outubro 2003).

2.2.4.2 Projecto MOZAL

O projecto MOZAL é um grande empreendimento na área do Alumínio. A fábrica começou a ser construída em Maio de 1998, e começou a laborar em Setembro de 2000. O sucesso do projecto foi tal, que, se iniciou a construção da 2ª fase do projecto, em Setembro de 2001, finalizando-se em Agosto de 2003.

A empresa fica localizada no complexo industrial de Beloluane, nos arredores da cidade de Maputo. A empresa, MOZAL I e II, tem a capacidade de produzir 512 000 toneladas de barras de alumínio por ano. O custo total do projecto foi de, aproximadamente, 2,4 mil milhões de US dólares.

Mapa 13 – Localização do Projecto MOZAL

Fonte: MOZAL (www.mozal.com).

Os actuais accionistas são a BHP-Billiton (com 47%), a Mitsubishi (com 25%), a *Industrial Development Corporation of South Africa* (IDC) (com 24%), e o Governo Moçambicano (com 4%)[272]. Além do investimento efectuado pelo consórcio (cerca de 40% do total), o financiamento do projecto foi garantido por várias agências de investimento internacionais, tais como da própria África do Sul, do Reino Unido, de França, do Japão e de Canadá.

O Alumínio começou a ser produzido em meados do ano 2000, tendo como mercados a União Europeia e a indústria automóvel asiática.

Uma das formas de garantir a atractividade do projecto passou por benefícios fiscais concedidos à empresa, e que se traduziam pela concessão de um estatuto de Zona Industrial Livre, à isenção de pagamento de alguns impostos, como das taxas alfandegárias à importação e exportação e dos impostos de valor acrescentado, e limitou-se os impostos aos lucros a 1% das vendas.

A empresa pode efectuar as importações e exportações de qualquer tipo de bens, após registo no Banco Central.

[272] www.mozal.com

Com a entrada em funcionamento desta indústria, deu-se uma transformação estrutural na produção industrial moçambicana. Assim, a indústria de alumínio representa, actualmente 48% do output total da indústria transformadora e 28% do Valor Acrescentado da mesma indústria[273].

Outro aspecto importante a focar neste investimento prende-se com o facto de um dos principais parceiros do Projecto, a BHP-Billiton, ser uma empresa multinacional, com capitais australianos e holandeses, que tem uma produção integrada verticalmente, possuindo e controlando as minas e as fábricas de alumínio, e ao mesmo tempo detém interesses no sector da electricidade e no consumo final do alumínio.

A MOZAL é focalizada exclusivamente na produção e exportação de alumínio, tendo uma baixa integração vertical, pelo que a empresa subcontrata a quase totalidade de bens e serviços necessários à produção de alumínio[274].

A existência de bauxite em Moçambique, que é o recurso natural indispensável para a produção de alumínio, não foi um factor determinante para a localização da empresa nesse país, pelo contrário, a maior parte da matéria-prima é importada. A implementação deste projecto deveu-se, acima de tudo, a:

- Existência de fortes relações com África do Sul, nomeadamente com as empresas sul-africanas, que numa estratégia de globalização regional optaram por diversificar o seu controlo do Complexo Mineral e Energético da Região da África Austral.

---

[273] Esta diferença significativa entre produção e valor acrescentado deriva da forte componente importada de bens intermédios.

[274] A título informativo deve-se dizer que, a produção de alumínio, depende de várias etapas para que adquira o estado metálico final. Assim, para que a produção do alumínio seja economicamente viável, é preciso que os minérios geradores de alumínio - sendo o bauxite o principal - contenham, no mínimo, 30% de alumina. A alumina, por sua vez, é um óxido de alumínio de alta pureza, obtida a partir do processamento do bauxite em operações químicas, por meio de um processo, conhecido como processo Bayer. Nesta etapa, conhecida como refinaria, o minério é transformado em alumina calcinada, que será utilizada em seguida no processo eletrolítico, como o principal input para a produção de alumínio.

- Existência de infra-estruturas necessárias, como por exemplo o Corredor de Desenvolvimento de Maputo, que permitiu uma maior interligação com a África do Sul e a exportação para a União Europeia e Japão, principais mercados do produto final, através do porto de Maputo, agora reabilitado.
- Existência de fontes energéticas baixas e abundantes, por via do Gás Natural da SASOL e da energia proveniente da Hidroeléctrica de Cabora Bassa[275].

Para Moçambique, as vantagens da implementação do projecto no país, são evidentes. Assim:

- O custo de capital inicial por trabalhador era igual a 26 trabalhadores de outra indústria transformadora, mas, por sua vez, cada trabalhador produz o equivalente a 30 trabalhadores e exporta o mesmo que 200 trabalhadores, em média, de outros sectores da indústria transformadora[276].
- Actualmente, a contribuição total da MOZAL para o PIB Moçambicano é cerca de 3.3%, o que, para uma única firma, é um valor substancial, tendo contribuído, de 2001-2003, para um crescimento de 5%.
- A sua contribuição para às exportações é ainda mais relevante, cerca de 75% das exportações da indústria transformadora, 60% das exportações de bens e 42% do total de rendimentos gerados pelas exportações totais de Moçambique[277].
- Os ganhos líquidos resultantes do comércio da MOZAL são estimados em cerca de 400 milhões de dólares por ano, em laboração na capacidade máxima e nas actuais condições de mercado. Contudo, após o repatriamento de lucros, o pagamento dos serviços de investimento e as transferências dos salários dos trabalhadores

[275] Que vende parte da sua produção eléctrica para África do Sul e que por sua vez reexporta para Moçambique.

[276] CASTEL-BRANCO 2005.

[277] MOZAL, CASTEL-BRANCO 2005 e CPI.

> estrangeiros, o ganho líquido reduz-se a 100 milhões de dólares por ano, e destes, apenas 45 milhões são realmente retidas pela economia moçambicana, em pagamento dos salários aos trabalhadores moçambicanos, às compras efectuadas pela empresa nos mercados locais, à implementação dos programas sociais e ambientais pela empresa e ao pagamento dos impostos.

Assim, apesar da MOZAL ser um grande projecto e muito eficiente, a sua contribuição líquida real para a economia de Moçambique no global, apesar de importante, não é tão expressiva como poderia parecer à primeira vista[278]. Mais do que uma contribuição real à economia moçambicana, que existe, a importância do projecto traduz-se no efeito alavanca à implementação de outros projectos, tão ou mais importantes, incentivados pelas capacidades de concretização de um projecto destas dimensões, atraindo mais investimento externo.

No contexto de globalização existente, torna-se cada vez mais importante que países como Moçambique, totalmente periféricos das economias mundiais, demonstrem capacidade para concretizar este tipo de projectos e que dessa forma possam canalizar a entrada de outros de igual ou superior dimensão.

Na óptica de Krugman[279] , podemos dizer que há efectivamente uma transferência tecnológica, para o país de menor desenvolvimento. Contudo, esta situação deve ser vista na lógica própria das transnacionais, isto é, na dinâmica de expansão destas empresas e da difusão do conhecimento intra-firma[280]. Na realidade, os estudos actuais apontam para que a transferência de tecnologia não tenha sido significativa, isto porque, os contratos com outras empresas locais têm sido quase sempre de curto-prazo, e sem efeito de

---

[278] CASTEL-BRANCO 2005.

[279] Ver o ponto 1.6. MODELO DE TRANSFERÊNCIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E REDISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO.

[280] Ver o ponto 1.3. TEORIAS DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS.

arrastamento para outras indústrias e sectores, que se poderia esperar num projecto desta dimensão[281].

Uma das conclusões que podemos tirar é que apesar de a MOZAL ter mudado as estruturas de produção e de exportação da economia moçambicana, não mudou as estruturas da economia. Na verdade, este projecto aumentou, ainda mais, o grau de exposição do país em relação ao exterior, e aumentou a dependência em relação à economia sul-africana.

2.2.4.3. Projecto SASOL

O projecto SASOL é um projecto de implementação de condutas de gás natural entre a Região de Pande e Temame, em Moçambique, e Secunda, na África do Sul, comportando uma ligação com cerca de 850 kms.

Este projecto, que contou com o apoio de várias organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia, foi assinado em Outubro de 2000 entre a Empresa SASOL[282], (empresa de Petróleo de África do Sul), a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos e o Governo Moçambicano.

O projecto está dentro de uma estratégia da SASOL que pretende diversificar para outros combustíveis, controlar as reservas regionais da energia e compartilhar, de uma forma monopolística, o mercado mundial de combustíveis de gás líquido. A SASOL (com 70%) e a *Industrial Development Corporation* da África do Sul (IDC) são os sócios principais deste projecto.

O projecto do gás natural de Pande-Temane (Inhambane) consiste numa pequena refinaria que extraí, purifica e bombeia o gás natural, através de um

---

[281] Ver os pontos 1.4. ECONOMIAS DE ESCALA, CONCORRÊNCIA IMPERFEITA E COMÉRCIO INTERNACIONAL e 1.5. ESPECIALIZAÇÃO DO TIPO PERVERSO.

[282] O Grupo SASOL, compreende um grupo diversificado de companhias que vai desde a indústria petrolífera, a indústria química e indústria transformadora. A nível da indústria petrolífera a empresa labora desde a extracção, produção e distribuição de energia, sendo a fornecedora de 41% das necessidades de Fuel Líquido da África do Sul (SA Yearbook 2004/05).

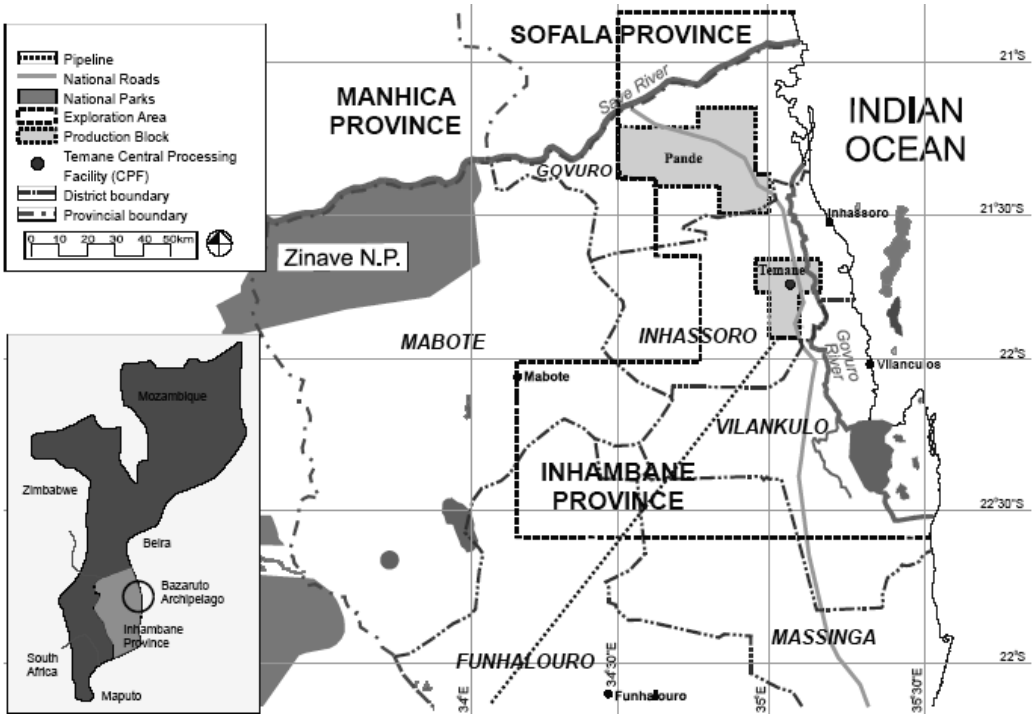
gasoduto, cruzando três províncias em Moçambique (Inhambane, Gaza e Maputo), até chegar às Refinarias de gás da SASOL na África do Sul, aonde é, por sua vez, transformado em combustível líquido.

A dimensão deste projecto pode ser visto em termos geográficos nos mapas seguintes:

Mapa 14 – Dimensão Geográfica do Projecto SASOL

Fonte: Projecto de Gás Natural SASOL, de Moçambique a África do Sul.

Mapa 15 - Implantação do Projecto de Gás Natural



Fonte: Projecto de Gás Natural SASOL, de Moçambique a África do Sul.

Este projecto tem como objectivo final o fornecer gás natural a uma taxa média de 340 mil m^3/hora. E as actividades principais compreendem as seguintes acções:

- Actividades de exploração e prospecção para determinar a extensão das reservas do gás e das posições óptimas para a extracção. A exploração ocorrerá durante todo o período de vida útil do projecto.
- Construção de, aproximadamente, trinta e quatro poços da produção de gás.
- Recolha do gás, através de uma rede de poços de produção, e sua distribuição por uma central de processamento, onde, depois, o gás é seco e limpo.
- Transporte do gás para a Região de Secunda e de Maputo através das condutas subterrâneas
- Melhoria das infra-estruturas na região de Secunda e em Sasolburg para acondicionar o gás natural

O custo do projecto SASOL foi estimado em 1,5 mil milhões de US dólares, empregando menos de 200 trabalhadores durante a operação. A produção de gás iniciou-se em 2004, e espera-se que as exportações de Moçambique para a África do Sul aumentem significativamente, reduzindo o seu défice externo. O balanço real do impacto dos pagamentos do projecto dependerá dos mesmos factores descritos para o Projecto da MOZAL, isto é, dos efeitos totais na balança corrente e de capital[283].

Em síntese, e a partir do exemplo do projecto do gás natural, podemos concluir que:

- Em primeiro lugar, o desenvolvimento de projectos de grande dimensão tende mais a ser determinado por uma estratégia global, do que pela simples disponibilidade dos recursos.
- Em segundo lugar, esta estratégia de competição global dá vantagens ao competidor empresarial, mas poderia dar algumas ideias aos governantes das formas de agir em termos sociais e económicos.
- Em terceiro lugar, percebe-se que o governo sul-africano tem prosseguido estratégias regionais de globalização que ajudam a consolidar a sua posição dominante em termos regionais
- E, finalmente, em quarto lugar, os processos e os sistemas de acumulação de capital, o desenvolvimento do investimento e dos negócios na região, estão relacionados de alguma forma com as principais dinâmicas da economia

Estas conclusões levam-nos a considerar que se torna necessária uma actuação interventiva dos governos, numa perspectiva global para pensar o desenvolvimento do país numa óptica mais abrangente, e mais próxima do que foi preconizado por Susan Strange.

Segundo Castel-Branco (2004), é ainda muito cedo para se estimar os efeitos reais na economia moçambicana da implementação da SASOL, mas tal como na MOZAL, é expectável que o projecto tenho um impacto muito

[283] Ver o ponto 3.3.3.1 Impacto dos Grandes Projectos.

positivo quer em termos da taxa de crescimento económico, quer nas exportações do país. Contudo, este só terá um impacto profundo caso exista um efeito arrastamento para o resto da economia.

Por outro lado, tanto o projecto MOZAL como o SASOL, têm efeitos negativos, pois aumentam a vulnerabilidade da economia moçambicana, devido ao aumento da dependência em relação à produção de poucas empresas, ainda por cima detidas por capital externo.

Se não forem criados novos pólos de desenvolvimento, que diversifiquem a produção e a exportação do país, os riscos para o desenvolvimento de Moçambique são muito grandes.

2.2.5. Evolução Recente da Economia Moçambicana – aspectos conjunturais

2.2.5.1 Actividade Económica

Produção Global

Entre 1998 e 2005, e com excepção do ano de 2000, e economia tem apresentado elevadas taxas de crescimento económico. Os dados mais recentes revelam que o Produto Interno Bruto de Moçambique tenha registado um crescimento homólogo real de 8,1% em 2005[284], acima do previsto (5,7%).

[284] Segundo estimativas do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (Banco Central de Moçambique 2006)

Quadro 39 – Crescimento Económico de Moçambique (1998-2004)

	1998	1999	2000	2001	2002 p	2003 e	2004 e	2005	
								previsão	*estimativa*
PIBpm nominal (milhões de USD)	3958	4096	3759	3478					
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	4,6	2,9	8,0	10,6					
PIBpm nominal (variação anual em %)	17,8	10,7	9,6	25,0					
PIBpm real (variação anual em %)	12,6	7,5	1,5	13,0	7,7	7,0	4,6	5,7	8,1

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e Banco de Portugal.
e - estimativa; p- preliminar.

Produção Sectorial

Segundo o Relatório do Banco Central de Moçambique[285], os sectores que influenciaram a melhoria significativa do PIB foram o sector da construção, dos transportes e comunicações e da electricidade e águas. A produção derivado dos grandes projectos (MOZAL e SASOL) que representam 7% e 1% do PIB, respectivamente, aumentou 0.7% e 8.2% em volume. Estas duas empresas atingiram a capacidade máxima de produção em 2004 e 2005, respectivamente.

Em 2004, devido ao arranque da Fase II, da Mozal, no 2º semestre de 2003[286], a indústria transformadora registou um forte crescimento, tendo desacelerado em 2005. A indústria extractiva registou, também, um comportamento similar (forte crescimento em 2004 e uma desaceleração em 2005), em virtude da entrada em funcionamento da produção de Gás de Temane a partir de Fevereiro de 2004.

[285] Relatório Anual do Banco de Moçambique de 2005, Junho de 2006.

[286] Sem o contributo da Fabricação de Alumínios o crescimento da indústria transformadora seria de 5,2%.

Quadro 40 - Evolução PIB por sectores (em termos reais, %)

	2003	2004	2005	
			Planeado	Real
Sector primário				
Agricultura e pecuária	8,4	9,1	6,6	1,8
Pesca	9,5	-3,8	7,7	-4,1
Sector secundário				
Indústria extractiva	5,5	215,7	41,6	11,1
Indústria transformadora	-2,8	12,7	3,1	3,6
Electricidade e água	-5,3	5,7	14,8	9,8
Construção	-3,5	-14,6	0,2	25,8
Sector terciário				
Comércio	22,0	-0,1	6,5	1,7
Serviços de Reparação	1,6	0,1	0,2	1,1
Restaurantes e Hotéis	3,8	3,8	0,7	6,1
Transportes e Comunicações	11,0	16,4	13,1	19,5
Serviços Financeiros	12,7	0,9	1,0	2,9
Aluguer de Imóveis	2,0	2,5	2,5	2,4
Serviços Prestados A Empresas	4,3	1,9	3,1	5,5
Serviços Públicos	14,0	5,6	9,3	21,0
Outros	16,2	8,5	0,8	1,4
Produto Interno Bruto	7,0	4,6	5,7	8,1

Fonte: Banco de Moçambique 2006.

Na agricultura, a seca que se fez sentir nas regiões centro e sul do país em 2005, teve um impacto particularmente negativo sobre a produção de cereais levando à forte desaceleração da produção.

A produção no sector de construção, onde predominaram grandes obras públicas em infra-estruturas, como estradas e pontes registou um forte aumento em 2005, invertendo a quebra ocorrida em 2004, com o fim das construções dos projectos MOZAL I e II e SASOL, iniciadas em 2003. As obras efectuadas têm como objectivo uma maior integração inter-regional entre os mercados do centro, sul e norte do país.

A produção do sector de electricidade e água aumentou 9,8% em 2005, reflectindo essencialmente o desempenho observado em termos de energia eléctrica, na sequência dos projectos de electrificação das zonas rurais, e expansão da rede nas zonas suburbanas das principais cidades. Também, a reabilitação e modernização da Hidroeléctrica de Cabora Bassa iniciada em 2004, aumentou a capacidade de geração de energia em 13,4%, levando ao crescimento das exportações para a África do Sul e Zimbabwe.

No que se refere ao sector de transportes e comunicações, o forte desenvolvimento dos telefones móveis, a concessão da exploração dos serviços de manuseamento portuário a privados, o reinicio do transporte de passageiros ligando a cidade de Maputo a alguns pontos da província de Maputo e o aumento do transporte Rodoviário de carga tiveram um papel decisivo no forte crescimento do sector ocorrido em 2005.

Finanças Públicas

Quanto às finanças públicas do país, no seguimento das orientações definidas pelo FMI, no âmbito dos acordos para o Programa de Apoio à Pobreza, o governo moçambicano tem-se empenhado na consolidação. Para este objectivo tem norteado a sua política segundo os seguintes pilares:

• Restrição da despesa pública, tanto corrente como de capital, localmente financiada.

• Melhoria na arrecadação da receita, por via da reforma na administração tributária e aumento da base de incidência.

• Reforma na administração da despesa pública.

Em 2005, o crescimento das receitas, em parte devido à implementação das reformas na administração tributária e ao aumento da base de incidência, mais que compensaram o aumento das despesas, levando a uma diminuição do défice orçamental.

Quadro 41 - Receitas e Despesas Totais das Administrações Públicas
(milhões de meticais, preços correntes)

	2004	2005
Receitas Totais	16 562	20 383
(em % do PIB)	13,0	13,7
Despesas Totais	32 741	35 197
(em % do PIB)	25,6	23,7
Saldo Orçamental	16 179	14 814
(em % do PIB)	12,7	10,0
pm: PIB	127 778	148 626

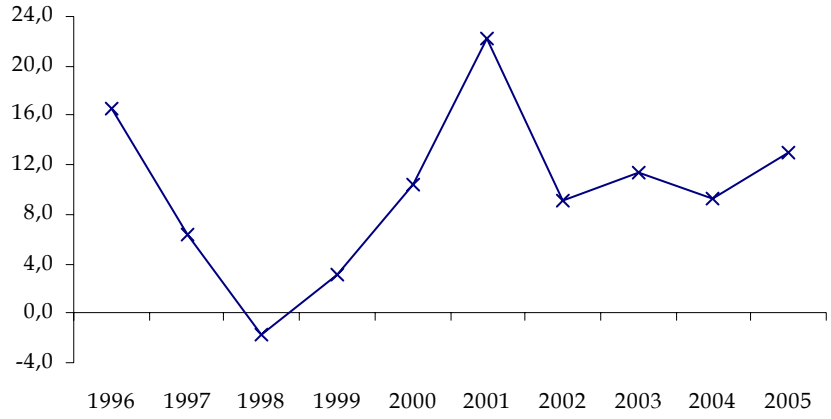
Fonte: Banco de Moçambique, Banco de Portugal e cálculos do autor

Preços

Em 2005, a inflação acumulada situou-se nos 13,1%, uma aceleração face ao ocorrido em 2004. Para este comportamento contribuíram:

- A seca que ocorreu no país, que levou ao grande aumento dos preços dos produtos alimentares.
- A depreciação do metical face aos principais parceiros.
- A aceleração do preço do petróleo dos mercados internacionais.

Gráfico 7 - Índice de Preços no Consumidor de Moçambique (taxa de variação homóloga, %)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Moçambique.

Taxa de Juro

As taxas de juro médias aplicadas pelas instituições de crédito nas transacções com os seus clientes registaram uma tendência de redução, passando de 23,7% em Dezembro de 2004, para 19,2% no mesmo período de 2005. A aceleração dos preços não permitiu uma menor desaceleração das taxas de juros praticadas, tendo mesmo a autoridade central aumentado a taxa de redesconto praticado pelo Banco Central. As taxas de juro dos depósitos registaram o mesmo comportamento das dos empréstimos, diminuindo em 1,6 p.p. no mesmo período.

Taxa de Câmbio

O Metical apresentou um comportamento instável em relação às principais moedas internacionais no ano de 2005, o que resultou numa depreciação acumulada em relação ao dólar americano da ordem dos 28% em Dezembro de 2005, após uma apreciação de 21% em 2004[287].

Balança de Pagamentos

Em 2005, a balança de pagamentos deteriorou-se em consequência de um agravamento do défice da balança corrente (-25,3%) e um menor excedente da Balança de Capital e Financeira (+1,9%). Este pior desempenho da balança corrente resultou de um mau ano agrícola e do aumento continuado dos preços do petróleo nos mercados internacionais levando ao aumento das importações em produtos alimentares e combustíveis. Para o menor excedente da Balança de Capital e Financeira contribuiu, por um lado, a redução do montante das ajudas internacionais para investimentos e, por outro lado, a redução do perdão da dívida (por comparação com o montante excepcional de redução do perdão de dívida que tinha ocorrido em 2004). Em 2006, é esperado um novo aumento do perdão da dívida.

A iniciativa de alívio da Dívida Multilateral surgiu na sequência da decisão tomada em Julho de 2005, pelo G8, no sentido do FMI, Agência Internacional de Desenvolvimento e Banco Africano de Desenvolvimento cancelarem 100% da dívida dos países com rendimentos baixos. Em termos gerais, pretende-se com esta medida ajudar os mesmos a concretizar, gradualmente, os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio[288].

São elegíveis a esta iniciativa os países que consigam satisfazer cumulativamente os seguintes critérios: bom desempenho macroeconómico; implementação de uma estratégia de redução da pobreza; e boa gestão das despesas públicas. Moçambique irá beneficiar do cancelamento de um

[287] Ver Gráfico 9 - Taxa de Câmbio entre o Metical e o Rand versus Dólares.
[288] Relatório Anual do Banco de Moçambique 2005.

montante equivalente a 154 milhões de dólares referente à dívida não paga até 31 de Dezembro de 2004.

Os valores acordados são faseados e dependentes dos objectivos alcançados, tendo sido programado os seguintes prazos:

Quadro 42 - Iniciativa de alívio da Dívida Multilateral

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Milhões de Dólares	35,0	34,0	31,0	24,0	15,0	8,0	4,0	2,0	0,5	153,5
Milhões de Meticais	840,0	816,0	744,0	576,0	360,0	192,0	96,0	48,0	12,0	3684,0

Fonte: Banco de Moçambique.

2.2.5.2 Programa de Apoio à Redução da Pobreza Absoluta

Como foi evidenciado neste trabalho, Moçambique é um dos países mais pobres do mundo. Os dados económicos e sociais colocam-no na cauda das tabelas de classificação.

Quadro 43 - Indicadores Sociais (1960-2001)

	Moçambique			África Sub-Sahariana			Países com Baixo Rendimento		
	1960	1980	2001	1960	1980	2001	1960	1980	2001
Taxa de Fertilidade (nascimentos por mulher)	6,0	6,5	5,1	7,0	6,6	5,2	6,0	5,3	3,6
Esperança de Vida à nascença (nº de anos)	37	44	42	40	48	46	44	53	59
Mortalidade Infantil (por 1000 nados-vivos)	:	140	125	:	118	105	:	109	80
Taxa de Iliteracia (% das pessoas com mais de 15 anos)	:	76	56	:	62	39	:	53	38
Frequência de Escola Primária	:	:	92	:	80	86	:	83	95
Frequência de Escola Secundária	:	5	12	:	15	27	:	29	44
Força de Trabalho das crianças entre os 10 a 14 anos (% do total do grupo etário)	42	39	32	39	35	29	32	25	18

Fonte: Relatório do Banco Mundial 2003.

Segundo os dados do FMI[289], em 1997, cerca de 69,4% da população vivia numa situação de pobreza absoluta e nessa perspectiva o Fundo Monetário Internacional acordou com Moçambique um plano de redução da pobreza.

O objectivo passava por apoiar o país, em termos financeiros, em áreas que estivessem directamente relacionadas com a pobreza absoluta, de forma a

[289] FMI 2005a.

que estes níveis de pobreza baixassem dos quase 70%, em 1997, para 60%, em 2005, e 50% em 2010.

O programa de apoio à redução da pobreza absoluta tinha como fundamento a consolidação da estabilização económica, o aprofundamento das reformas estruturais para manter um elevado crescimento económico, a promoção da criação de emprego e a redução da pobreza[290]. Além destes objectivos bastante ambiciosos o Fundo pretendia ajudar Moçambique a estabelecer programas que permitissem aumentar as receitas fiscais, incrementar a eficiência da despesa pública, melhorar a gestão e a autonomia das autoridades monetárias no que concerne à taxa de juro e à taxa de câmbio, diminuir as vulnerabilidades do sistema bancário, e, finalmente, remover os obstáculos ao funcionamento e desenvolvimento do Sector Privado[291].

Os dados mais recentes apontam para um bom aproveitamento dos programas de apoio, e uma análise mais detalhada do FMI[292] indica que em 2002/03 a população que vivia em pobreza absoluta baixou para 54%[293], um resultado francamente positivo, tendo ficado abaixo dos objectivos acordados para o ano de 2005.

Neste momento já está em curso o novo programa de apoio do FMI, o programa 2004-2006, e já estão a decorrer as conferências entre os doadores internacionais para a implementação de um novo programa para 2007-2009[294]. Espera-se que este programa seja também complementado com apoios do Banco Mundial e de outros doadores internacionais[295].

---

[290] FMI 2005ª.

[291] FMI 2005a.

[292] FMI 2005a.

[293] Foi efectuado um inquérito a cerca de 8700 famílias moçambicanas, no qual foi apresentado os dados. Contudo, o FMI realça que esses resultados devem ser vistos com precaução tendo em conta que podem ter sido enviesados pela redução dos custos originados pela apreciação do Rand face ao Metical tendo em conta que a maior parte dos produtos de bens alimentares importados têm como proveniência a África do Sul (FMI 2004b).

[294] FMI 2005a.

[295] Tanto o Banco Mundial, com o Programa *Millenium Goal Objectives* como o Reino Unido têm programas de apoio, no caso do Reino Unido tem sido em termos de perdão da dívida externa moçambicana.

Os grandes objectivos de estabilização macroeconómica que o FMI habitualmente implementa, passam pela redução do défice fiscal e externo. No caso Moçambicano, estes dois objectivos, que têm estado perante a observação dos técnicos do Fundo, têm obtido resultados bastante satisfatórios.

Em termos fiscais, o FMI tem-se preocupado com a implementação de reformas que levem a uma maior regulação e regulamentação de todo o sistema de colecta de impostos. Esta eficiência tem, segundo os dados tanto do FMI[296] como das autoridades monetárias Moçambicanas[297], apresentado resultados muito positivos. Mas devido aos benefícios fiscais já contractualizados, tanto com os grandes projectos como os derivados de acordos internacionais, as receitas fiscais continuam a diminuir.

O défice externo, que tem sido uma preocupação dos organismos internacionais, devido ao forte endividamento de Moçambique, tem melhorado substancialmente com a implementação dos novos projectos, que têm levado a um aumento das exportações superior ao crescimento das importações.

Os sectores, considerados prioritários, com apoio do FMI são a educação, a saúde, as infra-estruturas, o sistema de distribuição de água potável e as condições de higiene sanitária. Os dados apontam para uma boa execução dos programas relacionados com a educação, mas permanecem baixos nos outros programas, e portanto espera-se que o novo governo dê um impulso a estes novos programas.

[296] FMI 2005a.
[297] Banco de Moçambique 2005.

Quadro 44 - Despesas nas áreas prioritárias do PARPA (2003-2005)

	2003 e	2004 e	2005 p
Despesas Totais do PARPA (em 10^6 Meticais)	17 996	19 134	25 109
Em % do PIB			
Educação	5,0	4,5	4,4
Saúde	2,6	2,4	2,9
HIV/SIDA	0,1	0,1	0,2
Desenvolvimento de Infra-estruturas	3,4	3,0	4,4
Agricultura e Desenvolvimento Rural	1,2	1,0	1,0
Adm Pública e Sistema Judicial	2,3	2,1	2,3
Outras Áreas Prioritárias	1,0	0,8	0,5
TOTAL	15,8	13,9	15,7

Fonte: FMI 2005a

2.2.5.3 Impacto da SIDA na Economia Moçambicana

O problema da SIDA em Moçambique, tal como na África do Sul, é dramático. Os dados estimados pelo Banco Mundial[298] apontavam para uma taxa de incidência do vírus na ordem dos 12%, no ano de 2000, atingindo um pico de 16% em 2007, estabilizando nesse ano, na expectativa que as políticas implementadas, tanto de âmbito governamental como dos organismos internacionais, tenham o êxito esperado.

Quadro 45– Estimativa da Taxa de Prevalência do Vírus da SIDA (em 2002)

Região	Provincias	Taxas de Prevalência estimadas (2002)	
		Província	Região
Sul	Cidade de Maputo	13,0%	13,2%
	Provícia de Maputo	14,3%	
	Gaza	16,0%	
	Inhambane	9,6%	
Centro	Sofala	18,7%	16,5%
	Manica	21,1%	
	Tete	19,8%	
	Zambézia	12,7%	
Norte	Nampula	5,2%	5,7%
	Niassa	6,8%	
	Cabo Delgado	6,4%	
Total País		12,2%	

Fonte: Ministério da Saúde de Moçambique 2002 citado em ARDNT, C. 2003

[298] ARDNT, C. 2003.

O impacto do vírus da SIDA em termos económicos resulta no aumento da mortalidade e diminuição de força de trabalho, nos custos económicos, em termos de saúde e despesas sociais.

No que respeita aos impactos demográficos, os dados do Ministério da Saúde, em 2000, apontam para que tenham morrido cerca de 100 mil pessoas vítimas desta doença. Todavia, este número tenderá a aumentar, estimando-se que em 2010 chegue aos 1,2 milhões de pessoas[299]. Devido a este dramático acontecimento projecta-se que o crescimento populacional passe para os 1,6%, ao ano, contra os 2,5% caso não existisse a doença, e a esperança de vida diminua para os 36,5 anos de vida, contra os 50,3 anos em ausência da doença[300].

O vírus afecta, primordialmente, a população entre os 20 e os 49 anos de idade, isto é, a população que em termos de actividade económica, é considerado mais importante e aquela que absorve as maiores responsabilidades sociais, tanto em relação à infância como aos idosos. Por outro lado, tendo em conta que a prevalência do vírus nas mulheres grávidas está entre os 15% a 30%, significa que entre 1 a 2 crianças em 20 nascidas terá o vírus da SIDA. Desta forma, os efeitos do vírus na população infantil poderão ser devastadores, e se juntarmos a esta situação o facto de muitas crianças serem órfãs, pode-se dizer que o futuro se apresenta dramático para estas crianças.

Channing Arndt[301] efectuou um estudo, no âmbito do Banco Mundial, sobre o impacto económico da SIDA na economia Moçambicana, através de um modelo de Equilíbrio Geral, incorporando já a informação sobre o impacto dos novos projectos. Arndt estabelece três cenários:

1. Sem a existência da doença,
2. Com os efeitos totais da doença,

---

[299] ARDNT, C. 2003.
[300] ARDNT, C. 2003.
[301] ARDNT, C. 2003.

3. Redução de alguns desses efeitos, nomeadamente considerando que alguns dos efeitos previstos serão menores do que se estima actualmente.

Os resultados desse estudo apontam para um diferencial de crescimento económico que pode atingir os 4,3% em 2010, entre o cenário mais negativo e a ausência da doença. Em termos cumulativos isso significa que o crescimento do PIB poderá ser inferior entre 14% (no cenário intermédio) a 20% (no cenário mais negativo) ao do cenário em ausência de doença.

As razões pelas quais este diferencial é elevado provem de um menor crescimento populacional, de uma menor acumulação de capital humano e físico e, consequentemente, de um menor crescimento da produtividade.

Em termos de despesa fiscal, a SIDA também tem efeitos graves tendo em conta que o crescimento das despesas de saúde, para colmatar a doença, e das despesas em segurança social, para apoio dos doentes e dos órfãos é muito grande.

3. QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE A ÁFRICA DO SUL E MOÇAMBIQUE

Nesta parte da dissertação pretende-se retratar o estado actual das relações económicas entre a África do Sul e Moçambique.

Num âmbito estritamente económico, e numa 1ª fase, iremos debater a dominação ou cooperação existente entre estas duas economias, vista numa perspectiva de dependência ou interdependência. No estudo da Economia Internacional faz sentido especificar estas relações no âmbito da mobilidade dos factores produtivos. Assim, vamos verificar os fluxos existentes a nível de bens, serviços, capitais e trabalho, e para isso vamos apresentar as questões relativas ao comércio, ao investimento e à imigração.

Numa segunda fase, iremos debater esta relação de interdependência a partir da definição de poder estrutural de Susan Strange e assim constatar a especificidade destas relações.

As relações entre a África do Sul e Moçambique, como temos vindo a referir, são longas e cobrem diversas áreas.

Os dois países têm laços comerciais e de investimento que datam do princípio do século XX. Os primeiros acordos foram assinados em 1928, entre a África do Sul e Portugal (a potência colonial de Moçambique) e tinham como objectivo regular o emprego, os transportes e questões comerciais.

Quadro 46 - Alguns Acordos entre Moçambique e África do Sul (1964-2005)

13-Out-64	Acordo relativo aos trabalhadores moçambicanos em África do Sul
13-Out-64	Convenção Moçambicana sobre Transporte Ferroviário
13-Out-64	Acordo relativo a Rios Transfronteiriços
26-Mar-70	Alteração à Convenção Moçambicana
16-Mar-84	Tratado de I'Nkomati - Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança
26-Nov-84	Acordo relativos às questões piscatórias
24-Ago-92	Estabelecimento de Missões Comerciais
31-Ago-92	Acordo relativos às questões piscatórias
20-Jul-94	Acordo que estabelece uma Comissão Conjunta Permanente de Cooperação
28-Fev-95	Acordo que estabelece uma cooperação e mútua assistência ao combate ao crime.
28-Fev-95	Acordo Relativo ao Turismo
16-Jan-96	Memorando de Princípio sobre o Comércio de Gás Natural.
27-Fev-96	Declaração Conjunta de Intenções relativa à Questão da destruição das Minas Terrestres
06-Mai-96	Acordo sobre o Desenvolvimento Agrícola
06-Mai-96	Acordo sobre o Transporte de Mercadorias
26-Jul-96	Acordo sobre a Coordenação e Desenvolvimento do Corredor de Maputo
26-Jul-96	Acordo de estabelecimento e funcionamento de Comissão sobre Águas
26-Jul-96	Protocolo de implementação da Estrada N4 entre Rossano Garcia e Maputo.
20-Mar-97	Memorando princípio sobre Mepanda Uncua
27-Mar-97	Acordo de Desminação
05-Mai-97	Acordos Bilaterais sobre o Transporte de Mercadorias por Estrada entre os Países
06-Mai-97	Acordos Bilaterais sobre o Transporte de Passageiros por Estrada entre os Países
11-Fev-00	Acordo Relativos à Promoção e Protecção Recíproca de Investimento
16-Mar-00	Acordo de Cooperação na Defesa
06-Abr-01	Acordo relativo ao Gás Natural
18-Mar-02	Acordo relativo à Assistência Mútua entre as Administrações Aduaneiras
10-Mai-02	Acordo Relativo à Cooperação entre os Serviços de Procura e Salvamento
10-Mai-02	Acordos sobre Serviços Áereos
15-Abr-05	Abolição de Visto entre os dois países

Fonte: South Africa Yearbook 2004/05.

A África do Sul, como já foi referido[302], é um país de médio rendimento, mas que no contexto do continente Africano, e de forma mais pronunciada na África Austral, representa uma potência, tendo em conta os aspectos económicos, sociais, da segurança e da defesa. De forma ainda mais concreta, as diferenças económicas entre a África do Sul e Moçambique são evidenciadas no quadro seguinte:

[302] Ver ponto 2.1.3. Caracterização estrutural da África do Sul em termos económicos

Quadro 47 - Alguns indicadores básicos da África do Sul e de Moçambique (em 2003)

	População (milhares)	Área (mil Km ^{2})	Densidade Populacional (Pop./Km ^{2})	PIB, preços correntes (milhões de dólares)	PIB per capita, preços correntes (dólares)	Crescimento anual real do PIB (média 1995-2002)
Moçambique	18 863	802	24	4 321	229	8,4
África do Sul	45 026	1 221	37	165 434	3 674	2,9
Peso de Moçambique na África do Sul	42%	66%	65%	3%	6%	
Peso de Moçambique em África	2%	3%	86%	1%	29%	
Peso de África do Sul em África	5%	4%	132%	25%	466%	
p.m.: África	849 491	30 043	28	669 710	788	3,8

Fonte: OCDE, African Economic Outlook 2004.

Assim, podemos observar que, apesar de Moçambique ter um território que abarca os 42% do território sul-africano, no que se refere ao PIB a relação fica nos 3% (e 6% quando comparamos em termos de PIB per capita).

Se fizermos esta comparação no contexto do continente africano, rapidamente nos apercebemos da importância e do peso da África do Sul. Com uma área que corresponde a 4% do total de África, o PIB da África do Sul atinge 25% do continente africano. No que se refere a Moçambique, verificamos que com um território de 3% do total de África, o PIB do país corresponde apenas a 1% do total do PIB do continente.

Desta forma, quando falamos em relações de dependência entre a África do Sul e Moçambique, devemos partir desta primeira constatação: a África do Sul é uma potência regional enquanto Moçambique é um dos países mais pobres do mundo.

Como foi sendo sublinhado ao longo da dissertação, as relações económicas entre a África do Sul e Moçambique conheceram diferentes graus de intensidade. A posição geo-estratégica destes dois países vizinhos favoreceu este entendimento. Podemos caracterizar a intensidade das relações entre os dois países em:

- Forte, antes da independência.
- Conflituosa, após a independência.

- Normalidade, após os acordos de Incomati em 1984.
- E novamente, forte, a partir de 1994, ano das primeiras eleições multirraciais na África do Sul e multipartidárias em Moçambique.

Na actual dissertação damos maior ênfase a este último período, e assim as análises principais far-se-ão relativamente a esse período.

3.1. ACORDOS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO

Um aspecto fundamental que importa referir é o facto destes dois países fazerem parte de uma mesma área de integração económica, a Comunidade para o Desenvolvimento para a África Austral (SADC)[303].

A SADC tem como origem a SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral) que foi formada em 1980. Composta inicialmente por nove países da África Austral[304], entre os quais Moçambique, e em que os objectivos principais passavam pela maior equidade na integração regional e acima de tudo pelo ganhar maior independência económica face à África do Sul. Em 1992, quando o fim do Apartheid na África do Sul era quase realidade, os países pertencentes à SADCC transformam essa organização na actual SADC, e em 1994, a África do Sul adere à organização[305]. Actualmente, a organização é composta por 15 países[306].

A SADC tem como objectivos atingir uma maior integração económica e nessa sequência, foi estabelecido um protocolo comercial, que entrou em vigor em 2000, tendo em vista a criação de uma zona de comércio livre em cerca de 98% dos produtos, em 2012. Em Março de 2004, a comunidade, anunciou, um ambicioso plano que pretendia aprofundar a integração económica[307], estabelecendo uma União Aduaneira em 2010, um Mercado Comum em 2012, e a preparação para uma União Monetária em 2016[308].

No conjunto, os dois países fazem parte de vários de acordos regionais e bilaterais de comércio, como podemos verificar no Gráfico 8:

---

[303] SADC – *Southern Africa Development Community*.

[304] Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

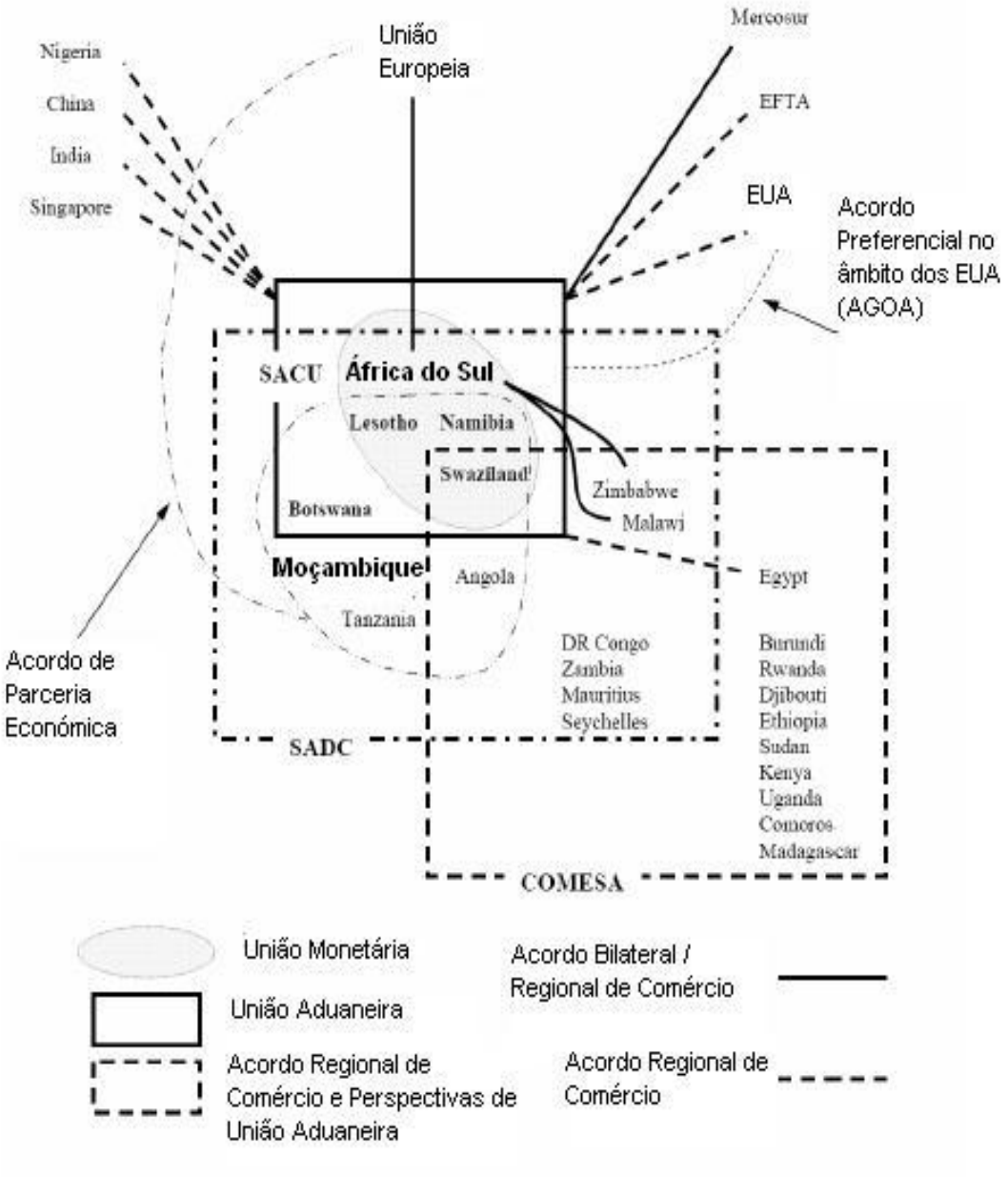
[305] PEREIRA 1995.

[306] Angola, África do Sul, Botswana, Lesotho, Mdagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namibia, República Democrática do Congo, Seychelles, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

[307] Para uma informação detalhada sobre os tipos de integração económica ver o ponto 1.2. INTEGRAÇÃO ECONÓMICA.

[308] FMI 2006.

Gráfico 8 - Acordos de Comércio na África Austral



Fonte: FMI 2006a, adaptado pelo autor.

3.2. COMÉRCIO

Em termos globais, como já constatamos, o comércio externo sul-africano é substancialmente superior ao de Moçambique.

Para termos uma ideia mais concreta desta realidade podemos observar os seguintes quadros:

Quadro 48 - Total de Exportações e Importações de Moçambique e da África do Sul (1950-2004, milhões de dólares)

	Moçambique				África do Sul			
	Exportações	Importações	Saldo Comercial	Taxa de Cobertura	Exportações	Importações	Saldo Comercial	Taxa de Cobertura
1950	37	58	-21	63,8%	1.151	921	230	124,9%
1960	75	127	-52	59,1%	1.985	1.629	356	121,9%
1970	156	324	-168	48,1%	3.344	3.843	-499	87,0%
1980	281	800	-519	35,1%	25.525	19.598	5.927	130,2%
1981	281	801	-520	35,1%	20.658	22.925	-2.267	90,1%
1982	229	836	-607	27,4%	17.673	18.407	-734	96,0%
1983	132	636	-504	20,8%	18.508	15.813	2.695	117,0%
1984	96	540	-444	17,8%	17.163	15.955	1.208	107,6%
1985	77	424	-347	18,2%	16.293	11.319	4.974	143,9%
1986	79	543	-464	14,5%	18.385	12.992	5.393	141,5%
1987	97	642	-545	15,1%	21.219	15.277	5.942	138,9%
1988	103	736	-633	14,0%	21.871	18.723	3.148	116,8%
1989	105	808	-703	13,0%	22.191	18.498	3.693	120,0%
1990	126	878	-752	14,4%	23.549	18.399	5.150	128,0%
1991	162	899	-737	18,0%	23.279	18.829	4.450	123,6%
1992	139	855	-716	16,3%	23.440	19.738	3.702	118,8%
1993	132	955	-823	13,8%	24.222	19.991	4.231	121,2%
1994	157	1.019	-862	15,4%	25.308	23.363	1.945	108,3%
1995	168	704	-536	23,9%	27.853	30.546	-2.693	91,2%
1996	217	759	-542	28,6%	29.221	30.182	-961	96,8%
1997	222	739	-517	30,0%	31.027	32.998	-1.971	94,0%
1998	230	790	-560	29,1%	26.362	29.242	-2.880	90,2%
1999	263	1.139	-876	23,1%	26.707	26.696	11	100,0%
2000	364	1.158	-794	31,4%	29.983	29.695	288	101,0%
2001	703	1.063	-360	66,1%	29.258	28.248	1.010	103,6%
2002	663	1.263	-600	52,5%	29.723	29.267	456	101,6%
2003	860	1.275	-415	67,5%	36.482	41.084	-4.602	88,8%
2004	1.390	1.765	-375	78,8%	45.929	55.200	-9.271	83,2%

Fonte: Organização Mundial de Comércio (www.wto.org).

Quadro 49 - Rácio entre as Exportações e Importações Moçambicanas sobre as Exportações e Importações de África do Sul (1950-2004)

	Rácios (Moçambique / África do Sul)	
	Exportações	Importações
1950	3,2%	6,3%
1960	3,8%	7,8%
1970	4,7%	8,4%
1980	1,1%	4,1%
1981	1,4%	3,5%
1982	1,3%	4,5%
1983	0,7%	4,0%
1984	0,6%	3,4%
1985	0,5%	3,7%
1986	0,4%	4,2%
1987	0,5%	4,2%
1988	0,5%	3,9%
1989	0,5%	4,4%
1990	0,5%	4,8%
1991	0,7%	4,8%
1992	0,6%	4,3%
1993	0,5%	4,8%
1994	0,6%	4,4%
1995	0,6%	2,3%
1996	0,7%	2,5%
1997	0,7%	2,2%
1998	0,9%	2,7%
1999	1,0%	4,3%
2000	1,2%	3,9%
2001	2,4%	3,8%
2002	2,2%	4,3%
2003	2,4%	3,1%
2004	3,0%	3,2%

Fonte: Organização Mundial de Comércio (www.wto.org).

De facto, a importância do comércio externo de Moçambique relativamente à África do Sul é diminuta, apesar de termos que enquadrar estes dados nas diferentes dimensões económicas dos dois países[309]. Apenas observar a importância do comércio externo moçambicano para a África do Sul, chegamos à conclusão que o seu peso é diminuto, mas se juntarmos a este facto o peso do PIB de Moçambique na África do Sul (que, em 2003 representa 3%[310]) verificamos que o peso relativo de Moçambique se mantém.

[309] Ver Quadro 47.
[310] Ver Quadro 47.

Quadro 50 - Principais parceiros comerciais de Moçambique – Exportação (1996-2004, em % do total)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1991 a 2004
África do Sul	17,7	19,1	16,4	26,2	14,6	15,3	17,7	16,2	12,9	16,1
Bélgica	1,5	3,5	1,9	0,2	0,3	0,1	41,4	43,5	0,6	13,4
Espanha	20,9	18,4	15,5	12,7	10,7	3,8	2,8	6,7	2,5	9,1
E.U.A.	11,4	11,4	5,5	4,7	4,7	0,9	1,6	1,5	0,6	3,4
Holanda	1,6	3,0	2,3	1,6	1,0	1,0	0,3	2,8	60,9	16,0
Índia	11,6	5,7	7,9	11,8	4,9	0,5	2,1	0,3	2,2	3,2
Japão	7,6	8,4	6,0	4,3	4,3	4,2	0,7	0,9	0,9	3,8
Malawi	7,9	8,0	4,3	1,8	3,0	1,5	1,5	3,1	3,3	3,3
Portugal	7,7	8,9	7,4	9,0	11,6	4,0	4,4	3,7	2,8	5,5
Zimbabwe	4,2	4,1	17,6	14,9	17,7	5,3	5,8	2,8	2,3	5,7
Outros	7,9	9,4	15,1	12,9	27,0	63,4	21,8	18,2	11,0	20,4
Exportações totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco de Moçambique, FMI e Banco de Portugal.

No que respeita às exportações, além da África do Sul que ocupa um lugar de destaque, também o Zimbabwe, a Espanha, Portugal, os Estados Unidos, o Japão, o Reino Unido, a Índia e o Malawi são parceiros privilegiados de Moçambique.

A África do Sul é, pois, um dos parceiros comerciais mais importantes de Moçambique, e mesmo com a alteração de posições, ocorrida nos últimos anos, com os países da União Europeia (Bélgica em 2003 e Holanda em 2004) a ganhar relevo, a África do Sul mantém uma posição forte e determinante nas trocas comerciais moçambicanas. De notar, que a subida da importância da União Europeia como principal mercado exportador deriva do aumento das exportações de alumínio com a entrada em funcionamento do projecto MOZAL.

Quadro 51 - Principais parceiros comerciais de Moçambique – Importação (1996-2004, em % do total)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1991 a 2004
África do Sul	33,2	40,9	39,5	28,1	44,2	40,7	30,4	37,6	41,4	35,0
Alemanha	2,6	2,4	1,1	0,8	0,8	0,6	0,8	2,1	0,9	2,0
Espanha	1,3	1,3	0,8	0,3	1,0	1,9	0,4	1,6	1,2	1,4
E.U.A.	4,2	5,2	5,3	3,6	3,5	1,8	5,2	6,0	2,4	4,9
França	4,4	2,7	2,1	0,9	2,2	1,1	1,7	2,0	1,7	3,6
Itália	4,2	1,8	1,0	0,7	1,5	0,9	0,9	1,3	1,2	2,5
Japão	4,0	4,5	3,9	2,5	4,6	0,7	3,4	1,7	0,8	3,4
Portu gal	6,3	6,1	7,9	3,5	7,6	8,5	6,2	3,6	3,3	5,6
Reino Unido	2,3	2,1	2,0	0,7	1,6	1,1	0,9	1,1	0,8	2,6
Zimbabwe	3,9	2,3	2,3	0,5	0,6	0,8	0,8	0,6	0,5	1,6
Outros	33,6	30,6	34,0	58,2	32,3	41,9	49,3	42,4	45,8	37,4
Importações totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Banco de Moçambique, FMI e Banco de Portugal.

Dos dados mais recentes sobre o comércio entre Moçambique e África do Sul, podemos concluir que o Comércio total entre Moçambique e África do Sul aumentou significativamente desde 1994. Por outro lado, a África do Sul mantém um elevado superavit, em que as exportações sul-africanas para Moçambique suplantam as importações em mais de 90%, nos últimos 10 anos, como podemos ver no Quadro 52 e no Quadro 53.

Quadro 52 - Exportações Sul-Africanas para Moçambique (1994-2004, milhões de Rands)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Taxa de crescimento (1994-2004)
Janeiro	77	127	146	278	202	224	365	450	438	474	298	
Fevereiro	91	202	162	114	210	175	359	432	411	557	372	
Março	127	119	124	170	185	293	365	447	504	501	373	
Abril	123	119	179	190	146	272	443	369	562	444	329	
Maio	73	162	155	254	191	345	412	535	766	547	515	
Junho	193	158	133	285	267	289	404	648	593	446	390	
Julho	214	180	221	193	242	317	393	461	550	529	404	
Agosto	157	167	227	302	229	418	444	563	554	434	490	
Setembro	134	165	272	167	224	417	406	494	335	409	434	
Outubro	145	156	241	276	248	464	482	459	770	502	524	
Novembro	308	178	208	201	258	392	437	521	503	422	521	
Dezembro	129	141	225	215	255	468	487	394	433	410	427	
Total Anual	1.772	1.872	2.294	2.646	2.656	4.074	4.997	5.774	6.419	5.676	5.078	186,6%

Fonte: Department of Trade and Industry of South Africa (www.dti.co.za)

Quadro 53– Importações Sul-Africanas de Moçambique (1994 - 2004, milhões de Rands)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Taxa de crescimento (1994-2004)
Janeiro	9	8	10	8	26	11	25	19	45	19	19	
Fevereiro	5	11	7	23	15	22	55	36	76	31	16	
Março	7	8	10	4	13	30	36	11	18	21	16	
Abril	8	11	7	6	21	20	26	25	13	27	13	
Maio	4	12	12	22	13	26	43	42	24	19	17	
Junho	6	5	5	17	14	43	36	16	45	23	16	
Julho	7	8	2	11	13	36	24	15	30	30	15	
Agosto	8	7	4	19	15	11	26	50	18	20	13	
Setembro	9	12	4	13	12	39	25	29	16	16	27	
Outubro	7	16	4	18	31	48	14	30	54	23	21	
Novembro	14	9	9	20	14	30	31	14	45	23	20	
Dezembro	8	15	5	13	28	7	23	18	19	30	11	
Total Anual	92	120	77	173	213	322	363	304	403	281	205	121,8%

Fonte: Department of Trade and Industry of South Africa (www.dti.co.za)

Entre 1994 e 2004, as exportações sul-africanas aumentaram quase 187%, de um valor que rondava os 1772 milhões de Rands em 1994, para um valor próximo dos 5 mil milhões de Rands em 2004 (com um pico de 6,5 mil milhões de Rands em 2002). As importações também tiveram um crescimento exponencial, cerca de 122%, de 92 milhões de Rands em 1994 para 205 milhões de Rands em 2004 (também se registou um pico de transacções, em 2002, em cerca de 403 milhões de Rands).

Quadro 54 - Resumo das Trocas Comerciais entre a África do Sul e Moçambique (1994 -2004, milhões de Rands)

	Exportações da África do Sul para Moçambique	Importações da África do Sul provenientes de Moçambique	Saldo Comercial de África de Sul em relação a Moçambique	Peso das Importações sobre as Exportações Sul - Africanas em relação a Moçambique
1994	1771,9	92,4	1679,5	5,2%
1995	1872,3	120,4	1752,0	6,4%
1996	2294,2	77,3	2216,9	3,4%
1997	2645,6	172,9	2472,7	6,5%
1998	2656,2	213,0	2443,2	8,0%
1999	4073,6	321,7	3751,9	7,9%
2000	4996,9	362,8	4634,1	7,3%
2001	5774,1	303,9	5470,2	5,3%
2002	6418,9	403,2	6015,7	6,3%
2003	5676,2	280,8	5395,4	4,9%
2004	5077,7	204,8	4872,9	4,0%

Fonte: Departament of Trade and Industry of South África (www.dti.co.za) e cálculos do autor

A posição desfavorável, em termos comercias de Moçambique não se limita à África do Sul. De facto, esta é uma situação crónica na economia moçambicana.

Se analisarmos a Balança Comercial de Moçambique (ver Quadro 55), em 2002, os valores das exportações totais[311] da economia Moçambicana representavam cerca de 681,8 milhões de dólares, enquanto as importações representavam 1262,9 milhões de dólares. Contudo, a concretização dos grandes projectos, muitos em parceria com entidades públicas e privadas sul-africanas, tem levado a um forte incremento das transacções comerciais. Desta forma, o impacto dos novos projectos tem-se feito sentir a este nível e em 2003 e 2004 as exportações moçambicanas subiram de forma robusta (880 e 1259 milhões de dólares em 2003 e 2004, respectivamente). As importações cresceram a um nível menos acentuado, o que fez com que o défice comercial apresentasse uma tendência de diminuição ao longo do período entre 1999 a 2004.

Quadro 55- Balança Comercial de Moçambique

	1999	2000	2001 e	2002 e	2003 e	2004 p
Balança Corrente	-718	-478	-497	-420	-248	-346
Excluindo transferências oficiais	-1152	-1042	-966	-840	-754	-847
Balança comercial	-916	-798	-360	-581	-348	-229
Exportações (f.o.b.)	284	364	703	682	880	1259
Importações (c.i.f.)	-1200	-1162	-1063	-1263	-1228	-1488
das quais: Programas especiais	-514	-118	-231	-390	-304	-1038

Fontes: Banco de Moçambique, FMI e Banco de Portugal. e- estimativa; p – previsão.

Cerca de 70% dos principais produtos importados por Moçambique provenientes da África do Sul são produtos minerais (petróleo), produtos metálicos, bens de equipamento e material de transporte. Ou seja, essencialmente bens de investimento, o que representa o esforço de implementação dos grandes projectos que têm sido concretizados nos últimos anos.

[311] FMI 2004a.

Quadro 56 - Exportações Sul-Africanas para Moçambique por tipo de Bens (2002-2005, milhares de Rands)

Nome	Exportações				Ranking		%Total
	Até Fevereiro de 2005	2004	2003	2002	2005	2004	
Produtos Minerais	328.285	1.350.989	1.180.523	1.289.720	1	1	40,1%
Metais Comuns E Suas Obras	109.397	525.799	556.614	947.114	2	4	13,4%
Máquinas e Aparelhos; Material Eléctrico	101.566	690.712	921.256	897.002	3	2	12,4%
Material De Transporte	45.082	351.860	493.405	611.025	4	6	5,5%
Pastas de Madeira; Papel e Cartão, e Suas Obras	44.591	218.415	184.815	166.609	5	8	5,4%
Produt. das Ind. Alimentares; Bebidas; Tabaco; etc	42.860	561.901	757.375	853.963	6	3	5,2%
Produtos das Ind. Químicas ou das Ind. Conexas	42.145	399.419	409.343	426.170	7	5	5,1%
Plásticos e Suas Obras; Borracha e Suas Obras	23.395	176.148	192.853	202.777	8	9	2,9%
Animais Vivos E Produtos Do Reino Animal	18.409	144.101	168.789	255.912	9	10	2,2%
Produtos do Reino Vegetal	15.922	256.998	322.768	252.181	10	7	1,9%
Mercadorias E Produtos Diversos	12.140	85.668	115.489	113.093	11	11	1,5%
Aparelhos de Óptica, Fotografia, Relógios; Etc	8.674	76.933	91.903	71.984	12	12	1,1%
Obras de Pedra, Etc; Cerâmica; Vidro Suas Obras	7.206	62.256	75.691	86.989	13	14	0,9%
Matérias Têxteis e Suas Obras	6.673	67.722	92.564	110.079	14	13	0,8%
Madeira e Cortiça e Suas Obras; Cestaria	5.782	47.336	43.646	50.788	15	15	0,7%
Gorduras e Óleos, Animais ou Vegetais, Ceras, Etc	4.796	42.593	47.386	50.913	16	16	0,6%
Calçado, Chapéus, Guarda-Sóis, Bengalas; Etc	937	10.221	13.102	17.675	17	17	0,1%
Outros Bens Não Classificados	405	3.769	1.319	9.262	18	18	0,0%
Peles, Couros, etc; Art. Viagem, Bolsas, etc	385	3.252	4.978	3.767	19	19	0,0%
Pérolas, Metais Preciosos, Etc; Bijutarias; Moedas	61	1.150	1.162	1.037	20	20	0,0%
Objectos De Arte, De Colecção Ou Antiguidades	14	130	943	222	21	22	0,0%
Armas e Munições, Suas Partes e Acessórios	1	139	278	611	22	21	0,0%
Total	818.725	5.077.739	5.676.203	6.418.899	24	0	100,0%

Fonte: Department of Trade and Industry of South Africa (www.dti.co.za)

Quanto aos produtos exportados por Moçambique, e importados pela África do Sul, cerca de 70% pertencem ao sector primário não processado, com a excepção do alumínio, que passou a ser o principal produto exportado conjuntamente com a electricidade.

Quadro 57 - Importações Sul-Africanas de Moçambique por tipo de Bens (2002-2005, milhares de Rands)

Nome	Importações				Ranking		%Total
	Até Fevereiro de 2005	2004	2003	2002	2005	2004	
Metais Comuns E Suas Obras	7.704	25.156	19.761	60.246	1	3	31,1%
Animais Vivos E Produtos Do Reino Animal	5.413	30.430	54.726	59.351	2	1	21,9%
Produt. das Ind. Alimentares; Bebidas; Tabaco; etc	2.295	25.036	22.977	28.161	3	4	9,3%
Madeira e Cortiça e Suas Obras; Cestaria	2.160	10.410	10.483	8.711	4	8	8,7%
Matérias Têxteis e Suas Obras	1.646	28.448	40.780	25.579	5	2	6,7%
Produtos do Reino Vegetal	1.592	23.700	18.062	13.753	6	5	6,4%
Produtos Minerais	1.076	22.332	2.381	150.781	7	6	4,3%
Outros Bens Não Classificados	951	4.208	2.811	2.037	8	10	3,8%
Máquinas e Aparelhos; Material Eléctrico	858	7.484	51.950	8.276	9	9	3,5%
Obras de Pedra, Etc; Cerâmica; Vidro Suas Obras	683	3.808	3.515	4.186	10	12	2,8%
Material De Transporte	155	4.035	7.588	1.462	11	11	0,6%
Plásticos e Suas Obras; Borracha e Suas Obras	56	13.413	28.016	17.098	12	7	0,2%
Pérolas, Metais Preciosos, Etc; Bijutarias; Moedas	46	774	4.769	1.486	13	15	0,2%
Aparelhos de Óptica, Fotografia, Relógios; Etc	32	358	2.421	392	14	17	0,1%
Objectos De Arte, De Colecção Ou Antiguidades	18	91	69	31	15	18	0,1%
Pastas de Madeira; Papel e Cartão, e Suas Obras	17	85	194	77	16	19	0,1%
Mercadorias E Produtos Diversos	15	911	759	391	17	14	0,1%
Produtos das Ind. Químicas ou das Ind. Conexas	14	1.328	604	2.045	18	13	0,1%
Peles, Couros, etc; Art. Viagem, Bolsas, etc	5	482	897	17	19	16	0,0%
Calçado, Chapéus, Guarda-Sóis, Bengalas; Etc	0	4	19	0	20	20	0,0%
Total	24.736	204.845	280.861	403.165	24	0	100,0%

Fonte: Department of Trade and Industry of South Africa (www.dti.co.za)

Em termos regionais, o comércio da África do Sul com Moçambique representa 19,3% do total do comércio com os países do SADC, sendo o 2º mercado principal, depois do Zimbabwe.

Quadro 58 - Comércio Regional da África do Sul com o SADC– Exportações (milhões de Rands)

País	Exportações				Ranking		%Total
	Até Maio de 2005	2004	2003	2002	2005	2004	
Zimbabwe	3227,9	6182,3	6551,4	7309,5	1	1	26.7%
Moçambique	2333,6	5077,7	5676,2	6418,9	2	2	19.3%
Zâmbia	1682,1	4734,8	4049,0	5541,1	3	3	13.9%
Angola	1404,4	3116,5	3393,8	3430,4	4	4	11.6%
Tanzânia	1088,0	2268,6	1887,9	2016,8	5	5	9.0%
Ilhas Maurícias	735,6	1762,2	2068,6	2685,1	6	6	6.1%
RD Congo	731,0	1387,6	1257,4	1631,1	7	8	6.0%
Malawi	524,5	1566,8	1695,5	2380,4	8	7	4.3%
Seychelles	384,3	222,4	295,9	377,2	9	9	3.2%
Total	12111,3	26318,9	26875,7	31790,5	10	0	100.0%

Fonte: Department of Trade and Industry of South Africa (www.dti.co.za)

Quanto às importações da África do Sul de Moçambique, são muito mais modestas, e mesmo em termos regionais, Moçambique representa o 7º lugar (e em tendência de descida) no seio dos países do SADC.

Quadro 59 - Comércio Regional da África do Sul com o SADC– Importações (milhões de Rands)

País	Importações				Ranking		%Total
	Até Maio de 2005	2004	2003	2002	2005	2004	
Zimbabwe	1307,9	2795,8	2656,0	2159,8	1	1	51.4%
Zâmbia	491,9	992,3	571,4	777,9	2	3	19.3%
Angola	307,8	1684,3	28,8	128,5	3	2	12.1%
Malawi	199,0	435,6	381,9	483,6	4	4	7.8%
Tanzânia	85,7	206,8	136,7	95,4	5	5	3.4%
Ilhas Maurícias	74,8	10,4	124,7	93,0	6	7	2.9%
Moçambique	68,6	204,8	280,8	403,2	7	6	2.7%
RD Congo	5,8	44,3	28,6	17,7	8	8	0.2%
Seychelles	0,5	27,7	26,0	11,9	9	9	0.2%
Total	2546,8	6495,5	4235,0	4171,0	10	0	100.0%

Fonte: Department of Trade and Industry of South Africa (www.dti.co.za)

No conjunto das importações e exportações de África do Sul podemos verificar que, de facto, há uma grande dependência de Moçambique em relação à África do Sul, mas que o contrário já não se verifica. Se juntarmos, todos os países que comercializam com África do Sul, Moçambique representa o 15º mercado exportador, com 2% de quota de mercado, e apenas o 65º

mercado importador com 0,1% do total das importações sul-africanas[312]. Em comparação, vimos que a África do Sul representa para a Moçambique, o 1º mercado importador e, após 2002, o 2º mercado exportador[313].

O elevado excedente a favor da África do Sul continua a ser um ponto de grande discussão nas relações externas entre os dois países, sendo contudo compensado pela existência de forte investimento sul-africano em Moçambique.

Outro indicador que mostra o incremento destas relações é o forte crescimento da expedição de mercadorias sul-africanas via porto de Maputo, que passou de 4,3 milhões de toneladas em 2002 para 4,9 milhões de toneladas em 2003. Contudo, este valor é ainda muito inferior aos 16 milhões de toneladas que eram expedidas em 1975, antes da independência de Moçambique, As principais empresas sul-africanas que utilizam o porto de Maputo são: *Transvaal Sugar Limited* (TSB), *Capespan*, *BHP Billiton*, *Highveld*, *Rio Tinto* e *Columbus Stainless*.

Em resumo, no que se refere às relações comerciais entre Moçambique e a África do Sul chegamos à conclusão que Moçambique é claramente dependente da África do Sul. Esta dependência é ainda mais significativa se observarmos com detalhe o tipo de exportações e importações que é efectuado entre os dois países, no qual podemos concluir que as exportações moçambicanas têm sido de baixo valor acrescentado (com excepção dos produtos metálicos) enquanto as importações têm sido, essencialmente, de bens de investimento.

Desta forma, e mesmo com o forte crescimento das trocas comerciais verificado nos últimos anos, os resultados não têm levado a uma diminuição do défice comercial de Moçambique face à África do Sul, antes pelo contrário, os dados mais recentes apontam para um aumento substancial. De sublinhar

---

[312] Segundo o Departament of Trade and Industry of South Africa e a Organização Mundial de Comércio.

[313] Ver Quadro 50 e Quadro 51.

que esta relação de dependência comercial já existia no período anterior à Independência de Moçambique e que apenas no período entre 1975 e 1986 as relações comerciais diminuíram por razões de ordem política, mais do que económica, como verificamos na caracterização estrutural de Moçambique[314].

[314] Ver ponto 2.2.2.5 Período socialista pós-independência

3.3. INVESTIMENTO

3.3.1. Caracterização do Investimento da África do Sul em Moçambique

Os fluxos de investimento entre os países em discussão são apenas num sentido, da África do Sul para Moçambique. Este facto é até natural tendo em conta a diferente estrutura económica[315], nível de desenvolvimento e especificidade das empresas existentes nos dois países. A grande expansão destes investimentos deu-se a partir de 1994, ano de todas as mudanças políticas nos dois países.

De seguida, passamos a apresentar o tipo de investimentos efectuados pelas empresas sul-africanas em Moçambique.

Quadro 60 - Investimento Sul-Africano por sectores de actividade
(milhões de dólares, 1998-2002)

Sector	1998	1999	2000	2001	2002	Total	%
Agricultura/ Agro-Indústria	0,4	1,8	11,5	12,7	1,5	27,8	2,6%
Aquicultura e Pesca	0,6	0,1	0		0,1	0,8	0,1%
Indústria Transformadora	3,2	0,4	1,9	841,2	11,3	858,1	81,8%
Recursos e Minerais	13,1	0,1		1,2	48	62,3	5,9%
Transportes e Comunicações	0,2	0,3	0,8	17,7	0,1	19,1	1,8%
Bancos, Seguros e Intermediação Financeira	0,1			0,7	10	10,8	1,0%
Construção		0,6	1,4	11,2	20,1	33,2	3,2%
Turismo e indústria hoteleira	5,2	0,4	6	0,6	8,3	20,5	2,0%
Outros	2,6	0,4	0,2	7,1	6,2	16,5	1,6%
Total	25,4	4,1	21,8	892,4	105,6	1049,1	100,0%

Fonte: GROBBELAR, N. 2004.

[315] Ver ponto 2.1.3. Caracterização estrutural da África do Sul em termos económicos e ponto 2.2.3. Caracterização actual de Moçambique, em termos de estrutura económica.

Quadro 61 - Número de Empresas Sul-Africanas por sectores de actividade

Sector	1998	1999	2000	2001	2002	Total
Agricultura/ Agro-Indústria	7	13	8	5	3	36
Aquicultura e Pesca	1	1	1		1	4
Indústria Transformadora	13	11	6	8	5	43
Recursos e Minerais	1	1		1	1	4
Transportes e Comunicações	1	2	4	3	1	11
Bancos, Seguros e Intermediação Financeira		1		1	1	3
Construção		9	10	7	6	32
Turismo e indústria hoteleira	9	5	6	3	2	25
Outros	5	3	4	6	6	24
Total	37	46	39	34	26	182

Fonte: GROBBELAR, N. 2004.

Como podemos verificar, entre o período de 1998 e 2002, a Indústria Transformadora absorveu a quase totalidade do Investimento Directo Externo (IDE) sul-africano (quase 82%), seguindo-se os Recursos Minerais (6%), e depois em posições menos relevantes os sectores do Turismo (3,2%), Agricultura (2,6%) e Construção (3%)[316].

Contudo, do total do investimento efectuado, seis empresas (Alumínio, Gás Natural, Areias Minerais e Pesadas, Açúcar, Cerveja e Cimento) que compõem nove tipos de indústria e quinze Projectos de Investimento, absorveram 63% do total do IDE, que representou 25% do Investimento Total no País[317]. Das seis empresas, somente uma delas, do Sector do Cimento, não tem participação de Capital Sul-Africano.

Mais de 90%[318] do investimento efectuado nos recursos naturais subdivide-se no Gás Natural (SASOL) e nas Areias Pesadas e Minerais. Este último foi objecto de investimentos de diversas empresas (por exemplo de nacionalidade Australiana e Irlandesa) mas os maiores investidores foram duas empresas sul-africanas a *Southern Mining* e a *Industrial Development Corporation* (IDC).

---

[316] Em termos médios, e de 1990 a 2003, o IDE de África do Sul em Moçambique registou a seguinte repartição sectorial: Indústria Transformadora (67%), Recursos Minerais (22%), Turismo (6%) e Agricultura (2%).

[317] CASTEL-BRANCO 2005 e Centro de Promoção de Investimento de Moçambique.

[318] CASTEL-BRANCO 2005 e Centro de Promoção de Investimento de Moçambique.

Do total do investimento privado realizado na indústria transformadora, o alumínio, a energia, o açúcar, a cerveja, os refrigerantes e a panificação e moagem de cereal representam nove empresas ou grandes grupos económicos todos com capital sul-africano, absorvendo 94% do total do IDE no sector[319].

Em relação ao período de 1997-2002, os dados do investimento directo externo em Moçambique mostram que a África do Sul se tornou no maior investidor externo, representando 49% do total do IDE nesse período.

Quadro 62 - Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique: Principais Cinco Investidores (1997-2002)

País	Valor (em milhões de dólares)	em % do Total
África do Sul	1 164,3	49%
Reino Unido	717,8	30%
Portugal	253,4	11%
Japão	130,3	6%
Irlanda	103,0	4%
Total	2 368,8	100%

Fonte: RAFIQUE, J. 2003.

Os outros países com peso também significativo são o Reino Unido, com cerca de 30% do total e Portugal com 11% do IDE de Moçambique. Como iremos observar o IDE da África do Sul em Moçambique verifica-se em todos os sectores de actividade, enquanto que o investimento de Portugal é concentrado na distribuição de produtos de petróleo (Petrogal), de cimento (Cimpor), nas indústrias agro-alimentares (algodão e castanhas de cajú), no sector financeiro (BPI, BCP, Mello e Caixa Geral de Depósitos) e no sector do turismo.

Quanto ao investimento sul-africano, este situa-se num âmbito mais alargado. Os dados do Banco Central da África do Sul apontam para que, no final de 2003, o IDE da África do Sul em Moçambique seja cerca de 5 mil milhões de Rands.

[319] CASTEL-BRANCO 2005 e Centro de Promoção de Investimento de Moçambique.

Quadro 63 - Investimento Directo Total de África do Sul em Moçambique (milhões de Rands, 2003)

	Moçambique	IDE Total em África
Empresas Públicas	4392	4392
Aumento de Capital	31	31
Retenção de Lucros	1388	1388
Outro Capital	2973	2973
Sector Bancário	-	1993
Aumento de Capital	-	1362
Retenção de Lucros	-	631
Sector Privado Não Bancário	679	9452
Aumento de Capital	610	2215
Retenção de Lucros	3	5507
Capital de Longo- Prazo	4	408
Capital de Curto- Prazo	62	1322
Investimento Directo Total	5071	15837

Fonte: SARB 2005.

Os dados oficiais sobre o investimento apontam para que se tenham registado, desde 1985, cerca de 262 projectos de investimento efectuados por empresas sul-africanas, o que corresponde a um valor acumulado de quase 1330 milhões de dólares norte-americanos até ao ano de 2003.

Destes, cerca de 35% foram realizados nos três últimos anos com dados disponíveis (2001-2003). Tendo a maior proporção desse investimento directo externo sido realizado entre os anos de 1997 e 2001. Em 2003 o valor do IDE decaiu fortemente, resultante de um período de espera de aprovação de novos projectos, porventura à espera das eleições entretanto realizadas tanto em Moçambique como na África do Sul.

Quadro 64 - Número de Projectos de IDE da África do Sul em Moçambique (1985-2003**)**

Período	**nº de Projectos**	Investimento Directo Estrangeiro (em Milhões de Dólares)
1985–1989	5	1,8
1990–2000	167	303,1
2001	34	892,4
2002	26	105,6
2003	30	26,6
Total	262	1329,5

Fonte: GROBBELAR, N. 2004.

Este importante investimento representa 18% do total do investimento efectuado pela África do Sul em todo o continente africano. Este valor faz com que Moçambique represente o segundo maior receptor do investimento sul-africano, logo a seguir às Ilhas Maurícias (que receberam um investimento de cerca de 7,4 mil milhões de Rands). As estimativas oficiais mostram que 51% do investimento do sector privado sul-africano foi realizado em Moçambique no período 1994-2003.

Em termos sectoriais, a indústria foi o sector que captou o maior número e valor de investimentos realizados. Os investidores sul-africanos controlam cerca de três quartos das propriedades de cana-de-açúcar, das indústrias agro-alimentares, nomeadamente das cervejas e refrigerantes, da panificação e das farinhas[320].

Após o sector industrial, a extracção e a rentabilização dos recursos minerealíferos, a agricultura, construção e turismo são os sectores em que os investidores sul-africanos mais têm apostado.

O ano de 2001 foi caracterizado por um investimento transversal a toda a economia, mas que contudo foi significativo na indústria devido ao peso do projecto MOZAL II.

Uma análise mais detalhada dos investimentos realizados pela África do Sul em Moçambique demonstra que, retirando os grandes investimentos, como o MOZAL I e II, no alumínio, e o SASOL, no Gás Natural, a maior parte dos investimentos são, no entanto, de pequena dimensão. No caso do projecto da MOZAL é importante referir que sendo um dos investimentos mais importantes efectuados em Moçambique, a participação da África do Sul é minoritária[321], a *IDC* sul-africana detém cerca de 24% do capital. Contudo, podemos considerar que é um investimento com participação de capitais sul-africanos.

---

[320] GROBBELAR, N. 2004.
[321] Ver ponto 2.2.4.2 Projecto MOZAL.

No que se refere à localização, a maior parte dos investimentos situam-se, primordialmente, na província de Maputo (no extremo sul de Moçambique, situando-se mais proximamente à fronteira sul-africana).

Entre 1990 e 2003, a cidade de Maputo e a província de Maputo absorveram 75% do IDE, e 55% do Investimento Nacional Total. A cidade e a província e Maputo incorporam o maior parque industrial do país, mas a concentração do investimento nesta região é essencialmente devido à presença da MOZAL, da Motraco (principal fornecedora de energia à MOZAL), das empresas de Açúcar, de Cerveja, dos Refrigerantes, do Cimento e da Panificação e Moagem, que são, neste momento, os sectores mais dinâmicos em termos de crescimento económico, exportações e investimento.

Isto explica o facto de que 88% do total de investimento privado realizado na indústria transformadora em Moçambique aconteça na cidade e na província de Maputo[322].

Além disso, Maputo absorve também três quartos do investimento total nos transportes e nas telecomunicações e no comércio a retalho, assim como quase 90% do investimento total na construção e no sector financeiro, e 30% do investimento nas indústrias agro-alimentares.

As províncias de Gaza e de Inhambane (também a sul, mas a norte de Maputo), em que as actividades principais são o gás natural, areias pesadas e turismo, absorvem cerca de 15% de IDE total e 17% do investimento total privado

Sofala (na região Centro), com a indústria do açúcar, absorve 5% de IDE total e 8% do investimento total privado.

A região de Nampula (no Norte), com investimento principal em areias pesadas e minerais e no corredor de Nacala, absorve 4% de IDE e 5% do investimento total.

[322] Centro de Promoção de Investimentos.

As cinco províncias restantes (compreendendo 60% do território e quase 48% da população) absorvem apenas 1% de IDE e 10% do investimento privado total.

Esta forte discrepância em termos do investimento realizado pode ser explicada pela assimetria existente em termos de recursos, infra-estruturas, facilidades industriais, capital humano e a importância relativa dos mercados locais. Contudo, esta disparidade de investimentos em termos regionais poderá levar ao acentuar das disparidades regionais existentes.

No caso moçambicano, a importância dos recursos faz-se sentir, principalmente, ao nível das indústrias extractivas e de mineração. Enquanto que a importância da existência de mercado local é mais notada nas indústrias de bebidas e panificação. No que se refere às infra-estruturas, ao capital humano e às facilidades industriais, as empresas preferem a sua localização próxima das fronteiras para ganhar sinergias.

Assim, podemos concluir que em relação ao investimento a dependência de Moçambique em relação à África do Sul é extremamente evidente.

Como veremos adiante[323], esta política de investimento da África do Sul faz parte de uma estratégia de dominação dos principais complexos de energia e de minerais da região.

[323] Ver ponto 3.6. AVALIAÇÃO DA DEPENDÊNCIA VERSUS COOPERAÇÃO

3.3.2. Resultados do Inquérito do Instituto Sul-Africano de Relações Externas (SAIIA)

O Instituto Sul-Africano de Relações Externas[324], em colaboração com a Embaixada da Dinamarca em Pretória, realizou um estudo referente aos investimentos sul-africanos em Moçambique[325]. Este estudo pode-nos dar a componente prática necessária para estabelecermos as relações entre os dois países.

Em primeiro lugar, o inquérito refere que a maior parte das empresas sul-africanas que trabalhavam em Moçambique, em Novembro de 2003, actuavam nos sectores da indústria, da construção, do comércio a retalho e dos serviços.

Foi apresentado, aos empresários uma variedade de questões com intuito de verificar:

- Em que medida a realização de negócios em Moçambique é facilitada.
- As principais razões do investimento.
- As principais limitações à concretização dos investimentos.
- As recomendações dos empresários aos governantes dos dois países para incrementar os negócios. Essa avaliação é qualificada pela dimensão da empresa, pelo sector específico em que a empresa opera, e os constrangimentos e os problemas que todas as empresas, sejam estrangeiras ou locais, experimentam.

Contrariamente ao que se esperava, e, tendo em conta o forte crescimento do Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique, cerca de 80% dos empresários consideram que o ambiente empresarial não é favorável ou amigável ao investimento.

---

[324] SAIIA – *The South African Institute of International Affairs.*
[325] GROBBELAR, N. 2004.

Contudo, os próprios empresários consideram que as autoridades Moçambicanas não praticam um comportamento discriminatório em relação aos empresários sul-africanos, o que significa que o ambiente económico é igualmente negativo para os empresários locais. Naturalmente que este ponto leva a que seja necessário alterar regras e normas de investimento, para melhorar o ambiente empresarial e atrair mais investimentos (seja a nível interno como externo).

Este resultado do inquérito, contudo, não é extensível a todos os empresários, já que os grandes investidores têm tido um apoio substancial das autoridades moçambicanas e por isso não têm sofrido os problemas que os outros empresários referem, nomeadamente os problemas burocráticos.

Por exemplo, a SASOL, tem tido um apoio importante por parte das autoridades moçambicanas, até lhe foi permitido construir um terminal próprio de escoamento dos seus produtos, com o apoio governamental. Isto permite-lhes fugir aos habituais procedimentos burocráticos que atrasam e comprometem o desenvolvimento de um normal projecto de desenvolvimento.

Apesar da maior parte dos empresários não considerar Moçambique como um país facilitador do investimento, eles consideram que têm tido um acesso privilegiado aos gabinetes governamentais, aos responsáveis máximos, ou de qualificação superior. No entanto, afirmam que o maior problema não se situa a esse nível, mas ao nível intermédio e que passa pelas dificuldades burocráticas de resolução dos problemas que muitas vezes emperram o desenvolvimento dos projectos.

As principais razões para investir em Moçambique

As principais razões que os empresários apresentam para terem investido no mercado moçambicano são[326]:

[326] Em GROBBELAAR, N. 2004.

- Razões estratégicas, isto é, para ganharem posições vantajosas tanto no mercado moçambicano como em toda a região da África Sub-Sahariana.
- Proximidade do mercado moçambicano, mesmo para as empresas de pequena dimensão é um atractivo para ganhar quota de mercado e dimensão de forma a aumentar a competitividade da sua empresa.
- Potencialidade do mercado moçambicano, isto é, existe a convicção entre os empresários que o mercado local moçambicano apresenta uma tendência de crescimento tanto do PIB como do rendimento disponível das famílias e que assim permite a rentabilização do investimento.
- Diversificação, ou seja, algumas empresas investem com o intuito de diversificar os seus activos.
- Expectativa de crescimento da procura, nomeadamente em alguns sectores como no sector financeiro e no turismo.

Contudo, a maior parte das empresas admite que o investimento realizado em Moçambique tem um contributo baixo para os lucros da companhia mãe. Nos casos mais importantes chega apenas a 20%, com excepção da SASOL e da MOZAL, que tendo em conta o montante do investimento e da importância que as exportações têm nessas empresas fazem aumentar o seu peso nas companhias mãe.

Em termos gerais, os pequenos investidores sul-africanos têm utilizado uma estratégia que implica a existência de sócios locais, principalmente no sector da construção, para que possam actuar de forma mais abrangente no mercado moçambicano.

Principais obstáculos que as empresas enfrentam

Neste mesmo inquérito as empresas sul-africanas apresentaram uma grelha com os obstáculos que enfrentam, quando investem no mercado moçambicano. Na verdade, o elencar destes obstáculos é fundamental para a percepção da capacidade de atractividade do mercado moçambicano, assim

como das reformas que têm que ser efectuadas na economia de Moçambique, de forma a manter um levado grau de IDE no país, tanto por parte das empresas sul-africanas como de outras nacionalidades.

Quadro 65 - Problemas e Obstáculos que as Empresas Moçambicanas se deparam na performance empresarial

	% de Empresas
Custo do Financiamento elevado	84
Acesso limitado ao crédito interno	75
Acesso limitado ao crédito externo	74
Corrupção	64
Custo elevado na Electricidade e Oferta Instável	64
Instabilidade Macreoeconómica	63
Práticas anti-competitivas	60
Políticas macroeconómicas ambíguas	58
Taxa de Juro elevada	55
Existência de Crime, Roubo e Desordem Pública	54

Fonte: Banco de Moçambique 2004.

Como podemos ver pelo quadro anterior, as principais dificuldades surgem ao nível do mercado financeiro, isto é, relativamente ao custo do financiamento

Também, tem lugar de destaque, efectivamente, como impeditivo à boa performance empresarial, a corrupção, sendo esta uma das situações que mais problemas tem trazido às empresas sul-africanas e a todas as outras que queiram negociar no mercado moçambicano.

As questões relacionadas com a instabilidade e custo elevado da electricidade também são apontadas como obstáculos ao bom funcionamento das empresas no país. Também com peso substancial aparecem as questões ligadas à condução das políticas macroeconómicas, comerciais, monetárias e em termos de justiça.

As questões relacionadas com a burocracia necessária para a implementação de um projecto ou para a criação de uma empresa também são consideradas importantes. Como podemos ver no Quadro 66, o tempo necessário para a constituição de uma empresa é extremamente elevado e com

um número de procedimentos inibidor de um maior número de investimentos.

Quadro 66 - Tempo e Custo necessários para o registo de uma empresa em alguns países do SADC

País	Número de Procedimentos	Tempo (dias)	Custo (dólares)	Índice (a)
Angola	14	146	5,531	78
Moçambique	15	153	209	74
Tanzânia	13	35	557	61
Rep. Popular do Congo	13	215	785	60
Zâmbia	6	40	80	46
África do Sul	9	38	227	36
Botswana	10	97	1,076	35

a- um índice mais baixos significa uma melhor legislação laboral

Fonte: Banco Mundial 2003 em GROBBELAAR, N. 2004.

Desta forma, a necessidade de reformas ao nível institucional é fundamental para o bom funcionamento do mercado e para uma maior atractividade do país em termos de IDE.

Corrupção

A corrupção foi um dos itens muito salientado pelos empresários sul-africanos como entrave à entrada de novos capitais e à melhoria dos já existentes.

A corrupção é vista internacionalmente como um dos aspectos que mais impede o bom funcionamento dos mercados, e é considerada pelos empresários como um fortíssimo obstáculo à entrada de empresas num país em que ela seja "norma".

No caso das empresas que se implantaram em Moçambique, todas consideraram que têm uma política anti-corrupção, e que se têm recusado pagar algum tipo de "suborno" para que os seus projectos prossigam. Contudo, a maior parte delas considera-se alvo de algum tipo perseguição ou pedido de suborno, muitas vezes encapotado, e que surgem com a finalidade de diminuir o tempo de licenciamento das empresas, ou o número de

procedimentos necessários[327], tendo, muitas vezes, sido alvo de multas pesadas em virtude do não pagamento desses pedidos de suborno[328].

Por outro lado, o sistema de licenciamento é por vezes intrincado e supõe uma cooperação, que não existe entre os departamentos ministeriais, e que, naturalmente, propicia o aparecimento da corrupção, de forma mais ou menos directa. Apenas, o Centro de Promoção de Investimentos (CPI), como entidade supra-departamental, é que ainda, surge como um benefício à prossecução dos investimentos, mas basta haver a necessidade de outros departamentos ministeriais para aumentar o tempo e o custo do licenciamento.

O governo moçambicano tem prometido o reforço dos poderes do CPI de forma a evitar estes constrangimentos sentidos pelas empresas. Naturalmente que, projectos da dimensão do SASOL e do MOZAL, estão fora deste âmbito, e são tratados a nível ministerial, ultrapassando rapidamente todas as barreiras burocráticas e económicas que possam existir.

[327] Ver Quadro 66
[328] GROBBELAAR, N. 2004.

3.3.3. Impacto dos investimentos sul-africanos em Moçambique

Como podemos observar, o investimento sul-africano tem tido uma influência muito grande na economia de Moçambique[329]. Isto para não mencionar os grandes investimentos efectuados pela MOZAL, pela SASOL, e no âmbito do Corredor de Desenvolvimento de Maputo.

Estes investimentos tiveram impactos significativos na economia do país, que se reflectiram ao nível do crescimento económico, da balança comercial, do mercado de trabalho, e da transferência tecnológica.

De facto, a África do Sul representa um dos principais investidores de Moçambique. Assim, de 1997 a 2002, como foi referido, cerca de 49% do Investimento Directo Externo em Moçambique teve como origem a África do Sul[330]. Deve-se realçar que este investimento significativo abrange os diversos sectores da economia, tanto os tradicionais, como os que têm provocado alterações estruturais na economia.

Quadro 67 - Alguns dos Investimento mais significativos de empresas sul-africanas, ou com participação de Capital da África do Sul, em Moçambique

Investimento	Sector	Tipo de Investimento	Montante envolvido (milhões de US dólares)	Data
Cervejas de Moçambique (CDM)	Agro-alimentar	Aquisição	25	1995
Banco Standard e Totta de Moçambique	Bancário	Aquisição	6	1995
MOCITA - fábrica de castanhas de cajú	Agro-alimentar	Novo	13	1996
MOZAL I	Ind. Transformadora	Novo	1340	1997
MARAGRA - Acúcar	Agro-alimentar	Privatização	52	1997
Maputo Development Corridor	Transportes	Novo	1000	1998
MOTRACO	Electricidade	Novo	120	1998
Holiday Inn	Hotelaria	Novo	13	2000
MOZAL II	Ind. Transformadora	Expansão	860	2001
SASOL	Gás natural	Novo	1200	2001
Banco Austral	Bancário	Privatização	10	2001

Fonte: GROBBELAAR, N. (2004)

[329] Ver Ponto 3.3.1. Caracterização do Investimento da África do Sul em Moçambique
[330] Ver Quadro 62.

3.3.3.1 Impacto dos Grandes Projectos

Como foi referido exaustivamente[331], Moçambique viu nascer nos últimos anos alguns projectos com um forte impacto na economia e na sociedade.

O ponto fulcral destes projectos está inserido nas relações entre Moçambique e África do Sul, nomeadamente nos Projectos do Corredor de Desenvolvimento de Maputo, MOZAL I e II e do SASOL. O Projecto MOZAL, apesar de não ter capital maioritariamente sul-africano, foi incluído neste ponto da dissertação devido à sua importância na alteração estrutural da produção de Moçambique e também porque a constituição deste projecto passou por uma estratégia concertada com as autoridades e empresas sul-africanas[332].

O projecto do Corredor de Desenvolvimento de Maputo[333] supunha a reabilitação dos Linhas Ferroviárias entre a capital moçambicana e o chamado *Hinterland* (África do Sul, Swazilândia e Zimbabwe), a construção de uma auto-estrada entre Moçambique e África do Sul, e a melhoria do Porto de Maputo. O projecto MOZAL I e II[334] refere-se à construção de uma indústria de produção de alumínio. O SASOL[335] teve como objectivo construir condutas de Gás Natural entre Moçambique (Pande e Temane) e a África do Sul

O 1º projecto permitiu criar uma infra-estrutura fundamental para a prossecução dos negócios entre Moçambique e África do Sul, e os outros dois alteraram significativamente a capacidade produtiva do país.

O impacto destes Megaprojectos na Balança de Pagamentos de Moçambique foi muito elevado. Antes da sua implementação, os principais produtos de exportação de Moçambique eram o camarão, a castanha de cajú e o algodão. Ou seja, produtos com baixo valor acrescentado e com pouco peso

---

[331] Ver ponto 2.2.4. Grandes Projectos.
[332] CASTEL-BRANCO 2004.
[333] Ver ponto 2.2.4.1 Corredor de Desenvolvimento de Maputo.
[334] Ver ponto 2.2.4.2 Projecto MOZAL.
[335] Ver ponto 2.2.4.3. Projecto SASOL.

no mercado internacional. Mas, a partir de 2001[336] cerca de 50% das exportações já dependiam do alumínio e após a conclusão da segunda fase da MOZAL e da SASOL[337], estima-se que cerca de 75% das exportações tenham origem nestas duas empresas.

As importações também foram afectadas por estes projectos. Numa primeira fase, com a importação de bens de equipamento e material de construção e agora, numa segunda fase, com a importação de matérias-primas para os *inputs* destas empresas[338].

Quadro 68 - Síntese dos impactos dos Projectos MOZAL e SASOL em Moçambique

	2003 (Est.)		2004 (Proj.)	
	milhões de USD	Em %	milhões de USD	Em %
Exportação de Bens	681	65,0%	1094	74,0%
Importação de Bens	386	22,0%	433	22,0%
Importação Privada de Serviços	228	44,0%	267	39,0%
Empréstimos Externos Privados	62	39,0%	0	0,0%
Pagamento das Amortizações por Privados	66	47,0%	104	60,0%
Investimento Directo	234	68,0%	164	45,0%

Fonte: FMI 2004b.

Para termos uma ideia mais abrangente da importância destes grandes projectos podemos observar a evolução da taxa de cobertura da exportações moçambicanas que do período de 1999 a 2004, passou de 23,7% para quase 85%.

Quadro 69 - Taxa de Cobertura da Exportações Moçambicanas (1999-2004)

	1999	**2000**	**2001 e**	**2002 e**	**2003 e**	**2004 p**
Exportações (f.o.b.)	284	364	703	682	880	1259
Importações (c.i.f.)	-1200	-1162	-1063	-1263	-1228	-1488
Taxa de Cobertura	23,7%	31,3%	66,1%	54,0%	71,7%	84,6%

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e Banco de Portugal.
e- estimativa; p – previsão.

[336] A inauguração oficial da MOZAL ocorreu em 21 de Setembro de 2000.

[337] Que começou a funcionar na segunda metade de 2003.

[338] No que se refere à SASOL, as importações registadas limitam-se à fase de construção dos *pipelines*, enquanto no que respeita à MOZAL, as importações que na primeira fase eram essencialmente de materiais de construção, mantém-se substanciais nesta fase de produção, mas são essencialmente de energia e matérias-primas.

3.3.3.2. Impacto dos Investimentos no Mercado de Trabalho

O baixo nível de habilitações da população moçambicana conjuntamente com a legislação algo rígida do mercado trabalho, nomeadamente na contratação de trabalhadores estrangeiros, aumentaram as limitações da oferta de trabalho com qualificação superior.

O Fundo Monetário Internacional, na sua análise anual ao país, considera mesmo que esta é uma das principais limitações ao aumento da produtividade e da competitividade externa[339]. Nesta sua análise, o FMI, recomenda que o governo deve incidir as suas reformas nos assuntos relacionados, prioritariamente, com o repatriamento dos salários, a contratação de trabalhadores expatriados e os salários mínimos.

No que se refere ao repatriamento dos salários, o FMI considera que os custos são elevados, quando são comparados em termos internacionais, constituindo um obstáculo a alguns investimentos. Por outro lado, tendo o país falta de trabalhadores qualificados[340], torna-se incompreensível o tempo que demora a creditação dos trabalhadores vindos de outros países, com qualificação superior. Em relação ao salário mínimo, o FMI, numa óptica algo economicamente ortodoxa, considera que a sua existência do salário mínimo pode constituir um obstáculo tendo em conta que o aumento dos custos laborais podem desincentivar o investimento.

Por exemplo, a MOZAL, paga a um trabalhador com baixas qualificações cerca de dez vezes mais do que o salário mínimo estatutário, e a Empresa de Cervejas de Moçambique (CDM) paga 2,5 vezes mais que o salário mínimo, mas mesmo em outras empresas com investimento sul-africano o prémio salarial é elevado. Esta situação leva-nos a considerar que a

[339] FMI 2004b.

[340] Segundo o *Economic Report* de África de 2003, 84% são trabalhadores não qualificados (UNECA 2003: p.44).

existência de um salário mínimo[341] não constitui um obstáculo à prossecução dos investimentos.[342].

Os investimentos sul-africanos tiveram algum impacto no mercado de trabalho moçambicano, nomeadamente ao nível da estrutura desse mercado, e mais especificamente nos níveis salariais, na criação de postos de trabalho e na melhoria de qualificação e formação dos trabalhadores.

Apesar da existência desses impactos positivos, segundo os dados do Centro de Promoção do Investimento de Moçambique, o investimento sul-africano conduziu apenas à criação de cerca de 24 mil novos postos de trabalho.

Quadro 70 - Impacto em número de trabalhadores do investimento sul-africano (1998-2002)

Sector	1998	1999	2000	2001	2002	*Total*
Agricultura/ Agro-Indústria	607	2669	6551	472	80	10379
Aquicultura e Pesca	18		100		18	136
Indústria Transformadora	1218	554	229	162	197	2360
Recursos e Minerais	0	17		41	0	58
Transportes e Comunicações	25	172	74	390	10	671
Bancos, Seguros e Intermediação Financeira		16		8	0	24
Construção		399	3337	2168	437	6341
Turismo e Indústria Hoteleira	346	172	560	71	22	1171
Outros	438	289	167	576	1745	3215
Total	2652	4288	11018	3888	2509	24355

Fonte: Centro de Promoção do Investimento (2004) em GROBBELAAR 2004.

Sendo o número elevado, estes novos empregos criados, não são, contudo, um número significativo, principalmente quando observamos a repartição sectorial. São os sectores agrícola, da agro-indústria e da construção os que se revelam maiores criadores de emprego, com quase 70% do total de empregos criados, enquanto que o emprego criado devido ao investimento efectuado nos grandes projectos não chega aos 13%,

[341] O salário mínimo mensal em Moçambique, actualizado em Abril de 2005, é de 1277,138 meticais para a indústria, comércio e serviços, e 918,206 meticais para agricultura (http://www.cpi.co.mz/e107_files/downloads/custos_de_factores_0406.pdf).

[342] GROBBELAAR, N. 2004.

O projecto MOZAL, que na sua fase de construção e expansão criou 5033 postos de trabalho provisórios (70% destes eram Moçambicanos), no período de laboração apenas emprega 800 trabalhadores a tempo permanente.

A SASOL, por sua vez, que durante a fase da construção dos gasodutos tinha mais de 300 empregados, neste momento apenas precisa de menos de 200 trabalhadores na fase do processo produtivo.

Contudo, estes dois projectos referidos, apesar de não serem criadores de muito emprego, têm sido fundamentais para a alteração estrutural no que concerne à gestão de recursos humanos. Isto é, a organização empresarial que estas empresas seguem aposta na formação e qualificação dos trabalhadores que os torna tão produtivos como qualquer outro empregado do grupo, em termos globais. Assim, os trabalhadores que laboram nestas empresas são dos mais produtivos[343] e os melhores qualificados do país. Contudo, este dado deve ser relativizado, tendo em conta que um estudo efectuado por Te Velde e Morrisey[344] sobre níveis salariais praticados por empresa estrangeiras em África refere que os salários pagos por estas empresas são elevados porque o nível de qualificação exigido é mais elevado. Estes dados sugerem, também, que o Investimento Externo eleva a qualificação dos trabalhadores tendo em conta que eles têm um processo de recrutamento que implica uma formação elevada.

Por outro lado, um outro investimento sul-africano efectuado numa indústria agro-alimentar de produção de açúcar, considerado um investimento ínfimo quando comparado com a MOZAL e a SASOL, criou, mais de 3000 postos de trabalho permanentes e cerca de 5400 sazonais[345].

Um outro impacto importante do investimento sul-africano relaciona-se com a introdução de esquemas de segurança social privados, que permite aos

[343] Segundo Castel-Branco 2002, um trabalhador da MOZAl tem uma produtividade de cerca de 30 vezes superior, em termos médios, a um outro sector de actividade do país.
[344] Citado por GROBBELAAR, N. 2004: pag 74.
[345] GROBBELAAR, N. 2004.

trabalhadores e às suas famílias um apoio em termos de saúde muito melhor que os existentes no esquema habitual.

Em síntese, o investimento sul-africano foi positivo no mercado de trabalho moçambicano ao nível salarial, no aumento das qualificações dos trabalhadores, no aumento da produtividade e na criação de esquemas alternativos de segurança social, não obstante não foi criador de muito emprego.

3.3.3.3. Impacto dos Investimentos na Balança Comercial

O investimento sul-africano conduziu a fluxos de comércio externo elevados, sendo dos impactos mais significativos o forte crescimento das exportações. Contudo, tendo em conta a estrutura de produção moçambicana, a entrada de investimento externo em empresas como a SASOL e a MOZAL, implicaram na fase de investimento um elevado crescimento das importações, nomeadamente de bens de equipamento.

Por exemplo, em 2002, a MOZAL I contribuiu em 2,1 p.p. para o crescimento do PIB e em cerca de 53% das exportações totais, mas também em cerca de 28% das importações.

Quadro 71 - Balança Comercial Moçambicana (2000-2005, milhões de US dólares)

	2000	2001	2002 p		2003 p		2004 p		2005 e	
			valor	peso		peso		peso		peso
Balança Comercial	-682,1	-254,0	-536,4		-604,2		-345,8		-497,0	
Grandes Projectos	-49,3	215,2	106,0		374,3		755,6		878,2	
Outras Exportações	-632,8	-469,2	-642,4		-978,5		-1101,4		-1375,2	
Exportações (FOB)	364,0	703,1	679,3		1043,9		1503,9		1745,3	
Grandes Projectos	127,2	440,5	468,0	68,9%	680,9	65,2%	1048,5	69,7%	1262,5	72,3%
Outras Exportações	236,8	262,6	211,3	31,1%	363,0	34,8%	455,4	30,3%	482,8	27,7%
Importações	-1046,1	-957,1	-1215,7		-1648,1		-1849,7		-2242,3	
Grandes Projectos	-176,5	-225,3	-362,0	29,8%	-306,6	18,6%	-292,9	15,8%	-384,3	17,1%
Outras Exportações	-869,6	-731,8	-853,7	70,2%	-1341,5	81,4%	-1556,8	84,2%	-1858,0	82,9%

p- preliminar, e - estimado.

Fontes: Banco Central de Moçambique e cálculos do autor.

Como podemos observar, em 2005, os grandes projectos têm um impacto significativo na economia moçambicana, representando mais de 72% das exportações e cerca de 17,1% das importações.

De uma forma geral, podemos concluir que este investimento trouxe vantagens em termos de ganhos comerciais, contudo, Moçambique viu aumentar substancialmente as suas importações por via dos mesmos. Por outro lado, tendo em conta que estes projectos têm protocolos próprios que lhes permite efectuar importações sem pagamento de direitos alfandegários, Moçambique nem sequer beneficiou, por essa via, de um aumento de receitas fiscais.

Em relação ao tipo de comércio efectuado, como pudemos verificar[346], Moçambique tem uma elevada dependência em relação a África do Sul.

Observando os tipos de trocas comerciais efectuados entre os dois países, permite-nos concluir que a África do Sul exporta para Moçambique essencialmente bens de investimento e alimentares, de elevado valor acrescentado. Moçambique, por sua vez, exporta matérias-primas e produtos agrícolas e piscatórios, com baixo valor acrescentado. Isto traduz-se num tipo de comércio essencialmente Inter-Ramo, o que demonstra o grau de vulnerabilidade de Moçambique e reforça a importância da África do Sul.

3.3.3.4. Impacto do Investimento na Especialização do tipo perverso

A especialização do tipo perverso, que como vimos no enquadramento teórico[347] significa a possibilidade de um país se especializar num bem em que não tem vantagens comparativas, e que devido à sua dimensão de mercado ganha economias de escala que o favorecem, é um dos principais problemas do aprofundamento das relações entre Moçambique e África do Sul.

Observando estas duas economias podemos constatar que se há uma especialização do tipo perverso é no caso da energia. Como referimos, um país como Moçambique teria todas as possibilidades para ser um grande produtor de energia, através da Barragem de Cabora Bassa e do Gás Natural de Pande e Temame. No entanto, exporta toda a sua produção para a África

[346] Ver Ponto 3.2. COMÉRCIO.
[347] Ver Ponto 1.5. ESPECIALIZAÇÃO DO TIPO PERVERSO.

do Sul, país que é deficitário em termos energéticos, a um custo baixo. Por sua vez, a África do Sul reexporta para Moçambique produção energética. Esta aparente contradição prende-se com os contratos firmados pelas entidades que gerem tanto a Hidroeléctrica de Cabora Bassa como o Gás Natural de Pande e Temame[348], que vendem a sua produção à África do Sul.

Segundo Castel-Branco (2004)[349], esta situação está inserida numa estratégia da África do Sul de controlar os recursos minerais e energéticos da África Austral, mas que no caso moçambicano chega quase a ser uma situação singular.

Para reforçar esta situação, pode-se referir, por exemplo, que a MOTRACO, uma *joint-venture* constituída por uma associação de capitais da EDM, Empresa de Electricidade de Moçambique, da ESKOM (da África do Sul) e da SEB (da Swazilândia), tinha como objectivo o fornecimento de electricidade para a MOZAL, e para outros grandes projectos situados na Região de Maputo, mas está ligada à Rede Eléctrica Sul-Africana. E assim, apesar da grande necessidade de energia eléctrica por parte da MOZAL, esta está ligada ao fornecimento energético da África do Sul e não de Moçambique como seria de esperar e desejar.

Desta forma, a África do Sul controla a produção, importação, exportação e o fornecimento da electricidade de Moçambique. Esta posição dominante permite à África do Sul ter uma especialização do tipo perverso e um controlo elevado do fornecimento de energia eléctrica não só a Moçambique, como a toda região de África Austral.

---

[348] A ESKOM e SASOL compram grande parte da produção energética produzida pela Barragem de Cahora Bassa e a totalidade do Gás Natural de Pande e Temame, e depois redistribuiem-na, tanto para a África do Sul como para os países vizinhos, onde se insere Moçambique.

[349] CASTEL-BRANCO 2004.

3.3.3.5. Impacto dos Investimentos na Transferência de Tecnologia

Interligado com o processo de investimento de empresas sul-africanas em Moçambique está presente a questão da existência da transferência tecnológica.

Como podemos constatar, parte do investimento efectuado teve como origem empresas multinacionais com capitais sul-africanos, que tinham como objectivo não só o aproveitamento das condições especiais da economia moçambicana, tais como a existência de alguns recursos naturais importantes, como a energia barata, os incentivos dados pelas autoridades moçambicanas, bem como o factor geo-estratégico da localização de Moçambique (com bons portos de saída e entrada para as mercadorias).

A importância do Investimento Directo Externo (IDE) no total do investimento de Moçambique tem sido primordial, como podemos observar no Quadro 72. Como foi referido atrás[350], apesar do IDE não ser essencialmente de origem sul-africana, esta tem uma comparticipação elevada, nomeadamente através de multinacionais que têm a sua origem na África do Sul ou laboram nesse país

Quadro 72 - Investimento Directo Externo em Moçambique (1996-2003)

	Investimento Directo Externo (entradas líquidas)	Entrada de IDE / Investimento Total
1996	73	15,6
1997	64	11,7
1998	235	9,9
1999	382	2,5
2000	139	29
2001	255	51,7
2002	155	32,4
2003	337	8,9

Fonte: African Economic Outlook 2004.

Como referimos, o controlo de todo o Complexo de Recursos Minerais e Energéticos de toda a Região de África Austral[351] é um aspecto fundamental

[350] Ver Quadro 62
[351] CASTEL-BRANCO 2004.

na estratégia empresarial das multinacionais sul-africanas. Desta forma, conseguimos entender que os grandes investimentos[352] se inserem num processo natural de crescimento destas multinacionais, na procura de mercado potencial para os seus produtos, na tentativa de controle da oferta e da procura, numa região em franco crescimento, e ao mesmo tempo no controle de alguns recursos naturais e energéticos fundamentais ao país.

Em termos teóricos[353], a transferência tecnológica faz-se de um "norte" desenvolvido para um "sul" menos desenvolvido. No caso dos países em estudo, esta transferência realiza-se da África do Sul para Moçambique (situados inversamente em termos geográficos) mas que se adequam totalmente à explicação teórica. No que se refere aos grandes investimentos, a transferência tecnológica foi uma realidade, na medida que houve a passagem de produção tecnológica de um país para o outro. Contudo, como também foi pormenorizado, esta transferência não trouxe efeitos de arrastamento significativos a outras empresas nem a jusante nem a montante, como se pode verificar pelo facto das compras efectuadas por estas empresas a nível local serem reduzidas, e a produção destinar-se totalmente para a exportação, funcionando a venda desses bens por via do marketing efectuado pelas empresas-mãe.

No entanto, há a referir que, em termos sectoriais, este investimento implicou alterações significativas tanto em termos de produção como nos produtos exportados.

---

[352] Não só os descritos atrás, como o Corredor de Desenvolvimento de Maputo, o Alumínio, o Gás Natural e a Electricidade, como de outros que se perspectivam, como a Fábrica de Ferro e Aço de Maputo e o Complexo Petroquímico da Beira.

[353] Ver ponto 1.6. MODELO DE TRANSFERÊNCIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E REDISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO.

Quadro 73 - Estrutura do Comércio

	Importações de Bens e Serviços (em % do PIB)		Exportações de Bens e Serviços (em % do PIB)		Exportações Primárias (em % das Export de mercadorias)	Exportações Manufacturadas (em % das Export de mercadorias)	Exportações de alta tecnologia (em % das Export de mercadorias)
	1990	2003	1990	2003	2003	2003	2003
África do Sul	19	26	24	28	42	58	5
Moçambique	36	39	8	23	91	8	3

Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano

Assim, após os anos 80 e 90 em que o sector agrícola dominou a produção, com a conclusão dos dois projectos, MOZAL e SASOL, houve uma alteração significativa da estrutura produtiva. Por exemplo, em termos de Valor Acrescentado Bruto, o sector primário passou de 30,2% em 1998, para 24,3% em 2003, enquanto o sector secundário, no mesmo período, cresceu de 21,5% para 32,4% e o sector terciário reduziu o seu peso de 48,3% para os 43,2%. Esta alteração estrutural decorreu da implantação do investimento sul-africano, tendo em conta que no sector secundário, o crescimento se deu na indústria transformadora e na construção[354].

Contudo, se houve uma alteração na estrutura do VAB, o mesmo não se pode dizer da distribuição do emprego, tendo em conta que ainda grande parte da população permanece rural, e com cerca de 80% a trabalhar numa agricultura de subsistência. Este é pois um dos grandes desafios das autoridades moçambicanas, reestruturar a qualificação dos trabalhadores, libertando-os do sector agrícola, ainda pouco produtivo, para outros sectores onde poderão ser mais necessários, sem que estas mudanças levem a um aumento da pobreza.

Como também foi referido, o investimento sul-africano também ocorreu em outras áreas, como na agricultura e na produção agro-industrial. Esse tipo de investimento teve, efectivamente, um efeito benéfico em termos de emprego e também de difusão tecnológica, com a reabilitação de algumas fábricas e construção de outras, nomeadamente no Açúcar.

[354] Ver Quadro 33- Composição Sectorial **(em % do PIB)**.

Assim, em resumo, o impacto dos investimentos foi positivo para a economia moçambicana em termos de transferência de tecnologia de topo, como aconteceu com a MOZAL e mesmo a SASOL, mas os efeitos de arrastamento a outros sectores ainda são reduzidos, na medida em que a interligação local com outras indústrias ainda pouco se verifica.

Para Moçambique espera-se, que haja uma atracção de outros investimentos e a possibilidade de maior conectividade com as empresas locais. Outros investimentos de menor dimensão e dirigidos ao sector agrícola têm tido efeitos mais positivos nas economias locais.

3.3.3.6. Impacto do Investimento sobre o consumidor moçambicano, em termos de aumento de escolha e estabilidade de preços

Sem dúvida alguma, que um dos resultados mais positivos da expansão dos negócios da África do Sul para Moçambique foi o aumento do leque do tipo e da qualidade dos bens disponibilizados ao consumidor moçambicano local.

O efeito de arrastamento da economia sul-africana no mercado moçambicano, mais do que em outros aspectos, foi mais significativo na estabilidade de preços que proporcionou e no aumento da oferta de bens.

A construção de vias rápidas entre os dois países, os acordos de transacções de mercadorias, a abertura de dia e noite das principais fronteiras entre os dois países e a abolição de vistos de entrada para estadias até 30 dias, permitiu uma mobilidade de pessoas e de bens mais intensa. Hoje em dia, os moçambicanos que vivem perto da fronteira com a África do Sul compram os seus bens no país vizinho, devido a este praticar um preço mais reduzido.

Isto, naturalmente, leva a uma maior concorrência no mercado moçambicano, que origina uma descida gradual dos preços, principalmente nos bens essenciais. Para termos uma noção mais clara da diferença de preços praticado entre os dois países podemos observar o Quadro 74:

Quadro 74 - Diferencial de preços de alguns bens essenciais entre Moçambique e África do Sul (2001)

Produto	Descrição	Preço em Rands	
		África do Sul	Moçambique
Acúcar Branco	Pacote (com 2 Kg)	8,63	14,12
Arroz branco	Pacote (1 Kg)	3,59	6,63
Batata	(por kg)	3,49	5,13
Chá	Folha (100gr)	3,2	13,90
Farinha	Pacote (com 2,5 Kg)	7,99	10,59
Frango	Frango inteiro (por kg)	14,99	17,11
Leite	(por litro)	3,39	5,34
Milho	Pacote (12,5 Kg)	29,99	42,78
Óleo de Cozinha	Garrafa de 750 ml	5,69	8,56
Ovos	Pacote (com 6 unid)	3,19	4,71
Pão	Estandardizado	2,79	1,28
Queijo	(por kg)	33,9	58,61
Sopa	Pacote (250 gr)	1,49	3,20
Tomate	(por kg)	8,79	3,64
Total		131,12	195,60

Fonte: VINK e KIRSTEN 2002 em GROBBELAAR, N. 2004.

Esta diferença dos preços ilustra bem a necessidade de uma maior estabilidade de preços em Moçambique, o que é muito positivo tanto para o consumidor como para as autoridades que desta forma conseguem controlar melhor a inflação.

3.3.3.7. Impacto do Investimento na Confiança Externa

Mais do que o impacto do investimento, em termos de rendimento, saldo comercial, ou transferência tecnológica, que foram positivos, o investimento directo estrangeiro da África do Sul em Moçambique transformou esta economia periférica num país atraente ao IDE de outros países.

Assim, apesar de a África do Sul ser, até 2003, o principal investidor em Moçambique, tem havido outros investimentos de outros países, e mais, verifica-se um grande interesse em aumentar as potencialidades noutros campos, como o turismo, a potenciação de outros recursos (como o carvão em Tete), tentando aproveitar os benefícios dos meios infraestruturais criados e os que se espera reabilitar, como sejam o corredor de desenvolvimento de

Nacala, a Norte, e o de Beira, a Centro. Mesmo os projectos MOZAL e SASOL têm parceiros de investimento de outros países como o Japão, o Reino Unido e a Austrália.

O forte crescimento económico de Moçambique, associado a programas de erradicação da pobreza por parte do FMI e do Banco Mundial, o apoio dado pelos grandes países para acabar com a sua dívida externa, têm aumentado a credibilidade do país tornando-se cada vez mais uma boa aposta para o IDE.

Quadro 75 - Índice de Concorrência Global de Moçambique e África do Sul

	2003		2004	2005
	Total (em 102 países)	África (em 25 países)	Total (em 104 países)	Total (em 117 países)
Crescimento Concorrencial				
Moçambique	93	20	92	91
África do Sul	42	3	41	42
Instituições Públicas				
Moçambique	82	16	n.d.	n.d.
África do Sul	43	5	n.d.	n.d.
Ambiente Macro-económico				
Moçambique	95	20	n.d.	n.d.
África do Sul	40	3	n.d.	n.d.
Tecnologia				
Moçambique	92	17	n.d.	n.d.
África do Sul	40	1	n.d.	n.d.

Fonte: Global Competitiveness Report, 2003, 2004 e 2005. n.d. – não disponível.

Nos últimos anos, e como se viu no inquérito realizado aos empresários sul-africanos[355], a corrupção é considerado um dos factores de afastamento de investimentos.

[355] Ver ponto 3.3.2. Resultados do Inquérito do Instituto Sul-Africano de Relações Externas (SAIIA).

Quadro 76 - Índice de Percepção de Corrupção[356]

	1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	Índice	Ranking do País (em 99)	Índice	Ranking do País (em 90)	Índice	Ranking do País (em 91)	Índice	Ranking do País (em 102)	Índice	Ranking do País (em 133)	Índice	Ranking do País (em 145)	Índice	Ranking do País (em 159)
Moçambique														
Orginal	3,5	56	2,2	81	:	:	:	:	2,7	86	2,8	90	2,8	97
Posição Relativa		57		90						65		62		61
África do Sul														
Orginal	5,0	34	5,0	34	4,8	38	4,8	36	4,4	48	4,6	44	4,5	46
Posição Relativa		34		38		42		35		36		30		29

Fonte: African Economic Outlook, OCDE, 2004 e
http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2005

O quadro é muito explícito, denotando que em Moçambique o índice de percepção de corrupção é extremamente elevado, e quando comparamos com a África do Sul a diferença é substancial. De notar, contudo, que apesar de em 2000, o país ter piorado a sua posição relativa, nos anos mais recentes tem evoluído favoravelmente.

Contudo, e como tem sido salientado por todas as instituições externas, nomeadamente pelos investidores, Moçambique precisa de desburocratizar as instituições do país, de reformar a justiça e a economia, e por fim precisa acabar com a corrupção. Só assim, a entrada de investidores externos tornar-se-á uma realidade insofismável e menos dependente das estratégias de controlo dos recursos minerais, energéticos e de transporte que existe por parte das grandes empresas sul-africanas.

[356] O índice de Percepção de Corrupção é um indicador compósito baseado em inquéritos realizados a investidores externos e analistas internacionais. As fontes de informação têm como origem 13 instituições independents, a saber: Freedom House, The Economist Intelligence Unit, Pricewaterhouse Coopers, The Institute for Management Development, the Political and Economic Risk Consultancy, the World Bank, the World Economic Forum, Columbia University, Gallup International, Information International, Multilateral Development Bank, the Business Environment and Enterprise Performance Survey and the World Markets Research Centre.

3.4. MOBILIDADE DO FACTOR TRABALHO: A IMIGRAÇÃO

3.4.1. Caracterização da Imigração de trabalhadores moçambicanos na África do Sul

A proximidade geográfica existente entre a África do Sul e Moçambique, além de ter fomentado as fortes relações comerciais e de investimento, que observamos, favoreceu a mobilidade dos trabalhadores, nomeadamente dos trabalhadores de Moçambique para a África do Sul, como podemos ver no Quadro 77:

Quadro 77 - Trabalhadores migrantes com contrato de trabalho na África do Sul

Ano	Trabalhadores moçambicanos	Total de trabalhadores imigrantes	% de trabalhadores moçambicanos no Total
1920	77 921	99 950	78%
1925	73 210	94 234	78%
1930	77 828	99 355	78%
1935	62 576	112 498	56%
1940	74 693	168 058	44%
1945	78 588	158 967	49%
1950	86 246	172 816	50%
1955	99 449	192 934	52%
1960	101 733	233 808	44%
1965	89 191	232 610	38%
1970	93 203	265 143	35%
1975	97 216	220 293	44%
1980	39 539	182 449	22%
1985	50 126	196 068	26%
1990	44 590	176 663	25%
1991	47 105	172 423	27%
1992	50 651	173 224	29%
1993	50 311	168 308	30%
1994	56 197	172 425	33%
1995	55 140	169 340	33%
1996	55 741	161 946	34%
1997	55 879	154 585	36%
1998	51 913	130 451	40%
1999	46 537	114 445	41%
2000	57 034	131 112	44%

Fonte: CRUSH, J. (2005). Nota: em 1990 houve uma quebra da série.

As primeiras migrações laborais são muito antigas e datam do primeiro acordo bilateral entre os governos de África do Sul e Portugal (como potência

colonizadora) de 1928, em que este acordo regulamentava a deslocação de trabalhadores moçambicanos para as minas sul-africanas. Na década de 60 as estatísticas sul-africanas estimavam que mais de 100 mil moçambicanos trabalhavam nas minas de África do Sul, o que na altura representavam cerca de 25% da população empregada no sector industrial de Moçambique[357]. O acordo manteve-se mesmo após a independência de Moçambique.

O movimento migratório foi agravado pela deflagração da guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO, em 1978, levando à deslocação de grande parte da população moçambicana tanto dentro do país, como para fora. Este movimento maciço de refugiados teve como principal destino a África do Sul, ou antes alguns dos Bantustões, criados pelo regime sul-africano. Segundo o Departamento Sul-Africano das Migrações, entraram na África do Sul durante a década de 80 cerca de 350 mil refugiados, sendo a maior parte deles oriundos de Moçambique[358].

Como podemos verificar, no Quadro 77, a população imigrante moçambicana representa uma larga percentagem do total de trabalhadores estrangeiros a trabalhar nas minas sul-africanas. E, se durante o chamado período socialista que ocorreu em Moçambique de 1975-1986 houve uma diminuição do fluxo de imigrantes, este voltou a aumentar, chegando, no ano de 2000, a 44% do total da força de trabalho estrangeira.

Estes números ainda se tornam mais expressivos se compararmos com a totalidade de trabalhadores nas minas sul-africanas. Assim, enquanto em 1990 eles eram cerca de 12% do total de trabalhadores, passaram a ser cerca de 25% do total de trabalhadores mineiros em 2000, representando uma força de trabalho expressiva.

[357] Departamento de Relações Externas de África do Sul em Grobbelaar, N. (2004)
[358] CRUSH e WILLIAMS 2001.

Quadro 78 - Trabalhadores nas Minas sul-africanas (1990-2000)

Ano	Trabalhadores moçambicanos	Total de trabalhadores nas minas	% de trabalhadores moçambicanos no Total
1990	44 590	376 473	12%
1991	47 105	354 649	13%
1992	50 651	339 485	15%
1993	50 311	317 456	16%
1994	56 197	315 264	18%
1995	55 140	291 902	19%
1996	55 741	284 050	20%
1997	55 879	262 748	21%
1998	51 913	228 071	23%
1999	46 537	213 832	22%
2000	57 034	230 687	25%

Fonte: CRUSH, J. 2005.

Actualmente os dados oficiais apontam para que estejam a trabalhar cerca de 72 mil moçambicanos na África do Sul, destes 12 mil estão nas fazendas sul-africanas e os restantes no sector mineiro[359].

As remessas de emigrantes enviadas pelos emigrantes são a principal fonte de recursos de muitas famílias moçambicanas, principalmente no sul do país, como podemos observar pelo Quadro 79.

Quadro 79 – Remessas de Imigrantes Moçambicanos (em milhões de US dólares, 1994-2005)

Ano	**Remessas de Imigrantes**
1994	54,8
1995	59,1
1996	61,0
1997	63,6
1998	46,3
1999	38,0
2000	36,8
2001	41,8
2002	23,6
2003	39,5
2004	55,0
2005	50,9

Fonte: Banco Central de Moçambique.

[359] CASTEL-BRANCO 2002.

3.4.2. Imigração e Integração dos trabalhadores moçambicanos na sociedade sul-africana.

Em 2000, as estimativas oficiais apontavam para cerca de 200 a 220 mil, o número de moçambicanos que permaneciam na África do Sul, seja numa situação de emigração legal ou como refugiados amnistiados. A maioria destas pessoas já reside no país há pelo menos 10/20 anos, estando consideravelmente integrados nas comunidades locais, os seus filhos já nasceram na África do Sul e têm as suas raízes no país de acolhimento, tanto que já estão inscritos no sistema escolar, tal como nos subsistemas de saúde existentes. Os dados estatísticos disponíveis (até 1985) apontam para esta grande ligação entre os imigrantes moçambicanos que já têm a família na África do Sul, em que os filhos já fazem parte da comunidade sul-africana:

Quadro 80 - Moçambicanos nascidos na África do Sul (1911-1985)

Ano	Moçambicanos	Total de estrangeiros africanos	% de moçambicanos no Total de estrangeiros africanos
1911	114 976	229 207	50%
1921	110 245	279 819	39%
1936	98 031	333 777	29%
1946	141 417	556 807	25%
1951	161 240	605 992	27%
1960	35 857	189 622	19%
1970	142 512	516 044	28%
1980	64 813	376 483	17%
1985	63 561	317 010	20%

Fonte: CRUSH, J. (2005).

De facto, a população moçambicana tinha uma particularidade, a maior parte desta população tinha afinidades étnicas e linguísticas com a população sul-africana que vivia na fronteira com Moçambique, e desta forma a integração foi rápida. Após as eleições de 1994, o novo governo resolveu apoiar políticas de retorno da população refugiada aos seus países. Contudo, aos refugiados moçambicanos foi-lhes concedido uma amnistia que permitia que permanecessem no país

A maioria destes "novos sul-africanos" mantém, apesar de tudo laços com a família no seu país de origem, e têm, pelo menos em teoria, intenções de regressar a Moçambique[360]. Na verdade, um inquérito efectuado à população refugiada indicou que só 20% da população refugiada tinha intenções de facto de regressar ao seu país[361].

Apesar de tudo, persistem alguns problemas e relacionam-se com o facto do desemprego na África do Sul atingir níveis elevados, o que leva a alguns fenómenos chauvinistas. Por outro lado, a população imigrante residente nas zonas rurais têm sido compelida a voltar à sua terra natal devido aos problemas existentes com a propriedade da terra. Como foi referido, a reforma da terra na África do Sul tem levado, numa primeira fase à distribuição das terras comunais à população sul-africana, mas esta terra também era trabalhada pelos imigrantes, criando maior competição por este bem escasso.

Em síntese, no que respeita à imigração, a questão da interdependência entre Moçambique e África do Sul pode ser vista a dois níveis:

- Pela importância que estes imigrantes representam em termos de remessas para a economia moçambicana.
- Pela saída de uma importante fatia da população activa moçambicana e que detém uma boa qualificação.

No primeiro aspecto, as remessas dos emigrantes são, em grande parte, uma fatia considerável do rendimento disponível das famílias de origem[362].

É contudo, ao nível da perda da população qualificada para o país que se deverá notar o maior impacto na economia, pois, depaupera a população activa mais qualificada do país.[363]

---

[360] SAMP (2001).

[361] CRUSH e WILLIAMS (2001).

[362] Ver Quadro 79.

[363] Este é um fenómeno explicado pela teoria económica, mas não existem estudos quantificados que estimem os efeitos da deslocação desses trabalhadores qualificados para a África do Sul.(South Africa Migration Project, 2005).

3.5. PARIDADE ENTRE O METICAL E O RAND

A grande interligação em termos de mobilidade de capitais, bens e serviços e mesmo do trabalho, fez com que o Banco Central Moçambicano tentasse intervir no mercado monetário de forma a garantir alguma estabilidade do metical em relação ao Rand sul-africano. Isto devia-se ao facto das principais trocas comerciais terem como origem e destino o mercado sul-africano e assim ter de haver uma certa estabilidade cambial.

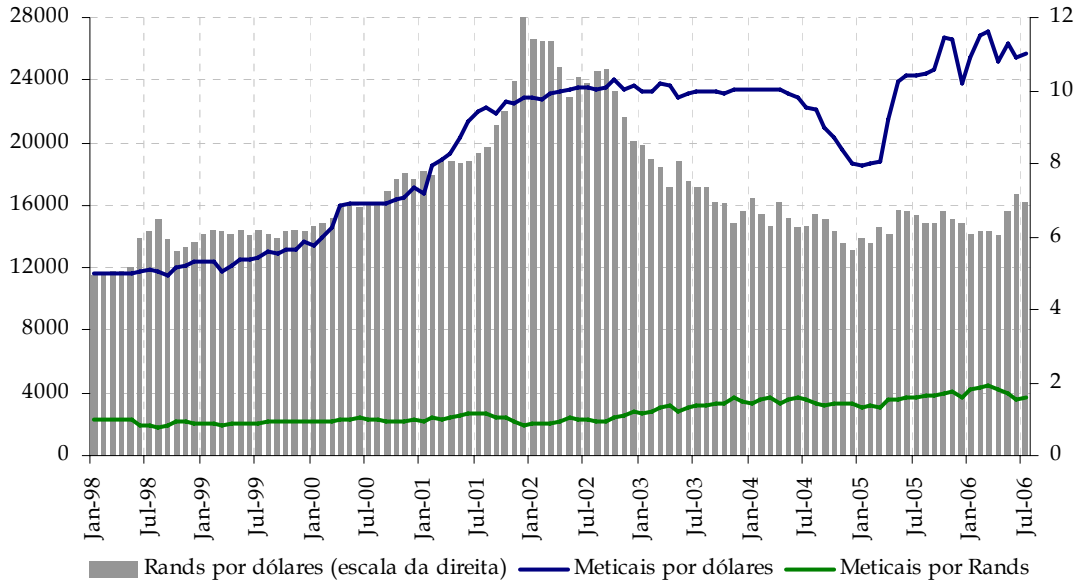
Esta situação demonstra sem dúvida o grau de dependência da economia moçambicana face à economia sul-africana, até porque o contrário não se passa.

O facto de a África do Sul ser uma potência regional leva o Banco Central deste país a agir no mercado mundial tentando manter uma paridade com as grandes moedas (dólar norte-americano, euro e iene) sustentado no facto do país ser o maior produtor e fornecedor de ouro do mundo, e que assim o permite praticar uma política relativamente independente. Esta independência em relação às outras moedas nunca é total e deve estar articulada com os restantes Bancos Centrais e com o FMI, na sua qualidade de regulador monetário mundial.

Como podemos observar no Gráfico 9, tanto o Rand sul-africano, com o Metical têm tido grandes flutuações face ao Dólar Norte-americano, mas têm mantido alguma estabilidade entre eles. No 2º semestre de 2005, o Metical sofreu alguma depreciação face ao Rand, para retomar os níveis anteriores[364], no princípio de 2006.

[364] As maiores oscilações sofridas pelo Metical podem ter sido originadas pela alteração da legislação cambial (com uma maior liberalização e utilização de leilões para cedência de divisas). Em Julho de 2006 entrou em circulação uma nova moeda que irá substituir o Metical, o Metical da Nova Família, que corresponde ao anterior Metical/1000. A partir de Janeiro de 2007, esta nova moeda passar-se-á a chamar igualmente de Metical.

Gráfico 9 - Taxa de Câmbio entre o Metical e o Rand versus Dólares



Fontes: Banco de Moçambique e Reuters.

(Nota: 1 Rand = x Meticais; uma apreciação do Rand vê-se no gráfico com a tendência de subida).

O que podemos concluir é que enquanto as autoridades sul-africanas têm seguido uma estratégia independente de paridade cambial, o Banco Central Moçambicano tem-se preocupado com a necessária paridade com a moeda sul-africana.

Em termos concretos, as diferentes estratégias seguidas pelas duas economias demonstram o grau de dependência da economia moçambicana face à sul-africana.

3.6. AVALIAÇÃO DA DEPENDÊNCIA VERSUS COOPERAÇÃO

A partir das interligações entre Moçambique e África do Sul, podemos concluir que as existe uma grande ou quase total dependência da economia moçambicana face à sul-africana.

3.6.1. A nível do Comércio

Em termos comerciais, é evidente a existência de dominação por parte de África do Sul em relação a Moçambique. Assim:

a) Os montantes de importação e exportação envolvidos demonstram que a África do Sul representa o principal parceiro comercial de Moçambique, enquanto o inverso não sucede[365].

b) Os bens exportados por Moçambique têm uma componente reduzida de valor acrescentado e de transformação.

c) O comércio efectuado pelos dois países é essencialmente Inter-Ramos, o que não é propiciador a um aumento da competitividade e desenvolvimento, nomeadamente para Moçambique, que é o país menos desenvolvido e com uma produção com baixo valor acrescentado.

3.6.2. Ao nível dos Investimentos

a) O facto dos fluxos de Investimento serem só num sentido (da África do Sul para Moçambique) faz com que a dependência a nível dos capitais seja total[366].

b) O facto deste investimento ser dirigido aos principais recursos torna a África do Sul detentora do controlo dos recursos principais de Moçambique.

c) Como vimos[367], o domínio dos recursos minerais e energéticos de Moçambique por parte das empresas sul-africanas, permite ao

[365] Contudo, Moçambique é um dos principais clientes dos produtos sul-africanos.
[366] Ver Ponto 3.3.3. Impacto dos investimentos sul-africanos em Moçambique
[367] Ver ponto 3.3.3.4. Impacto do Investimento na Especialização do tipo perverso

grande país da região, e às suas grandes empresas uma especialização do tipo perverso, por exemplo no caso da energia, quando Moçambique tem as condições para ser um grande exportador de produção eléctrica para toda a região da África Austral.

d) O desenvolvimento dos corredores de transporte, como o de Maputo, e mesmo o de Beira e Nacala[368], com o apoio do governo e empresas sul-africanas aumenta o grau de dependência de Moçambique em relação à África do Sul, pois permite ao sector empresarial sul-africano o controlo destes meios de transporte.

e) Ao nível da transferência tecnológica[369], podemos concluir que tendo existido algum grau de transferência, devido aos projectos com alto grau de tecnologia, o facto de não existir grandes relações com os mercados locais não permitiu um maior aprofundamento nem o efeito arrastamento ao resto da economia que se desejava[370].

Segundo Castel-Branco (2004) a estratégia das empresas sul-africanas passa pelo controlo dos recursos minerais e energéticos da Região da África Austral, mais considera que os próprios projectos MOZAL e SASOL com participação de capitais sul-africanos passaram pelo afastamento de outras empresa (a *KAISER* e a *ENRON*) que até tinham melhores condições monetárias e interligações mundiais.

---

[368] No caso da construção dos outros corredores mais a norte as razões do envolvimento da África do Sul prendem-se com a necessidade que o país tem de matérias-primas de outros países da África Austral, de estar interessada num domínio estratégico dos recursos dos países envolventes e também ao facto de empresas sul-africanas estarem envolvidas na construção e desenvolvimento desses corredores (Castel-Branco, 2004).

[369] Ver ponto 3.3.3.5. Impacto dos Investimentos na Transferência de Tecnologia

[370] A pouca interligação com a economia e as comunidades locais verificou-se no investimento efectuado por algumas empresas, contudo, os grandes projectos de investimento tentaram colmatar esse problema ao manter uma componente social dirigida às comunidades locais, mas os resultados nem sempre foram satisfatórios (CPI 2004).

Alguns autores[371] consideram que as autoridades governamentais poderiam apostar na existência de duas empresas de alumínio (a MOZAL e a *KAISER*) e que essa concorrência poderia aumentar os benefícios para Moçambique tanto ao nível da arrecadação de receitas como da redução da dependência que o país teria em relação a estas empresas.

É pois, indispensável, para a redução da dependência, o aparecimento de outros projectos de investimento, como, por exemplo, o Projecto de Ferro e Aço de Maputo[372] que poderiam trazer alguns laços com a produção de alumínio da MOZAL e energética da SASOL, e que poderiam fomentar mais a produção interna e minorar a dependência que o país agora tem da produção destas empresas e da sua exportação[373].

Outros projectos de investimento têm surgido, nomeadamente nas áreas de turismo, devido principalmente ao facto de uma percentagem elevada de turistas serem de origem sul-africana, e com tendência a aumentar cada vez mais, tendo em conta os novos meios de transporte e as facilidades burocráticas[374] e que assim perspectivam novos investimentos nesta área[375].

---

[371] Nomeadamente Castel-Branco 2004.

[372] *Maputo Iron and Steel Project* (MISP).

[373] A maior parte das empresas sul-africanas que operam em Moçambique dizem que são fortemente dependentes de importação de bens e serviços e que apenas compram localmente cerca de 10% dos produtos que necessitam (SAIIA 2004).

[374] Como foi referido a Fronteira de Ressano Garcia passou a funcionar as 24 horas e os dois países acordaram o fim do visto de entrada entre os dois países.

[375] Por exemplo, um projecto do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, que envolve Moçambique, África do Sul e Zimbabué, a inaugurar em Outubro de 2005. Este parque está dotado de vias de acesso, acampamentos, tendas de luxo, parques de estacionamento, entre outras infra-estruturas, e alberga milhares de animais bravios. A administração do parque mandou construir uma estrada de terra batida, com cerca de 70 quilómetros, que parte da zona fronteiriça sul-africana de Giriyondo até Massingir, na província de Gaza, no sul de Moçambique. No local, também estão a ser erguidas infra-estruturas avaliadas em mais de 200 mil euros. São projectos inovadores que ao mesmo tempo tentam aproveitar novas potencialidades que este tipo de parques naturais oferece e preservar a vida selvagem. Antes deste projecto, já existiam pacotes turísticos que ofereciam uma estadia no Krueger Park em África do Sul e simultaneamente na ilha de Bazaruto em Moçambique.

3.6.3. Ao nível do Factor Produtivo Trabalho

A dependência moçambicana também acontece no mercado de trabalho[376], assim:

a) Uma parte significativa da população activa moçambicana trabalha na África do Sul, principalmente nas minas.

b) Essa população activa é mais qualificada que grande parte população moçambicana constituindo uma saída de pessoal qualificado do país.

c) Parte substancial do rendimento disponível das famílias Moçambicanas provém das remessas dos imigrantes.

d) Apesar de ter havido alguma transformação estrutural, em termos de produção e exportação, só a população envolvida nos projectos de investimento em Moçambique registou melhorias no seu nível salarial, na sua produtividade e qualificação. Desta forma, a maior parte da população continua a viver num grau de pobreza elevado, num sector agrícola de subsistência.

3.6.4. Ao nível do Mercado Monetário

Em termos de política monetária, e utilizando a abordagem da interdependência económica[377], conseguimos encontrar um comportamento à *Nash-Stackelberg*, em que existe um país líder que toma as sua opções independentemente do outro, e que o outro tende a seguir[378]. Sendo o país líder a África do Sul e o seguidor Moçambique.

Assim, em termos globais podemos concluir que existe um forte grau de dominação que abrange o comércio, o investimento, o mercado de trabalho e o mercado monetário.

---

[376] Ver Pontos 3.3.3.2. Impacto dos Investimentos no Mercado de Trabalho e 3.4. MOBILIDADE DO FACTOR TRABALHO: A IMIGRAÇÃO

[377] Ver ponto 1.7. A INTERDEPENDÊNCIA ECONÓMICA

[378] Ver ponto 3.5. PARIDADE ENTRE O METICAL E O RAND

3.7. ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA USANDO UMA MATRIZ DE PODER ESTRUTURAL

Após termos analisado as relações económicas entre a África do Sul e Moçambique em termos económicos, usando uma matriz que relaciona o comércio, o investimento, o mercado de trabalho e o mercado monetário, vamos verificar a existência de cooperação e dominação tendo como base a estrutura de poder, no âmbito do modelo de Relações Económicas Internacionais desenvolvido por Susan Strange.

Como vimos[379], para a autora, as relações económicas internacionais fazem-se numa óptica de aumento do poder. Mais do que perguntar quem tem o poder, devemos saber qual a fonte desse poder em termos estruturais, isto é, o que determina as estruturas da política económica global entre os diferentes Estados, as suas instituições políticas, e as suas empresas

De seguida iremos analisar qual a fonte de poder nas diferentes estruturas (produção, conhecimento, segurança e finanças). De realçar que estas estruturas, apesar de diferentes, são interdependentes, e, assim, podemos sintetizar que o poder é exercido por quem controla a segurança, a produção, o crédito, o conhecimento, o pensamentos e as ideias.

Na actual configuração mundial, com excepção da super potência americana, o exercício do poder não pode ser efectuado em termos individuais, e na maior parte dos casos, os agentes económicos podem ter vantagens numa estrutura, mas não em todas.

Antes de mais torna-se indispensável considerar o exercício do poder nas diferentes estruturas dos países em estudo.

[379] Ver ponto 1.8. RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS.

3.7.1. Estrutura de Segurança

Chamamos estrutura de segurança[380] a todos os meios que proporcionam segurança à população. E assim, o exercício do poder é efectuado por quem assegura a segurança. Quase sempre, é à instituição Estado que, devido às suas características, cabe garantir a segurança às pessoas e às empresas. No entanto, o provimento de segurança varia em função da natureza dos Estados, o nível de desenvolvimento económico e social, o clima de estabilidade existente, e o posicionamento geo-estratégico do país.

Naturalmente, que a estrutura de segurança depende também, do desenvolvimento tecnológico do país[381], tendo em conta que este influencia não só as forças de segurança, o armamento que dispõe e todo o manancial de sistema de segurança.

Se usarmos esta definição de segurança, então a África do Sul tem claramente domínio sobre Moçambique, não só pelo diferencial de forças armadas que dispõe (cerca de quatro vezes mais efectivos militares[382]) como também ao nível de armamento e dos gastos militares. Este potencial militar que a África do Sul dispõe, faz com que o país seja dos mais bem equipadas do Continente Africano, reforçando a sua posição de potência regional, de tal forma que o país tem sido chamado a mediar diversos conflitos. Apesar desta posição dominante em termos de segurança, o crime e a violência tem sido uma prática comum no país em resultado do elevado desemprego e da desigualdade social pronunciada.

---

[380] Ver com mais detalhe 1.8.2.1. Estrutura de Segurança.
[381] Neste caso está inter-relacionado com a estrutura de conhecimento.
[382] CAMPOS, A. 1996.

3.7.2. Estrutura de Produção

A estrutura de produção[383] pode ser definida como todas as questões que determinam o que é produzido, por quem, para quem, de que forma ou método e em que condições.

No caso específico das relações entre África do Sul e Moçambique, e como já vimos[384], a estrutura de produção é determinada pela dinâmica empresarial das transnacionais, de proveniência sul-africana, ou que pelo menos operam no país.

Como foi referido no enquadramento teórico[385], a estratégia de poder pela internacionalização da produção faz-se através de três tipos de acção: exportação, fornecimento local e licenciamento.

No caso das relações entre os dois países, o domínio de produção tem levado a um alargamento da dominação sul-africana, tendo em conta que passámos de uma situação em que era predominante um tipo de estratégia direccionada para a exportação, para uma produção local, isto é para um investimento em empresas locais ou em construção de novas unidades empresariais em Moçambique.

A estratégia seguida traduziu-se na procura de recursos, em termos minerais e energéticos e aproveitando as potencialidades em termos de transporte para a exportação futura dos produtos, como se viu, nos investimentos efectuados por África do Sul em Moçambique, a preocupação do sector empresarial supunha o domínio dos recursos estratégicos, tal como as vias de comunicação[386]

Assim, a nível da estrutura de produção a África do Sul é claramente dominante, numa estratégia que abrange a região da África Austral. Já Moçambique não tem expressão na África do Sul.

---

[383] Ver com mais detalhe ponto 1.8.2.2. Estrutura de Produção
[384] Ver ponto 3.3.1. Caracterização do Investimento da África do Sul em Moçambique
[385] Ver ponto 1.3. TEORIAS DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS.
[386] Ver ponto 3.6. AVALIAÇÃO DA DEPENDÊNCIA VERSUS COOPERAÇÃO

3.7.3. Estrutura Financeira

Podemos definir, estrutura financeira[387] como o somatório de todas as questões ligadas à disponibilidade e concessão de créditos aos países, empresas e particulares, e todos os factores que determinam a variação da taxa de câmbio.

Mais do que a evolução operada nos sistemas financeiros nacionais, o exercício do poder da estrutura financeira verifica-se na mobilidade do sistema financeiro internacional, que por sua vez, não deixa de ser uma das consequências das mudanças estruturais neste sistema. A globalização das transacções efectuadas, fizeram com que de um sistema em que a maior parte dos empréstimos e instrumentos de crédito são negociados dentro dos sistemas nacionais de transacções, supervisionados pelas autoridades nacionais, de acordo com regras estáveis e reconhecidas, se passasse para um novo sistema interligado mundialmente entre bancos e operadores financeiros de uma forma económica, simples, segura e por meios de comunicação instantâneos que operam com regras menos exigentes e definidas.

Temos, assim, uma estrutura financeira que tem um peso substancial nas relações de poder entre os países, e que determina, na maior parte dos casos, as estratégias de desenvolvimento dos mesmos.

No caso das relações entre os dois países em análise, a África do Sul volta a deter um papel fulcral e dominante.

Esta situação pode ser observada pelo domínio directo, ou indirecto que o sistema financeiro Sul-Africano tem sobre o Moçambicano, não só pela compra de alguns bancos moçambicanos como também pela dependência que existe entre a moeda moçambicana, o metical, face à sul-africana, o Rand, de tal forma que as autoridades monetárias fazem flutuar, em geral, o metical de acordo com a variação do Rand, não se passando o inverso. Tal como a política monetária, que, regra geral é concertada com o FMI, as autoridades

[387] Ver com mais detalhe ponto 1.8.2.3. Estrutura Financeira.

monetárias moçambicanas têm em conta as alterações verificadas na condução da política monetária sul-africana.

Um outro facto que reforça esta dependência financeira de Moçambique face à África do Sul passa pelo facto de grande parte dos investimentos ser efectuado com o apoio do sistema financeiro da África do Sul[388].

3.7.4. Estrutura de Conhecimento

A estrutura de conhecimento[389] abrange todo o conhecimento existente, como é compreendido, e os canais pelos quais os pensamentos, ideias e conhecimentos são comunicados, através dos quais incluem determinados indivíduos, empresas e Estados e excluem outros.

Como dissemos o exercício desta estrutura de poder é, em geral, efectuado de forma negativa, isto é, tem poder quem detém um determinado conhecimento e não o transmite. A transmissão e a difusão desse conhecimento permite a posse dele por todos e assim, ninguém tem ascendência ou poder, sobre os outros. Desta forma, o poder que advém da estrutura de conhecimento é intangível.

Esta estrutura de poder está intimamente ligada às outras estruturas, e tem ganho um peso substancial. É devido às mudanças tecnológicas ocorridas no armamento e outros meios de vigilância que o poder de segurança tem-se consubstanciado. Também na estrutura de produção, as novas formas de produção, derivadas de melhorias tecnológicas permite alargar a potencialidade de quem detém este poder. O mesmo se passa com a estrutura financeira, tendo em conta que grande parte das mudanças ocorridas nesta estrutura derivaram de uma melhoria tecnológica.

Assim, mais do que as outras estruturas de poder, a estrutura de conhecimento é fundamental para o domínio das relações económicas internacionais.

---

[388] Ver ponto 2.2.4. Grandes Projectos.
[389] Ver com mais detalhe ponto 1.8.2.4. Estrutura de Conhecimento.

Moçambique, com o seu fraco desenvolvimento económico, anos de guerra civil e com baixas habilitações de recursos humanos encontra-se num nível extremamente reduzido em termos das potencialidades tecnológicas e logo com um grau reduzido de estrutura de conhecimento.

Antes de mais, é preciso referir que a África do Sul perdeu alguma da posição relevante, em termos internacionais, ao nível da estrutura de conhecimento, devido à diferenciação de formação fomentada pelo regime do Apartheid (que fez com que a população negra não tivesse muitas habilitações) e também pelo facto de durante vários anos a África do Sul ter sido alvo de sanções económicas que não permitiram uma melhoria tecnológica substancial. Contudo, em termos comparativos, a África do Sul encontra-se num patamar de desenvolvimento tecnológico superior à maior parte dos países africanos, e nomeadamente em relação a Moçambique.

Assim, no que se refere ao grau de dependência que advém desta estrutura de poder podemos concluir que a África do Sul tem, também, a preponderância na estrutura de conhecimento.

Apesar da África do Sul ter claramente mais influência e poder, a difusão tecnológica que se esperava por via dos investimentos efectuados pelas empresas sul-africanas em Moçambique, não tem acontecido. Como já foi referido[390], as poucas ligações com o mercado local, impediram um efeito arrastamento destes investimentos, e, assim, reforça o domínio da África do Sul ao nível da estrutura de conhecimento.

Em síntese, utilizando uma matriz de estrutura de poder para descrever o tipo de relações entre a África do Sul e Moçambique podemos concluir que a África do Sul domina totalmente estas relações, e em todas as estruturas de poder.

[390] Ver ponto 3.3.3.5. Impacto dos Investimentos na Transferência de Tecnologia.

4. CONCLUSÕES

As relações económicas entre Moçambique África do Sul conheceram um elevado crescimento, com particular destaque para a evolução sentida a partir de 1994, data das primeiras eleições multipartidárias nos dois países. Contudo, como vimos, as relações entre os dois países era muito fortes já no período anterior à independência de Moçambique, e que as opções políticas do governo moçambicano e o programa de desestabilização da África do Sul efectuadas em Moçambique, entre 1975 e 1984, levaram a uma degradação das relações entre os dois países.

A problemática principal que foi discutida ao longo desta dissertação relaciona-se com o facto de estas relações terem um cariz cooperativo ou dominador, este da África do Sul em relação a Moçambique.

Para tentarmos demonstrar esta questão tivemos a necessidade de compreender os aspectos teóricos da Economia Internacional que enquadram o tipo de Relações Económicas entre os países. Tendo em conta que as relações comerciais entre os dois países são determinantes para analisar o grau de dependência e cooperação, para o contextualizar apresentámos as principais teorias do comércio internacional,

Por outro lado, tendo em conta o processo de integração económica em que os dois países em questão estão envolvidos, por via do SADC, aprofundou-se o enquadramento teórico que esteve na base dessa integração.

E, devido à sua importância na explicação do comércio e também das dinâmicas do investimento entre os países, entendémos ser necessário explicitar os fundamentos económicos das multinacionais e das economias de escala. Neste aspecto realçamos um ponto fulcral, que é o da possibilidade de especialização perversa, nomeadamente quando os dois países têm dimensões diferenciadas, como é o caso da África do Sul e Moçambique.

Ainda numa tentativa de compreender as dimensões das relações entre dois países com diferentes graus de desenvolvimento, apresentámos e

seguimos o modelo de transferência da inovação tecnológica e redistribuição do rendimento de Krugman.

Seguidamente, indagámos os conceitos teóricos da interdependência económica, são, neste caso, de dominação ou cooperação, ou, por outras palavras, de dependência ou interdependência.

Por fim, após termos verificado que o enquadramento teórico apresentado não respondia de forma satisfatória à problemática em questão, resolvemos considerar os conceitos apresentados por Susan Strange, no âmbito das Relações Económicas Internacionais. Esta autora desenvolve um modelo em que tenta determinar as estruturas de poder existentes na economia internacional, e subdivide o poder em quatro estruturas (de segurança, produção, financeira e conhecimento). Parece-nos que é a partir desta definição que podemos melhor compreender a actual estrutura das relações entre os agentes económicos (Estados, empresas e famílias).

Após este enquadramento teórico, fizemos uma descrição dos dois países, mostrando os seus antecedentes histórico-políticos, centrados numa análise económica.

Note-se que o objecto desta dissertação trata essencialmente do período pós 1994, ano em que nos dois países houve eleições históricas, que, no caso sul-africano, levou ao fim do Apartheid, e em Moçambique ao fim da Guerra Civil que tinha deflagrado no país após a independência.

Os dois países têm características diferentes: a África do Sul é uma potência regional, com uma população 2,5 vezes maior que a Moçambicana, e com um PIB trinta vezes superior. Esta diferença em termos económicos é extensível a todos os outros indicadores (sociais, culturais e políticos). Desta forma, estamos a falar de uma relação entre países em que o grau de desenvolvimento é muito diferente.

Enquanto Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, a África do Sul situa-se nos países de médio rendimento.

O estudo da problemática da dominação ou cooperação entre os dois países tem à partida uma resposta óbvia, isto é a África do Sul, devido às suas características de potência regional, é à partida um país dominante, enquanto Moçambique é o dominado.

E de facto ao confrontarmo-nos com os dados das relações entre ambos chegamos à conclusão que estas são de dominação. Essa conclusão pode ser retirada de um ponto de vista da Teoria Económica Tradicional, tal como numa óptica de Poder Estrutural de Susan Strange, no âmbito das Relações Económicas Internacionais.

Assim, nesta dissertação, tentámos demonstrar que, em termos de relações económicas, numa óptica de teoria económica tradicional, a dependência de Moçambique face à África do Sul é elevada. Pensamos ter demonstrado que Moçambique depende da África do Sul ao nível dos factores produtivos e nas transacções comerciais.

Os dados disponíveis apontam, também, para uma dependência ao nível do factor trabalho, derivado tanto da forte migração moçambicana para a África do Sul, bem como da menor qualificação da mão-de-obra moçambicana face à sul-africana, fazendo com que Moçambique tenha de "importar" trabalhadores mais qualificados da África do Sul, nomeadamente para os grandes projectos de investimento. Demonstrou-se, também, que ao nível do mercado de trabalho os investimentos sul-africanos foram positivos devido ao aumento da produtividade e melhoria das condições de trabalho que as empresas com participação sul-africana proporcionam aos trabalhadores moçambicanos.

Ao nível do factor capital, esta dependência ainda é maior, tendo em conta não só o volume de investimentos efectuados por empresas públicas e privadas sul-africanas, mas também devido a todo o nível de impacto que se tem verificado na economia. Os impactos positivos tecnológicos, ao nível do crescimento do PIB, na melhoria da Balança Comercial, demonstram a elevada dependência que estes investimentos provocam.

Contudo, também como foi referido, concluímos que esta dinâmica de investimento aprofundou o grau de dependência de Moçambique face à África do Sul, não só pelo facto de se inserir num contexto de claro controlo por parte do sector empresarial sul-africano dos recursos minerais e energéticos da Região da África Austral, como pelo facto de parte deste investimento não ter trazido, ainda, um efeito arrastamento para os outros sectores da economia, devido, aos poucos laços económicos e empresariais criados com o mercado local.

Também, tendo em conta que este investimento foi efectuado por grandes multinacionais, Moçambique torna-se mais dependente de uma dinâmica empresarial, que o pais não controla, e o facto de se terem concedido elevados benefícios fiscais leva a que parte da riqueza criada não permaneça no país.

Quanto à dependência de Moçambique face à África do Sul no que se refere às relações comerciais, esta é por demais evidente. Não só porque a África do Sul é o principal parceiro (não se verificando o contrário), com um grande peso em termos de importação, como o tipo de produtos transaccionadas aumenta ainda mais o grau de dependência, tendo em conta que Moçambique importa principalmente bens de investimento e alimentares, e exporta bens primários, com baixa transformação. A implementação dos grandes projectos alterou o tipo de comércio efectuado entre os dois países (nomeadamente com os direitos relativos ao Gás Natural) mas não melhorou significativamente o grau de dependência de Moçambique face à África do Sul.

Na demonstração da dominação da África do Sul em relação a Moçambique, também demos relevo à existência de um certo grau de especialização perversa no que respeita ao sector energético, tendo em conta que sendo um dos bens mais abundantes de Moçambique, os acordos ao nível da Hidroeléctrica de Cabora Bassa e no Gás Natural com a África do Sul, levam a que Moçambique seja um importador líquido de energia.

Também ao nível dos transportes e das grandes vias de comunicação, que se têm desenvolvido com a colaboração de África do Sul, notamos que se tem dado o controlo desses importantes meios infraestruturais a empresas sul-africanas. Estas empresas, têm tido maior poder económico para garantir a construção, a reabilitação e a renovação de muitas infra-estruturas, como seja ao nível Rodoviário, Ferroviário e Portuário.

Outros investimentos efectuados no turismo, na indústria agro-alimentar e mesmo na agricultura têm sido mais benéficos tendo em conta o impacto positivo em diversos sectores da economia.

A dinâmica do investimento sul-africano, tem outras características que passam pela óptica empresarial, isto é, de crescimento das empresas e aumento de lucros, e de uma forma mais alargada, para ganhar controlo das reservas e dos recursos minerais e energéticos da região. Assim, o investimento em Moçambique ganha importância devido à possibilidade de garantir esse controlo. Por outro lado, os benefícios concedidos aos grandes investimentos serviram como factor suplementar à implantação no país.

Para Moçambique, a entrada desses investimentos também teve aspectos positivos, não só porque permitiu criar infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento e à captação de mais investimentos, mas também porque lhe deu maior credibilidade internacional, no que respeita às organizações internacionais ou a outros investidores e por fim alterou substancialmente as estruturas produtivas do país.

Naturalmente, que muitos problemas têm que ser resolvidos, tendo em conta o atraso dos dois países, e em particular Moçambique, face aos países mais desenvolvidos. De destacar, a necessidade de reforma das instituições e melhoria do nível educacional e habilitacional das populações.

Os dois países deparam-se com um obstáculo fortíssimo, que é o do Vírus HIV/SIDA, e que pode arruinar as hipóteses de desenvolvimento e crescimento económico em ambos países. Como vimos, o impacto do vírus da

SIDA é muito grave, atingindo a saúde pública, as despesas sociais do Estado, o crescimento populacional e o crescimento económico.

As perspectivas futuras para as relações económicas entre Moçambique e a África do Sul são positivas, mas contudo dependem de diversos factores, tais como a evolução política e económica dos dois países e a evolução dos graves problemas sociais (HIV/SIDA, Reforma da Terra, etc.).

Moçambique e a África do Sul, tal como foi referido, fazem parte da mesma área de integração económica, a SADC. Pelo facto desta organização pretender aprofundar o seu processo de integração económica[391], e tendo em conta o peso da África do Sul no seio da SADC, alguns autores[392], pensam que seria muito positivo, nomeadamente para Moçambique, a coordenação de políticas monetárias e fiscais que advém do processo de aprofundamento da integração económica. No caso moçambicano, esta maior integração poderia capitalizar as potencialidades do país, atraindo mais investimento e aumentando o comércio. Também, esta maior articulação e coordenação entre os dois países, no âmbito do SADC, poderia relançar outros sectores económicos como os Transportes, a Energia, e o Turismo.

O actual panorama mundial caracteriza-se por uma globalização efectiva que interliga todos os países. Esta nova realidade apresenta muitos obstáculos ao desenvolvimento dos países, nomeadamente os dois que estamos a estudar, tendo em conta a sua localização periférica.

Para uma efectiva integração na economia mundial estes países têm que saber privilegiar os seus principais atributos tendo em conta que, como referimos, o poder mundial, está nas mãos de quem detém as estruturas de poder da segurança, da produção, em termos financeiros e de conhecimento.

Assim sendo, a aposta das autoridades nacionais, mais do que lutarem contra a inevitabilidade da globalização, devem criar condições de forma a ganharem vantagens em estruturas de poder que lhes sejam favoráveis.

---

[391] Ver ponto 3.1. ACORDOS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO.
[392] Nomeadamente Castel-Branco e Neuma Grobbelaar.

Por exemplo, no caso Moçambicano, mais do que contrariar a tendência de controlo por parte das empresas sul-africanas dos seus recursos minerais e energéticos, as autoridades deveriam fomentar a competitividade nestes sectores, favorecendo a entrada de mais empresas, e que assim faria diminuir a sua dependência e aumentaria a competitividade dessas empresas no mercado internacional.

Por outro lado, sabendo que a estrutura de conhecimento é cada vez mais importante, o país deve apostar numa rápida difusão de conhecimento pela população, que detém baixíssimas habilitações literárias, mesmo compreendendo que esta é uma política que só terá frutos daqui a muitos anos.

Ao nível das estruturas de segurança e financeira, para uma efectiva integração no mercado mundial, Moçambique deveria apostar numa maior cooperação com a África do Sul, tendo em conta as potencialidade que esse país tem nestas duas estruturas e que lhe permitem a condição de potência regional.

Assim, mais do que apostar no desenvolvimento que salvaguarde a economia tradicional (que poderá ser efectuado complementarmente) os dois países deverão apostar na integração efectiva na economia mundial, investindo nas estruturas de poder que têm vantagens competitivas e incentivarem a cooperação noutras que demonstrem menos apetência.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSSON, Hans, e NILSSON, Anders, 1994, *Moçambique em transição.Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, CEGRAPE, Maputo.

ADAM, Yussuf, 2005, *Escapar aos dentes do Crocodilo e cair na boca do Leopardo*, ed. PROMÉDIA, Maputo.

AMIN, Samir, 2006, *Conditions for Re-launching Development*, in MACROBBIE, Kenneth e LEVITT, Kari Polanyi, editors, 2006.

AMIN, Samir, CHITALA, Derrick e MANDAZA, Ibbo (editors), 1987, *Prospects for Disengagement and development in Southern Africa*, The United Nations University/Third World Forum, Studies in African Political Economy.

ANSTEE, Margaret Joan, 1990, "Social development in Africa: perspective, reality and promise", in PICKETT, James e SINGER, Hans (editors), pp.194-214.

ARNDT, Channing e LEWIS, Jeffrey D., 2000, *The Macro Implications of HIV/AIDS in South Africa: A Preliminary Assessment,* Purdue University and The World Bank, August.

ARNDT, Channing, HIV/AIDS, 2003, *Human Capital, and Economic Growth Prospects for Mozambique*, The World Bank, Africa Region Working Paper Series No. 48, February.

ARON, Janine e MUELLBAUER, John, 2000, *Financial Liberalization, Consumption and Debt in South Africa*, WPS 2000-22 University of Oxford, November.

ARORA, Vivek e VAMVAKIDIS, Athanasios, 2005, *The Implications of South African Economic Growth for the Rest of Afric*", Fundo Monetário Internacional, Working Paper WP/05/58, Março.

AURÉLIO, Diogo Pires, 1990, "A questão nacional em Angola e Moçambique", in *Estratégia*, Revista de Estudos Internacionais, número 7, Primavera de 1990, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, pp.77-104.

BALASSA, BELA, 1961, *The Theory of Economic Integration*, Clássica Editora, 2ª edição, Lisboa.

BARBOSA, António S.Pinto, 1997, *Economia Pública*, McGraw-Hill, Lisboa, Junho.

BARRO, Robert J. e SALA-I-MARTIN, Xavier, 1995, *Economic Growth*, McGraw-Hill Inc, New York.

BLACK, A.H., 1989, "Decentralization incentives and investment in South African periphery", in WHITESIDE, Alan (edited by), pp.121-138.

BRUNIN, Dominique, 1994, "La situation et les perspectives de l'économie sud-africaine aprés les premières élections multiraciales", in revista *Problèmes économiques* nº2393, 12 Octobre, pp.26-31.

BRYANT, Ralph C., 1985, "Comment on 'Policy Coordination and Dynamic Games' by Marcus Miller and Mark Salmon", in BUITER, Willem H. e MARSTON, Richard C., 1985.

BUITER, Willem H. e MARSTON, Richard C., *International Economic Policy Coordination*, Centre for Economic Policy Research, National Buerau of Economic Research (NBER), Cambridge University Press.

BURGER, Delien (ed.), 1999, *South Africa Yearbook 1999*, first edition, published by South African Communication and Information System, Pretoria, South Africa.

CALAMITSIS, Evangelos A., BASU, Anupam e GHURA, Dhaneshwar, 1999, *Adjustment Growth in Sub-Saharan Africa*, IMF Working Paper WP/99/51, Washington.

CAMPOS, Armando, 1996, *África do Sul: Potência Regional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

CARDOSO, Fernando Jorge, 1988, *Interdependência na Africa Austral*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

CARDOSO, Fernando Jorge, 1991, "SADCC e interdependência económica: Realidades e Perspectivas" in IEEI, editor, *África Austral:o desafio do futuro. Integração Nacional e Integração Regiona"*, Colecção Estudos Africanos, Lisboa.

CARDOSO, Fernando Jorge, 1991, *Estratégias, economias locais e empresas agrárias. O desenvolvimento rural em Moçambique,* Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

CARDOSO, Fernando Jorge, 1993, *SADC for SADCC: a "C" for a change*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa.

CARDOSO, José Luís, 1995, "Economia, ética e política na história do pensamento económico", in *Ensaios de Homenagem ao Francisco Pereira de Moura*, ISEG/UTL, Lisboa.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, 2002, *Economic linkages between South Africa and Mozambique*, Paper de investigação e discussão preparado para o DfID (Dept. para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico), Pretoria.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, 2003, *Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento*, Agosto, Versão adaptada, modificada e expandida de uma artigo de análise feito no quadro do processo de elaboração da Agenda 2025, Maputo.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, 2004, "What is the Experience and Impact of South African Trade and Investment on the Growth and Development of Host Economies? A View from

Mozambique", Paper de investigação e discussão preparado para a *Conference on Stability, Poverty Reduction and South African Trade and Investment in Southern Africa*, organizado por SARPN/HSRC Pretoria.

CHACHOLÍADES, M., 1981, *Principles of International Economy*, Mcgraw-Hill, USA.

CHAUVIN, Sophie e Gaulier, Guillaume, 2002, *Regional Trade Integration in Southern Africa*, October, Working Paper No 2002-12, CEPII, Paris,

CHAVAGNEUX, Christian, 2004, *Économie politique internationale*, La Découverte, Repères, n°367, Paris.

CLAPHAN, Christopher, MILLS, Greg, MORNER, Anna e SIDIROPOULOS, Elizabeth, 2001, *Regional Integration in Southern Africa, Comparative International Perspective*", The South African Institute of International Affairs, África do Sul.

COASE, Ronald, 1937, "The Nature of the Firm", in *ECONOMICA*, New Series, pag. 386-405.

COOPER, Richard N., 1985, "Economic interdependence and coordination of economic policies", in JONES, R.W. e KENEN, P.B. (ed), *Handbook of International Economics*, Vol II, Harvard University, pp.1195-1233.

COOPER, Richard N., 1985, "The prospects for international economy policy coordination", in BUITER, Willem H, e MARSTON, Richard C., 1985.

CORDEN, W. Max, 1985, "On transmission and coordination under flexible exchange rates", in BUITER, Willem H. e MARSTON, Richard C., 1985.

CRUSH, Jonathan e WILLIAMS, Vincent (series editors), 2001, *Regionalizing International Migration: Lessons for SADC*, Migration Policy Brief No. 11.

CRUSH, Jonathan e WILLIAMS, Vincent (series editors), 2001, *The Point of No Return: Evaluating the Amnesty for Mozambican Refugees in South Africa*, Migration Policy Brief No. 6.

CRUSH, Jonathan e WILLIAMS, Vincent (series editors), 2002, *Thinking About the Brain Drain in Southern Africa*, Migration Policy Brief No. 8.

CRUSH, Jonathan e WILLIAMS, Vincent (series editors), 2002, *Transnationalism and African Immigration to South Africa*, Migration Policy Brief No. 9.

CURRIE, D.A. and LEVINE, P.,1985, "Macroeconomic Policy Design in an Interdependent World", in BUITER, Willem H. e MARSTON, Richard C., 1985.

DAVIES, Robert, 1993, "Emerging South African Perspectives on regional cooperation and integration after apartheid" in ODÉN, Bertil (Edited by), pp 71-86.

DEININGER Klaus e MAY, Julian, 2000, *Can There Be Growth with Equity? An Initial Assessment of Land Reform in South Africa*, The World Bank, Development Research Group, Rural Development, Polcy Research Working Paper, September.

DENIS, Henry, 1987, *História do Pensamento económico*, 5ªedição, Livros Horizonte, Lisboa.

DEPARTMENT OF TRADE AND INDUSTRY OF SOUTH AFRICA (DTI), 2003, *Annual Report of the Department of Trade and Industry For the period 1 April 2002 to 31 March 2003*, Pretoria.

DEPARTMENT OF TRADE AND INDUSTRY OF SOUTH AFRICA (DTI), 2003, *TISA – Trade and Investment South Africa- 2002/03 Report" 2003*, Pretoria.

DODSON, Belinda, 2002, *Gender and the Brain Drain from South Africa*, Migration Policy Brief No. 23.

DORNBUSH, Rudiger e FISCHER, Stanley, 1990, *Macroeconomics*, McGraw-Hill International Editions, 5th Edition, Singapure.

EKELUND, Robert B. e HÉBERT, Robert F., 1990, *A history of Economic Theory and Method*, McGraw-Hill International Editions, 3rd Edition, Singapure.

ENNES FERREIRA, Manuel, 1990, *Angola-Portugal: do espaço económico português às relações pós-coloniais*, Junho de 1990, Edições Escher Publicações , Lisboa.

ENNES FERREIRA, Manuel, Ennes, 1991, "Portugal e a Integração Económica Regional", in IEEI, editor, *África Austral:o desafio do futuro. Integração Nacional e Integração Regional*, Colecção Estudos Africanos, Lisboa.

ESTERHUYSEN, Pieter (editor), 1994, *South Africa in subequatorial Africa: Economic interaction- a factual survey*, Africa Institute of South Africa, Pretoria, South Africa.

EUROSTAT, 1995, *COMPTES NATIONAUX SEC - Agrégats 1970-1993*, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européenes.

EVENSON, Robert E. e SINGH, Lakhwinder, 1997, *Economic Growth, International Technological Spillovers and Public Policy: Theory and Empirical Evidence from Asia*, Economic Growth Center Yale University, New Haven.

FARLAM, Peter, 2005, *Working Together Assessing Public–Private Partnerships in Africa*, The South African Institute of International Affairs, NEPAD Policy Focus Series, Pretoria.

FMI, 2003, *South Africa: Selected Issues*, IMF Country Report n.º 03/18, Washington.

FMI, 2004a, *Republic of Moçambique: 2003 Article IV Consultation*, Country Report n. º 04/50, Março 2004, Washington.

FMI, 2004b, *Republic of Moçambique: Statistical Appendix*, Country Report n.º 04/51, Março 2004, Washington.

FMI, 2004c, *South Africa: 2004 Article IV Consultation*, IMF Country Report No. 04/378, December 2004, Washington.

FMI, 2004d, *South Africa: Selected Issues*, IMF Country Report No. 04/379, December 2004, Washington.

FMI, 2004e, *World Economic Outlook: Statistical Appendix*, Washington.

FMI, 2005a, *Republic of Moçambique: 2005 Article IV Consultation*, Country Report n.º 05/318, Setembro 2005, Washington.

FMI, 2005b, *South Africa: 2005 Article IV Consultation*, IMF Country Report No. 05/346, Setembro 2005, Washington.

FMI, 2005c, *South Africa: Selected Issues*, IMF Country Report n.º 05/345, Washington.

FMI, 2005d *Republic of Mozambique: First Review Under the Three-Year Arrangement Under the Poverty Reduction and Growth Facility* , IMF Country Report No. 05/168, May 2005, Washington.

FMI, 2005e, *The Implications of South African Economic Growth for the Rest of Africa*, IMF Working Paper African, and European Departments, prepared by Vivek Arora and Athanasios Vamvakidis, March 2005, WP/05/58, Washington.

FMI, 2006a, *South Africa: 2006 Article IV Consultation*, IMF Country Report No. 06/327, Setembro, Washington.

FMI, 2006b, *South Africa: Selected Issues*, IMF Country Report n.º 06/328, Setembro, Washington.

FRENFEL, Jacob A. e RAZIN, Assaf, 1985, "Fiscal Expenditures and International Economic Interdependence", in BUITER, Willem H. e MARSTON, Richard C., 1985.

FRIEDEN, Jeffry A. e LAKE, David A., 1995, *International Political Economy: Perspectives on Global Power and Wealth*, Routledge Editors, Great Britain.

GALLAGHER, S. and WHITESIDE, Alan, 1989, *Mozambique: incentives and industrialization in a centrally planned state*, in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.103-119.

GODINHO, M. Mira e CARAÇA, J.M.G., 1988, "Inovação Tecnológica e Difusão no Contexto de Economias de Desenvolvimento Intermédio", in *Revista Análise Social*, vol XXIV (103-104), pag. 929-962, Portugal.

GREEN, R.H., 1990,"Economic Integration/co-ordination in Africa: the drean lives but how can it be lived?", in PICKETT, James e SINGER, Hans(ed), pp.106-128.

GROBBELAAR, Neuma, 2004, *Every Continent Needs an America: The Experience of South African Firms Doing Business in Mozambique*, The South African Institute of International Affairs, Business in Africa Research Project.

GUERRA, A. Castro, 1990, "Ronald Coase e a Teoria das Firmas Multinacionais", ISEG, Outubro de 1990, *MIMEO*.

GUERRA, José Baltazar d'Andrade, 1998, *A Transicção Política na República da África do Sul, Análise das mudanças políticas da República da África do Sul em resultado do fim do Apartheid*, Dissertação de doutoramento em ciência política, Instituto de Estudos Parlamentares, Nova Universidade Búlgara, Sófia.

GUIMARÃES, Maria Helena, 2005, *Economia Política do Comércio Internacional: Teorias e Ilustrações*, Ed. Princípia, Cascais.

HAACKER, Marcus, 2002, *The economic consequences of HIV/AIDS in Southern Africa*, Fundo Monetário Internacional, Working Paper WP/02/38, Fevereiro.

HAMADA, 1974, "Alternative exchange rate systems and interdependence of monetary policies", in ALIBER, R.Z., *National monetary policies and the international financial system*, University of Chicago Press, Chicago.

HANLON, Joseph, 1996, *Peace without profit: how the IMF blocks rebuilding Mozambique,* African Issues. London, Villiers Publications.

HARBELER, G , 1929, "The theory of comparative costs, once more", *Quarterly Journal of Economics*, XLIII, 376-381.

HARBELER, Gottfried, 1945, "Some Factors affecting the Future of International Trade and International Economic Policy" in ELLIS, Howard e METZLER, Lloyd, 1950, *Readings in the Theory of International Trade*, American Economic Association. London.

HECKSCHER, Eli, 1919, "The Effect of Foreign Trade on the Distribution of Income" in ELLIS, H.S. e METZLER, L.S. (edited by), 1945, *Readings in the Theory of International Trade*, American Economic Association, London, George Allen and Unwin Ltd, second edition.

HETTNE, Bjõrn, 2006, "Re-reading Polanyi: Towards a second great Transformation?", in MACROBBIE, Kenneth e LEVITT, Kari Polanyi, editors, 2006.

HOLSTI, K.J., 1991, *Change in the International System: Essays on the Theory and Practice of International Relations*, University of British Columbia.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS (IEEI), 1991, *Southern Africa, Prospects for Regional Integration- A project report,* Lisboa, Junho de 1991

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2004, *Global Employment Trends,* Washington.

JONSSON, Gunnar e SUBRAMANIAN, Arvind, 2000, *Dynamics Gains from Trade: Evidence from South Africa*, IMF Working Paper WP/00/45, Washington.

KIERZKOWSKI, H., 1985, "Models of International Trade in Differentiated Goods", em Greenaway, P. (ed.) *Current Issues in International Trade, Theory and Policy*, pp.7-25.

KIRK, Robert e STERN, Matthew, 2003, *The New Southern African Customs Union Agreement*, The World Bank, Africa Region Working Paper Series No. 57, June.

KOTZÉ, Hennie and STEYN, Carly, 2003, *African Elite Perspectives: AU and NEPAD A comparative study across seven African countries,* Konrad-Adenauer-Stiftung, Occasional Papers, Johannesburg, Dezembro.

KRUEGER, Anne e BERG, Andrew, 2003, *Trade, Growth and Poverty: a selective survey*, IMF Working Paper, WP/03/30, Fevereiro, Washington.

KRUGMAN, P., 1979, "A Model of Innovation, Technology Transfer, and World Distribution of Income", *Journal of Political Economy* 87, 2, University of Chicago.

KRUGMAN, Paul R, e OBSTFELD, Maurice, 1991, *International Economics: Theory and Policy*, Second Edition, HarperCollins Publishers Inc.

LAWTON, T.C., ROSENAU, J. e VERDUN, A.C. editors, 2000, *Strange Power: Shaping the parameters of international relations and international political economy*, Published by ASHGATE, Great Britain.

LEISEROWITZ, Anthony A., KATES, Robert W. e PARRIS Thomas M., 2004, *Sustainability Values, Attitudes, and Behaviors: A Review of Multi-national and Global Trends*, CID Working Paper No. 113, Cambridge, MA: Science, Environment and Development Group, Center for International Development, Harvard University.

LEITE, Joana Pereira e KHOURI, Nicole, 2003, *Les indiens dans la presse coloniale portugaise du Mozambique 1930-1975,* Documento de Trabalho nº 66, CesA, Lisboa.

LEITE, Joana Pereira, 1989, *La Formation de l'Économie Coloniale au Mozambique*, thése de doctorat, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

LEITE, Joana Pereira, 1995, "A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial" in *Ensaios de Homenagem ao Francisco Pereira de Moura*, ISEG/UTL, Lisboa.

LEITE, Joana Pereira, 1999, *A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia na época Pós- colonia*l, Documento de Trabalho n.º 57, CESA, Lisboa.

LEVY, Brian D., 2002, *Patterns of Governance in Africa*, The World Bank, Africa Region Working Paper Series No. 36, September.

LEWIS, Jeffrey D., 2001, *Reform and Opportunity: The Changing Role and Patterns of Trade in South Africa and SADC*, The World Bank, Africa Region Working Paper Series No.14, March.

LEWIS, Jeffrey D., 2002, *Free Trade Agreements and the SADC Economies*, The World Bank, Africa Region Working Paper Series No. 27, February.

LEWIS, Jeffrey D., 2002, *Promoting Growth and Employment in South Africa*, The World Bank, Africa Region Working Paper Series no. 32, June.

MAASDORF, G., 1989, "Overview: Regional prospects and rapid technological Change", in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.204-215.

MABOGUNJE, Akin L. 2004, *Framing the Fundamental Issues of Sustainable Development in Sub-Saharan Africa*, CID Working Paper No. 104, March, Sustainable Development Program, CID, Center for International Development, Harvard University.

MACROBBIE, Kenneth e LEVITT, Kari Polanyi, 2006, *Karl Polanyi en Vienna*, 2ª edição, ed. Black Rose Books, Montreal.

MAPHANYANE, Emang M., 1993, "SADCC- future Challenges" in ODÉN, Bertil (Edited by), 1993, pp. 174-181.

MARTINIELLE, Marco, 1995, *L´ethnicité dans les sciences sociales contemporaines*, PUF, Press Contemporaines de France, n.º 2997, Paris.

MATLOSA, Khabele (Editado por), 2004, *The politics of state resources: Party funding in South Africa*, Konrad-Adenauer-Stiftung, Occasional Papers, Johannesburg, March.

MAY, Christopher, 2002, *An Annotated Bibliography of Susan Strange's Academic Publications 1949-1999*, School of Politics, University of the West of England (Bristol), No. 1 February 2002

MBILIMA, D., 1989, "Regional organizations in Southern Africa", in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.33-41.

MCARTHUR, John and TEAL, Francis, 2002, *Corruption and Firm Performance in Africa* Centre for the Study of African Economies, Department of Economics, University of Oxford, December 2002 , CSAE WPS/2002-10

MILL, John Stuart, *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*, Second Edition, Batoche Books Kitchener, 2000

MINISTÉRIO DO PLANO E DAS FINANÇAS, 1998, *Understanding Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment (1996-97*), República de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane; International Food Policy Research Institute.

MINISTÉRIO DO PLANO E DAS FINANÇAS, 2001, *Action Plan for the Reduction of Absolute Poverty (2001-2005) (PARPA) - (Strategy Document for the Reduction of Poverty and Promotion of Economic Growth)*, República de Moçambique, Abril, Maputo.

MINISTÉRIO DO PLANO E DAS FINANÇAS, 2003, *PARPA Implementation Evaluation Report – 2001,* República de Moçambique, Fecereiro, Maputo.

MINISTÉRIO DO PLANO E DAS FINANÇAS, 2004, *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional*, Direcção Nacional do Plano e Orçamentoe Gabinete de Estudos do Ministério de Plano e Finanças, Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI), Universidade de Purdue, Março, Maputo.

MINISTÉRIO DO PLANO E DAS FINANÇAS, 2004, *Review of the Economic and Social Plan for 2003*, República de Moçambique, Março, Maputo.

MORIN, Edgar e NAIR, Sami, 1997, *Uma Política de Civilização,* Instituto Piaget, Lisboa.

MOSCA, João, 2005, *Economia de Moçambique: Século XX*, Instituto Piaget, Lisboa.

MUCCHIELLI, Jean-Louis, 1991, "De nouvelles formes de multinationalisation: les alliances stratégiques", in *Problèmes économiques* nº 2234, du 17 Julliet 1991, pp 25-32.

MULAT, T., 1990 "Intra -African trade", in PICKETT, James e SINGER, Hans (ed), pp.150-168.

MUSGRAVE, Richard A. e MUSGRAVE, Peggy B., 1989, *Public Finance in Theory and Practice*, International Student Edition, 5th Edition, Mc Graw Hill, United States of America.

NEGRÃO, José Guilherme, 2001, *Como induzir o desenvolvimento em África?*, Documento de Trabalho nº61, CEsA, Lisboa, 2001.

NG, Francis e YEATS, Alexander, 2003, *On the recent trade performance of Sub-Saharan African Countries: Cause for Hope or More of the Same?*, The World Bank, Trade Research Team, Washington.

NKURUNZIZA, Janvier D. e BATES, Robert H., 2003, *Political Institutions and Economic Growth in Africa*, CID Working Paper No. 98, Cambridge, MA: Science, Environment and Development Group, Center for International Development, Harvard University.

NOWAK, Michael e RICCI, Luca Antonio, 2006, *Post Apartheid South Africa: The First Ten Years*, editado pelo FMI, Washington.

NYE, Joseph e KEOHANE, Robert O., 1977, *Power and interdependence: World politics in transition*, Center of Internarional Affairs, Harvard University, USA.

OBSTFELD, Maurice e ROGOFF, Kenneth, 1996, *Foundations of International Macroeconomics*, The MIT Press, Cambridge, Massachussets.

ODÉN, Bertil (Edited by), 1993, *Southern Africa after apartheid: regional integration and external resources*, published by the Scandinavian Institute of African Studies.

OECD, 2003, *African Economic Outlook 2002-03*, Paris

OECD, 2004, *African Economic Outlook 2003-04*, Paris

OPPENHEIMER, Jochen, 2006, *Moçambique na era do ajustamento estrutural: ajuda, crescimento e pobreza*, CESA- ISEG, edição Centro de Documentação e Informação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa.

OSTERGAARD, Tom, 1993, "Classical Models of Regional Integration- What relevance for Southern Africa?" in ODÉN, Bertil (Edited by), 1993.

PÉRENNÈS, Jean-Jacques e PUEL, Hugues, 1992, "Démocratie et développment au Sud", in revista *Problémes economiques*, nº2266, 11 Mars, pp 1-5.

PICKETT, James e SINGER, Hans (ed), 1990, *Towards economic recovery in Subsaharan Africa*, Ed. Routledge, USA.

PICKETT, James, 1990, "The low-income economies of sub-saharan Africa: problems and prospects", in PICKETT, J. e SINGER, H. (Ed), 1990.

PIGATO, Miria A., 2001, *Information and Communication Technology, Poverty, and Development in sub-Saharan Africa and South Asia*, The World Bank, Africa Region Working Paper Series No. 20, August, Washington.

POLANYI, Karl, 1944, *A grande transformação: as origens da nossa época*, (tradução de Fanny Wrobel), 2000, Editora Campus, Rio de Janeiro.

PRADA, Valentin Vasquez de, 1991, *História Económica Mundial*, Editora Livraria Civilização, Colecção Habitat, Porto.

RAY, Debraj, 1998, *Development Economics*, Princeton University Press, United States of America.

RENSBURG, Heila Janse (ed), 1995, *South Africa Yearbook 1994*, first edition, published by South African Communication Service, Pretoria, South Africa.

RICARDO, David, 1821, *Princípios de Economia Política e de Tributação,* Fundação Calouste Gulbenkian, (tradução de Maria Adelaide Ferreira da edição de Everyman's Library de 1965), Lisboa.

ROBSON, Peter, 1985, *Teoria económica da integração internacional*, Biblioteca Jurídica, Coimbra Editora.

ROBSON, Peter, 1990, "Economic integration in Africa: a new phase?", in PICKETT, James e SINGER, Hans (ed), pp.129-144.

ROCHA, Aurélio, 1991, "Integração Nacional vs. Integração Regional: Considerações Históricas, Culturais e Política", in IEEI (editor), *África Austral:o desafio do futuro. Integração Nacional e Integração Regional*, Colecção Estudos Africanos, Lisboa.

ROMÃO, António, 1983, *Portugal face à CEE*, Livros Horizonte, Lisboa.

SADC, 1992, SADC: *Towards Economic Integration*, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, April 1992.

SADC, 1992, *Treaty of Southern African Development Community.*

SADC, 1994, *Progress in Southern African Development Cooperation.*

SAIIA, 2001, *South African Yearbook of International Affairs 2001/02*, The South African Institute of International Affairs, África do Sul.

SALGUEIRO, João, 1991, "Acordos de Nkomati: Antecedentes do entendimento", in IEEI (editor), *África Austral:o desafio do futuro. Integração Nacional e Integração Regional*, Colecção Estudos Africanos, Lisboa.

SAMUELSON, P. A. e STOLPER, W. F., 1941, "Protection and Real Wages", in ELLIS, Howard e METZLER, Lloyd, 1950, *Readings in the Theory of International Trade*, American Economic Association. London.

SAMUELSON, Paul, 1939, "The Gains from International Trade", in ELLIS, H.S. e METZLER, L.S. (Edited by),1945, *Readings in the Theory of International Trade*, American Economic Association, London, George Allen and Unwin Ltd, second edition.

SEN, Amartya, 1999, *O Desenvolvimento como liberdade,* ed. GRADIVA, Portugal.

SEN, Amartya, 1999, *Pobreza e Fomes – Um ensaio sobre direitos e privações,* edição portuguesa da obra original editada em 1981 pela Clarendon Press/Oxford University Press) ed. Terramar Lisboa.

SERRA, A.M. ALMEIDA, 1991, *Política agrária e desenvolvimento económico e social na República Popular de Moçambique*, 1975-1985, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

SERRA, A.M. Almeida, 1995, "Moçambique independente: os anos da juventude" in *Ensaios de Homenagem ao Francisco Pereira de Moura*, ISEG/UTL, Lisboa.

SHISANA, Olive, 2004, *Gender and HIV/AIDS: Focus on Southern Africa, Social Aspects of HIV/AIDS and Health Human Sciences Research Council (HSRC)*, Paper delivered at the inaugural International Institute on Gender and HIV/AIDS, 7th of June 2004, South Africa

SILVA, Joaquim Ramos, 1995, "As Relações entre Economia e Política revisitadas" in *Ensaios de Homenagem ao Francisco Pereira de Moura,* ISEG/UTL, Lisboa.

SINN, Hans-Werner, 1991, "Taxation and the cost of capital: the «old» view, the «new» view, and another view" in BRADFORD, David (edited by), *Tax Policy and the Economy,* National Bureau of Economic Research.

SMITH, Adam, 1776, *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, (tradução de Teodora Cardoso e Luís Cristovão de Aguiar da 6ª

edição da Methuen and Co. Ltd. de 1950) Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, Lisboa.

SOUSA FERREIRA, Eduardo (Ed), 1983, *Integração económica*, Edições 70, Colecção Chaves da Economia.

STERN, Matthew e NETSHITOMBONI, Nnzeni , 2004, AGOA, *Africa and Agriculture South Africa's Experience*, The South African Institute of International Affairs (SAIIA), Trade Report No. 3, SAIIA National Office Bearers

STIGLITZ, Joseph, 1988, *Economics of the Public Sector,* 2nd edition, Princeton University Press, United States of America.

STRANGE, Susan , 1994, *States and Markets*, 2nd edition, Pinter Publishers, London.

STRANGE, Susan, 1998, *What Theory? The Theory of Mad Money*, University of Warwick, Centre for the Study of Globalization and Regionalization (CSGR) and International Political Department, CSGR Working Paper n.º 18/98, Coventry , December 1998.

STRANGE, Susan, e STOPFORD, John, 1991, *Rival States, Rival Firms: competition for world market shares*, Cambridge Studies in International Relations, Cambridge University Press, Canada.

STRANGE, Susan, e STOPFORD, John, 1996, *The Retreat of the State. The Diffusion of Power in the World Economy*, Cambridge University Press, Cambridge.

STREETEN, P., 1990, "International Cooperation", in *Handbook of Economic Development*, Vol. II Cap. 22, pág. 1162-1185, New York.

SUBRAMANIAN, Arvind, ALLEYNE, Trevor, 2001, *What Does South Africa's Pattern of Trade say about its Labor Markert?*, IMF Working Paper WP/01/148, Washington.

TORRES, Adelino, 1990, "Angola e Moçambique: Estratégias de desenvolvimento", in *Revista de Estudos Internacionais*, número 7, Primavera de 1990, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, pp.105-128.

TORRES, Adelino, 1991, "A África Austral Contemporânea na hora das mutações", in IEEI (editor), *África Austral:o desafio do futuro. Integração Nacional e Integração Regional*, Colecção Estudos Africanos, Lisboa.

TORRES, Adelino, 1991, *O Império Português entre o real e o imaginário*, Colecção de Estudos sobre África, Edição Escher, Lisboa.

TORRES, Adelino, 1995, "Desenvolvimento e mudança nos países do sul" in *Ensaios de Homenagem ao Francisco Pereira de Moura,* ISEG/UTL, Lisboa.

TORRES, Adelino, 1995, *Problemas do desenvolvimento*, 1994-95, ISEG-UTL.

TORRES, Adelino, 1998, *Horizontes do Desenvolvimento Africano: No limiar do Século XXI,* Vega Editora, Colecção Vega Universidade/ Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

TOSTENSEN, Anne, 1993, "What role for SADC(C) in the post-Apartheid Era?", in ODÉN, Bertil (edited by), 1993, pp.147-173

TROMP, Hylke e ROSEANAU, James N. (edited by), 1989, *Interdependence and conflic in world politics*, Avebury, England.

VERNON, Raymond, 1966, "International Investment and International Trade in the Product Cycle", in *Quarterly Journal of Economics* 80, May, 190-207.

VIEIRA, Sérgio Pires, 2005, *Crescimento económico, desenvolvimento humano e pobreza Análise da situação em Moçambique*, Documentos de Trabalho nº 68 , CESA-ISEG, Lisboa

VILLIERS, Bertus, 2003, *Land reform: Issues and challenges: A comparative overview of experiences in Zimbabwe, Namibia, South Africa and Australia*, Konrad Adenauer Foundation, Occasional Papers, Johannesburg.

VINER, Jacob, 1946, "The Prospects for Foreign Trade in the Post-War World" in ELLIS, Howard e METZLER, Lloyd, 1950, *Readings in the Theory of International Trade*, American Economic Association. London.

VINER, Jacob, 1950, *The Customs Union Issue*, Londres, A. Kramer.

VLETTER, F. de, 1989, "Footloose foreign investment in Swaziland", in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp.143-163.

WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, *Industrialization and investment incentives in Southern Africa*, University of Natal Press, South Africa.

WHITESIDE, Alan, 1989,"A summary of incentives available in the Southern African States", in WHITESIDE, Alan (edited by), 1989, pp. 218-239.

WORLD BANK e OXFORD UNIVERSITY, 2004, *2005 World Development Report: "A Better Investment Climate for Everyone*, Washington

WORLD TRADE ORGANIZATION, 2003, *International trade statistics 2003*, WTO.

Dados Estatísticos, Revistas e Publicações:

Relatórios Anuais do Banco Central de Moçambique (vários anos).

Relatórios Anuais do Banco Central da África do Sul (SABC) (vários anos).

Relatórios Anuais do Banco Mundial (vários anos).

Dados Estatísticos das Entidades Oficiais:

INE Moçambique: http://www.ine.gov.mz/

INE – África do Sul: http://www.statssa.gov.za/

African Studies Center: http://www.africa.upenn.edu/Country_Specific/S_Africa.html

The South African Institute of International Affairs: http://www.saiia.org.za/

SARPN – Moçambique: http://www.sarpn.org.za/CountryPovertyPapers/cppMozambique.php

SARPN – África do Sul: http://www.sarpn.org.za/CountryPovertyPapers/cppSouthAfrica.php

ADENDA

I - PROVÍNCIAS MOÇAMBICANAS

Mapa 16 – Norte de Moçambique

Cabo Delgado

Superfície: 77.867 km2

Habitantes: 1.525.634 (dados 2001)

Capital: Pemba

Principais Etnias: Macondes, Macuas

Niassa

Superfície: 122.176 km2

Habitantes: 916.672 (dados 2001)

Capital: Lichinga

Principais Etnias: Macuas, Ajaua,Nianja

Principais Actividades Económicas: Produção de algodão, milho, sorgo, extracção de madeira, pedras semi-preciosas

Nampula

Superfície:78.197 km2

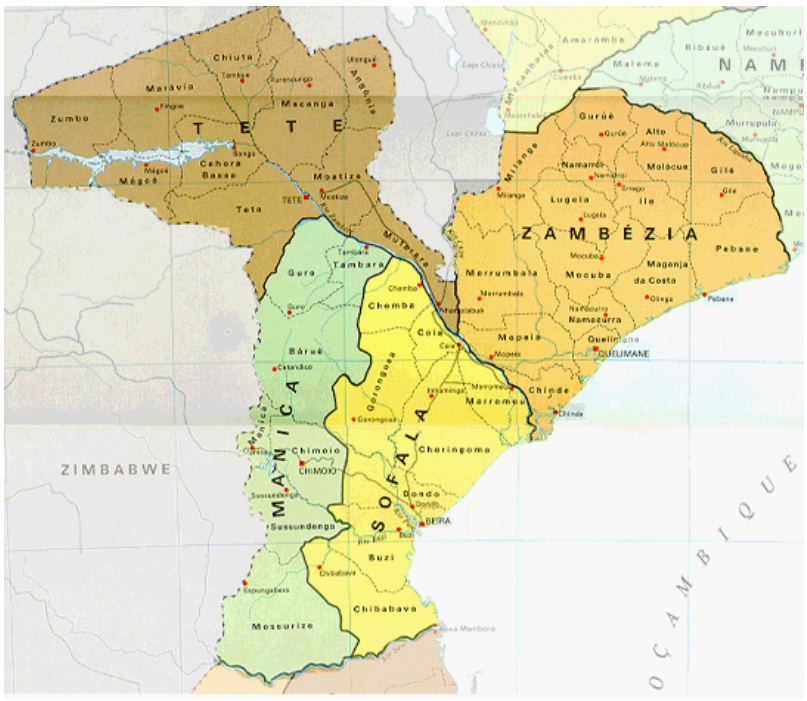
Habitantes: 3.410.141 (dados de 2001)

Capital: Nampula

Príncipais Etnias:macuas

Principais actividades económicas: produção de caju, algodão, tabaco, pedras preciosas e urânio.

Mapa 17 – Centro de Moçambique



Tete

Superfície:100.722 km2

Habitantes:1.388.205 (dados de 2001)

Capital:Tete

Príncipais Etnias:Nianja, Niungue

Zambézia

Superfície:103.127 km2

População: 3.476.484 (dados de 2001)

Capital: Quelimane

Principais Etnias:Chuapos, Macuas.

Principais actividades económicas: Chá, Copra, Camarão, Pedras Preciosas.

Manica

Superfície:61.661 km2

População: 1.207.332 (dados de 2001)

Capital: Manica

Principais Etnias:Shone e Sena

Principais actividades económicas: extracção de ouro, mica, calcopirite, flurite, produção de tabaco, citrinos, produtos horticolas.

Sofala

Superfície:67.218 km2

Habitantes:1.516.166 (dados de 2001)

Capital: Beira (350 mil habitantes)

Principais Etnias: Sena, Ndau

Mapa 18 - Sul de Moçambique

Gaza

Superfície:75.450 km2

População: 1.266.431 (dados de 2001)

Capital: Xai-Xai

Principais Etnias: Changana

Principais actividades económicas: algodão, caju, arroz e milho.

Inhambane

Superfície:68.615 km2.

População: 1.326.848 (dados de 2001)

Capital: Inhambane

Principais Etnias: Tsua (Tsonga) e Chope

Maputo

Superfície:23.576km2

População: Província: 1.003.992 . Cidade de Maputo:1.044.618 (dados de 2001).

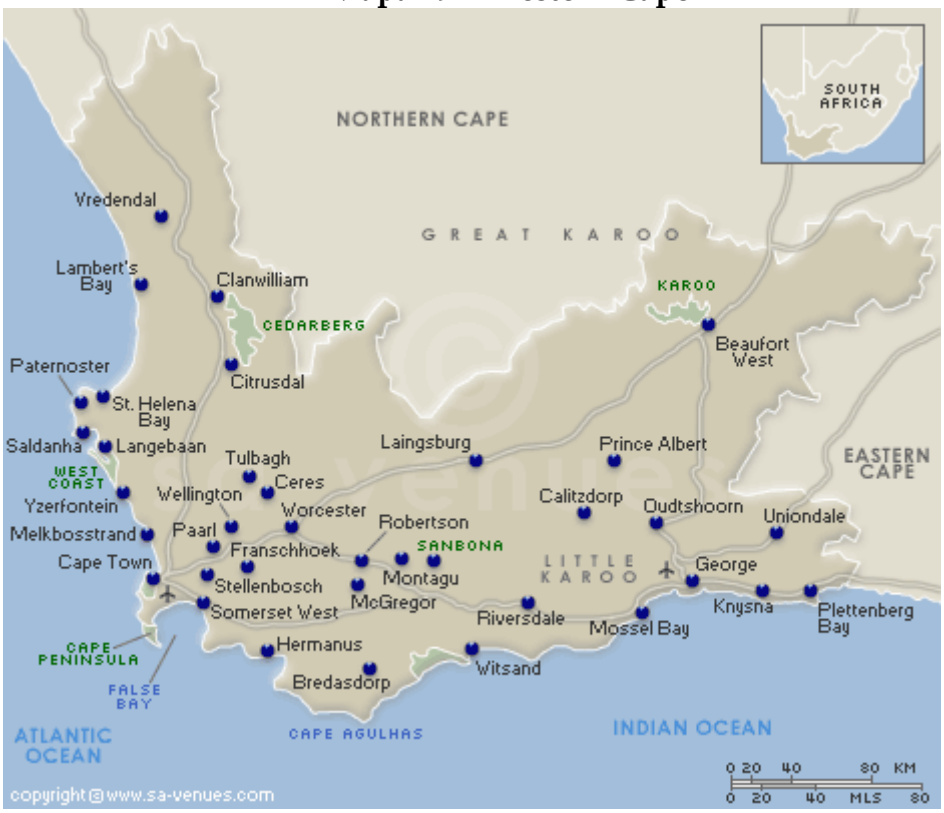
Capital: Maputo (antiga Lourenço Marques)

Principais produções: citrinos, açúcar, diotomite, basitomite e calcário

II - PROVÍNCIAS SUL-AFRICANAS

a) Western Cape

Mapa 19 - Western Cape



Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Cape Town

Principais línguas:

- Afrikaans: 55,3%
- IsiXhosa: 23,7%
- Inglês: 19,3%

População : 4 524 335 habitantes (Censos de 2001)

Área: 129 370 km²

% da area total do país: 10,6%

PIB a preços de mercado (2001): 136 062 milhões de Rands

% do PIB total do país: 13,8%

b) Eastern Cape

Mapa 20 - Eastern Cape

Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Bisho

Principal languages:

- isiXhosa 83,4%
- Afrikaans 9,3%
- Inglês: 3,6%

População : 6 436 763 habitantes (Censos de 2001)

Área: 169 580 km²

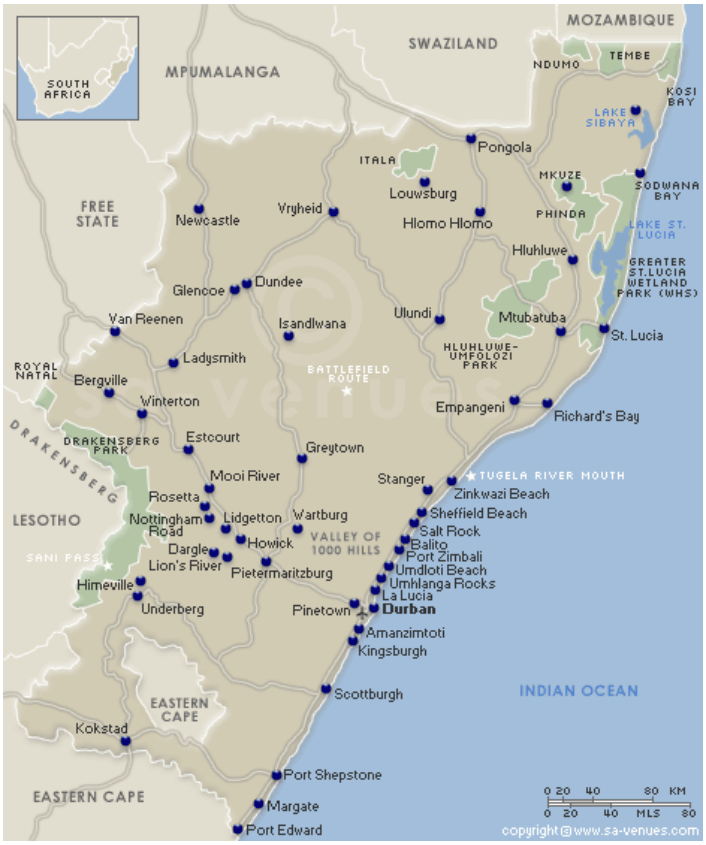
% da area total do país: 13,9%

PIB a preços de mercado (2001): 81 027 milhões de Rands

% do PIB total do país: 8,2%

c) KwaZulu-Natal

Mapa 21 - KwaZulu-Natal



Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Pietermaritzburg e Ulundi

Principais línguas:

- isiZulu 80,9%
- Inglês: 13,6%
- Afrikaans 1,5%

População : 9 426 017 habitantes (Censos de 2001)

Área: 92 100 km²

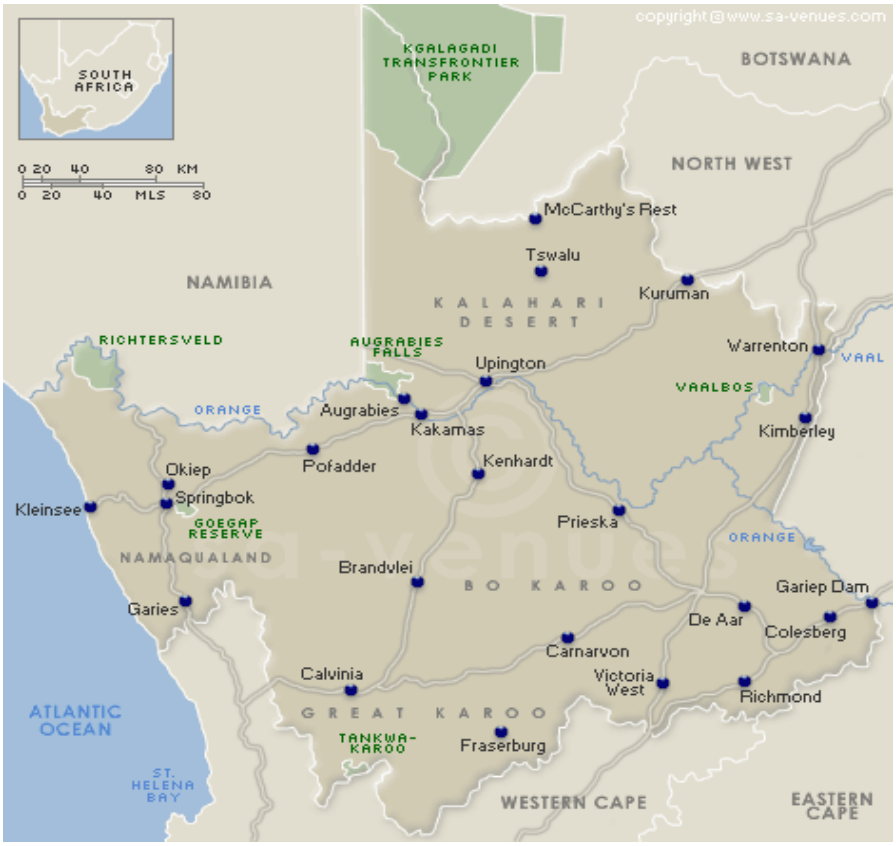
% da area total do país: 7,6%

PIB a preços de mercado (2001): 152 703 milhões de Rands

% do PIB total do país: 15,5%

d) Northern Cape

Mapa 22 - Northern Cape



Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Kimberley

Principais línguas:

- Afrikaans 68%
- Setswana 20,8%
- isiXhosa 6,2%

População : 822 727 habitantes (Censos de 2001)

Área: 361 830 km^2,

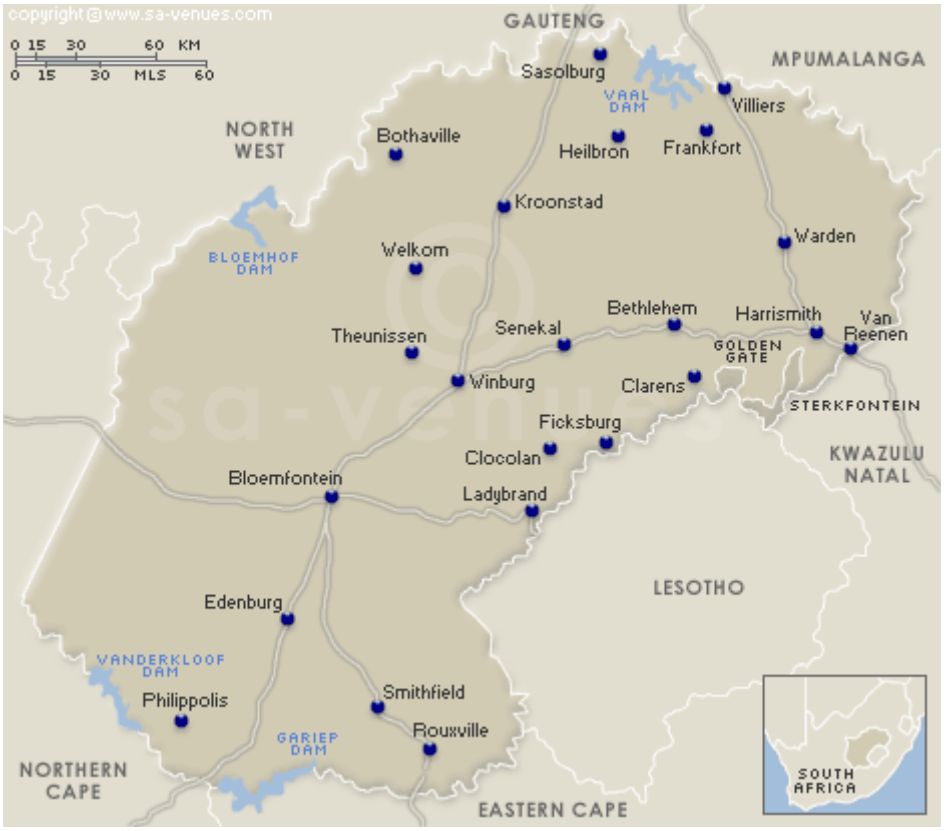
% da area total do país: 29,7%

PIB a preços de mercado (2001): 19 585 milhões de Rands

% do PIB total do país: 2,0%%

e) Free-State

Mapa 23 - Free-State



Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Bloemfontein

Principais línguas:

- Sesotho 64,4%
- Afrikaans 11,9%
- isiXhosa 9,1%

População: 2 766 775 habitantes (Censos de 2001)

Área: 129 480 km2

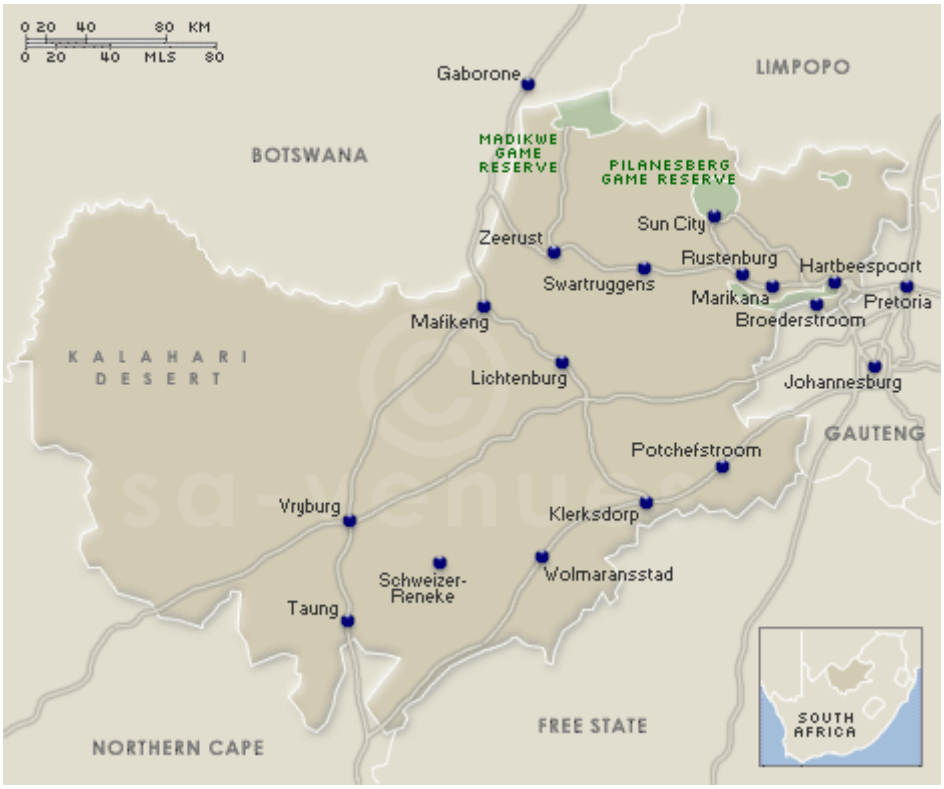
% da area total do país: 10,6%

PIB a preços de mercado (2001): 53 900 milhões de Rands

% do PIB total do país: 5,5%

f) North West

Mapa 24 - North West



Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Mafikeng

Principais línguas:

- Setswana 65,4%
- Afrikaans 7,5%
- isiXhosa 5,8%

População: 3 669 349 habitantes (Censos de 2001)

Área: 116 320 km2

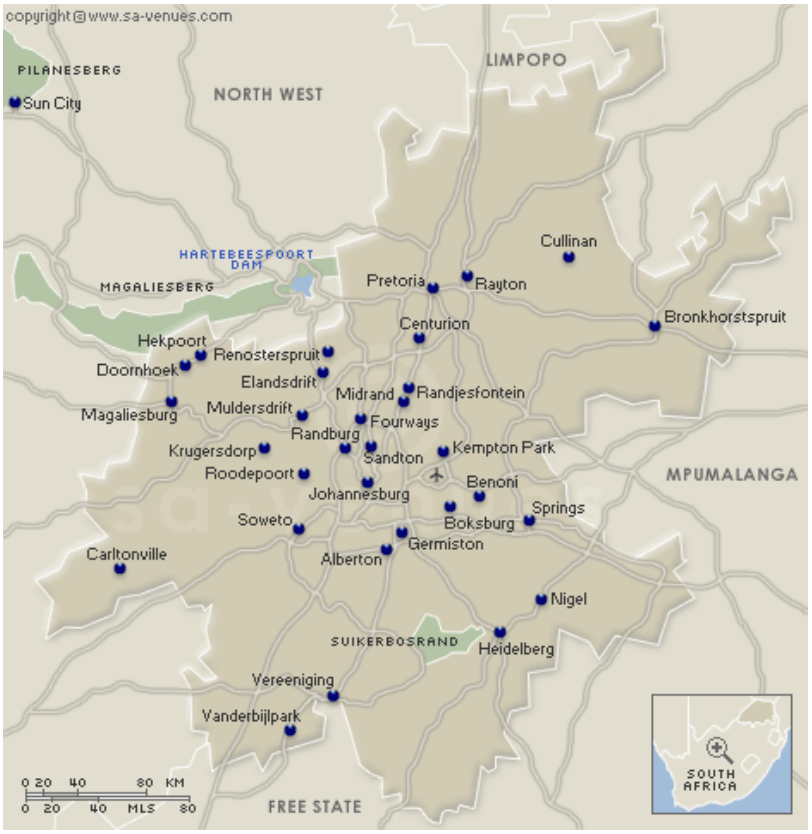
% da area total do país: 9,5%

PIB a preços de mercado (2001): 72 230 milhões de Rands

% do PIB total do país: 7,3%

g) Gauteng

Mapa 25 - Gauteng



Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Johannesburg

Principais línguas:

- isiZulu 21,5%
- Afrikaans 14,4%
- SeSotho 13,1%
- Inglês: 12,5%

População: 8 837 178 habitantes (Censos de 2001)

Área: 17 010 km2

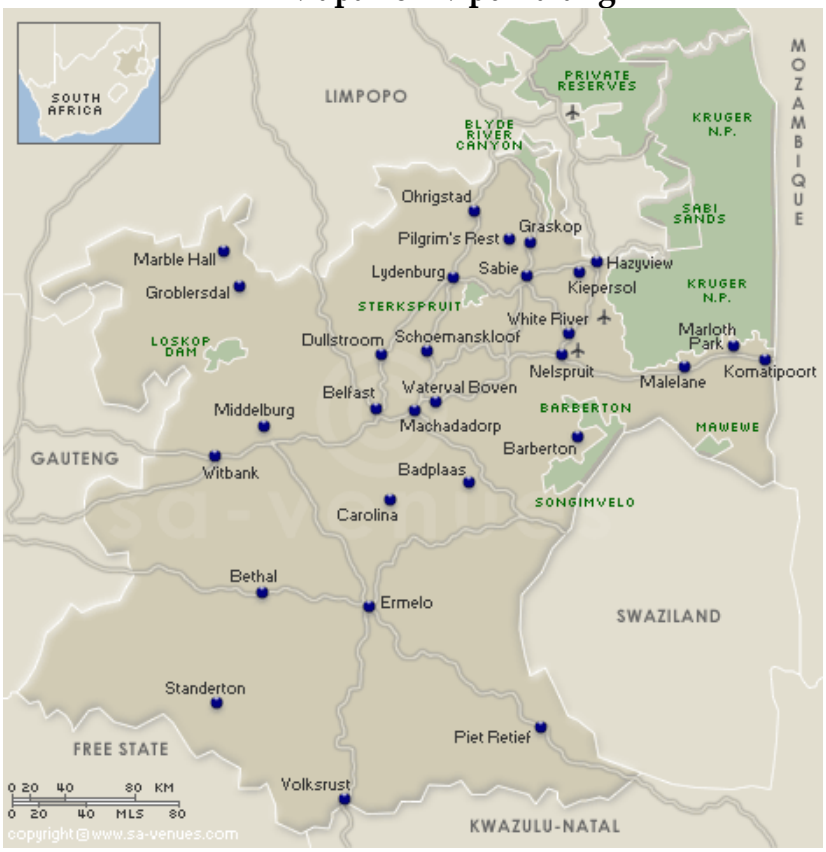
% da area total do país: 1,4%

PIB a preços de mercado (2001): 333 171 milhões de Rands

% do PIB total do país: 33,9%

h) Mpumalang

Mapa 26 - Mpumalang



Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Nelspruit

Principais línguas:

- siSwati 30,8%
- isiZulu 26,4%
- isiNdebele 12,1%

População: 3 122 990 habitantes (Censos de 2001)

Área: 79 490 km2

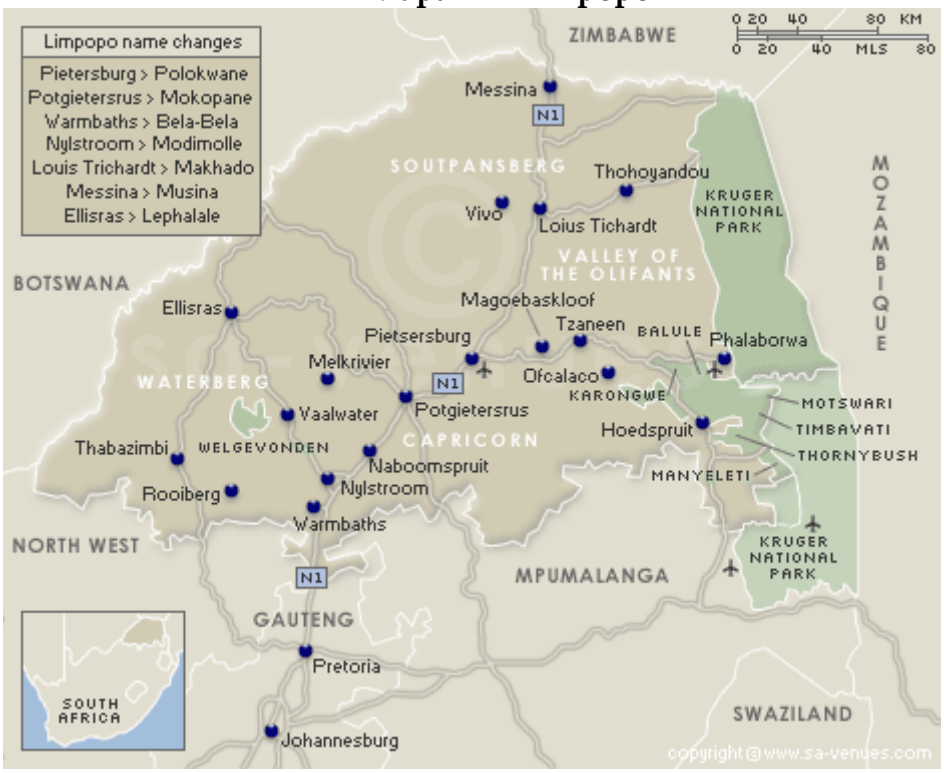
% da area total do país: 6,5%

PIB a preços de mercado (2001): 70 621 milhões de Rands

% do PIB total do país: 7,2%

i) Limpopo

Mapa 27 - Limpopo



Fonte: http://www.sa-venues.com/maps

Capital: Polokwane

Principais línguas:

- Sepedi 52,1%
- Xitsonga 22,4%
- Tshivenda 15,9%

População: 5 273 642 habitantes (Censos de 2001)

Área: 123 910 km2

% da area total do país: 0,2%

PIB a preços de mercado (2001): 63 646 milhões de Rands

% do PIB total do país: 6,5%.